



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro

**Mapeamento crítico de iniciativas de inserção e apoio a trabalhadores/as  
trans no mercado de trabalho brasileiro**

Rio de Janeiro

2023

Jéssyka Kaline Augusto Ribeiro

**Mapeamento crítico de iniciativas de inserção e apoio a trabalhadores/as trans no  
mercado de trabalho brasileiro**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

R484 Ribeiro, Jessyka Kaline Augusto.  
Mapeamento crítico de iniciativas de inserção e apoio a trabalhadores/as trans  
no mercado de trabalho brasileiro / Jessyka Kaline Augusto Ribeiro. – 2023.  
316 f.

Orientador: Guilherme Silva de Almeida.  
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Facul  
dade de Serviço Social.

1. Mercado de trabalho - Brasil - Teses. 2. Travestis - Brasil - Teses. 3.  
Transexuais - Brasil - Teses. 4. Política social - Teses. I. Almeida, Guilherme Silva  
de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III.  
Título.

CDU 331.6-055.3

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Jessyka Kaline Augusto Ribeiro

**Mapeamento crítico de iniciativas de inserção e apoio a trabalhadores/as trans no  
mercado de trabalho brasileiro**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 13 de abril de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Guilherme Silva de Almeida (Orientador)  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Profa. Dra. Carla Cristina Lima de Almeida  
Faculdade de Serviço Social – UERJ

---

Profa. Dra. Tatiana Dahmer Pereira  
Universidade Federal Fluminense

---

Profa. Dra. Andrea Moraes Alves  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2023

## DEDICATÓRIA

Essa tese é dedicada à amiga e professora Mônica Alencar (in memoriam), que mostrou a todos que é possível ter uma educação horizontal, verdadeiramente libertadora, humana e emancipatória. Dedico a Moniquinha que assim como eu, se descobriu nordestina no Rio de Janeiro. A todas as mulheres que sabem ouvir, falar e lutar!

## AGRADECIMENTOS

Vai ter gente chegando a esse trabalho que vai ler apenas os agradecimentos e vai embora. Tudo bem, confesso que eu mesma já fiz isso. Essa é a parte emocionante que faz a gente ter empatia com quem escreve, é a parte que a gente conhece a família, amigos, namorades, e quem esteve na jornada da pessoa pesquisadora. Meus agradecimentos vão com aspas e em letras minúsculas porque não tem norma, nem hierarquia, e tento também descolonizar esse espaço. Que tampouco tem uma linha tênue, ou explicação. Isso porque esse trabalho é fruto de amor e luta que não termina nessa escrita.

Chegando até esse ponto, é impossível não agradecer. Quero primeiro agradecer as mulheres nordestinas que vieram antes de mim. As mulheres cis, trans, negras, domésticas, quilombolas, indígenas, trabalhadoras sexuais, recepcionistas, e a tantas outras paraíbas que migraram para o Sudeste e enfrentaram a xenofobia dessa região. Obrigada, sem vocês eu não teria chegado até aqui.

Tem muita gente para agradecer, eu dei a grande sorte de ter amigas e amores incríveis que me acompanharam nessa jornada e em jornadas anteriores. Mas ter que escrever qualquer palavra de agradecimento aqui vai ser muito pouco para o que eu verdadeiramente sinto por cada pessoa que passou por aqui. Também posso cometer o erro de esquecer alguns nomes, pois muita gente mora em mim.

Chegando até esse ponto, muitas pessoas que moram em mim também partiram: Mônica Torres, Mônica Ivo, Vovó Maria, Mãe Carminha, Judite, Vovó Julia, Juju, Suki... Esses nomes eu vou escrever aqui para lembrar quem me fortaleceu e foi fazer morada em outros lugares. Òrun-Àiyé.

Também quero agradecer ao meu amigo e orientador Guilherme Almeida, a engrenagem de força e sensibilidade que me fez ver liberdades possíveis dentro do Serviço Social. Faço questão de pontuar aqui a nossa luta subjetiva que nos deixa juntos em perspectiva. Gui, te admiro muito e serei eternamente grata por sua companhia durante mais essa caminhada que sabemos que não termina aqui.

Quero também salientar outras forças presentes que fizeram parte dos processos pedagógicos por qual tive o prazer de caminhar junto: Carla Almeida,

Ney Luiz, Ana Inês, Tatiana Dahmer, Andrea Moraes e Daniela Murta.

Agradeço a todes que compõem a coletiva feminista Papel Mulher. Éramos três, hoje somos milhares espalhadas pelas ruas do Brasil e outros países!

Agradeço e fortaleço a poucos estudantes dentro e fora da UERJ que tiveram que enfrentar relações autoritárias e abusivas na pós-graduação e mesmo assim não baixaram a cabeça e não foram capturadas pela máquina da corrupção produtivista e machista que existe dentro dos departamentos.

Agradeço aos psiquiatras, psicólogos e psicanalistas que até aqui me acompanharam. E que me ensinaram a olhar para mim mesma e agradecer.

Então neste elemento da tese que é pra gente agradecer, quero agradecer a mim mesma, a pós-graduação é muito solitária, tem dias que te faz caminhar com uma pedra no sapato, outras vezes com uma rocha nas costas. Adoece seu corpo e sua cabeça. Te faz pensar e repensar centenas de vezes em desistir, não é fácil para ninguém esse trabalho, eu consegui “concluir” mesmo não estando bem.

A pós-graduação te deixa sem ar. Te transforma, faz você entrar em cem anos de solidão, com nomes e sobrenomes repetidos exaustivamente. E por mais que existam tantas outras pessoas realizando a escrita de sua tese, acredito que em cada uma delas há dentro de si uma solidão, por vezes uma companhia prazerosa e necessária, mas por muitas vezes dolorosa.

A autora, a escritora, está cansada. Mas consegue ver que viver não cabe no lattes. Agora eu quero continuar com muito respeito ao meu tempo.

Salve os caboclos!

Salve a Jurema Sagrada!

## RESUMO

RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto. **Mapeamento crítico de iniciativas de inserção e apoio a trabalhadores/as trans no mercado de trabalho brasileiro**. 2023. 316 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A tese possui o objetivo de mostrar o mapeamento crítico de iniciativas de inserção e apoio a trabalhadores/as trans no mercado de trabalho brasileiro, assim, apresento um mapeamento das propostas e iniciativas governamentais e não-governamentais relativas a trabalho e renda voltadas para a inserção de trabalhadoras/os/es trans no Brasil, e se tais ações possuem características da Divisão Sexual do Trabalho. Partindo do pressuposto da quase ausência do Estado brasileiro no desenvolvimento dessas iniciativas. Os tipos de trabalhos oferecidos pelas iniciativas, com características de precarização e subcontratação reforçam ainda mais os processos de exclusão e transfobia existentes, tendo em vista que existem barreiras na contratação e podem existir obstáculos no desenvolvimento da função empregada. O ainda baixo número de iniciativas encontradas também nos chamou a atenção para o fato de que, de forma majoritária, a sociedade brasileira ainda não enxerga a população trans como seres humanos, nem mesmo dignas/os de venderem sua força de trabalho, tal a cisheteronormatividade que incide sobre esses corpos. A falta de políticas públicas dirigidas à população trans tem sido um agravante para que tais crimes permaneçam subnotificados e não recebam as devidas punições. As pessoas trans permanecem ocupando o que Marx (2017), chama de superpopulação estagnada, trabalhadores e trabalhadoras que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, por isso, vagam de ocupação em ocupação para tentar garantir a sobrevivência. Ainda mais grave é que os trabalhos precários sejam naturalizados como a única realidade para essa população. Quando observamos os cenários das políticas públicas existentes no Brasil para pessoas trans, além da falta de garantia ao acesso das poucas políticas, não há quaisquer direitos fundamentais de acesso a trabalho, qualificação profissional, educação, cultura, lazer, segurança, cidadania, entre outros.

Palavras-chave: mercado de trabalho; travestis; transexuais; políticas sociais.

## RESUMEN

RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto. **Mapeo crítico de iniciativas de inserción y apoyo a trabajadoras/es trans en el mercado laboral brasileño.** 2023. 316 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

La tesis tiene como objetivo mostrar el mapeo crítico de las iniciativas de inserción y apoyo de los trabajadores trans en el mercado de trabajo brasileño, por lo tanto, presento un mapeo de las propuestas e iniciativas gubernamentales y no gubernamentales relacionadas con el trabajo y la renta destinadas a la inserción de los trabajadores trans en Brasil, y si tales acciones tienen características de la División Sexual del Trabajo. Partiendo del supuesto de la casi ausencia del Estado brasileño en el desarrollo de estas iniciativas. Los tipos de trabajo que ofrecen las iniciativas, con características de precariedad y subcontratación, refuerzan aún más los procesos de exclusión y transfobia existentes, considerando que existen barreras en la contratación y pueden existir obstáculos en el desarrollo de la función empleada. El todavía bajo número de iniciativas encontradas también llamó nuestra atención sobre el hecho de que, en su mayoría, la sociedad brasileña todavía no ve a la población trans como seres humanos, ni siquiera dignos de vender su fuerza de trabajo, como la cisheteronormatividad que afecta a estos cuerpos. La falta de políticas públicas dirigidas a la población trans ha sido un agravante para que estos delitos sigan sin denunciarse y no reciban la debida sanción. Las personas trans siguen ocupando lo que Marx (2017) llama una sobrepoblación estancada, trabajadores que no pueden ingresar al mercado laboral, por lo tanto, deambulan de ocupación en ocupación para tratar de garantizar su supervivencia. Más grave aún es que los trabajos precarios se naturalizan como única realidad para esta población. Cuando observamos los escenarios de políticas públicas existentes en Brasil para las personas trans, además de la falta de garantía de acceso a las pocas políticas, no existen derechos fundamentales de acceso al trabajo, calificación profesional, educación, cultura, ocio, seguridad, ciudadanía, entre otros.

Palabras clave: mercado de trabajo; travestis; transexuales; política social.

## ABSTRACT

RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto. **Critical Mapping of Initiatives for the Inclusion and Support of Trans Workers in the Brazilian Labor Market.** 2023. 316 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The thesis aims to show the critical mapping of insertion and support initiatives for trans workers in the Brazilian labor market, thus, I present a mapping of governmental and non-governmental proposals and initiatives related to work and income aimed at insertion of trans workers in Brazil, and if such actions have characteristics of the Sexual Division of Labor. Based on the assumption of the almost absence of the Brazilian State in the development of these initiatives. The types of work offered by the initiatives, with characteristics of precariousness and subcontracting, further reinforce the existing processes of exclusion and transphobia, considering that there are barriers in hiring and there may be obstacles in the development of the employed function. The still low number of initiatives found also called our attention to the fact that, for the most part, Brazilian society still does not see the trans population as human beings, not even worthy of selling their workforce, such as cisheteronormativity that affects these bodies. The lack of public policies aimed at the trans population has been an aggravating factor for such crimes to remain underreported and not receive the due punishment. Trans people remain occupying what Marx (2017) calls a stagnant overpopulation, workers who cannot enter the labor market, therefore, they wander from occupation to occupation to try to guarantee their survival. Even more serious is that precarious jobs are naturalized as the only reality for this population. When we observe the scenarios of public policies existing in Brazil for trans people, in addition to the lack of guarantee of access to the few policies, there are no fundamental rights of access to work, professional qualification, education, culture, leisure, security, citizenship, among others.

Keywords: labor market; transvestites; transexuals; social politics.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 – Iniciativas de trabalho e renda para pessoas trans por região .....	252
Gráfico 02 – Tipo das iniciativas .....	255
Tabela 01 – Local, iniciativa e natureza das iniciativas de geração de emprego e renda para pessoas trans no país .....	258
Gráfico 03 – Natureza das Iniciativas .....	278
Gráfico 04 – Ramo de atividades de empresas contratantes .....	282

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABL	Associação Brasileira de Lésbicas
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
APOLGBTSP	Associação da Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo
ASTRAL	Associação Nacional de Travestis e Liberados
ASSOTRAM	Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas
ATTRAC	Associação das Travestis e Transexuais do Acre
ATRATO	Associação das Travestis e Transsexuais do Estado do Tocantins
BSH	Brasil sem Homofobia
BM	Banco Mundial
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEDS	Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CRC	Combahee River Collective
CTAS	Centrais de Teleatividades
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DST	Divisão Sexual do Trabalho
EBGL	Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENAHT	Encontro Nacional de Homens Trans e Pessoas Transmasculinas
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis e Transexuais
ESH	Escola Sem Homofobia
FHC	Fernando Henrique Cardoso

FMI	Fundo Monetário Internacional
FTM	Female to Male
GATTRS	Grupo de Apoio a Travestis e Transexuais de Rondonópolis
GGB	Grupo Gay da Bahia
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAT	Instituto Brasileiro De Transmasculinidades
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LER-DORT	Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
MEL	Movimento do Espírito Lilás
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MPT	Ministério Público do Trabalho
MT	Ministério do Trabalho
NINETS	Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAISM	Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PNCDDH- LGBT	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PPA	Plano Plurianual
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REDETRANS	Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
STF	Supremo Tribunal Federal
TI	Tecnologia da Informação

TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TMA	Tempo Médio de Atendimento
TMO	Tempo Médio Operacional
TMP	Transgrupo Marcela Prado
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids
UNILAB	Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 PERCURSO METODOLÓGICO DE APROXIMAÇÃO COM A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E PESSOAS TRANS</b> .....	31
1.1 <b>O Estado da Arte das Pesquisas Sobre Trabalho e População Trans no Brasil</b> .....	34
1.2 <b>O uso da Internet na Pesquisa Acadêmica</b> .....	36
1.3 <b>O uso das redes sociais</b> .....	40
<b>2 RELAÇÕES DE TRABALHO E DA GERAÇÃO DE RENDA NO BRASIL</b> .....	44
2.1. <b>Reestruturação produtiva, metamorfoses no mundo do trabalho na contemporaneidade, e os ataques aos direitos das/os/es trabalhadoras/es</b> .....	50
2.2. <b>Políticas de geração de trabalho e renda no Brasil: uma abordagem histórica</b> .....	66
2.3 <b>Dados sobre inserção de trabalho e renda no Brasil: Políticas de trabalho e geração de renda</b> .....	79
<b>3 ESTUDOS DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E INTERSECCIONALIDADE</b> .....	87
3.1 <b>Os estudos de gênero e relações de trabalho</b> .....	92
3.2. <b>A categoria Divisão Sexual do Trabalho, os impactos da reestruturação produtiva na Divisão Sexual do Trabalho e o caráter heterocentrado da mesma</b> .....	105
3.3. <b>Interseccionalidade: surgimento e produção bibliográfica sobre esta categoria de análise</b> .....	125
3.4 <b>O feminismo decolonial</b> .....	133
<b>4 EMPREGABILIDADE TRANS</b> .....	142
4.1. <b>Quem são as travestis, as mulheres transexuais e os homens trans brasileiros/as?</b> .....	148
4.2 <b>O Trabalho Sexual no Brasil</b> .....	170
4.3 <b>O setor de serviços como alternativa de trabalho para as travestis, as mulheres transexuais e os homens trans</b> .....	177
<b>5 AS INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS PARA PRODUÇÃO DE TRABALHO E RENDA ENTRE PESSOAS TRANS NO BRASIL: EXISTE UMA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO?</b> .....	196
5.1. <b>Movimento LGBTI+ e diversidade de demandas por direitos na cena pública brasileira: revisão bibliográfica</b> .....	198
5.2. <b>A incidência do movimento LGBTI+ nas políticas públicas dos anos 2000 e a emergência do tema do trabalho e da geração de renda (Brasil Sem Homofobia, Conferências LGBTI+ e outros)</b> .....	211

<b>5.3. História das primeiras iniciativas governamentais e não-governamentais de geração de trabalho e renda para a população trans</b> .....	228
<b>5.4. Mapeamento remoto das iniciativas dirigidas à população trans</b> .....	247
<b>5.4.1. Considerações sobre o trabalho de campo realizado</b> .....	248
<b>5.5 Mapeamento remoto das iniciativas de “capacitação”, promoção do acesso ao mercado de trabalho e geração de renda dirigidas à população trans</b> .....	251
<b>CONCLUSÃO</b> .....	284
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	290
<b>APÊNDICE A - MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS DE INSERÇÃO DA POPULAÇÃO TRANS NO MERCADO DE TRABALHO.</b> .....	312
<b>APÊNDICE B - PESQUISAS RELACIONADAS AO TEMA DO TRABALHO PARA POPULAÇÃO TRAVESTI E TRANSEXUAL</b> .....	313

## INTRODUÇÃO

*Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo,  
para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você.*

*Glória Anzaldúa*

Pensando em Glória Anzaldúa (2000) que muito me inspira nessa escrita e em muitas outras, quero começar enunciando que “Ainda não desaprendi as tolices esotéricas e pseudo-intelectualizadas que a lavagem cerebral da escola forçou em minha escrita”. Falo isso diante de todas as instituições que estiveram no meu caminho atravessadas pelo poder disciplinar que foram me moldando, em especial na forma de escrever. Para Foucault (2014), a disciplina fabrica corpos submissos e exercitados.

Essas características de vigilância, normatização e punição dos corpos não é nenhuma novidade, foram e continuam sendo construídas historicamente por uma série de instituições com seus inúmeros meios de manipulação e controle. Essas instituições também são responsáveis pela produção de discursos que criam e alimentam crenças, especialmente relações marcadas por uma dicotômica e binária superioridade de um e a subordinação de outro. Uma base epistemológica do modelo de pensamento ocidental que comanda a forma de conhecimento que teremos acesso na academia.

Um fato que me foi muito comum desde que adentrei em instituições escolares e acadêmicas é que é muito comum o predomínio de autores/escritores homens, cisgêneros, europeus e/ou estadunidenses, algo que também se reflete na literatura. E aqui aproveito para abrir meu primeiro parêntese de outros que virão, pois na escola, nas disciplinas de literatura, nunca me foi apresentada as grandes escritoras Carolina de Jesus e Conceição Evaristo, tampouco Diana Salu, Amara Moira e João W. Nery.

Hoje entendi sobre o silêncio, invisibilidade e apagamento histórico de alguns grupos, em especial das mulheres. Digo isso porque sempre me incomodou que em todo novo ano na escola aprendia sobre José de Alencar e as suas escritas sobre os “Perfis de Mulheres”, um homem escrevendo sobre mulheres. Passados os trinta anos de vida, tomei consciência do porquê que vim a conhecer algumas escritas tardiamente, já que é um resultado de uma base hegemônica da produção de saberes do nosso sistema colonizador.

À vista disso, retorno a escrita de Anzaldúa (2000), quando chama atenção para o certo desconforto que sente ao escrever, desconforto que sabe que é compartilhado por muitas mulheres subalternizadas. O que também me inspirou em janeiro de 2021, a aceitar o convite da minha amiga Alexandra Maia a criar a Papel Mulher, uma coletiva feminista que tem como objetivo divulgar a escrita de mulheres<sup>1</sup> através da intervenção urbana feita com colagem de lambe-lambe nas ruas.

A coletiva nasce da ideia de que existe uma disputa de narrativa, ou seja, de que uma sociedade machista, classista, racista, xenofóbica e homolesbotransfóbica, cria um esquema que sobrepõe uma categoria em relação a outra, fixando uma relação de poder. E aqui, eu recorro o que Kilomba (2019), mostra que no início do semestre direciona algumas questões como “quem foi a rainha Nzinga?”; “Quanto tempo durou a colonização alemã no continente africano?”.

Ao final, Grada Kilomba não se surpreendia que a maioria das/os estudantes brancas/os não consigam responder às questões, enquanto estudantes negras/os respondem corretamente a maioria delas. Para ela, esse exercício nos leva a entender como os conceitos de conhecimento, escolaridade e ciência são intrinsecamente relacionados ao poder e à autoridade racial.

Kilomba (2019), mostra que algumas questões precisam ser feitas porque a academia não é um espaço neutro, é sim um espaço branco onde o privilégio de falar vem sendo constantemente negado às pessoas negras e não-brancas. No mesmo caminho, Anzaldúa (2000), faz sua crítica ao sistema educacional que realiza uma lavagem cerebral forçando apenas a um tipo de escrita em uma língua que pode não ser a sua. E ainda questiona “Quem sou eu, uma pobre chicanita do fim do mundo, para pensar que poderia escrever?” (p. 230). Nesse movimento, para a autora a escrita é um ato de rebeldia, é difícil, mas também é libertador.

Por que sou levada a escrever? Porque a escrita me salva da complacência que me amedronta. Porque não tenho escolha. Porque devo manter vivo o espírito de minha revolta e a mim mesma também. Porque o mundo que crio na escrita compensa o que o mundo real não me dá. No escrever coloco ordem no mundo, coloco nele uma alça para poder segurá-lo. Escrevo porque a vida não aplaca meus apetites e minha fome. Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você. Para me tornar mais íntima comigo mesma e consigo. Para me descobrir, preservar-me, construir-me, alcançar autonomia. Para desfazer os mitos de que sou uma profetisa louca ou uma pobre alma sofredora. Para me convencer de que tenho valor e que o que tenho para dizer não é um monte de merda. Para mostrar que eu posso e que eu escreverei, sem me importar com as

---

<sup>1</sup> A ideia primordial foi a de divulgar a escrita de mulheres, mas passamos a divulgar a escrita de pessoas não binárias, homens trans e transmasculines.

advertências contrárias. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (Anzaldúa, 2000, p. 232).

Para Anzaldúa (2000), uma mulher que escreve tem poder, e uma mulher com poder é temida. Assim, sua escrita é um convite para que as mulheres ocupem os espaços, escrevam, pois o que nos valida como seres humanos, nos válida também como escritoras. E ainda aponta na sua carta, “Nenhum assunto é muito trivial. O perigo é ser muito universal e humanitária e invocar o eterno ao custo de sacrificar o particular, o feminino e o momento histórico específico” (p. 233).

Há uma importância de não só questionar, mas fazer uso de novos aportes epistemológicos que levem em consideração a pluralidade em que se configuram as formas de opressões. O sistema colonizador fortalece as relações de poder e toma proporções gigantescas, inclusive na forma como escrevemos e lemos.

Ainda me é desconfortável a “escrita acadêmica”, ao elaborar artigos científicos, projetos de pesquisa, ensaios, resumos, resenhas, dissertações de mestrado e essa tese de doutoramento passo por momentos que repercutem de diferentes maneiras, como sentimento de insegurança e ansiedade. Ainda mais quando se tem um roteiro normativo pré-estabelecido de como deve ser essa escrita, ocorre uma certa produção de regimes de verdade no interior de textos acadêmicos. E pergunto “Até que ponto estamos naturalizando o desenvolvimento de determinadas escritas enquanto único caminho possível?”.

As críticas feministas apontam o quanto a ciência objetifica as mulheres, e nos abdicou a capacidade e autoridade do conhecimento. Louro (1997) caracteriza que uma das mais significativas marcas dos Estudos Feministas é o seu caráter político.

Objetividade e neutralidade, distanciamento e isenção, que haviam se constituído, convencionalmente, em condições indispensáveis para o fazer acadêmico, eram problematizados, subvertidos, transgredidos. Pesquisas passavam a lançar mão, cada vez com mais desembaraço, de lembranças e de histórias de vida; de fontes iconográficas, de registros pessoais, de diários, cartas e romances. Pesquisadoras escreviam na primeira pessoa. Assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança (p. 19).

Assim sendo, com os feminismos, as mulheres passam a desconstruir as narrativas que controlavam as suas vidas e buscam produzir novas cartografias existenciais (Rago, 2013). Os estudos feministas e de gênero levantaram um conjunto de questões e reflexões metodológicas

importantes para compreender a forma como são naturalizadas as relações de opressão. Críticas à produção do conhecimento, a ciência moderna, sua perspectiva universal e androcêntrica são algumas das principais questões apontadas pelas epistemologias feministas.

Assim, historicamente, a Ciência Moderna objetificou as mulheres, também negou a capacidade e autoridade do saber, e vem produzindo conhecimentos que não atendem aos nossos interesses emancipatórios (Sardenberg, 2007). Isso posto, Grosfoguel (2009), indica que os paradigmas eurocêntricos hegemônicos ao longo dos últimos quinhentos anos inspiraram a filosofia e as ciências ocidentais do sistema mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno, e assim assumem um ponto de vista universalista, neutro e objetivo. Haraway (1995), expôs que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma desejada de poder que é bem objetivo.

Nesse rumo, alguns intelectuais feministas e estudiosos/es do Terceiro Mundo, vieram recordar-nos que falamos sempre a partir de um determinado lugar situado nas estruturas de poder. Ninguém escapa às hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais do sistema colonial capitalista (Grosfoguel, 2009).

Para tentar resumir, historicamente mulheres, comunidades negras, indígenas e muitas outras pessoas do Sul global vem sendo consideradas/os enquanto objetos de análise de teorias elaboradas a partir de uma visão do Norte, produzindo conhecimentos eurocêntricos. Para Lugones (2008)

Essa forma de conhecimento foi imposta, em todo o mundo capitalista, como a única racionalidade válida e como emblemática da modernidade. De modo mitológico, a Europa, centro capitalista mundial que colonizou o resto do mundo, passou a figurar como pré-existente ao padrão capitalista mundial de poder e, assim, estaria no ponto mais avançado da temporalidade contínua, unidirecional e linear das espécies (p.81).

Nessa orientação, as perspectivas decoloniais vem criando perspectivas que abarcam o sul global, pensando estratégias, teorias e metodologias para que a ciência se aproxime mais de suas realidades, trazendo o sujeito do conhecimento em primeira pessoa.

Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A “ego-política do conhecimento” da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um “Ego” não situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciador encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de

poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia (Grosfoguel, 2009, p. 46).

A ideia é que possamos construir nossas próprias ferramentas conceituais teóricas na construção do conhecimento, anunciar o lugar da fala, “participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas” (Pelúcio, 2012).

Nessa mesma concepção, Scott (1998) mostra que conhecimento é adquirido através da visão, o olhar é a origem do saber, nesse ponto o visível é privilegiado e escrever é colocado a seu serviço. “Escrever é reprodução, transmissão, - a comunicação do conhecimento adquirido através de experiências (visual, visceral)” (p. 300). E a autora completa dizendo que quando a comunicação do conhecimento se apresenta a partir da experiência, “a asserção da referencialidade é mais reforçada, o que, afinal de contas, poderia ser mais verdadeiro do que o relato da própria pessoa a respeito do assunto que ela vivenciou?” (p. 301)

Todos esses apontamentos apresentados são instrumentos teóricos que visam a transformação da realidade vigente em uma realidade que considere as diversas vozes, identidades, maneiras de ser, novas formas de se constituir e organizar a sociedade, e diversos saberes. Trata-se de uma nova forma de sentir-pensar-fazer o espaço-tempo-sociedade.

No final das contas, depois de tanto falar o que quero apontar é que a escrita posicionada promove importantes implicações metodológicas e políticas na elaboração dessa tese, e que assim venho adotando minha necessidade da escrita acadêmica ser situada em primeira pessoa, perspectiva que estou tentando assumir aqui.

Falo em tentativa de assumir, pois conforme já mencionei e volto a repetir o que Anzaldúa (2000) indica “ainda não desaprendi as tolices esotéricas e pseudo-intelectualizadas que a lavagem cerebral da escola forçou em minha escrita”. Então, nesse esforço destaco um possível ecletismo teórico - no qual ainda não compreendi do que se trata - que posso estar causando na trajetória teórica percorrida dessa tese. Mas, por enquanto, é o que posso elaborar.

A tarefa integral da atividade de pesquisa, seja a leitura, a escrita, a revisão, a produção textual, a análise e/ou a identificação do objeto, constituiu-se para mim como um processo contínuo de debates e reflexões construídos em diversos espaços. Os debates e reflexões questionavam, construíam, desconstruíam, analisavam, criticavam, naturalizavam, mas principalmente desnaturalizavam e me traziam infinitos questionamentos. Por ora, é possível

afirmar que todo esse processo é fruto de uma trajetória política, pessoal, profissional e acadêmica que vou contar aqui.

O interesse sobre o tema “mercado de trabalho para travestis e transexuais” surgiu desde muito cedo na pequena cidade do interior da Paraíba, ainda criança. Foi na década de 1990 que eu conheci Paula Silva. A princípio apresentada pelos olhares normativos como *Paulete*, “um homem que se vestia e queria ser mulher” - interessante que hoje entendo que o sufixo “ete” indica a ideia de diminutivo, e a depender do seu uso pode vir a significar algo pejorativo. Então, fica o questionamento sobre o conhecimento do uso do sufixo de quem a nomeava dessa maneira. Mas mesmo sendo *Paulete*, sempre foi tratada e vista no gênero feminino.

Paula foi “amadrinhada” por Dona Júlia, que também era minha avó materna, porém nunca vi Paula em ambientes familiares. E onde eu a via? Na rua, caminhando com passos apressados, o que fazia com que seus longos cabelos voarem junto com o vento. Algo que sempre me foi estranho, decorre do fato de que quando nos encontrávamos com Paula pela rua, a tratávamos como uma desconhecida, apesar de todas/os terem o conhecimento de quem ela era: afilhada de Vovó Julia.

Em casa, aprendi que era natural “achar graça” dela, afinal é muito engraçado que um homem queira ser mulher. Porém, mesmo com o aprendizado diário do deboche, nunca consegui achar graça da Paula e, também, nunca entendi as zombarias e os olhares tortos a ela dirigidos. Quando os presenciei, ao contrário, sentia meu coração bater acelerado, meu corpo esquentar e suar: aquilo me incomodava profundamente, pois nutria admiração por sua pessoa, muita empatia pela forma como ela se expressava e encanto pela diferença marcada no seu corpo. Paula não era respeitada pelo seu nome social, não terminou a escola, migrou da zona rural para a urbana e trabalhava como cozinheira de um pequeno bar da cidade, onde os clientes não a viam, pois a cozinha ficava nos fundos.

Seu trabalho era invisível e precário, em consonância com sua visibilidade social. Ao mesmo tempo, eu também questionava a separação e hierarquização de homens e mulheres que passaram pela minha vida.

A partir de então, outros sujeitos que quebraram as normas do corpo e do gênero passaram pela minha infância/adolescência no brejo paraibano, e grande parte deles era violentada e ridicularizada. Mais tarde, através da leitura de autoras/es como Foucault (1988; 2017), Louro (2013a; 2013b), Anzaldúa (2000), Kilomba (2019) e tantas/os/es outras/os/es fui entendendo sobre os processos de controle e monitoramento sobre os corpos, sobre o desejo de

padronização e regulamentação dos mesmos, e de como nossos corpos são indiciados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos pela aparência.

Na análise de Louro (2013a), é através de múltiplas estratégias de disciplinamento que aprendemos a vergonha e a culpa, experimentamos a censura e o controle, que nos fazem acreditar que as questões da sexualidade são assuntos privados. Dessa forma deixamos de conceber a dimensão política e social do corpo. O estudo sobre a “História da sexualidade – a vontade de saber” realizado por Foucault (1998) é central para a discussão sobre o corpo e a sexualidade. Para o autor, a sexualidade é histórica e vem sendo moldada no interior das relações de poder, modelando e policiando os corpos e os comportamentos individuais.

Mais tarde, também fui percebendo o quão estava cerceada de diversas regras e normas de comportamento que giram em torno de feminilidades, masculinidades e dos padrões de gênero. Tudo isso sempre me incomodou, nada me parecia “normal” ou “natural”. A partir de então, as fontes de aproximação se misturaram e foram se intensificando ao entrar no ambiente acadêmico, durante a graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com as aproximações com os estudos feministas e de gênero, na inserção no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) e na Marcha Mundial das Mulheres (MMM).

Nesse período, a aproximação com o tema da pesquisa, também, chegou através das observações realizadas durante as Conferências LGBT (na Conferência Municipal de Campina Grande no ano de 2011 e na Conferência Estadual da Paraíba, também no ano de 2011), onde técnicos e ativistas relataram por diversas vezes a incipiência de ações no campo das políticas de assistência social, trabalho e geração de renda destinadas à população LGBT no Brasil.

Mais adiante, já aprovada no Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), realizando uma análise da direção social do atendimento da política de assistência com a população LGBT, o tema do trabalho e da geração de renda retornou às inquietações ao concluir a dissertação<sup>2</sup> apresentada no ano de 2014. Nela, foi possível constatar com os/as profissionais dos CREAS (Centro de Referência Especial da Assistência Social) um número pequeno, quase inexistente de dados

---

<sup>2</sup> A dissertação sob o título de “Assistência Social, para quem e para quem? Uma análise acerca do atendimento às populações LGBT no âmbito dos CREAS, do município de João Pessoa-PB” realizou uma análise sobre a viabilização do direito no que concerne a política de assistência social não se concretiza na vida cotidiana de LGBTs, pelo contrário, tornam-se demandas invisíveis nos cotidianos de atendimento dos CREAS (Ribeiro, 2014).

acerca de travestis e mulheres transexuais no mercado de trabalho formal e informal<sup>3</sup>, parecendo haver um certo confinamento em áreas restritas de atuação (*telemarketing*, mercado sexual, moda e os serviços estéticos como os de cabeleireiro e manicure, que estão inscritos no campo do cuidado<sup>4</sup>).

Naquele momento, minha hipótese mais provável para dialogar com este quadro foi a de que sobre ele incidia o fato da sociedade se mostrar mais tolerante à atuação delas nesses segmentos do mercado de trabalho.

Assim foi surgindo a definição do tema dessa tese e a aparição do primeiro questionamento com relação “Aonde<sup>5</sup>” estão as pessoas trans no mercado de trabalho no Brasil. A preocupação se adensou ao ingressar no Núcleo Tirésias<sup>6</sup>, onde obtive a experiência de organizar o 1º Seminário Internacional Desfazendo Gênero<sup>7</sup>, um evento criado por pesquisadoras/es e ativistas articuladas/os pelo esforço de problematizar como a sexualidade, em interação com outros marcadores sociais da diferença, atuam na composição dos processos sociais, constituindo uma potente estratégia para compartilhar dificuldades em inserir as interpelações epistemológicas, teórico-conceituais, metodológicas e políticas aportadas pelos estudos *queer*<sup>8</sup> nos eventos já existentes no Brasil.

---

<sup>3</sup> No desenvolver da tese serão desenvolvidos os critérios sobre o entendimento de trabalho formal e informal empregados na pesquisa. Será dado o entendimento de que no Brasil “nosso mercado de trabalho não é rigidamente segmentado em setores formal e informal” (Cardoso, 2013, p. 90).

<sup>4</sup> O *cuidado* é uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem. (Kergoat, 2016).

<sup>5</sup> O uso do termo “Aonde” indica a ideia de movimento, ação contínua, deslocamento; entendemos que o processo de inserção da população travesti e transexual no mercado de trabalho encontra-se em movimento, e em *um lugar que não é estático* e não está definido *a priori*.

<sup>6</sup> O Tirésias é um núcleo interdisciplinar de estudos em gênero, sexualidade e Direitos Humanos da UFRN que, promove ações de educação para a diversidade e respeito às diferenças.

<sup>7</sup> Na primeira edição, o Desfazendo Gênero contou com uma conferência de abertura internacional (da socióloga e militante queer francesa, Marie-Hélène Bourcier), com cinco minicursos, oito mesas redondas, uma mostra artística e uma apresentação de pesquisas em 39 grupos de trabalho (GTs).

<sup>8</sup> A teoria *queer* começou a ser desenvolvida por pesquisadores e ativistas diversos a partir do final dos anos 1980, especialmente nos Estados Unidos. De acordo com Louro (2001), a expressão *Queer* pode ser traduzida por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. Mas a expressão também se constitui na forma pejorativa com que são designados homens e mulheres homossexuais nos países de língua inglesa. Trata-se de um insulto que tem, para usar o argumento de Judith Butler, a força de uma invocação sempre repetida, um insulto que ecoa e reitera os gritos de muitos grupos homófobos, ao longo do tempo, e que, por isso, adquire força, conferindo um lugar discriminado e abjeto aqueles a quem é dirigido. Este termo, com toda sua carga de estranheza e de deboche, é assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade, reconhecida pela maioria do movimento homossexual. Aqui no Brasil, Bento (2009), utiliza a expressão *Estudos Transviados*, uma tradução cultural idiossincrática que a autora faz para os estudos *queer*.

Mais tarde, em 2017, também estive na organização da 3º edição do Seminário Internacional Desfazendo Gênero<sup>9</sup> realizado na cidade de Campina Grande (PB). Naquela edição, o evento foi organizado pelo Núcleo de Investigações e Intervenções em Tecnologias Sociais (NINETS), da UEPB, núcleo na qual integro a Linha 2 de pesquisa “Institucionalidade e Tecnologias de Controle<sup>10</sup>”.

O Ninets<sup>11</sup> é um núcleo que aglutina estudos, pesquisas, intervenções, produção, inovação e difusão Tecnológica; procura desenvolver iniciativas que envolvem, de maneira articulada, ações de investigação, produção do conhecimento e intervenções sociais com grupos sociais afetados por dinâmicas articuladas de discriminações associadas à raça, gênero, sexualidade e outros marcadores sociais da diferença.

O NINETS existe porque fomos interpeladas/os por Ninete<sup>12</sup>, uma travesti “preta e deficiente”. Desde pequena, Ninete enfrentou grandes dificuldades para ingressar e permanecer na escola. Mais tarde, após várias tentativas de obter trabalho, sem sucesso, passou a atuar na Rua João Pessoa, um dos pontos de prostituição mais tradicionais da cidade de Campina Grande (PB). Em 15 de abril de 2011, sob olhar “atento” de câmeras de vigilância de trânsito no local, Ninete foi covardemente assassinada com cerca de 30 golpes de faca desferidos no pescoço, tendo sua cabeça praticamente decepada.

Apesar de sua morte repercutir em cadeia nacional, até hoje, pouco se avançou nas investigações dela. Ninete tinha 24 anos de idade e residia com um irmão mais velho e a mãe, uma senhora de aproximadamente setenta anos, no bairro da Catingueira, periferia da cidade de Campina Grande (PB). A existência do Núcleo foi acalentada pelo desejo de contribuir para que cenas como aquela deixassem de existir.

Algumas inquietações também surgiram durante meu tempo como professora no Centro Universitário Leão Sampaio (UNILEÃO) no município de Juazeiro do Norte (CE), onde

---

<sup>9</sup>A terceira edição contou com a participação de um público aproximado de 1500 pessoas, tendo uma conferência de abertura realizada pela Dra. Jasbir K. Puar. Contou ainda com 8 mesas temáticas, 1 mostra de cinema Palestina Vive, palestras, 64 simpósios temáticos nos quais foram apresentados aproximadamente 884 trabalhos inscritos e aprovados no evento. Foram ofertados 33 minicursos, 29 oficinas e 7 tendas de vivência, além do lançamento de dezenas de livros e artefatos tecnológicos, apresentações artístico-culturais, entre shows, performances, intervenções e instalações. Também ocorreu durante todo o evento um espaço para feiras e trocas solidárias.

<sup>10</sup> A linha aglutina pesquisas que problematizem efeitos da estratégia organizada para atuar na negociação com a institucionalidade estatal; proponham análises sobre como técnicas de controle e agenciamento perpassam práticas profissionais, serviços sociais ofertados através de políticas públicas; a análise das estratégias construídas para negociar com a institucionalidade governamental e sua reverberação na organização coletiva, especialmente dos grupos articulados como reação a processos de racialização e sexualização.

<sup>11</sup> Para mais informações, acesse: [www.ninets.com.br/#home](http://www.ninets.com.br/#home)

<sup>12</sup> Aqui chamo atenção para o aparecimento do sufixo “ete” no nome.

trabalhei entre os anos de 2015 e 2017. No local, conheci Dhyarlla Bereghy, funcionária da mesma instituição, mulher, negra, transexual e trabalhadora. Em seu crachá e entre seus colegas de trabalho, ela era chamada pelo nome masculino. Dhyarlla nunca reclamou, porém era nítido seu desconforto.

Uma vez perguntada sobre o não respeito ao seu nome social, ela desconversou, falou que os demais não entendiam que ela era mulher e destacou que era sortuda, pois não estava na pista<sup>13</sup>, como as demais colegas. Dhyarlla era auxiliar de limpeza e tinha sido contratada por uma empresa terceirizada de prestação de serviços gerais para a UNILEÃO. Diante da ameaça constante de perda do emprego tão dificilmente conquistado, ela passou a considerar também “natural” que os/as colegas estivessem no trabalho sexual, pois era naquele local que elas poderiam obter recursos financeiros para cuidar do corpo e para pagar as contas.

Através da inserção e da circulação em diversos espaços políticos, acadêmicos, pessoais e profissionais, pude ir, portanto, acompanhando a reivindicação em especial de pessoas travestis, transexuais, ativistas, profissionais do Serviço Social e de áreas afins em relação a incipiência de ações de inserção das travestis e das/os transexuais (Pessoas Trans<sup>14</sup>), no mercado de trabalho. Em um momento único na história brasileira, em que as questões trans ganharam intensa visibilidade pública no Brasil: a segunda metade dos anos 2000 em diante.

As inquietações produzidas pela minha inserção político-acadêmica no campo dos estudos de gênero e sexualidade foram mexendo com meu olhar de mulher, paraibana, ativista, assistente social e pesquisadora. E, assim, cheguei à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), depois de andanças por diversas partes do Brasil, em especial pelo Nordeste. Foi na cidade do Rio de Janeiro (RJ) que pude identificar ainda mais os “meus marcadores”<sup>15</sup>, em especial o sotaque.

Isso ocorreu ainda durante o processo seletivo no programa no qual estou inserida, quando fui vítima de xenofobia por uma colega assistente social e candidata ao programa. Minha “sorte” foi não ter encontrado essa colega após o processo seletivo, muito provavelmente por ela não ter adentrado nas vagas. Entretanto, após esse episódio outros vieram a acontecer: em bares, restaurantes, viagens por aplicativo, entregas de *delivery*, em relações com vizinhos,

---

<sup>13</sup> A pista/avenida/rua/esquina são categorias nativas para classificar o espaço do trabalho sexual (Pelúcio, 2009). Para Kulick (2008), a pista também se constitui em um espaço em que as travestis recebem elogios e reconhecimento. No desenvolver da tese explicarei melhor sobre a questão do reconhecimento.

<sup>14</sup> Adotaremos no trabalho o uso da categoria Pessoas Trans para nos referirmos às travestis, às mulheres transexuais e aos homens trans.

<sup>15</sup> Referência ao conceito de marcadores sociais de diferenças. Para mais informações ver Brah (2006).

e outras ocasiões, falo no “masculino”, pois grande parte foi protagonizada por homens, cis e brancos incomodados com a “paraibada”.

A Paraíba deixou de ser um lugar para muita gente e se tornou um termo que é relacionado à inferioridade, uma palavra que foi até proferida pelo presidente Jair Bolsonaro como forma de chacota. Foram diversos ataques que vivenciei que, por vezes, me fizeram ter vergonha de falar, até que a aproximação mais intensa com os estudos decoloniais me fez entender: a relação do Sudeste com o Nordeste ainda é de colonização, também produzem discursos da verdade e querem nos fazer “abaixar a cabeça” e nos reduzir para caber no que já foi determinado.

Mas conforme o cantador Flávio José, “me machucando provocou a minha ira”, e assim reforcei meu sotaque e contei minha história, não somos “O Quinze” de Rachel de Queiroz, tampouco o que contam às novelas, como disse Anzaldúa (2000), fui reescrevendo as histórias mal escritas sobre mim. Nunca estive sozinha, outras pessoas migrantes me acompanharam, com diversos tipos de intersecções. Por fim, esse “pedaço” da tese é apenas para afirmar, Sou Paraíba, Sim. Não NEGO<sup>16</sup>.

O processo histórico de inserção das mulheres como trabalhadoras, evidencia que essa inserção, como também suas condições não têm sido as mesmas para mulheres brancas e mulheres negras. Scott (1991) enfatiza que durante o período de industrialização na Inglaterra do século XIX a força feminina era predominantemente jovem e solteira, e que as mulheres eram associadas ao trabalho barato, porém nem todo trabalho barato era apropriado para elas. Os trabalhos na qual eram contratados eram definidos como “trabalho de mulher”, adequado de algum modo às suas capacidades físicas e ao seu nível de produtividade.

No que diz respeito às mulheres negras, Carneiro (2003), realça que o movimento de mulheres negras vem pondo em relevo a distância no mercado de trabalho entre mulheres brancas e mulheres negras, e denuncia peso do racismo e da discriminação racial nos atuais processos de seleção e alocação da mão-de-obra feminina.

Atualmente, deparamo-nos com outro processo de complexidade semelhante: o da inserção das travestis<sup>17</sup>, das mulheres transexuais e dos homens trans<sup>18</sup> no mercado de trabalho.

---

<sup>16</sup> Referência à inscrição “nego”, presente na bandeira do estado da Paraíba (PB).

<sup>17</sup> Kulick (2008) aponta que a existência de travestis é registrada em toda a América Latina, mas em nenhum país elas são numerosas e conhecidas como no Brasil, onde alcançam visibilidade notável tanto no espaço social, quanto no imaginário cultural. Em qualquer cidade brasileira, pequena ou grande, existem travestis.

<sup>18</sup> A análise da origem e do desenvolvimento dos conceitos científicos de travesti e transexual será desenvolvido posteriormente na tese. A intenção é explanar, conforme Leite Jr (2011), tanto a perspectiva das teorias e classificações dos códigos e manuais, como também observar na cultura popular e de massas como essas

Uma pesquisa desenvolvida por Carrara e Ramos (2006) demonstrou que os/as transexuais e as travestis formam o grupo majoritário do(a)s que não foram selecionado(a)s no emprego ou que foram demitidos(a)s em razão de sua identidade de gênero. Somado a esse processo estão os baixos níveis de escolaridade da população e, conseqüentemente, as mínimas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho.

O tratamento que é, por muitas vezes dado a estas pessoas, é baseado em estereótipos e preconceitos que, conseqüentemente, desestimulam a adesão de muitas à escolarização e a outros espaços de sociabilidade.

É importante destacar que não existem dados estatísticos sobre o número e o quantitativo exato da população trans empregada no mercado de trabalho; ativistas do movimento LGBTI+ afirmam que como muitos/as estão registrados a partir do nome que consta nos documentos de Registro Geral (RG) a partir das Secretarias de Segurança Pública, haveria dificuldades em identificar e dimensionar estes sujeitos empregados.

E se existem dúvidas quanto à quantidade e o tipo de funções executadas por essa população específica, para além do desemprego, atualmente outro grande problema enfrentado pela população brasileira é a violência em suas mais diversas expressões de acirramento da Questão Social. Connel (2014) aponta que as práticas de violência é uma ação que ou destrói ou danifica corpos. Tais práticas são estruturadas socialmente e em grande medida são geradas pela própria dinâmica social. E vai ser aplicada nas práticas rotineiras, antes socialmente invisíveis, de violência doméstica e abuso sexual até mesmo dentro do próprio ambiente familiar.

Ao focar o olhar na população trans a situação fica ainda mais preocupante. O Grupo Gay da Bahia (GGB) há mais de três décadas reúne informações da homo-lesbo-transfobia no Brasil, com isso denuncia a irresponsabilidade dos governos nas esferas federal, estadual e municipal em garantir a segurança da população LGBTI+. E, no que diz respeito ao trabalho, a concepção de trabalho para população de travestis e transexuais é pautada em preconceitos e estereótipos diversos, e, mesmo que ocorra a oferta de trabalhos, acaba favorecendo trabalhos extremamente precários.

---

identidades foram vistas e construídas. De antemão concordamos com Almeida (2012), que considera como equivalentes as categorias empíricas “homem transexual”, “homem trans”, “transhomem”, “transman”, “FTM (female-to-male)” ou “transexual masculino”. Dessa forma, para evitar o uso de múltiplas expressões, será utilizada aqui o termo “homem trans” no esforço de condensar a experiência da ‘transexualidade masculina’. Para Neves (2016), o termo *homens trans* engloba uma diversidade de homens trans. Existem homens trans intersexuais, transgêneros masculinos, trans homens, homens trans, homens e pessoas não binárias que se identificam com as transmasculinidades ou com as diferentes construções de masculinidades.

Com isso, quero mostrar que as pessoas trans estão no Mundo do Trabalho<sup>19</sup> em espaços diversos. Estão no trabalho doméstico, no trabalho sexual<sup>20</sup>, no trabalho eventual (por demanda), às vezes nas artes, em atividades ilícitas e, muitas/os, nas atividades informais (ambulantes, faxineiras, passeadores de cães, lavadores de carro, feirantes). Aqui destaco as/os trabalhadoras/es dos serviços de entrega por aplicativo<sup>21</sup>, que vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. Além destas atividades previamente mencionadas, vale lembrar que há aquelas/es que realizam atividades formais<sup>22</sup>.

Na pesquisa desenvolvida por Carvalho (2006), entre as ocupações exercidas pelas travestis estão as atividades que são atribuídas socialmente às mulheres, historicamente menos valorizadas e mal remuneradas. Outra pesquisa mostra que “a maioria das travestis quando empregadas exercem ocupações consideradas “femininas” pela sociedade” (Rondas; Machado, 2015, p. 202).

Ocupações consideradas “femininas” e que possuem a característica de serem de baixo prestígio social com trabalhos ainda mais precarizados e desvalorizados. E aqui, começo o questionamento sobre as configurações da Divisão Sexual do Trabalho<sup>23</sup> para a população trans,

<sup>19</sup> A expressão “mundo do trabalho” refere-se aos processos sociais que vêm levando às mais diversas formas sociais e técnicas de organização do trabalho desde o fim do século XX e, neste início do século XXI, pautando-se na submissão cada vez maior do processo de trabalho e da produção aos movimentos do capital em todo o mundo, compreendendo a questão social e o movimento da classe trabalhadora (Stampa, 2012, p.36).

<sup>20</sup> Adoto aqui o uso da expressão *trabalho sexual* em oposição à prostituição (frequentemente vinculado ao crime, ao desvio, à necessidade de “correção”, ao estigma e à vergonha). Como trabalhador/a do sexo, entende-se aqui todas/os aquelas/es que trocam serviços sexuais por alguma forma de ganho econômico, incluídas aí todas as atividades da indústria do sexo (Ramalho, 2012).

<sup>21</sup> De acordo com a reportagem da *BBC News* Brasil realizada em maio de 2019, que conversou com dezenas de entregadores da cidade de São Paulo. Os ciclistas ouvidos pela reportagem relataram fazer jornadas de mais de 12 horas diárias, trabalhar muitas vezes sem folgas e até dormir na rua para emendar um horário de pico no outro, sem voltar para casa. Também se constatou que grande parte pertence às classes mais baixas, mora em bairros periféricos (alguns para chegar ao local de trabalho percorrem até 30 km) e tem dificuldade para conseguir empregos no mercado de trabalho formal. Em um momento de crise e desemprego, os aplicativos de serviços (*Uber*, *iFood*, *Rappi*, entre outros) atraem desempregadas/os e os que possuem dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Para Antunes (2018), estamos presenciando a expansão da chamada uberização do trabalho, um novo estágio de exploração do trabalho e da terceirização. Trabalhadores/as com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção do carro, moto ou bicicleta, alimentação e limpeza: “Enquanto o aplicativo – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora (p.35).

<sup>22</sup> Aqui foi considerada uma ocupação formal, aquelas executadas por pessoas que são assalariadas com carteira de trabalho e previdência social (CTPS), servidores/as públicos, trabalhadores/as por conta própria contribuintes para a previdência social (Cardoso, 2013).

<sup>23</sup> A Divisão Sexual do Trabalho é um fenômeno histórico que se metamorfoseia de acordo com a sociedade da qual faz parte. Na sociedade capitalista brasileira, segundo essa divisão, o trabalho doméstico permanece predominantemente sob a responsabilidade das mulheres, estejam elas inseridas no espaço produtivo ou não. (Nogueira, 2009).

tendo em vista que do que tenho estudado até então sobre a categoria, grande parte das análises estão baseadas apenas nas relações sociais entre os sexos feminino e masculino (homens e mulheres cisgêneros). Isto é, muitos estudos deixam de considerar que, nessas relações, há algumas especificidades com relação às pessoas trans, não binárias, intersexuais, queer, e outros indivíduos que não estão em uma cadeia identitária sexo-gênero-performance.

Conforme Louro (2013), a declaração “é uma menina” ou “é um menino”, instala um processo que, supostamente, deve seguir uma determinada direção: “O ato de nomear um corpo acontece na lógica que supõe o sexo como um ‘dato’ anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, ahistórico e binário. Tal lógica implica que esse “dato” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo” (p. 15-16).

É certo que houve avanços no que diz respeito à entrada das mulheres no mercado de trabalho, conforme mostrarei neste trabalho, porém, há de se atentar para outras intersecções da classe trabalhadora. E, com isso, já adianto aqui o quanto no mundo do trabalho, as relações sociais também são pautadas na cisnormatividade, heteronormatividade, e portanto, na produção de opressões.

Por fim, mas na verdade começando, apresento um mapeamento das propostas e iniciativas governamentais e não-governamentais relativas a trabalho e renda voltadas para a inserção de trabalhadoras/os/es trans no Brasil, e se tais ações possuem características da Divisão Sexual do Trabalho. A ideia é apresentar “aonde” está a população trans na DST, e ainda mais indicar e avaliar criticamente a quase ausência do Estado brasileiro no desenvolvimento de iniciativas. Vejo que, conforme ocorreu historicamente com as mulheres no mundo do trabalho, as pessoas trans tendem a desempenhar funções com as piores remunerações e que, também, não há muitos incentivos na qualificação de suas atribuições.

Os capítulos aqui foram pensados na busca da construção de uma trajetória de diálogo entre trabalho, mercado de trabalho, políticas públicas e as pessoas trans. No primeiro capítulo mostro os caminhos metodológicos utilizados para elaboração do mapeamento e de toda a pesquisa que utilizou a Internet como principal fonte de coleta de dados. Tendo em vista que pouco se tem produzido academicamente no Brasil sobre o mercado de trabalho para pessoas trans, com isso mostro também o atual estado da arte sobre o assunto.

Já no segundo capítulo, indico o entendimento da categoria trabalho, mostrando que é uma fonte de reconhecimento e sobrevivência, mas também se constitui como uma forma de exploração. Com isso, identifico as contribuições dos estudos decoloniais na compreensão das relações de trabalho e as relações de poder complexas que nem sempre se encontram visíveis

em análises eurocentradas que já foram transpostas acriticamente durante décadas, em especial, no campo do Serviço Social, na qual estou inserida. A ideia também é sinalizar para o advento e crescimento exponencial do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos ganham impulso com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

A precarização e a intensificação do trabalho que tem se acentuado nas últimas décadas possuem intersecções de classe, gênero, território, raça e outras. Por isso, o capítulo três se concentra na discussão de como as relações sociais são marcadas pela diversidade e no entendimento de que existem experiências individuais.

Considero importante o uso do conceito de *interseccionalidade* como uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. E, também afirmo aqui, mais uma vez, a continuidade do uso do conhecimento a partir de um lugar situado. Acredito que só é possível entender nosso lugar, quer de onde estejamos falando, quer de onde estejamos escrevendo, a partir de uma compreensão mais transparente do conhecimento elaborado.

Existem contradições das relações sociais nas quais historicamente se inscreve a população trans no mundo do capital. O interesse do capital está tanto na forma de assegurar a apropriação do exército industrial de reserva – e assim garantir os salários cada vez mais baixos - como também há grande proveito em alguns setores da economia com a presença dessa parcela da população trabalhadora. Por isso, o capítulo três aborda a genealogia das categorias *travesti* e *transsexual* no Brasil, que além da luta por viver e expressar livremente o gênero com o qual se identifica, enfrenta dificuldades no mercado de trabalho, sendo muitas vezes o setor de serviços o principal responsável pela empregabilidade, um setor que historicamente se caracteriza como precário e subalterno.

Também abordo a questão do trabalho sexual como uma forma de trabalho, com os mesmos riscos de exploração e precarização. Ele tem particularidades, principalmente no que diz respeito à discriminação e violência enfrentadas por quem realiza esse trabalho, constituindo assim, uma questão social que deve ser incorporada na agenda pública estatal e de todo o conjunto da classe trabalhadora.

No capítulo cinco é onde indico as iniciativas de inserção no trabalho para pessoas trans no Brasil, um resultado da incidência do movimento LGBTI+ nas políticas públicas dos anos 2000 e a emergência do tema do trabalho e da geração de renda para pessoas trans. Indicando também que há uma característica da qualidade do mercado de trabalho em que todas as pessoas, sejam elas cisgêneras ou transgêneras, têm que se inscrever no país.

Para Antunes (2018), as transformações ocorridas no capitalismo, a partir dos anos 1990 no Brasil, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho, foram de grande intensidade. Por fim, o capítulo se concentra em mostrar o mapeamento realizado em todas as regiões do país, quais os tipos de iniciativas e analisando se as profissões direcionadas às pessoas trans possuem ou não uma divisão sexual do trabalho.

## 1 PERCURSO METODOLÓGICO DE APROXIMAÇÃO COM A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E PESSOAS TRANS

*Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever?  
Por que escrever parece tão artificial para mim?  
Eu faço qualquer coisa para adiar este ato —  
esvazio o lixo, atendo o telefone.*

*Gloria Anzaldúa<sup>24</sup>*

Quero começar esse primeiro capítulo do caminho metodológico na mesma rua que introduzi esse trabalho. E aqui volto a falar sobre a narrativa em primeira pessoa e também realizar uma tentativa da descolonização do conhecimento, que já disse Grada Kilomba (2016), “Descolonizar o conhecimento é encontrar e explorar formas alternativas e emancipatórias para sua produção, que estejam fora dos parâmetros clássicos”.

Depois de anos vendo a mesma perspectiva teórico-metodológica e política, me pergunto se é possível descolonizar o meu conhecimento, afinal de contas minha formação de graduação, mestrado e agora doutorado foi com base nas atuais Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), na qual sua base tem nítida predominância de autores europeus e estadunidenses.

Na verdade, o que existe é que para compreender os atuais mecanismos revisitamos autores/as que pesquisaram antes de nós, e mesmos/as/es esses/as autores/as acabam sendo aqueles/as que as matrizes epistêmicas estão concentradas no ocidente. Não, que devemos deixar de usar tais referências, mas seria bom o uso de padrões não dominantes na produção do conhecimento.

---

<sup>24</sup> Gloria Anzaldúa (1942-2004) é “filha de camponeses do sul do Texas, que tiveram suas famílias separadas por uma fronteira imposta, Anzaldúa fazia da leitura o descanso de suas jornadas de trabalho nas plantações. Ativista desde jovem, nos anos 1950 participou dos protestos de camponeses do sul do Texas. No fim dos anos 1960 e início dos anos 1970, teve contato com a literatura feminista, mas é nos anos 1970 que inicia sua produção literária, quando escreve peças de teatro, poemas, contos, romances e autobiografias. No começo dos anos 1980 defende a posição de que as mulheres de cor deveriam buscar meios para expressar suas idéias, transformando-se em criadoras de suas teorias e não mais em meros objetos de estudo. Publicamos este ensaio, inédito em português, em homenagem aos vinte anos da antologia *This bridge called my back* (Moraga; Anzaldúa, 1981) que foi uma das referências obrigatórias nos debates sobre diferença dentro do feminismo norte-americano dos anos 1980.” Esse trecho foi retirado do ensaio-carta falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo, a frase que estampa esse lambe foi retirada desse texto que fala tanto para nós (Papel Mulher, 2022).

Assim, há uma predominância de produções acadêmicas dos países de língua inglesa e francesa do que as demais línguas, mesmo que a escrita seja de autores/as brasileiros/as/es, sua base concentra-se paradigmas epistemológicos que tem como matriz a Europa e Estados Unidos com sujeitos, majoritariamente homens brancos, cisgêneros, cristãos e heterossexuais. Mediante esse cenário, questiona Grosfoguel (2009, “será que podemos criar conhecimentos que vão além dos fundamentalismos terceiro-mundistas e eurocêtricos?” (p. 41).

Penso nessas questões tendo em vista a estrutura de validação do conhecimento, com dimensões hierarquizadas, e ainda mais em não ver esforços institucionais e políticos para reverter esse quadro curricular no curso de Serviço Social, com exceção de assistentes sociais e pesquisadores/as negros/as/es e LGBTI+ que se utilizam com mais frequência de saberes e conhecimentos de outras epistemologias.

Lisboa (2010), observou que a construção do conhecimento do Serviço Social foi “em descompasso com os estudos feministas e/ou estudos de gênero, e que esse desencontro contribuiu para consolidar um estatuto acadêmico e uma administração do saber que reproduz a questão de gênero e legitima a dominação masculina” (p. 67).

Há outros apontamentos de Lisboa (2010), como o fato de mencionar que as Diretrizes Curriculares se colocam na mesma perspectiva firmada para todas as escolas em nível nacional, sem considerar os contextos socioeconômicos e culturais de cada região. E assim, sugere que “teorias feministas e os estudos de gênero constituam-se em um aporte teórico-metodológico significativo para o Serviço Social, uma vez que surgem para questionar todas as formas de dominação, expor novas áreas de conflitos sociais” (p. 68).

Em uma certa hierarquia de conhecimento no Serviço Social, quero tentar escapar do conhecimento a partir de um universalismo e eurocentrismo teórico, com consciência de que esse exercício que vou tentar colocar em ação não é tão simples, tendo em vista o lugar de do campo acadêmico onde me encontro, um curso onde convivem apropriações marxistas que dialogam com o pluralismo e outras que refutam qualquer aproximação de outras perspectivas teórico-políticas e que não admitem com muita frequência o falar em primeira pessoa no campo da produção de conhecimento.

Levando em consideração isso, assim como Anzaldúa (2000), pergunto “Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever?”. E a menciono novamente dizendo que “o perigo ao escrever é não fundir nossa experiência pessoal e visão do mundo com a realidade, com nossa vida interior, nossa história, nossa economia e nossa visão” (p.233).

Por isso, quero fazer essa tentativa de fusão, de anunciar meu lugar de fala que significa muito em termos epistemológicos: “porque rompe não só com aquela ciência que esconde seu narrador, como denuncia que essa forma de produzir conhecimento é geocentrada, e se consolidou a partir da desqualificação de outros sistemas simbólicos e de produção de saberes” (Pelúcio, 2012, p. 398-399). A autora complementa:

Falar de saberes subalternos não é, portanto, apenas dar voz àquelas e àqueles que foram privados de voz. Mais do que isso, é participar do esforço para prover outra gramática, outra epistemologia, outras referências que não aquelas que aprendemos a ver como as “verdadeiras” e, até mesmo, as únicas dignas de serem aprendidas e respeitadas (Pelúcio, 2012, p. 399).

Portanto, quero fazer uso de formas de conhecimentos que não estejam baseados na universalização das identidades, me aproximando de uma perspectiva decolonial, reconhecendo conforme mostram Bernardino Costa e Grosfoguel (2016), a dominação colonial nas margens/fronteiras externas dos impérios (nas Américas, no sudeste da Ásia, no norte da África), a dominação colonial nas margens/fronteiras internas dos império, os autores também mostram que no colonialismo “o eixo racial estabeleceu uma divisão de privilégios, de experiências e de oportunidades entre negros e brancos, populações indígenas e brancos, tal como exemplifica a história do Brasil” (p. 20).

Busco uma análise teórico-metodológica a partir da noção de experiência, da obra de Scott, esse uso da noção permite não a tomar como auto evidente, ou de forma essencialista, mas sim compreendendo-a a partir da história, partindo de como a experiência constrói os sujeitos, em especial de como ela foi me construindo, mas também pensar a subjetividade construída por diversas intersecções, tentando-se contrapor à ideia de uma objetividade e de um único sujeito universal.

Na tentativa também de consoante a Haraway (1995), considerar que “nenhuma perspectiva interna é privilegiada, já que todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não movimentos em direção à verdade” (p 9).

Deste modo, neste capítulo, busco explicitar os caminhos na produção da pesquisa, que além do uso da escrita em primeira pessoa, do uso de perspectivas decoloniais no sentido de resistir às formas hegemônicas de produção de saberes normativos e colonizados. Também quero mostrar o uso da Internet<sup>25</sup> como um suporte metodológico essencial que me deu

---

<sup>25</sup> A Internet, que se iniciou como um projeto militar de defesa americana no final da década de 60, hoje é a maior rede de informações do mundo, usada por agências governamentais, universidades, empresas e por qualquer pessoa que se interesse em ter acesso ao conhecimento divulgado. O acesso à informação disponível na

passagem para o conhecimento sobre novas ferramentas de pesquisa e trabalho, sobretudo das redes sociais.

Mas antes de mostrar como a internet se configurou como uma excelente direção para esse desenvolvimento da pesquisa, considero importante mostrar também alguns estudos sobre trabalho e pessoas trans no Brasil. Esse ponto vai ser importante para mostrar a visão geral sobre o assunto, mas também marcar durante o decorrer da análise a ineficiência e instabilidade com políticas e ações para pessoas trans no país.

### **1.1 O Estado da Arte das Pesquisas Sobre Trabalho e População Trans no Brasil.**

Pouco se tem produzido academicamente no Brasil sobre o mercado de trabalho para travestis e transexuais. Algumas pesquisas vêm demonstrando que existem desigualdades sociais que permeiam a vida, especialmente das travestis. Destaco aqui o trabalho desenvolvido por Oliveira (2016), que demonstra que as travestis pertencem a um dos segmentos mais subalternizados da classe trabalhadora e que vivem particularidades no cotidiano do mercado de trabalho. A referida pesquisa identificou que elas estão inseridas em trabalhos extremamente precarizados e desvalorizados, como também de forma marginalizada na Divisão Sexual do Trabalho, nos locais que foram construídos por meio da hierarquização e separação.

Na Divisão Sexual do Trabalho, o preconceito é algo que se conecta a essa hierarquização. Outras pesquisas, como a de Hartmann (2017), apontou a existência de fortes resistências por parte do mercado de trabalho e do Estado em criar alternativas para incluir as travestis e mulheres transexuais no mundo do trabalho. A pesquisa realizada no município de Florianópolis (SC) identificou que elas estão, de um modo geral, em empregos subalternos e quase sempre sem segurança financeira e estabilidade de vínculo trabalhista.

Outro destaque diz respeito à vivência dos homens trans no acesso ao direito ao trabalho. A pesquisa realizada por Brito (2016) expõe que ao analisar as trajetórias de trabalho são inúmeras as situações de violações dos direitos mais elementares vivenciadas:

[...] manifestadas no não respeito ao uso do nome social, no impedimento do acesso ao banheiro/vestiário condizente com a identidade de gênero, no uso obrigatório de uniformes que expressam a divisão de gênero, na não efetivação

---

Internet possibilita uma socialização do conhecimento em todas as áreas de interesse. O conceito de tempo e espaço foi profundamente modificado pela Internet e através da rede podemos estar ligados aos grandes centros de pesquisa, às grandes bibliotecas e interagir com colegas da profissão em todas as partes do país e do mundo de maneira eficiente (Caliri, 1997, p. 99)

da contratação e na efetivação da demissão pela condição de trabalhador transexual, entre tantas outras (p. 77).

Há diversas formas de violação de direitos, que ocorrem em casa, na rua, na escola e no ambiente de trabalho e não é raro identificar depoimentos em que são violentados/as ao serem tratados/as de modo desrespeitoso e humilhante. Na pesquisa desenvolvida por Rondas & Machado (2015), por exemplo, sobre a inserção de travestis no mundo do trabalho, foi demonstrado que as formas de violência vividas nesses espaços vão desde o abuso de autoridade e assédio sexual, até a baixa remuneração e impossibilidade de promoções. Também foi observada a não legitimação do nome social.

A pesquisa de Silva (2018), mostrou que o número de pessoas trans atuando no mercado de trabalho formal é desproporcionalmente mais baixo que o da população geral. Também indicou que é necessário políticas públicas que trabalhem a discriminação em ambientes escolares, que possam reduzir o abandono escolar e, conseqüentemente, melhorar a qualificação profissional dessa população.

Já o trabalho de Miranda (2018), que faz uma análise de uma iniciativa na cidade de São Paulo (SP) indica que as participantes relataram dificuldades de conseguirem um espaço no mercado formal de trabalho, uma dificuldade vinculada ao aumento do desemprego no Brasil, mas também à transfobia que essas pessoas sofrem cotidianamente e que as excluem dos processos seletivos, mesmo quando possuem a qualificação profissional exigida.

De acordo com o levantamento de livros, teses, dissertações e de trabalhos de conclusão de curso realizada durante a construção desta tese, foi possível concluir que ainda há poucas pesquisas<sup>26</sup> que tratam das iniciativas que vêm sendo construídas no país para o enfrentamento do problema. Por ainda ser escasso esse número de pesquisas e pela falta de mais informações (inclusive não há quaisquer dados do IBGE, em seu último Censo no ano de 2021, não abrangeu no seu questionário perguntas específicas sobre a existência de pessoas trans, nem qualquer pergunta sobre qualquer a identidade de gênero, tendo apenas perguntas sobre o sexo biológico (baseado no órgão genital de origem). Essa lacuna de produção de dados contribui para a invisibilização desta população e para o apagamento das violações de direitos que experimentam.

---

<sup>26</sup> No apêndice 2 é possível verificar Livros, Teses, Dissertações, Trabalhos de Conclusão de Curso, Artigos em revistas e Matérias jornalísticas sobre o tema do trabalho para população trans.

Com esse levantamento, e a leitura e análise das pesquisas, foi possível realizar um quadro com todos os trabalhos e os enquadrar nas categorias: Trabalhos de Conclusão De Curso (TCC); Dissertações; Teses; Artigos em Revistas e Artigos em Anais de Evento.

Não tendo informações suficientes oriundas de fontes primárias, recorri ao uso da Internet como ferramenta de busca, utilizando as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)<sup>27</sup>, principalmente através das Redes Sociais, como instrumentos poderosos na obtenção e circulação de informação. Além de atentar ao fato de que a internet é um local de potência para coleta de dados e informações que ainda não foram tratados cientificamente, portanto é uma das ferramentas úteis à pesquisa documental.

## **1.2 O uso da Internet na Pesquisa Acadêmica**

Antes de falar sobre o uso da Internet como ferramenta indispensável na busca de informações sobre este tema, quero falar sobre quais os procedimentos metodológicos que utilizei para realizar essa investigação. Primeiro, aponto que a pesquisa aqui apresentada delinea-se como investigação de caráter qualitativo, descritivo e analítico, levando-se em consideração as escolhas epistemológicas, teóricas, éticas e políticas que orientam a formulação das questões levantadas na proposta.

Também foi realizada uma revisão teórico-bibliográfica, que é fundamental para qualquer tipo de pesquisa, e concordo com Connel (2016), que todo/a pesquisador/a depende do trabalho realizado por outros/as pesquisadores/as.

Também foi feita uma pesquisa de campo, que de acordo com Marconi (1996) é aquela utilizada com objetivo de conseguir informações e/ ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou uma hipótese que se queira comprovar ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Também fiz o uso da pesquisa documental, que apesar de se assemelhar a pesquisa bibliográfica, possui suas diferenciações. De acordo com Gil (2008), enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversas autoras/es sobre determinado assunto, a documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

---

<sup>27</sup> Popularmente conhecidas como TIC, mas também podem ser chamadas de tecnologias da informação (TI).

Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada utiliza de documentos de primeira mão, fontes primárias, que não receberam qualquer tratamento analítico, como as reportagens de jornais e revistas virtuais e físicas; as fotografias, os vídeos do Youtube e demais gravações.

Para fins da realização do mapeamento das iniciativas de inserção da população trans no mercado do trabalho, devido à inexistência de dados, índices, muito menos estatísticas, a pesquisa de campo foi realizada através de fontes secundárias. A principal técnica utilizada foi a da investigação virtual através do uso da Internet<sup>28</sup>, pois foi o procedimento que mais se aproximou para o alcance dos objetivos da pesquisa.

Fiz a utilização em grande medida das redes sociais. Irei aprofundar mais, a seguir, quais foram estas. Esse uso justifica-se pelo fato de que grande parte das iniciativas são divulgadas para suas potenciais usuárias e usuários através desses meios eletrônicos, além de que as redes sociais atualmente representam um novo e complexo universo de fenômenos comunicativos e sociais. Para Recuero (2014):

[...] graças ao advento e à apropriação dos sites de rede social, os atores passam a registrar seus passos, suas conversas, suas interações e redes. E, com isso, o mapeamento dessas redes ganha novo potencial, com ares de “*big data*”<sup>29</sup>, no sentido de que, pela primeira vez, é possível mapear gostos, atos, ideias e conexões de milhares de pessoas, procurar e estabelecer padrões entre essas múltiplas redes, principalmente através das interações que são mediadas por essas ferramentas (p. 62-63).

Apesar da coleta de dados na Internet ser um grande desafio pela pluralidade de representações das redes, utilizei as páginas e redes sociais oficiais das iniciativas governamentais e não governamentais para realizar e concluir o mapeamento. Destaco que em um contexto de ampliação do uso da Internet, possuo o entendimento de que ela tem se apresentado como um excelente espaço para utilização de procedimentos e técnicas de coleta de dados no desenvolvimento de pesquisas e estudos científicos.

Com a internet, bibliografias, bases de dados e periódicos com seus textos completos tornaram-se mais acessíveis, permitindo à comunidade acadêmico-

---

<sup>28</sup> Possuímos o entendimento de que o acesso à internet não é universal e que existem barreiras que são impostas para que as pessoas a utilizem, como: falta de recursos financeiros para adquirir o equipamento necessário ou falta de conhecimento para seu efetivo uso.

<sup>29</sup> Nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o termo “*big data*” refere-se a um grande conjunto de dados gerados e armazenados com os quais os aplicativos de processamento de dados tradicionais ainda não conseguem lidar em um tempo tolerável. Desde o início do século XXI ocorreram mudanças significativas no âmbito das TICs. Neste contexto pode-se citar a computação em nuvem, internet e as redes sociais. O acesso e o uso destas tecnologias fizeram com que a quantidade de dados aumentasse de uma forma contínua e a uma velocidade sem precedentes (Fagundes *et al.*, 2018)

científica uma atualização nunca pensada em termos de rapidez e eficiência no acesso e na obtenção de informação (Cuenca; Tanaka, 2005, p. 841).

Portanto, foi possível constatar novas questões para os métodos de pesquisa advindas do exponencial crescimento das novas tecnologias de informação (TI). Elas são chamadas de “novas” porque se incorporam e são incorporadas em uma estrutura em que estão sincronizadas, o que tem propiciado maiores possibilidades de disseminação de informações.

Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) podem ser definidas como o conjunto total de tecnologias que permitem a produção, o acesso e a propagação de informações, assim como tecnologias que permitem a comunicação entre pessoas. Com a evolução tecnológica, surgiram novas tecnologias, que se propagaram pelo mundo como formas de difusão de conhecimento e facilitaram a comunicação entre as pessoas, independentemente de distâncias geográficas (Rodrigues, 2016, p. 15).

Desse modo, aqui entra a Indústria 4.0<sup>30</sup>, também chamada de Quarta Revolução Industrial, que engloba um amplo sistema de tecnologias avançadas com a cooperação entre as áreas de tecnologia de informação (TI) e as de produção.

Um fato é que, a cada dia, dependemos mais da tecnologia e que ela está presente no nosso cotidiano, utilizada também nas metodologias de ensino e pesquisa. Em um cenário cada vez mais digital, os métodos de pesquisa precisam acompanhar a realidade.

A internet foi utilizada como principal meio para coletar dados, abrindo novas possibilidades no processo da pesquisa, sobretudo que o uso das tecnologias no meio acadêmico tem avançado consideravelmente ao longo dos últimos anos, um processo que se intensificou durante a pandemia, possibilitando a continuidade de diversos tipos de atividades, e, fazendo com que o uso de metodologias digitais se tornasse uma necessidade para a pesquisa social.

Assim sendo, a pandemia da COVID-19 fez com que as relações sociais se modificassem, para além do isolamento social e das medidas sanitárias, grande parte da população se conectou ainda mais com o mundo digital.

No processo de realização de uma pesquisa científica deve-se aproveitar toda a diversidade e variedade de dados que o ambiente virtual apresenta. No que se refere ao tratamento dos dados, utilizei a interpretação proporcionada pela análise de conteúdo, definida por Minayo (2003) como sendo um conjunto de técnicas que visa obter sistematicamente a

---

<sup>30</sup> Falarei mais sobre A indústria 4.0 nos capítulos seguintes.

descrição do conteúdo das mensagens e indicadores (quantitativos ou não), permitindo a conexão de conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, foram atendidas as exigências das Resoluções n. 466/2012 e 510/2016 que normatizam a pesquisa em seres humanos no país.

Além das questões já elencadas, salienta-se que tanto a elaboração de questões nos instrumentos de coleta de dados quanto na análise, levou em questão algumas das recomendações contidas nos documentos, planos e programas que dispõem sobre políticas públicas de geração de renda e trabalho para populações LGBTI+, posto que sejam frutos de ampla mobilização e participação do movimento de travestis e transexuais no país.

Ainda no que diz respeito ao trabalho de campo, a análise se concentrou no material proveniente da realização do mapeamento das iniciativas governamentais e não governamentais de inserção no mercado de trabalho. O mapeamento foi realizado virtualmente com início em setembro de 2018, sendo concluído em janeiro de 2021, sempre levando em consideração as dificuldades, tendo em vista que, diariamente, informações podem ser incluídas, excluídas e até modificadas no mundo digital.

Como marco temporal para realizar as buscas das iniciativas escolhi o período de janeiro de 2016 até dezembro de 2020. As principais fontes de informação acionadas foram a plataforma de pesquisa do *Google* e as redes sociais (*Instagram, Facebook, Youtube, Medium, Whatsapp, LinkedIn e E-mail*). É importante evidenciar que, nos últimos anos, as redes sociais mudaram a forma como as pessoas se relacionam e, para fins da pesquisa, tornaram-se extremamente úteis as ferramentas para a promoção da informação existentes nas redes sociais.

A título de exemplo, no *Facebook*, é possível criar *links* dentro da própria página que disponibiliza a promoção de determinada ação ou informação, como também é possível detectar ferramentas como eventos, agendas, fotos, vídeos, páginas semelhantes, entre outras.

O primeiro passo na coleta de dados da pesquisa foi a visita às páginas eletrônicas institucionais no âmbito federal, estadual e municipal de todos os estados brasileiros e suas capitais, na busca de iniciativas, ações e políticas no âmbito governamental que incluíssem a questão da geração de renda para população trans. No campo de “busca” presente em cada uma dessas plataformas, utilizei as palavras-chave: “iniciativas e ações de trabalho para travestis e transexuais”. Deste modo, a busca se deu pelo acesso aos *sites*, pela inserção das palavras-chave e pela escolha dos resultados que mais se aproximam do objetivo.

Tendo realizado essa primeira coleta, fui à procura – através do *Google*<sup>31</sup> – de cartilhas, projetos de lei, *blogs*, *sites* de notícias e outros, assim a plataforma encaminhou para artigos, matérias e notícias das iniciativas de associações, ONGs, empresários/as, coletivos e movimentos sociais.

Em todas as buscas foram cuidadosamente excluídos notícias, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e demais tipos de produção que, embora discutissem aspectos relacionados às condições de vida de pessoas trans, não tratavam especificamente de mercado de trabalho, ou não correspondiam ao marco temporal. Nas buscas do *Google* o que foi comum nos estados brasileiros nos quais não encontrei nenhuma iniciativa foi o fato de que fui direcionada para conteúdos pornográficos envolvendo pessoas trans e travestis.

Nessa direção, cabe lembrar que, o país que ocupa o topo do *ranking* de assassinatos de pessoas trans é também o país que mais consome pornografia trans nas plataformas de conteúdo adulto: um surpreendente paradoxo de tensão entre o desejo e o ódio em relação às pessoas trans no país.

Os dados coletados na primeira etapa da pesquisa nos mostraram que a produção sobre o tema mercado de trabalho para pessoas trans no Brasil ainda é insuficiente, então procurei as informações complementares das ações em suas respectivas páginas nas redes sociais.

### 1.3 O uso das redes sociais

A utilização das redes para a pesquisa foi fundamental, pois, além de serem usadas em grande frequência por usuários/as/es, também são plataformas de amplo alcance de comunicação. Assim, o próximo passo foi realizar a pesquisa nas Redes Sociais, que são os meios de comunicação mais interativos, pesquisei no *Facebook*, *Youtube*, *Medium* e *Linkedin* com o uso das palavras-chave: “trabalho”, “emprego”, “renda”, combinadas à exaustão com as palavras, “travestis” e “transexuais”. Sobre as redes sociais, é possível afirmar que:

são projetadas para mediar o relacionamento das pessoas e promover uma troca informacional mais fácil entre seus membros em base constante e permanente. Essas características enaltecem a possibilidade observacional do comportamento das pessoas através de suas opiniões declaradas, que são de fato manifestações de suas atitudes, pois acredita-se que nas redes sociais seja

---

<sup>31</sup> O google trata-se de uma empresa de tecnologia multinacional estadunidense com foco em publicidade on-line, tecnologia de mecanismo de pesquisa, computação em nuvem, software de computador, computação quântica, comércio eletrônico, inteligência artificial e eletrônicos de consumo.

possível conhecer e entender como o homem lida, administra e é influenciado pelas tecnologias da informação (Lucian; Dornelas, 2018, p.193).

França *et al.* (2019) revelam que não existe um consenso a respeito do conceito de redes sociais entre pesquisadores/as, mas compartilham da ideia de que são um conjunto de relações independentes e relativamente estáveis, que conecta múltiplas pessoas com interesses comuns.

Desta maneira, as redes sociais são *sites*, plataformas e aplicativos que operam *online* em nível profissional, de relacionamento, dentre outros. Ciente desse conceito, antes de mostrar o processo da coleta de dados, descreverei um pouco cada uma das redes sociais que utilizei.

Vou começar falando do Facebook<sup>32</sup>, uma das primeiras e mais populares redes sociais no país, foi criado em 2004 por um grupo de jovens universitários de Harvard (Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Eduardo Saverin e Chris Hughes). Eles tinham o objetivo de criar um espaço para estudantes dentro da própria universidade em que estudavam, no qual as pessoas se encontrassem, compartilhassem opiniões e fotografias. Entretanto, a sua popularidade cresceu fora dos campos da universidade e, em menos de um ano, já tinha 1 milhão de utilizadores ativos (Amante, 2014).

Atualmente, só no Brasil, atinge a marca de 102 milhões de brasileiros/as que se conectam em sua plataforma todos os meses, sendo 93 milhões que acessam via dispositivos móveis (Facebook, 2022). Assim como o Google, o Facebook também possui uma forma de realizar pesquisas através de texto ou palavras-chave. Dessa forma utilizei: trabalho, emprego, renda, travestis, transexuais. Os resultados obtidos e utilizados foram de páginas, grupos e perfis de iniciativas.

Outra rede social que utilizei foi o Instagram<sup>33</sup>, lançado em 2010, ela possui muito mais foco visual, onde um/a usuário/a pode postar fotos e vídeos, aplicar edição de efeitos a eles e interagir com publicações de outras pessoas. Pode ser usado no computador pessoal ou em

---

<sup>32</sup> O *Facebook* se tornou, há alguns anos, uma empresa grandiosa no mercado online. Atualmente, é dono de mais duas marcas gigantes: o *WhatsApp* e o *Instagram*. *Facebook* é uma rede social lançada em 2004, fundado por Mark Zuckerberg. O *Facebook* é gratuito para usuários e usuárias. Seu uso inclui a criação de um perfil que contém fotos e listas de interesses pessoais, ocorre troca de mensagens privadas e públicas entre si e participantes de grupos de amigos. A visualização de dados detalhados dos membros é restrita para membros de uma mesma rede ou amigos confirmados, ou pode ser livre para qualquer um, a depender do tipo de perfil e/ou grupo. O Brasil já é o segundo país no mundo em número de assinantes do *Facebook*, atrás apenas dos EUA.

<sup>33</sup> Instagram é uma rede social criada em 2010 pelos programadores Kevin Systrom e Mike Krieger, porém adquirida em 2012 por Mark Zuckerberg, criador do Facebook. Trata-se de um aplicativo gratuito, onde, a partir dele, é possível tirar fotos com o celular, aplicar efeitos nas imagens e compartilhar com seus amigos. No Instagram, assim como no *Facebook*, é possível criar uma espécie de *Fan Page*, que permite que pessoas possam entrar diretamente em contato com empresas através de telefones ou e-mail. Assim, é possível a separação de perfis para usuários comuns e marcas. Portanto facilitando na pesquisa.

tablets, mas é bem mais comum que se faça o uso em dispositivos móveis, já que possui um aplicativo para melhor execução. Alguns recursos encontrados na versão do aplicativo podem não ser detectados na versão *web*.

Para realizar a pesquisa no Instagram, pela especificidade daquela rede, fiz o uso das Hashtags<sup>34</sup> no recurso de busca do aplicativo para localizar postagens relacionadas ao tema da pesquisa. Obtive poucos resultados diretamente com o uso das *hashtags*, mas os poucos perfis e páginas que encontrei, acabaram me redirecionando a outras iniciativas. O Instagram foi o local onde encontrei a maior quantidade de perfis que tinham poucas publicações, em períodos irregulares, às vezes com intervalos de semanas e mais páginas que não eram mais utilizadas.

E aqui aproveito para falar do uso do Youtube<sup>35</sup>, levando em conta que o uso dessa rede social se deu através de redirecionamento de outros *sites*, plataformas e redes sociais. O *Youtube* é uma plataforma de compartilhamento de vídeos *online* criada em 2005:

*YouTube* é a maior plataforma de distribuição de vídeo na atualidade. No Brasil é o segundo site mais acessado do mundo, só depois do *Google*, que é o dono da mesma. A companhia, que oferta 76 idiomas diferentes e apresenta versões locais em 88 países, calcula ter um de cada três usuários da internet assistindo aos seus vídeos. O sucesso entre o público jovem e sua aposta pelos dispositivos móveis conseguem que os dispositivos portáteis atraiam mais da metade das visualizações totais (Muriel-Torrado, 2017, p. 103).

No campo de busca do Youtube utilizei as mesmas palavras-chave das outras redes sociais, também fui redirecionada do Facebook e Instagram para vídeos e documentários sobre as iniciativas na plataforma do Youtube, que permite compartilhamento desses vídeos de forma gratuita.

Já na rede social do *Medium*<sup>36</sup>, que é uma plataforma *online* para publicação de textos fundada em 2012. Nesta rede, o que conhecemos como um artigo, é chamado de história ou *story*, e o que chamamos de *blog*, é denominado “publicação” ou *publication*. Uma postagem pode ser escrita por qualquer pessoa que possua uma conta, seja ela amadora ou profissional de

---

<sup>34</sup> *Hashtags* são palavras marcadas com o sinal “#” (hash em inglês), onde é possível realizar buscas de postagens, especialmente nas redes que possuem publicações relacionadas a determinado assunto.

<sup>35</sup> O serviço foi criado por três ex-funcionários do *PayPal* - Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim - em fevereiro de 2005, porém a *Google* comprou o site em novembro de 2006. O *YouTube* é um *site* de compartilhamento de vídeos enviados pelos usuários através da internet.

<sup>36</sup> O *Medium* foi inventado pelo mesmo criador do *Blogger* e do *Twitter*: Evan Williams. A plataforma evoluiu de uma hospedagem de *blog* para um modo híbrido, de contribuições não profissionais e profissionais, de forma gratuita e paga.

jornalismo (GROSSI, 2017). Também é possível encontrar publicações do tipo matérias jornalísticas e entrevistas. Esta última, foi a que utilizei para a coleta de dados.

O *LinkedIn* é uma plataforma de mídia social focada em negócios e emprego lançada em 2003. De acordo com a página da própria rede social, o *LinkedIn* é “a maior rede profissional do mundo, com mais de 850 milhões de usuários em 200 países e territórios” (Linkedin, 2022). Também é uma grande empresa de tecnologia, ao passo que empresas e profissionais anunciam e procuram vagas por todo o mundo de forma *online*.

O *LinkedIn* foi uma das redes sociais em que obtive mais informações a respeito das iniciativas, pois não só foi possível captar informações sobre essas ações, como também analisar quais eram as instituições ou pessoas envolvidas. Esse procedimento facilitou a pesquisa pelo fato de ser uma rede social que é focada na vida profissional de seus usuários/as.

Por fim, devido à falta de algumas informações nas redes sociais citadas, fiz uso adicional do *Whatsapp* e *e-mail*, com a intenção de apreender mais dados. Infelizmente, esses recursos tiveram algumas limitações que se fizeram presentes, como a questão de não haver necessariamente respostas após a abordagem da iniciativa, portanto, não foi possível coletar determinadas informações, como será possível observar na tese.

Um outro ponto negativo que também ocorreu na pesquisa no *Google*, foi o constante direcionamento para conteúdos pornográficos, e o fato de sermos forçados a observar a frequência dos comentários transfóbicos e a constante presença da invasão de privacidade das pessoas trans. Apesar das críticas ao uso de fontes nas redes sociais, faço a leitura de que elas foram um espaço fundamental para conclusão da pesquisa, isto posto são, sem dúvida, um espaço para divulgação científica.

## 2 RELAÇÕES DE TRABALHO E DA GERAÇÃO DE RENDA NO BRASIL

*Eu vivo no Brasil e isso é muito para se ter em um corpo*

*Jessica Stori<sup>37</sup>*

Desde que iniciei os estudos no campo do Serviço Social, fui observando a centralidade da categoria *trabalho* para compreender a profissão. A profissão é reconhecida como um tipo de especialização do trabalho, inscrita na divisão social e técnica do trabalho da sociedade. Essa abordagem supõe circunscrever o exercício profissional no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade civil, no marco de uma sociedade de classes. Fui assim entendendo como as mudanças na dinâmica capitalista, com suas expressões no mundo do trabalho e o papel de regulação social do Estado, têm alterado o trabalho das/es/os assistentes sociais.

Então, é mais que claro para mim e para qualquer estudante e/ou profissional da área, que a profissão de Serviço Social possui esse foco no estudo da categoria trabalho, como também possui um forte arcabouço teórico sobre o tema. Acabou se tornando óbvio observar que as mudanças no mundo do trabalho interferem muito nas condições de vida das/os trabalhadoras/es, determinando a forma como vivem, adoecem e morrem.

E sendo a profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, também se depara com as exigências postas pelo processo de reestruturação do mundo do trabalho, particularmente nos serviços públicos, onde está a maioria das/es/os assistentes sociais no Brasil.

Portanto, é extremamente necessário que tenhamos uma compreensão crítica sobre o significado do trabalho nas relações capitalistas, em especial nos contextos de crise do capital, exploração intensa do trabalho e aumento do desemprego, que é quando a situação se agrava ainda mais. Com a pandemia da Covid-19 ocorreram mudanças significativas na vida das pessoas trabalhadoras/es no Brasil, principalmente entre as mais impactadas pela pobreza, pelo racismo, pelo machismo, pela heteronormatividade e por outros marcadores da diferença e outras formas de desigualdade social.

Até o momento, tudo que vi durante meu processo de formação em Serviço Social sobre trabalho foi a partir de uma perspectiva marxista, obtendo assim uma compreensão da forma de

---

<sup>37</sup> Jessica Stori é uma escritora contemporânea, historiadora e vive em Curitiba. Faz parte da membrana literária, uma grupa interessada na criação de uma rede afetiva, crítica e colaborativa de leitores, ouvintes e escritores. Em 2020 publicou seu livro *Carne e Colapso* que conta com o poema que introduz esse capítulo.

organização do trabalho na sociedade capitalista, entendendo o processo da produção e reprodução em toda sua totalidade - produção, distribuição, troca e consumo - E compreendendo também o processo da reprodução social.

Nesse sentido, todo processo de produção social é, ao mesmo tempo, processo de reprodução social o que envolve a produção material, subjetiva e histórica das classes sociais, no âmago do sistema capitalista, portanto inseparáveis no âmbito da análise e compreensão da totalidade social (Marx, 2017).

Sendo assim, ao longo de sua história, o modo de produção e acumulação capitalista tem vivenciado inúmeras mudanças, com constantes rearranjos na organização do trabalho e nas contradições entre as classes sociais, como também em algumas disparidades, como as de gênero e raça/etnias, que impõem outras determinações históricas à produção e reprodução das relações sociais.

Quero afirmar aqui a importância de entender todo esse processo, tendo em vista que vivemos em uma sociedade em que o trabalho é importante e central, não se pode entender o Serviço Social, ou qualquer outra profissão sem compreender as relações sociais na qual estão inseridas. Sem esse entendimento não é possível reconhecer os limites, as possibilidades e os desafios da intervenção profissional. Ainda mais importante é entender a lógica do capital nas particularidades econômicas, políticas, sociais e culturais no Brasil.

O Brasil é um país cuja estrutura social foi formada a partir de um processo de colonização. E partindo desse entendimento de que somos um país colonizado, quero apontar aqui que é fundamental descolonizar nosso imaginário, nosso desejo, e as formas de sentir e agir para que assim possamos experimentar uma vida mais autêntica. E quero partir desse processo de descolonização, em especial do conhecimento, conforme trata Boaventura de Sousa Santos (2008) não precisamos de um conhecimento novo, o que a gente precisa é de um novo modo de produção de conhecimento.

À vista disso, é preciso levar em consideração as contribuições dos estudos decoloniais na compreensão das relações de trabalho e as relações de poder complexas que nem sempre se encontram visíveis em análises eurocêtricas que já foram utilizadas durante décadas, em especial, no campo do Serviço Social, na qual estou inserida.

Assim como também é interessante pontuar e entender esse atual momento que estamos vivenciando no que diz respeito ao processo acelerado da inserção da tecnologia no mundo do trabalho. Com a pandemia da Covid-19, é possível notar que ocorreu um aumento na demanda

por desenvolvedores/as, uma vez que uma grande parte das instituições e empresas necessitaram se adaptar ao universo digital e ao trabalho em casa, o conhecido *home-office*.

O mundo está vivendo e descobrindo as tecnologias da Quarta Revolução Industrial<sup>38</sup>, a chamada Indústria 4.0. Um processo de avanços importantes com a implementação de novas tecnologias, surgindo também novas profissões e novos processos de produção. Mas, o que seria essa tal da indústria 4.0? É difícil encontrar um conceito, tendo em vista que, esse evento vem sendo investigado enquanto está acontecendo, então há teorias e opiniões diversas, ainda muito centradas nas áreas da administração, engenharia elétrica e a ciência da computação.

Também há algumas perspectivas que desacreditam que esse fenômeno esteja acontecendo, porém não vou me debruçar sobre. Um conceito em comum é que o termo Indústria 4.0 foi utilizado pela primeira vez em 2011, na Feira de Hannover, na Alemanha, para definir o que seria a Quarta Revolução Industrial, portanto, trata-se de algo muito recente.

Indústria 4.0 representa uma evolução natural dos sistemas industriais anteriores, desde a mecanização do trabalho ocorrida no século XVIII até a automação da produção nos dias atuais. Nos últimos anos a aplicação de automação e sistemas de informação como ERP (Enterprise Resource Planning) e MES (Manufacturing Execution System) melhoraram significativamente a produtividade nas fábricas (Santos *et al*, 2018, p. 115).

Para Santos *et al* (2018), ela abrange um conjunto de tecnologias de ponta ligadas à internet com objetivo de tornar os sistemas de produção mais flexíveis e colaborativos. Iszczuk *et al* (2021) completa apontando que traz um conjunto de mudanças nas estratégias empresariais, em sua organização, modelos de negócio, cadeia de suprimentos, processos, produtos e em suas relações com os *stakeholders*<sup>39</sup>. Portanto, a Indústria 4.0, constitui um conjunto de tecnologias inovadoras, como as plataformas digitais, a inteligência artificial (IA), a robótica, entre outras coisas, ela também preza pela auto otimização e a autoconfiguração, de maneira a fazer uso de tecnologias para a resolução de problemas.

Há algumas problematizações sobre o tema da Indústria 4.0, como se trata de algo muito recente ainda é cedo para conclusões, em especial sobre o tema das novas formas de trabalho. O fato é que assim, como as “Revoluções Industriais anteriores, surgirão novos processos,

---

<sup>38</sup> Igualmente às revoluções anteriores, a inovação tecnológica é o ponto de partida para romper com velhos paradigmas e remodelar drasticamente os sistemas de produção (Júnior; Saltorato, 2018).

<sup>39</sup> Trata-se de um conceito criado na década de 1980. Há algumas definições sobre o termo, vai depender de onde será o seu uso, que pode ser na empresa ou no âmbito das tecnologias da informação. Devido aos limites da tese, não é possível aprofundar uma compreensão sobre o seu uso e aplicação. Para definir de forma mais simplista possível, o termo refere-se a todas as pessoas ou grupo(s) de interesse que são impactados pelas ações de um empreendimento.

produtos e modelos de negócios e que conseqüentemente terão grandes impactos sociais, econômicos e tecnológicos (Santos *et al*, 2018, p.122)”. Algo que deve ser levado em consideração nas análises é que ela vai muito além da digitalização do chão de fábrica, mas o debate não termina aqui, trarei mais dados e informações sobre a quarta revolução industrial no desenvolver deste trabalho.

Voltando às questões sobre a centralidade nos estudos sobre trabalho na minha formação, destaco mais uma vez a importância desse debate para entender as contradições da sociedade capitalista. Porém, o debate que partilharei aqui sobre trabalho e reprodução das relações sociais não virá apenas da teoria do valor trabalho da obra de Marx. Entendo a importância dessa discussão, mas, por ora, considero importante ter o atravessamento sobre alguns outros conceitos, em especial, a emergência do conceito da divisão sexual do trabalho que teve um papel muito importante para questionar o que era a definição clássica de trabalho.

Também, a compreensão sobre o mundo do trabalho que até então foi vista na profissão apresenta-se de forma universal, especialmente de forma eurocentrada<sup>40</sup>. Os efeitos dessa colonialidade ficam presentes no nosso modo de pensar e interpretar o mundo, e esse modo de pensar colonial pode acabar impedindo a compreensão a partir de outras epistemes, em especial a partir de uma perspectiva decolonial com interseções e conforme aponta Grosfoguel (2009), “outras utopias baseadas numa cartografia diferente das relações de poder globais no âmbito do sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal” (p. 41).

Também considero importante a obra *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*, livro escrito pela historiadora feminista marxista Silvia Federici (2017) para entender que o processo de acumulação primitiva, foi também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora, em que as hierarquias construídas sobre o gênero, mas também a de raça e a de idade, se tornaram constitutivas no processo da dominação de classe e na formação<sup>41</sup> do que conhecemos como proletariado.

---

<sup>40</sup> Essa perspectiva eurocêntrica, foi denominada racional, imposta e admitida no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade. As linhas matrizes dessa perspectiva cognitiva mantiveram-se, não obstante as mudanças dos seus conteúdos específicos, das críticas e dos debates, ao longo da duração do poder mundial do capitalismo colonial e moderno. Essa é a modernidade/racionalidade que está agora, em crise. O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia. Ela traz uma concepção de humanidade segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos. (Quijano, 2009, p. 74-75).

<sup>41</sup> Aqui quero destacar brevemente as reflexões de Ferreira (2020), ao mostrar que é espantoso como os sujeitos que estudamos aparecem por vezes desprovidos de condição racial declarada. Essa omissão tende a produzir em nosso imaginário frequentemente seu entendimento como brancos. Por outro lado, algumas declarações tendem a demarcar explicitamente a raça, mas somente para exaltar mais uma vez o sujeito branco. Quando falamos de

Sendo assim, é significativo que aqui desenvolva um contraponto às narrativas predominantes, que encaram a história sem observar o impacto dos acontecimentos nas mulheres e as ações que contaram com a participação feminina. Só assim, é possível realizar uma compreensão sobre o processo histórico de inserção de outras identidades nas relações sociais. Até porque foram as intelectuais feministas e de grupos étnico-raciais subalternizados que dirigiram críticas contra a epistemologia ocidental.

Aprendi e quero passar adiante que quando se estuda um período histórico sem observar a história das mulheres (mas não só delas), há um apagamento delas enquanto parte da sociedade e isso tem como resultado uma análise com imprecisões que podem ignorar momentos históricos cruciais como o da caça às bruxas.

Considero importante destacar que algo que sempre me deixou inquieta, é que muito do que vi sobre os estudos sobre trabalho, acabavam invisibilizando o corpo desta pessoa que trabalha. De quem é esse corpo? Qual gênero, raça, etnia, geração, território, das pessoas de carne e osso que fazem a história? Afinal, quais os marcadores sociais desse corpo? Por isso, acho importante esse atravessamento, mas não apenas esse, tendo em vista toda a complexidade de um corpo. Nessa lógica, penso o que Connel e Pearse (2015), consideram ao apontar que a ordem capitalista desenha uma fronteira entre duas categorias de corpos “aqueles cujo trabalho gera lucro e aqueles que não o fazem (p. 58).

Assim, sendo também é importante partir de uma descolonização do conhecimento para iniciar e pensar “de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados” (Grosfoguel, 2009, p. 44). Dito isso, conforme sinaliza Quijano (2009), a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista, sustentada em uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do padrão de poder.

Então, é necessário pensar que com a constituição da América Latina, o poder capitalista torna-se mundial e os seus centros hegemônicos localizam-se nas zonas situadas sobre o Atlântico (Europa) e como eixos centrais do seu novo padrão de dominação estabelecem-se também a colonialidade e a modernidade. “Em pouco tempo, com a América (Latina) o

---

formação de uma classe trabalhadora no Brasil no início do século XX e de seus processos organizativos essa proeza tende a ser repetida quase automaticamente. Os imigrantes europeus foram os responsáveis pela formação da classe trabalhadora e com eles vieram as correntes anarquistas e socialistas que possibilitaram, na década de 1930, a explicitação de uma questão social no país. Os negros? Esses, após a abolição, saem de cena. Perdendo a centralidade no sistema produtivo baseado na escravidão de seus corpos, perderam importância na sociedade que se pretendia baseada em relações de trabalho livres e assalariadas. Afinal, pouco qualificados como eram, não puderam competir com a expertise dos europeus e assistiram esse processo aceitando seu “déficit” e “anomia” causada pela escravidão (p. 33-34).

capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalam-se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder, até hoje (Quijano, 2009, p. 75)

Vivemos em uma sociedade de classes onde há relações entre o indivíduo e a cultura, dentro dessa estrutura de classes também temos ideais dominantes acerca do trabalho, do consumo e de relações sociais que vão se diferenciar conforme a classe social. Concordo com Boltanski (2004) ao afirmar que o corpo não pode ser compreendido desassociado do meio cultural e dos aspectos econômicos. Para o autor, as formas de perceber e tratar o corpo se intensificam e complexificam na medida em que se sobe na hierarquia social.

Boltanski (2004) também aponta que existem mecanismos de domesticação das classes populares pela elite. Nessa mesma questão, lembro o estudo *História da sexualidade*, realizado por Michel Foucault (1988) que é central para discutirmos o corpo, sexualidade e os dispositivos de controle que servem para instituir as normas. Completando a isso, Connell (2016), indica que é “certamente verdadeiro hoje em dia que nossos corpos são produzidos, crescem, desenvolvem-se ou são danificados, e eventualmente morrem, em ambientes fortemente estruturados” (p. 17).

Nesse sentido, é importante destacar que existem corpos que sofrem mais com as determinações do capitalismo contemporâneo. Na atualidade, diante de um contexto determinado pelas transformações do sistema capitalista e sua crise estrutural, somado a uma pandemia mundial provocada pela Covid-19, assistimos ao desmonte dos mecanismos de proteção social, ao aprofundamento da precarização e a intensificação do trabalho; do desemprego, da retirada de direitos, do avanço ganancioso sobre o meio ambiente, e de ataques à democracia, à ciência, à educação, e às instituições de ensino e de pesquisa. Nesse contexto, também é possível observar o crescente aumento de perspectivas políticas autoritárias e conservadoras.

O processo que vivemos com a pandemia da Covid 19 agravou um quadro de crise estrutural que se agudizou desde os anos 1970 e se aprofundou nos anos 2000. A crise iniciada a partir de 1970 qualifica-se como uma crise do capital, cuja principal determinação é econômica. Inclusive, é interessante pontuar e analisar que a educação, a ciência e a tecnologia também têm sido fortemente afetadas pelas políticas neoliberais, onde o capital cada vez mais avança para o comando e maximização do lucro a qualquer custo, de modo que direitos trabalhistas não são assegurados, tampouco efetivados.

Para ampliar direitos trabalhistas é preciso também pensar fora do padrão moderno eurocêntrico colonial, pois esse não condiz a uma intervenção na articulação trabalho-raça-gênero-território. Para pensar e debater sobre trabalho também é preciso considerar a descolonização, para pensar sobre diversos sujeitos.

## **2.1. Reestruturação produtiva, metamorfoses no mundo do trabalho na contemporaneidade, e os ataques aos direitos das/os/es trabalhadoras/es**

A partir da década de 1970, as transformações operacionalizadas pela ofensiva do capital, em resposta à crise estrutural que se instaura, resultaram na banalização da vida humana e no agravamento das desigualdades socioculturais, em meio ao desenvolvimento desigual e combinado entre as nações, e no interior destas, entre as classes e grupos sociais.

Ainda nesse sentido, é preciso destacar a complexidade que marca a constituição da classe-que-vive-do-trabalho<sup>42</sup>, diante desse emaranhado de contradições, impostas pela sociabilidade capitalista. Foi nesse período que o capital implementou um processo de reestruturação em escala global, objetivando tanto a recuperação do seu padrão de acumulação, quanto fortalecer sua hegemonia no espaço produtivo.

É interessante observar que na medida em que o modo de produção capitalista se desenvolve, ele revela contradições que se manifestam nas suas crises periódicas. O sistema do capital é passível de crises cíclicas inerentes ao seu desenvolvimento. A crise possui um sentido processual, de média ou longa duração e com períodos de retomada do crescimento e de expansão do capital. Portanto, trata-se de um fenômeno dinâmico, como descrito por Mota:

As crises periódicas do capital são consideradas inerentes ao modo de produção capitalista. Elas se inscrevem no processo de reprodução social, cuja tendência é manter – sob tensões e desequilíbrios permanentes – o processo de valorização como condição da acumulação do capital (2011, p. 33-34).

O que vivenciamos na atualidade são traços da crise estrutural do capital, que tem sua expressão mais nítida na crise do sistema de produção fordista, marcada pela baixa nas taxas de

---

<sup>42</sup>A utilização do termo *classe-que-vive-do-trabalho*, vem de acordo com Antunes (2015), com o objetivo de dar ênfase à noção ampliada de *classe*. O autor constrói uma argumentação que demonstra e reafirma a nova composição assumida pela classe trabalhadora hoje, sem negar as profundas transformações que o proletariado passou em seu interior, fundamentalmente nas quatro últimas décadas. Ao contrário, Antunes enfatiza algumas dessas mudanças, sem desconsiderar, no entanto, que a efetividade, processualidade e concretude da classe permanecem vivas.

lucros aliada à diminuição dos investimentos produtivos e altas taxas de inflação, com fortes rebatimentos nos países periféricos<sup>43</sup> que foram atingidos por essa recessão através do aumento das matérias-primas e o agravamento da crise financeira.

Um agravamento que se torna ainda mais debilitado com a Covid-19 a partir de março de 2020. Com a covid em cena, e seu vírus que se espalha rapidamente, medidas protetivas como a exigência do distanciamento e isolamento social são recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como formas para a prevenção do contágio. A pandemia trouxe impactos ainda mais graves para um país periférico como o Brasil, e sua população que vive em um quadro de desigualdade social preocupante.

Conseqüentemente, o surto provocado pelo novo coronavírus trouxe problemas já existentes e os agravou paulatinamente, como a sobrevivência econômica de alguns grupos populacionais como as pessoas trans. Pois grande parte “vivenciam situação de trabalho precário, trabalho informal e ou não tem trabalho algum, fazendo bico em diversas áreas ou trabalho sexual” (ANTRA, 2022). À vista disso, é importante pontuar também as intersecções que perpassam a pandemia da COVID-19 que possui diferentes impactos sociais, culturais e regionais para diferentes sujeitos.

Portanto, a crise estrutural do capital e suas implicações no mundo do trabalho só podem ser apreendidas considerando o fenômeno da mundialização financeira do Capital e a hegemonia de concepções privilegiadoras do mercado como coordenador de todo sistema econômico, o que leva a uma forte tendência de concentração e centralização de capitais, corroborando, assim, para uma maior interdependência a nível mundial, do capital nacional.

Tal se faz imprescindível no campo da análise, pelo fato de repercutir no aumento da desigualdade de rendimentos, não favorecendo o aumento da produtividade, muito menos ao crescimento do emprego, como anunciado em sua lógica de homogeneização do desenvolvimento entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Tal processo, conforme Mota (2011) expressa a crise econômica, política e social, que se torna mais visível e problematizada com a crise do petróleo de 1973, as lutas sociais em defesa das/es/os trabalhadoras/es do terceiro mundo e a organização dos sindicatos, acrescido de outros fatores como a retração da atividade econômica, a internacionalização do capital (sob

---

<sup>43</sup> Os países capitalistas desenvolvidos e os países periféricos formam uma mesma unidade histórica, que tornou possível o desenvolvimento de alguns e inexorável desenvolvimento de outros (Bambirra, 2013, p. 44).

a hegemonia estadunidense), que gerou um descontrole sobre a política industrial, de preços, salários e a expansão monetária e do crédito que geraram desacordo no plano internacional.

A mundialização do capital unifica diversos processos que formam o quadro das transformações societárias presentes no cenário contemporâneo. No decorrer dos anos 1970, a visibilidade desses novos processos tornou-se progressiva à medida que o capital monopolista se via compelido a encontrar alternativas para sua crise, as transformações societárias atingiram diretamente a divisão sociotécnica do trabalho, envolvendo modificações em todos os seus níveis da vida social (Netto, 1996).

Porém, tais transformações, para além de não eliminarem o ciclo crítico da dinâmica capitalista e de não reverterem a curva própria da “onda longa recessiva”, em nome da financeirização do capital, custaram muito à classe trabalhadora, como seus empregos (sobretudo os melhores), a diminuição de salário dos/as poucos/as que se mantiveram empregados/as e um forte ataque aos sistemas públicos de seguridade social.

Destarte, é através da crise que se desencadeia transformações no ambiente social, político, econômico e cultural, como forma de garantir um processo de reorganização política e ideológica de dominação do capital sobre o trabalho, onde o Estado em sua orientação neoliberal cumpre um papel primordial. Segundo Mota (2009, p. 8):

No âmbito do sistema capitalista e da sua economia-mundo, instala-se muito mais do que uma crise econômica: estão postas as condições de uma *crise orgânica*, marcada pela perda dos referenciais erigidos sob o paradigma do fordismo, do keynesianismo, do *Welfare State* e das grandes estruturas sindicais e partidárias. Se, a tais condições se soma o exaurimento do “socialismo real”, vê-se como foi possível afetar a combatividade do movimento operário, imprimindo, a partir de então, um caráter muito mais defensivo do que ofensivo às suas lutas sociais.

Neste aspecto, a classe dominante assumiu o papel de instituir estratégias de recuperação da taxa de lucro, intensificando o ritmo do processo de trabalho. Ela o faz, com vistas à extração de mais-valia, modificando as formas de consumo e gestão da força de trabalho, o modo de produção e concebendo novas bases políticas, sociais e ideológicas que objetivam construir uma nova hegemonia ao capital.

Isso caracteriza a sua nova fase de acumulação, com fortes rebatimentos na estrutura produtiva e nas formas de representação sindical e política: “Todas as transformações implementadas pelo capital têm como objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para exploração da força de trabalho” (Netto; Braz, 2012, p. 230).

Em contrapartida, é exigido ao trabalhador à qualificação profissional neste novo processo de produção, rompendo com a relação homem X máquina que acontecia no fordismo

através da execução de várias tarefas, aumentando o grau de exploração e sobrecarregando-o com uma série de funções, assumindo um papel de polivalência. Intensificando-se com o advento do toyotismo, responsável pelo processo ágil e lucrativo de produção no capitalismo contemporâneo.

Acerca do toyotismo, assim discorre Antunes (2011, p. 34):

[...] para efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos/as trabalhadores/as. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado.

Um dos aspectos de destaque no processo de reestruturação produtiva é a criação de um novo tipo de trabalhador que mais se enquadre aos objetivos do capital. Esse processo imprime novas exigências ao trabalhador, acirra a competitividade, promove a flexibilização<sup>44</sup> dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos, dos padrões de consumo e, sobretudo, dos direitos sociais da classe trabalhadora.

O neoliberalismo na América Latina provocou a realização de contrarreformas que visam atender às demandas do capital, resultando em uma situação de persistente desemprego e de relações informais e precarizadas de trabalho (Boschetti, 2009).

Observa-se com as mudanças no mundo do trabalho uma dinamicidade de processos que atinge os/as trabalhadores/as, dentre eles, a diminuição da classe operária nos moldes tradicionais, a intensificação do trabalho assalariado, a ampliação do setor de serviços, a incorporação da mão de obra feminina, o encadeamento do trabalho parcial, temporário e precarizado com as determinações de gênero e raça/etnia, adensam os aspectos de exploração e dominação da classe-que-vive-do-trabalho, tendo como seu maior expoente a expansão do desemprego em escala globalizada.

É fato que “na sociabilidade do capital, as condições materiais se constituem num grande obstáculo que limita o desenvolvimento pleno e livre da individualidade” (Santos; Oliveira, 2010, p.12), portanto, é indispensável o conhecimento crítico sobre como as relações sociais são construídas, vivenciadas e reproduzidas na vida cotidiana. Se ainda na cotidianidade

---

<sup>44</sup> A flexibilidade do trabalho repousa sobre níveis variáveis, mas sempre presentes, de rigidez nos comportamentos sociais. Entre esses fatores de rigidez, a divisão sexual do trabalho é central. Paradoxalmente, ela possibilita a organização flexível do trabalho: o trabalho assalariado das mulheres, principalmente sob a forma de trabalho em tempo parcial compulsório, e o trabalho assalariado dos homens, possibilitado pelo trabalho doméstico das mulheres (Cattaneo; Hirata, 2009, p. 109).

existem determinados comportamentos hegemônicos, orientados por estereótipos e preconceitos, este *ethos* dominante adere não só a ótica do discurso, mas também aos aspectos da vida econômica, política, social e cultural cotidiana, em que tal relação de poder acaba estruturando valores, modos de ser, pensar e agir.

No contexto de crise do capital, exploração do trabalho, desemprego estrutural e destruição de direitos conquistados historicamente pelos/as trabalhadores/as, o conservadorismo encontra espaço para se reatualizar, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias, irracionistas e preconceituosas.

Preconceitos<sup>45</sup> são orientações de valores cristalizados na sociedade, organizados a partir de precedentes históricos. Ele se constitui como uma expressão das relações conservadoras da sociabilidade burguesa e de seu individualismo, que, por sua vez, remete à exploração, cada vez mais bárbara, do trabalho pelo capital. A banalização destes fundamentos representa um desvalor, que emerge nas mais diferentes formas da vida cotidiana, inclusive no âmbito da diversidade sexual e de gênero (CFESS, 2016).

Sendo assim, alguns grupos populacionais possuem barreiras maiores do que a população em geral em alguns processos das relações sociais como a questão do acesso ao mercado de trabalho. Portanto, ser uma pessoa trans no Brasil, país com maior índice de homicídios dessa população não é fácil. Também não é fácil que discursos transfóbicos sejam legitimados pelo atual presidente Jair Bolsonaro e seus aliados, conhecidos por falas de extrema direita conservadora, reacionária, além de se posicionar com viés sexista, machista, racista e LGBTfóbico.

Na atual ofensiva capitalista e neoliberal contra a classe trabalhadora, quem mais sofre seus efeitos são os grupos mais oprimidos e explorados, como as pessoas trans, pois o capitalismo também usa a opressão como mecanismo para o seu funcionamento, em especial no campo da superexploração da força de trabalho, afinal para que o capitalismo possa existir é essencial que haja acumulação.

Marini (2000) aponta que a superexploração da força de trabalho se dá em função da existência de mecanismos de transferência de valor entre as economias da periferia e do centro do capitalismo. Constitui-se como característica estrutural demarcadora da condição

---

<sup>45</sup> De acordo com Heller (2008), os preconceitos são obra da própria integração social, o desprezo e antipatia pelo “outro” ou pelo que é considerado diferente, são tão antigos quanto a própria humanidade.

dependente vivida pelos países da periferia em relação aos países do centro do capitalismo mundial, e guarda uma relação com a lei geral de acumulação capitalista.

A aplicação de mais-valia como capital ou conversão de mais-valia em capital é o que se chama acumulação de capital. A acumulação não passa de reprodução do capital em escala que cresce progressivamente. A acumulação capitalista produz uma população trabalhadora relativamente supérflua, trata-se de uma condição essencial para a subordinação do trabalho aos propósitos do capital, para Marx (2017), a população trabalhadora ao produzir a acumulação do capital, produz em proporções crescentes, os meios que fazem dela, uma população supérflua.

Essa população está sempre presente e mantém o funcionamento da lei geral da acumulação, ela constitui o exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele.

A população excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista: “Ela fornece às suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado independente dos limites do verdadeiro aumento populacional” (Marx, 2017, p. 707). Assim:

A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo trabalhador a íntegra durante o tempo em que está parcial ou inteiramente desocupado. Se levarmos em conta as grandes formas, periodicamente recorrentes, que a mudança de fases do ciclo industrial lhe imprime, fazendo com que ela apareça ora de maneira aguda nas crises, ora de maneira crônica nos períodos de negócios fracos, a superpopulação relativa possui continuamente três formas: flutuante, latente e estagnada (Marx, 2017, p. 716).

Grande parte da população trans – destacada nesta tese – está quase absolutamente no segmento mais baixo da superpopulação relativa<sup>46</sup>, a estagnada, que habita a esfera do pauperismo, tendo em vista que, em geral, possui sua ocupação totalmente irregular. Ao que parece, suas condições de vida e de trabalho estão abaixo do nível médio da classe trabalhadora e, justamente por isso, ela pode tornar-se mais facilmente alvo maior da exploração do capital:

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída da produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e juntos eles formam uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo pertence aos *faux frais* [custos mortos] da produção capitalista, gastos cuja maior parte, no entanto, o capital

---

<sup>46</sup> O lumpemproletariado também integra a superpopulação relativa.

sabe transferir de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média (Marx, 2017, p. 719).

O pauperismo como resultado do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social é uma especificidade da produção fundada no capital. Nesse processo, observa-se que a acumulação de miséria é relativa à acumulação do capital. Para Yamamoto (2015), o capital em seu movimento de valorização, produz a invisibilidade do trabalho e a banalização da vida humana. O capital produz concentração da riqueza e polarização da pobreza e da miséria, potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustenta a questão social.

Yamamoto (2015) destaca que o trabalho se encontra no centro da questão social<sup>47</sup>, ela evidencia a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Fratura que se manifesta na “banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social” (p. 144). De acordo com a autora, o alvo principal é aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho para sobreviver; assim, penalizam-se os/as velhos/as trabalhadores/as, as mulheres em geral e as novas gerações de filhos/as da classe trabalhadora, jovens e crianças, em especial negros/as e mestiços/as.

Assim, a questão social expressa as “desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais” (Yamamoto, 2015, p.160). O fato é que com o crescimento do capital, o destino da classe trabalhadora é radicalmente modificado, sendo explorada com mais intensidade, ocasionando contradições e antagonismos devido ao aumento do pauperismo.

Por isso é importante o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica fundamental para entender as contradições vigentes no modo de produção capitalista, tendo em consideração o processo de como as relações de gênero, raça/etnia, território e outros marcadores são funcionais ao capital e como estas categorias são utilizadas para gerar mais-valia.

Dos rebatimentos mais significativos da nova acumulação capitalista e suas mudanças produtivas no mundo do trabalho, podemos elencar um elevado contingente excedente de força de trabalho; formas de trabalho flexível, como

---

<sup>47</sup> Entendemos a questão social como um fenômeno que se apresenta com novas configurações. Para Cisne (2015), essas novas configurações são determinadas pelo processo de reestruturação do capital, ou seja, pelas novas formas de gestão e/ou estratégias do modo de produção capitalista para se manter e se fortalecer na sociedade.

o trabalho terceirizado, precarizado, parcial, temporário, por conta-própria etc.; além de novos signos de degradação do trabalho, como o trabalho virtual e informacional. Todas essas novas formas que o trabalho contemporâneo assume incidem nas condições de vida da classe trabalhadora, o que nos interpela a pensar sobre o grau e as faces dos seus efeitos quando se interseccionam gênero e classe, e, em especial diversidade de gênero e classe, pois há hoje outras categorias sociais, como travestis e transexuais, que se adentram na categoria gênero e que também conformam a classe trabalhadora (Marinho; Almeida, 2019, p. 115).

Assim, como toda e qualquer mercadoria, o valor da força de trabalho é determinada pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. O que o/a trabalhador/a vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela. Ao comprar força de trabalho, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de comprar ou usar a mercadoria comprada, como o/a trabalhador/a vende sua força de trabalho, todo valor ou produto por ele/a criado, pertence ao capitalista, que é dono de sua força de trabalho.

O intercâmbio entre capital e trabalho é o que serve de base à produção capitalista, e tem que conduzir sem cessar, à constante reprodução do/a trabalhador/a como trabalhador/a e do/a capitalista como capitalista (Marx, 2017). Dessa forma, observa-se que o capital está baseado na apropriação do tempo de trabalho excedente dos/as trabalhadores/as. Ele se constitui como uma força que está fundada na superexploração do trabalho não pago.

O trabalho assalariado é um dos pilares fundamentais para o sucesso da reprodução do capital, é através dele que o capital consegue exercer controle absoluto sobre a força de trabalho. A vida da população trans é fortemente marcada por processos de opressão e violência desde os primeiros momentos formativos. Por isso, é necessário atentar às narrativas de suas trajetórias de vida, que para cada sujeito são únicas e específicas, então seria impossível a tentativa de realizar uma única análise generalizante que aponte para uma suposta situação geral das pessoas trans trabalhadoras no Brasil.

Como forma de lidarmos com este limite, é importante apontar questões que tocam um número considerável de pessoas trans em suas histórias de vida, conforme já foi apontado em algumas pesquisas (Pelúcio, 2009; Kulick, 2008; Bento, 2006; Benedetti, 2005; Leite Jr., 2011; Oliveira, 2016; Marinho, 2017; entre outras). Algumas dessas pesquisas mostram algumas características comuns das experiências das travestis e mulheres trans brasileiras no início dos anos 2000. Características que vão sendo transformadas pela experiência de uma nova geração de pessoas trans, marcadas por processos que mostram a potência da diversidade, mas que também marcam exclusões e violências produzidas e reforçadas nas relações sociais.

Ainda assim, nessas pesquisas é possível elencar alguns condicionantes que atuam de maneira similar em cada trajetória individual e que se constituem como dificuldades rotineiras para a inserção das pessoas trans no mercado de trabalho. Alguns destes obstáculos seriam a dificuldade de fazer-se respeitar em seu processo de transição de gênero, a frequente expulsão de casa, ruptura de laços familiares e falta de apoio da família, a perda progressiva das relações comunitárias, a falta de acesso à saúde pública e a outras políticas sociais, bem como, a falta de renda para buscar os produtos, benefícios e serviços transformados em mercadorias pelo capital, como a assistência à saúde e educação privada.

Como parte destes obstáculos mais genéricos, podemos elencar também o êxodo que várias pessoas trans empreendem, sobretudo na infância/juventude de seus lugares de origem em direção aos grandes centros urbanos, conforme Pelúcio (2009), constata na trajetória das travestis; “mover-se na busca de um corpo, de um lugar habitável, de uma vida longe da abjeção, da pobreza e violência doméstica é um enredo comum” (p. 47).

Há também as diferentes formas de violência comunitária e a violência institucional no âmbito das políticas sociais, mesmo as governamentais. A evasão escolar e o assédio sofrido por muito tempo foram tratados como a falta de preparo do Estado e das instituições de ensino. Entretanto, adianto aqui o que vai ser pontuado em itens a seguir da tese, que os anos 2000 foram marcados por muitas iniciativas, que promoveram a sensibilização e a formação de profissionais, gestores/as e servidores/as públicos através de planos, programas e conferências inclusive no âmbito governamental para formulação, capacitação, sensibilização e implementação de políticas públicas para a população LGBTI+, inclusive no âmbito da educação.

Gradativamente essas iniciativas vão sendo suprimidas na perspectiva de negar direitos ou impedir a sua consolidação, em um cenário dos últimos anos de um país marcado por retrocessos, em especial no campo do gênero e da diversidade. Como exemplo, no ano de 2017 o Conselho Nacional de Educação retirou todas as referências relacionadas a gênero e orientação sexual do texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Impedindo e cerceando o debate sobre a diversidade nas escolas.

Dessa forma, as escolas vão se tornando ambientes cada vez mais hierárquicos e propícios à propagação de preconceitos, instituindo para alunas/os/es identidades fixas em que homens e mulheres devem ocupar socialmente. Marcando os corpos desses/as alunas/os/es através de extrema vigilância, aplicação de normas e aplicação de exames constantes, o que

Foucault (2014) chamou de sociedade disciplinar<sup>48</sup>, quando a normalização se torna um dos grandes instrumentos de poder, a partir do final da época clássica.

É preciso um sistema de ensino e uma base de conhecimento, que se atente as interseccionalidades, como também conforme aponta Grosfoguel (2009) os, “conceitos precisam de ser descolonizados e tal só pode ser conseguido por meio de uma epistemologia descolonial que assume abertamente uma geopolítica e uma corpo-política do conhecimento decoloniais como pontos de partida para uma crítica radical” (p.48-49). Precisamos então de observar as realidades vivenciadas por determinados grupos, como o das pessoas trans. De acordo com a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABLGGBT), o grupo que mais sofre discriminação na escola é o de pessoas trans.

Para muitas dessas pessoas, a escola se constitui como uma das primeiras instituições que as/os violentam, fazendo com que muitas/os abandonem o espaço que impõe normas rígidas de se viver a sexualidade de forma exclusivamente heterossexual e exprimir a identidade de gênero sempre em acordo com a designação de nascimento<sup>49</sup>, e que acabam configurando a visão da travestilidade e transexualidade como anormal e doentia. Para Louro (2004):

Aqueles e aquelas que transgridam as fronteiras de gênero ou sexualidade, que as atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados "próprios" de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes ou desviantes. Tal como atravessadores ilegais de territórios, como migrantes clandestinos que escapam do lugar onde deveriam permanecer, esses sujeitos são tratados como infratores e devem sofrer penalidades. Acabam por ser punidos, de alguma forma, ou na melhor das hipóteses, tornam-se alvo de correção. Possivelmente experimentarão o desprezo ou a subordinação. Provavelmente serão rotulados (e isolados) como "minorias" (p. 89).

Nesse sentido, a própria concepção de trabalho para a população de travestis e transexuais é pautada pela cisheteronormatividade – mas não só – o que acaba limitando e dificultando a demanda por empregos existente, favorecendo que trabalhos precários sejam naturalizados como a única realidade destinada a estes. As dificuldades na obtenção de um

---

<sup>48</sup> Nas sociedades disciplinares, as instituições sociais assumem papéis de vigilância, normatização e exame constante dos sujeitos, de tal maneira que o poder, exercido minuciosamente, marca os corpos e lhes impõe condutas, irei aprofundar mais nos capítulos seguintes da tese.

<sup>49</sup> Esse dispositivo que ademais é acionado rotineiramente pelas escolas, mas também por todas as outras instituições sociais, tem sido chamado de cisheteronormatividade.

emprego<sup>50</sup> no mercado de trabalho, tornam-se então um resultado de condicionantes que atuam de maneira similar e regular nas trajetórias singulares de cada sujeito.

Observa-se que existe um controle dos corpos operando na divisão sexual do trabalho, através dela, nem todos os corpos serão considerados aptos para todo tipo de atividade, gerando assim uma generificação das profissões. As relações de poder na sociedade atuam em diferentes campos da vida, inclusive no âmbito das profissões, dos trabalhos e dos currículos que estabelecem espaços para serem ocupados por corpos masculinos e corpos femininos em uma lógica normativa e biologizante.

A questão da sexualidade e da identidade de gênero não é o único marcador de diferenças e nem o único organizador das desigualdades sociais, sustentaremos ao longo desta tese, que existe uma generificação das profissões/ocupações e uma cromatização das profissões/ocupações, entre outras formas de classificação dos corpos e lugares sociais. Não há uma regra geral aplicável de forma constante e imutável, esses marcadores interagem de formas muito diversas e relacionadas ao contexto histórico.

Conforme acentua Brah (2006), tais marcadores de diferenças nunca agem isoladamente, costumam se combinar para reforçar diferenciações e exclusões. Eles agem em articulação, mantêm relações de conexão e eficácia através das quais as coisas são articuladas tanto por suas diferenças, como por suas semelhanças.

É necessária ainda mais a compreensão desse debate para conseguir se aproximar de um entendimento maior de desafios como os da atualidade, que envolvem também a introdução das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no mundo produtivo, e a ascensão da chamada indústria 4.0, transformando profundamente o cenário competitivo mundial. Uma conjuntura onde a crise se amplia com a manifestação da Covid-19 e provoca um aumento do exército de reserva, acelerando o grau da precarização do trabalho e do desemprego e ampliando de forma sem precedentes os limites do pauperismo.

Conforme aponta Antunes (2018), a crise no padrão de acumulação taylorista/fordista, que aflorou no final de 1960 e no início de 1970, fez com que o capital desencadeasse um amplo processo de reestruturação produtiva que visava recuperar seu ciclo reprodutivo e, ao mesmo

---

<sup>50</sup> A noção de *emprego* adotada neste trabalho é coerente com os critérios adotados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), uma entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955, com o objetivo de desenvolver pesquisas que subsidiassem as demandas dos/as trabalhadores/as. Para o DIEESE, *emprego formal* corresponde aos vínculos empregatícios com carteira de trabalho assinada, estatutários e militares, do setor público ou privado. Reúne contratos de trabalho regidos pela CLT ou estatutos próprios (DIEESE, 2015).

tempo, repor seu projeto de hegemonia. Nesse processo, o capital provocou várias transformações no processo produtivo, com a constituição das formas da acumulação flexível.

Os anos 1990 foram marcados por uma revolução tecnológica e organizacional na produção. Behring (2018) aponta que a reestruturação produtiva foi uma reformulação das estratégias empresariais e dos países no âmbito do mercado mundial de mercadorias e capitais. Esse processo implicou uma divisão do trabalho e uma relação centro/periferia que não existia anteriormente, combinada ao processo de financeirização e pelo ajuste neoliberal.

Todas as mudanças que ocorreram no processo de reestruturação produtiva expressam a agressividade do capital no sentido de aumentar a produtividade, e assim acabam desestruturando as condições de vida e trabalho do conjunto da classe trabalhadora, comprometendo drasticamente a reprodução e ampliando a barbárie:

Trata-se, portanto, de uma aguda destrutividade, que no fundo é a expressão mais profunda da crise estrutural que assola a (des)sociabilização contemporânea: destrói-se força humana que trabalha; destroçam-se os direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/ natureza, criando-se uma monumental "sociedade do descartável", que joga fora tudo que serviu como "embalagem" para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, entretanto, o circuito reprodutivo do capital (Antunes, 2015, p. 225).

Fica evidente que vivemos em uma lógica onde a força de trabalho só possui valor para a reprodução do capital. Portanto, o capital é essencialmente uma força que se baseia na superexploração do trabalho. Nesse processo de produção do valor do capital, o sistema entra em crise, que é inerente ao seu sistema, mostrando sua instabilidade com períodos de expansão e crescimento que são atravessados por falências, e quem paga o preço mais alto é a classe trabalhadora.

Os anos 1980 foram marcados pela transição dos governos militares à constituição da democracia, marcada por uma forte movimentação na sociedade brasileira de pressão aos militares a procederem ao processo de transição à democracia. Segundo Mota (2011), nos anos 1980, por força da pressão organizada dos/as trabalhadores/as, mudanças foram realizadas no âmbito das políticas de proteção social, tais mudanças foram institucionalizadas com a Constituição Federal (CF) de 1988.

Com a Constituição de 1988, a sociedade brasileira teve, em tese, as suas necessidades de proteção reconhecidas pelo Estado, contudo, mal foram regulamentadas, as políticas de proteção social que integram a seguridade social brasileira, passaram a ser objeto de uma

ofensiva perversa e conservadora, materializada em propostas e iniciativas de contrarreformas restritivas de direitos, serviços e benefícios (Mota; Maranhão; Sitcovsky, 2008).

Conforme Behring (2008), a CF de 1988 foi um processo árduo de mobilizações e contra mobilizações de projetos e interesses específicos, configurando campos definidos de forças. O texto constitucional refletiu a disputa da hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de Constituição Cidadã de Ulysses Guimarães.

Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil (as propostas de construção de um Ministério da Defesa e do fim do serviço militar obrigatório foram derrotadas, dentre outras), a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias, e na ordem econômica. Os que apostaram na Constituinte como um espaço de busca de soluções para os problemas essenciais do Brasil depararam-se com uma espécie de híbrido entre o velho e o novo [...]: uma Constituição programática e eclética, que em muitas ocasiões foi deixada ao sabor das legislações complementares (Behring, 2008, p. 143).

José Sarney estava à frente da presidência do Brasil, quando ocorreu na capital estadunidense no ano de 1989, o Consenso de Washington, um encontro realizado entre os presidentes eleitos da América Latina com a participação de organismos financeiros internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Interamericano de Desenvolvimento).

A finalidade daquele encontro foi a de criar um conjunto de orientações inspiradas pelo receituário teórico neoliberal, para fins do desenvolvimento e ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. O Brasil, em pleno processo de efervescência da promulgação da CF, tornou-se signatário do acordo firmado entre os organismos financeiros internacionais, por meio de orientações do Consenso de Washington. Tais orientações opõem-se aos princípios dos direitos garantidos pela CF de 1988: “indicação para desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passassem a ser gestados pela iniciativa privada” (Couto, 2010, p. 145).

As contrarreformas que visam atender às demandas do capital, atingiram duramente a seguridade social<sup>51</sup> na América Latina e Caribe nos anos 1980 e 1990, se alimentam de ajustes

---

<sup>51</sup> O conceito de seguridade social constitui-se nos princípios da universalidade, equidade, uniformidade, equivalência, irredutibilidade dos valores dos benefícios, gestão democrática, descentralizada e participativa (Behring, 2008).

estruturais com características e determinações semelhantes. Também possuem implicações negativas para as políticas sociais e para a seguridade social (Boschetti, 2009).

Esteve em curso no Brasil dos anos 1990 uma contrarreforma do Estado, e não uma “reforma”, como apontavam – e ainda o fazem – seus defensores. Uma contrarreforma que se compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os/as trabalhadores/as e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas (Behring, 2008, p. 281)

A “reforma do Estado” é uma proposta da burguesia internacional e seus representantes, pensadores (as) neoliberais e agências do capital internacional, que apontam a reforma como uma necessidade da estratégia de enfrentamento da crise (Arrazola, 2008). Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), o projeto neoliberal apresentava-se como uma alternativa para o Brasil sair da crise e ingressar em uma nova fase de desenvolvimento. Porém, com as repercussões das idéias neoliberais, no campo das políticas sociais elas tornam-se mais focalizadas, descentralizadas e privatizadas.

Dessa forma, o Governo FHC também deu prosseguimento ao aprofundamento das orientações do Consenso de Washington: “A ofensiva neoliberal ganhou vigor nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, efetivamente, nesse governo, o país foi aberto às ingerências neoliberais e regido pelas teses do Consenso de Washington” (Pereira, 2012, p. 742).

Segundo Iamamoto (2009), a política econômica do governo FHC conseguiu reduzir as taxas da inflação, porém não resultou em políticas distributivas. O “choque liberalizante” por ele realizado – traduzido na abertura comercial, nas privatizações, das desregulamentações financeiras, na precarização do trabalho, na ortodoxia monetarista – não superou as fragilidades da economia brasileira, mas resultou numa perversa combinação dos resultados da política neoliberal: desemprego, recessão, desnacionalização da economia e aumento da vulnerabilidade externa (p. 36).

Para Behring (2008), a política abrupta de abertura comercial acirrou a competitividade e pressionou a indústria nacional para a modernização, que a direciona para o mercado externo. A partir de então, assiste-se à introdução de tecnologias poupadoras da mão-de-obra e à precarização do trabalho. A autora aponta que a própria “reforma” do Estado também tem sido geradora do desemprego, por meio de algumas relações trabalhistas que não se pautam pela estabilidade.

O ataque à seguridade social passou também pela política de abertura econômica, no que diz respeito a baixar o chamado “custo Brasil”, de uma força de trabalho que é das mais baratas do mundo – em termos de salários indiretos/direitos sociais, para que unidades produtivas transnacionais se instalassem no país com mais facilidades: “[...] A política, portanto, é cortar, de variadas formas, recursos da área social, nesses tempos de crise fiscal e de intensa disputa pelo fundo público” (Behring, 2008, p. 162).

Uma das formas estratégicas acionadas para a obtenção dessa diminuição do custo Brasil, tem sido desde então, a terceirização:

A terceirização vem se tornando a modalidade de gestão que assume centralidade na estratégia empresarial, uma vez que as relações sociais estabelecidas entre capital e trabalho são disfarçadas em relações interempresas, baseadas em contratos por tempo determinado, flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas contratantes, com consequências profundas que desestruturaram ainda mais a classe trabalhadora, seu tempo de trabalho e vida, seus direitos, suas condições de saúde, seu universo subjetivo etc. (Antunes, 2018, p. 32).

Uma das características mais marcantes da ofensiva do capital sobre o trabalho diz respeito à perda de direitos da classe trabalhadora e, conseqüentemente, o agravamento das expressões da questão social. Com o neoliberalismo passando a operar sobre os países capitalistas, observamos que o Estado reduz os gastos sociais e implanta uma política previdenciária e trabalhista comprometida com os interesses do capital. Nesse movimento de valorização, o capital produz a invisibilidade do trabalho e a banalização da vida humana.

De acordo com Behring (2008), as políticas sociais entram nesse cenário caracterizadas por um discurso ideológico que afirma que as políticas sociais seriam paternalistas, geradoras de desequilíbrio fiscal, amplificadoras do custo excessivo do trabalho e devem ser acessadas via mercado. Portanto, dentro dessa perspectiva, elas não são vistas como um direito social e é daqui que surge a tendência da desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social pelo Estado. A resposta neoliberal impregnada deste discurso ideológico, tornou-se transformar a política social (em especial as ligadas ao tripé da seguridade social) em uma mercadoria.

Dessa forma, negando, implicitamente, a intermediação e o agenciamento do Estado, o capital absorve as demandas dos/as trabalhadores/as, no interior do processo de formação de uma cultura do consentimento da privatização da seguridade, ao mesmo tempo em que difunde e socializa a necessidade de ampliação dos programas de assistência social, voltados para os pobres, procedimento esse coerente com a sua concepção de Estado mínimo (Mota, 2011).

No cenário do neoliberalismo, cresce o nível de exploração e todos os índices das desigualdades sociais. Dessa forma a questão social assume novas roupagens. Inscrita na natureza das relações sociais capitalistas, a questão social passa por um processo de criminalização e por uma tendência de naturalização, isentando a sociedade de classes da responsabilidade que tem na produção das desigualdades sociais.

Um aspecto importante a ser considerado no capitalismo da contemporaneidade diz respeito ao período da pandemia da Covid-19, com a perda de renda de uma parcela considerável da classe trabalhadora, como também a influência da tecnologia na transformação das formas com que o mundo do trabalho está sendo reorganizado. Para Antunes (2018), as novas formas de extração de mais-valia do trabalho, inclusive o trabalho digital, fazem parte dos processos de reorganização do mundo do trabalho.

Os principais impactos da chamada Indústria 4.0 ou Quarta Revolução Industrial ocorrerão na força de trabalho, por se tratar de algo ainda em processo de desenvolvimento, não se tem dados suficientes para um quadro geral dos impactos. Nesse aspecto, Junior e Saltorato (2018) realizaram um estudo sobre a literatura no tema e demonstraram que:

A literatura sobre o tema é escassa, evidenciando a existência de um campo de estudo ainda em construção, com diferentes atores envolvidos na tentativa de contribuir para a expansão de um debate menos centrado na inovação tecnológica que viabiliza a Indústria 4.0 e mais em suas implicações para o trabalho e o trabalhador (p. 753).

Um aspecto interessante que mostra o estudo é sobre o impacto na oferta de empregos, com debates polarizados entre aqueles que acreditam em oportunidades ilimitadas de novos empregos e aqueles que preveem uma maciça substituição da mão de obra por novas tecnologias e o desaparecimento de postos de trabalho (Junior; Saltorato, 2018).

Nesse ponto, acredito que com as novas tecnologias e a evolução da indústria, determinados postos de trabalho deixarão de existir. No entanto, ao mesmo tempo, novos cargos aparecem para dar conta dos postos de trabalho.

O estudo “Demanda de Talentos em TIC e Estratégia ΣTCEM”, realizado pela BRASSCOM - Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais, estima que as empresas de tecnologia demandem 797 mil empregos de 2021 a 2025. No entanto, existe um número de pessoas formadas que é inferior a essa demanda de apenas 53 mil pessoas formadas por ano em cursos de perfil tecnológico com uma demanda média anual de 159 mil profissionais (Brasscom, 2021).

Tais números refletem o crescimento acelerado do setor, em especial com a pandemia da covid 19, que intensificou o uso das tecnologias microeletrônicas. Nesse contexto, a pandemia também colocou em evidenciou a exclusão digital de grande parte da população brasileira que não conseguiu sequer obter acesso ao auxílio emergencial devido à falta de habilidade para lidar com dispositivos digitais e com as limitações de acesso à internet. Além de viverem cotidianamente experiências de desemprego ou de subemprego, grande parte das pessoas desempregadas no país ainda encontram dificuldades adicionais para acessarem programas de transferência de renda.

A pandemia indicou e tem indicado evidências graves da ausência e precariedade de políticas públicas, em especial presentes no fato de não se atentar para as intersecções da maioria das pessoas infectadas, lembrando que a primeira vítima fatal da pandemia, de fato, foi uma mulher, pobre, preta, idosa e empregada doméstica do Rio de Janeiro.

## **2.2. Políticas de geração de trabalho e renda no Brasil: uma abordagem histórica**

Uma política, na sua configuração recente e restrita, tem a conotação de política pública, a qual engloba a política social. Ou seja, a política social é uma espécie de política pública (Pereira, 2009). Política pública significa, portanto, qualquer ação coletiva que tem por função concretizar direitos sociais demandados pela sociedade e previstos nas leis. Ou, em outros termos, os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais, por sua vez, operacionalizam-se mediante programas, projetos e serviços (Pereira, 2002, p. 223)

Portanto, quando se fala em política pública, trata-se de uma política cuja principal marca é o fato de ser pública, isto é, de todos/as. O seu caráter público não é atribuído apenas pela sua vinculação com o Estado e nem pelo tamanho do aglomerado social que lhe demanda atenção, mas pelo fato de significar um conjunto de decisões e ações que resulta ao mesmo tempo de ingerências do Estado e da sociedade (Pereira, 2009, p. 95). As políticas públicas, sociais e econômicas expressam conflitos de interesses das camadas e classes sociais.

Posições em confronto na sociedade expressam-se no Estado, privilegiada arena de luta política, em volta das políticas sociais e econômicas. Nesse sentido, não é possível pensar as políticas sociais, sem que sejamos remetidos à esfera das relações de produção e das políticas econômicas (Silva, 2004).

Está certo que a política social brasileira tem peculiaridades que devem ser consideradas. Não obstante isso, vale lembrar que essas peculiaridades não se dão no vácuo. No Brasil, as definições e os rumos da política social não estão imunes a influências internacionalmente hegemônicas, que, embora se processem de forma diferenciada, não estão desconectadas (Pereira, 2012, p. 730).

As políticas sociais no Brasil são caracterizadas historicamente por sua pouca efetividade social e subordinação a interesses econômicos dominantes, revelando incapacidade de interferir no perfil de desigualdade e pobreza que caracteriza a sociedade brasileira. A política social brasileira é constituída distintamente da política social de outros países, tendo em vista que nosso país não vivenciou o período conhecido por *Welfare State* quando se constituíram as políticas sociais nos países centrais.

Foi no governo de Getúlio Vargas<sup>52</sup> na década de 1930 que ocorreu a criação do Ministério do Trabalho, uma primeira iniciativa legislativa no âmbito estatal em torno dos direitos trabalhistas no Brasil.

Foi a partir de então que o mercado de trabalho brasileiro passou a ser regulado através das leis de proteção ao trabalhador, reunidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Vem daquele período as primeiras iniciativas, porém não vou realizar aqui todo o resgate histórico daquele período histórico para não ser um texto fadigoso, por isso, a análise vai partir do processo de aprovação da nova CF, que previu o trabalho, a educação, a saúde, a assistência e outros direitos sociais como básicos para toda a população.

A CF foi um processo de mobilizações e contra mobilizações de diferentes projetos e interesses. conforme Behring (2008):

O texto constitucional refletiu a disputa da hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de Constituição Cidadã, de Ulysses Guimarães. Mas manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento da militarização do poder no Brasil (as propostas de construção de um

---

<sup>52</sup> Os estudos de Ferreira (2020), indicam que o discurso trabalhista não foi criado pelo Estado Novo varguista, ele emergiu no país entre grupos autodenominados socialistas e entre anarquistas. Só então esse discurso foi capturado pelos chefes de Estado e pelo aparato estatal. Outro apontamento das análises da autora indicam a conciliação do Estado varguista com percepções eugênicas e culturalistas. Vargas fez delas eixos de sustentação de seu governo. As políticas sociais não fugiam, ao contrário, reforçavam essas bases. Conter os conflitos entre trabalhadores/as e patrões foi parte das iniciativas estatais – via repressão e concessão. Conflitos que podiam estar pautados por estereótipos raciais. Nesse período, quando o Estado assume a questão social, ele a assume levando em conta os conflitos racializados de classe. Mas não o fez de modo a superá-las produzindo melhor condições de vida e trabalho aos/as trabalhadores/as, sobretudo os/as negros/as, muitos/as ex-escravizados/as: “o fez de modo a tentar neutralizar a existência das desigualdades balizadas por determinantes econômicos, raciais, regionais, de gênero etc. que interagem permanentemente” (p. 255).

Ministério de Defesa e do fim do serviço militar obrigatório foram derrotadas, dentre outras), a manutenção de prerrogativas do Executivo, como as medidas provisórias e na ordem econômica (p. 143).

Por isso, é importante falar que uma das características marcantes na história do Brasil, que explica a existência de uma carência de políticas de proteção ao trabalhador, é o fato de que possuímos uma herança de escravidão que se abate sobre os povos negros e indígenas, assim como também tivemos um longo período ditatorial, o que veio a impedir uma melhor organização sindical autônoma e organicamente representativa dos interesses da classe trabalhadora no país.

Na década de 1980 evidenciou-se um período de redemocratização com a nova Constituição de 1988, porém conforme já foi mencionado anteriormente, mediante as tendências da reestruturação produtiva e de flexibilização da legislação trabalhista, o Brasil aderiu de maneira subordinada ao capital internacional, seguindo ao modelo neoliberal. Conseqüentemente, as mudanças que se processaram no trabalho são resultantes da introdução de novas tecnologias no processo produtivo e das novas formas de organização do trabalho, que compuseram o quadro da reestruturação produtiva no país.

A CF passou a prever uma maior participação das/es/os trabalhadoras/es, e aprimorou a legislação referente aos direitos sociais. Nos anos de 1990 foram criados o seguro-desemprego, a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas, a ampliação da licença-maternidade, a regulamentação da licença-paternidade, o adicional de férias de 1/3 e o estabelecimento das horas extras em 50%.

Nos anos de 1980, uma importante conquista obtida pela classe trabalhadora foi a regulamentação do seguro-desemprego. Só nesse período houve as primeiras iniciativas de reflexão acerca do desemprego no país, passando este a ser visto como um problema a ser enfrentado com urgência. Porém, o grande número de exigências para obter o benefício do seguro-desemprego acabou por restringir a sua obtenção por grande parte da população então desempregada.

Para Behring (2008), do ponto de vista econômico, o Brasil na entrada dos anos 1990 era um país destruído pela inflação, que seria o fermento perfeito para a possibilidade histórica da hegemonia neoliberal, que já vinha sendo delineada na década anterior. Algumas orientações

do Consenso de Washington<sup>53</sup> se opunham frontalmente aos princípios garantidos pela CF de 1988, e a existência do próprio sistema de seguridade social brasileiro:

As mudanças imprimidas aos rumos da seguridade social brasileira são, também, determinadas pelos processos de ajustes macroeconômicos, tendo como protagonistas os organismos financeiros internacionais (FMI, BIRD e Banco Mundial), que são os veiculadores das indicações do *Consenso de Washington* para os países do Terceiro Mundo, em que estão incluídas as recomendações sobre os rumos da seguridade social brasileira *em tempos de crise* (Mota, 2011, p. 46).

A finalidade daquele encontro de agências capitalistas foi de criar um conjunto de orientações inspiradas pelo receituário teórico neoliberal, para fins do desenvolvimento e ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. O Brasil, em pleno processo de efervescência da promulgação da CF, tornou-se simultaneamente signatário do acordo firmado entre os organismos financeiros internacionais, por meio de orientações do Consenso de Washington.

Tais orientações opõem-se aos princípios dos direitos garantidos pela CF de 1988: “indicação para desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passassem a ser gestados pela iniciativa privada.” (Couto, 2010, p. 145). Em consequência:

O dilúvio neoliberal que varreu a América Latina e Caribe nos anos 1980/90 provocou a realização de contrarreformas que remodelaram os sistemas de seguridade social, com reforço da lógica estrita do seguro e, em alguns casos de privatizações dos sistemas predominantes até a década de 1990, agravando esse quadro de iniquidades (Boschetti, 2009, p. 180).

As contrarreformas que visam atender às demandas do capital, atingiram duramente a seguridade social na América Latina e Caribe nos anos 1980 e 1990. Elas alimentam-se de ajustes estruturais com características e determinações semelhantes e também possuem implicações negativas para as políticas sociais e para a seguridade social (Boschetti, 2009).

---

<sup>53</sup> *Consenso de Washington* foi a designação adotada, em 1989, pelo economista inglês John Williamson, para um conjunto de receitas econômicas estabelecidas durante a preparação de uma conferência organizada pelo Institute for International Economics (IIE), de Washington. Em linhas gerais, faziam parte desse receituário as privatizações, a abertura da economia e o controle da inflação e do déficit público, que podem ser sinteticamente desdobradas nas seguintes teses: limitação dos gastos do Estado à arrecadação, com o fito de eliminar o déficit público; redução dos gastos públicos e sua focalização; reforma tributária com vista a ampliar o peso dos impostos indiretos e diminuir a progressividade nos impostos diretos; liberalização/desregulamentação financeira e retirada do Estado do setor; taxa competitiva de câmbio; liberalização do comércio exterior para impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo; privatização com venda de empresas estatais; desregulamentação do processo econômico e das relações trabalhistas; defesa da propriedade intelectual (Matoso, 2010, p. 34 *apud* Pereira, 2012, p. 742).

O início do difícil processo de construção da Seguridade Social Brasileira situa-se na contramão das transformações que ocorrem na ordem econômica internacional, tensionado pela consolidação do modelo neoliberal, pelas estratégias de mundialização e financeirização do capital, com a sua direção privatizadora e focalizadora das políticas sociais (Couto *et al.*, 2012, p. 57).

Por fim, Behring (2008) aponta um dos principais aspectos de destaque nos anos de 1980, que foi a redefinição das regras políticas do jogo, no sentido da retomada do Estado Democrático de Direito:

Esta foi uma tarefa designada para um Congresso Constituinte, e não uma Assembleia Nacional livre e soberana, como era a reivindicação do movimento dos/as trabalhadores/as e sociais. Ainda assim, a Constituinte tornou-se uma grande arena de disputas e de esperança de mudanças para os/as trabalhadores/as brasileiros, após a sequência de frustrações - Colégio Eleitoral, morte de Tancredo Neves e falência do Cruzado. Este movimento operário e popular novo era um ingrediente político decisivo da história recente do país, que ultrapassou o controle das elites (p. 142).

A primeira disputa presidencial direta ocorreu em 1989, entre Fernando Collor de Mello e Luís Inácio Lula da Silva (Lula), onde conforme aponta Behring (2008, p. 144), os diagnósticos e projetos eram radicalmente diferentes em suas candidaturas, “chegaram ao segundo turno do pleito, expressando as tensões entre as classes sociais e segmentos de classe ao longo dos anos 1980”:

O pós-Constituição, antes de mais nada, vai ser marcado pela luta das eleições diretas para presidente da República. [...] A imediata repercussão da Constituição com o retorno ao Estado de Direito ainda era hipótese democrática. Só ao final de 1989 é que ocorrem as eleições para presidente da República e o país vai ser catalisado entre as candidaturas de Lula e Collor (Sposati, 2004, p. 44).

Conforme descreve Behring (2008), o pleito eleitoral de 1989, foi uma etapa muito esperada do processo de democratização, e mais um momento de embate entre os projetos societários antagônicos, favorecendo por uma grande diferença de votos a candidatura de Collor, que defendia explicitamente as “reformas” orientadas para o mercado, que implicaram um forte enxugamento do Estado, como saída para a crise econômica e social do Brasil. Collor se destacou por ser o primeiro governo eleito diretamente pela população brasileira após a Ditadura Militar.

As novas orientações econômicas do Consenso de Washington, aliadas ao forte processo de recessão e a inúmeros escândalos sobre corrupção, deram base para eleição de Fernando

Collor de Mello em 1990, eleito presidente do Brasil em um processo de eleições diretas que conquistou mais de 35 milhões de votos:

Pragmaticamente, portanto, as elites depositaram, no segundo turno e um tanto a contragosto, a confiança em Fernando Collor de Mello: o medo venceu a esperança. Afinal, seu discurso era também o dos setores insatisfeitos com a Carta Constitucional e que já preconizavam, após o Cruzado, a guinada rumo ao ajuste ortodoxo. E sua origem social e trajetória política advinham das classes possuidoras, o que lhe dava créditos de classe, num enfrentamento com um candidato de origem operária (Behring, 2008, p. 144).

As anotações de Behring (2008), indicam que Fernando Collor de Mello foi vitorioso, mas não representava a vontade política efetiva da burguesia brasileira, como demonstraram os fatores subsequentes que resultaram no seu *impeachment* em 1992. Collor obteve apoio de diferentes partidos da direita, como também da grande mídia nacional. As marcas do seu governo foram os Planos Collor I e Collor II, que tinham o objetivo de intervir na economia do país. Entretanto, tais planos não obtiveram sucesso e foram derrotados por falta de adesão às suas propostas.

As iniciativas de Collor, foram implementadas no âmbito de um projeto neoliberal, caracterizado no campo social por “mecanismos que incidiram no sistema de proteção social, desmontando-o principalmente em relação à seguridade social” (Couto, 2010, p. 146). Behring descreve mais explicitamente o conteúdo desses mecanismos: “sua intervenção de maior fôlego e longo prazo foi a implementação acelerada da estratégia neoliberal no país, por meio das chamadas reformas estruturais, na verdade o início da contrarreforma neoliberal no país” (2008, p. 151).

A “reforma do Estado” é uma proposta da burguesia internacional e seus representantes, pensadores(as) neoliberais e agências do capital internacional, que apontam a reforma como uma necessidade da estratégia de enfrentamento da crise (Arrazola, 2008). Durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC-1995/2003), o projeto neoliberal apresentava-se como uma alternativa para o Brasil sair da crise e ingressar em uma nova fase de desenvolvimento. Porém, com as repercussões das idéias neoliberais, no campo das políticas sociais, elas tornam-se mais focalizadas, descentralizadas e privatizadas.

Dessa forma, o Governo FHC também deu prosseguimento ao aprofundamento das orientações do Consenso de Washington: “A ofensiva neoliberal ganhou vigor nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, efetivamente, nesse governo, o país foi aberto às ingerências neoliberais e regido pelas teses do Consenso de Washington” (Pereira, 2012, p.

742). Segundo Iamamoto (2009), a política econômica do governo FHC conseguiu reduzir as taxas da inflação, porém não resultou em políticas distributivas:

O “choque liberalizante” por ele realizado – traduzido na abertura comercial, nas privatizações, nas desregulamentações financeiras, na precarização do trabalho, na ortodoxia monetarista – não superou as fragilidades da economia brasileira, mas resultou numa perversa combinação dos resultados da política neoliberal: desemprego, recessão, desnacionalização da economia e aumento da vulnerabilidade externa (p. 36).

Para Behring (2008), a política abrupta de abertura comercial acirrou a competitividade e pressionou a indústria nacional para a modernização, que a direciona para o mercado externo. A partir de então, assistiu-se à introdução de tecnologias poupadoras da mão-de-obra e à precarização do trabalho. Um exemplo disso foi a informatização massiva do setor bancário e das telecomunicações no Brasil, ao longo da década de 1990. A autora aponta que a própria “reforma” do Estado também tem sido geradora do desemprego, por meio de algumas relações trabalhistas implantadas na máquina pública que não se pautam mais pela estabilidade.

Mota (2010) em estudo sobre as tendências da Seguridade Social e as crises econômicas, indica que nas experiências pós-fordistas, sob a influência do neoliberalismo, a tendência nos sistemas de Seguridade Social é “privatizar os programas de previdência e saúde e ampliar os programas assistenciais, em sincronia com as mudanças no mundo do trabalho e com as propostas de redirecionamento da intervenção social do Estado.” (p. 122). Em outras palavras:

[...] a contrarreforma no sentido de retirar os obstáculos no âmbito do Estado a superexploração do trabalho avançou a passos largos nos anos 1990, destruindo o movimento organizado que vinha se fortalecendo no período anterior, que se viu: colocado na defensiva pela reestruturação produtiva promovida pela macroeconomia do Plano Real; seduzido por lideranças transformistas; ou enfrentando com violência e truculência. Aspectos que, por sua vez, revelam um elemento cultural de fundo na sociedade brasileira desde os tempos da escravidão, apesar de tantos anos de assalariamento: o desprezo pelos que vivem do trabalho (Behring, 2008, p. 227).

Por isso, quando se trata da política de geração de trabalho e renda no Brasil, historicamente observamos ações de mercantilização e privatização da política que sempre levaram à expansão do desemprego. As privatizações que começaram a ocorrer nos anos 1990 desprezaram as conquistas da Carta Constitucional no terreno da seguridade social. Behring e Boschetti (2011) assinalam que a privatização gera uma dualidade discriminatória entre aquelas pessoas que podem e aquelas que não podem pagar pelos serviços, no mesmo passo em que propicia um espaço lucrativo para a superexploração do capital.

Nesse processo, nota-se uma tendência em privatizar os programas de previdência social e saúde para ampliar os programas assistenciais, em simultaneidade com as mudanças no mundo do trabalho e com as propostas de redimensionamento da intervenção social do Estado (Mota, 2011). A previdência social tem sido um dos direitos mais afetados. Os direitos que compõem a seguridade social são orientados pela seletividade e privatização, perdendo a dimensão da universalidade, portanto, tem um caráter bastante regressivo.

As mudanças no sistema de seguridade social no Brasil fazem parte da agenda de reformas neoliberal, compondo o conjunto das medidas de enfrentamento da crise econômica. Behring e Boschetti (2011), assinalam que a seguridade social possui caráter bastante regressivo quando se observa as fontes de financiamento ou quando se identifica quem paga a conta.

De acordo com a CF, os recursos da seguridade devem ser provenientes de três fontes: orçamento da União, Estados e DF; contribuições sociais que são do/a empregador/a sobre a folha de salário, a receita e o faturamento e, por fim, a do/a trabalhador/a e demais segurados/as. Porém, esse esquema de financiamento, de fato, não vem se efetivando ao longo da história e o financiamento é todo ele mantido exclusivamente pela classe trabalhadora.

A ideologia neoliberal reproduzida em grande medida pelos meios de comunicação convencionais e atualmente pelos canais emergentes nas chamadas mídias sociais, alimenta uma cultura despolitizada que busca “soluções ágeis e eficientes”. Nesse processo, temos uma ação ofensiva para distanciar e despolitizar a luta da classe trabalhadora em prol de propostas de suposto enfrentamento da crise. Em 1998, ocorreu a primeira reforma da previdência social, que atingiu, com maior intensidade as/os/es trabalhadoras/es regidos pela CLT, especialmente quem trabalha no setor privado.

Mota (2011), aponta que a reforma foi realizada após uma ampla divulgação de uma crise desastrosa na previdência social que procurava responsabilizar a todos/as/es pela sua solução, como se a produção da crise fosse de responsabilidade da classe trabalhadora e os efeitos dela se abatessem da mesma forma entre capitalistas e trabalhadoras/es. Boschetti (2003) sintetiza que as reformas da previdência social:

[...] ao enfocarem a questão apenas pelo ângulo de um presumível déficit contábil da previdência estão deslocando o debate daquele que é o cerne da questão: a consolidação da seguridade social como núcleo central de um Estado social universal, justo e equânime. Reformar a previdência pelo ângulo do corte e redução dos direitos é, no mínimo, render-se à lógica securitária atual e restritiva, que subordina o social ao econômico e aos ditames do mercado (p. 88).

A reforma de 1998 não foi a única. Em 2020, tivemos outra. É importante destacar que concordo com Boschetti (2003), ao defender que a reforma deve ser feita, porém deve ser no sentido de corrigir desigualdades sociais e assegurar direitos e não de reduzir o que já foi conquistado historicamente.

Nesse movimento, Grosfoguel (2009), demonstra que a solução para as desigualdades sociais exige imaginar alternativas decoloniais globais utópicas e que se superem os modos binários de pensamento. Para tal autor, um sistema de dominação e exploração que opera em escala mundial, como é o caso do sistema-mundo capitalista, precisa de soluções decoloniais de âmbito global, sobretudo, no aspecto da “erradicação das contínuas transferências de riqueza do Sul para o Norte e a institucionalização de uma redistribuição global e da transferência de riqueza do Norte para o Sul” (p. 82).

Desde a década de 1990 estamos assistindo à redução dos direitos da classe trabalhadora e, também, assistimos desde o século XIX ao fato de que esses corpos que compõem a classe trabalhadora trazem antigas e novas questões para o debate. Atualmente, no mundo produtivo, um dos setores que mais absorve a força de trabalho, em especial a de jovens mulheres e LGBTQs, é o setor de serviços. Para Nogueira (2006), o setor permite evidenciar que tal força de trabalho tem como característica a atribuição a ela de tarefas monótonas, repetitivas, estressantes, como é o caso do *telemarketing*.

De acordo com Costa (2010), atualmente, as atividades de serviços passaram a fazer parte fortemente da dinâmica de acumulação do capital, configurando-se como uma das dimensões que assumem maior relevância no conjunto das recentes transformações societárias. A autora também destaca que no processo de incorporação das atividades de serviços, a forma capitalista de produção, põe em evidência um acelerado processo de expansão e diversificação deste setor.

O processo de incorporação dos serviços ao modo de produção capitalista consiste em mercantilizar os efeitos úteis do trabalho praticado na forma de serviços. Dessa forma, os serviços vêm acompanhando o processo de desenvolvimento das forças produtivas e o processo de constituição de novas necessidades coletivas, necessidades estas que passaram a ser de interesse do capital, transformando o seu atendimento em atividades lucrativas (Costa, 2010):

Na fase do capitalismo monopolista, o primeiro passo na criação do mercado universal é a conquista de toda a produção de bens sob a forma de mercadoria; o segundo passo é a conquista de uma gama crescente de serviços e sua conversão em mercadorias; e o terceiro é um “ciclo de produto”, que inventa novos produtos e serviços, alguns dos quais tornam-se indispensáveis à

medida que as condições de vida moderna mudam para destruir alternativas (Braverman, 1987, p. 239).

Na análise realizada por Mandel (1982), a expansão dos serviços representa uma espécie de industrialização da esfera da reprodução, constitui um movimento de expansão e centralização do capital que penetra em todos os setores da vida social.

O que se vem assistindo recentemente é a incorporação crescente da lógica e da racionalidade da produção capitalista na prestação dos serviços. Este fato vem alterando substancialmente os padrões de incorporação da força de trabalho, bem como a organização e a natureza do trabalho. Estes passam a se expressar na crescente diversificação do uso da sua força de trabalho (...), na ampliação do leque das ocupações, nos critérios de aferição da produtividade e na especificação de novas tarefas e especialidades (Costa, 2010, p. 110).

Atualmente, observa-se uma ampla gama de atividades denominadas de serviços, que operam no sentido de aumentar de modo significativo a extração de mais valor. Inserido no setor de serviços, o *telemarketing* é um dos segmentos que mais emprega no Brasil, um rebatimento do aumento do uso de telefones no país, um fenômeno intensificado a partir da privatização das empresas de telecomunicações na década de 1990. Foi em um contexto de intensificação do ritmo de trabalho e sucateamento dos direitos trabalhistas, que o trabalho de *telemarketing* se formou no Brasil, sobretudo com as privatizações do setor de telecomunicações em meados dos anos de 1990.

Outro serviço que cresceu sem precedentes é o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs). A verdade é que é possível afirmar que o número de tarefas envolvendo habilidades relacionadas a computadores está crescendo rapidamente (Huws (2009)). Um fenômeno causado pela Indústria 4.0, com seus impactos que atingem toda a esfera empresarial, política, econômica e social. A quarta revolução industrial, trata-se de uma profusão de tecnologias aplicadas ao ambiente de produção que traz novas formas de organização do trabalho. Nesse cenário, cai bem a questão proferida por Braga (2006):

Após várias décadas de mundialização financeira, reestruturação produtiva e hegemonia neoliberal, quais são as características constitutivas da nova classe trabalhadora? E para nos aproximarmos de uma resposta a esta indagação é preciso elaborar uma outra questão: pois bem, o que significa trabalhar nos dias atuais? (p. 2).

As metamorfoses no trabalho das últimas décadas estiveram associadas à redefinição das fronteiras existentes entre os diferentes setores econômicos. No que toca ao trabalho no setor de serviços, ele atravessou um desenvolvimento acelerado, nas quais suas características

atuais de transformações no setor estão a sua interação com as tecnologias informacionais (Braga, 2006).

E, por intermédio da pressão oriunda do fluxo informacional, o trabalho no setor de serviços tayloriza-se<sup>54</sup>, principalmente quando analisadas as características do trabalho realizado pelas Centrais de Teleatividades (CTAS), os famosos *call centers* que vivem sob a pressão do fluxo informacional e que se expandiram e consolidaram na década de 1990 (Braga, 2009). As CTAS possuem condições de trabalho difíceis, com trabalhadores/as subordinado/as a um rígido protocolo.

Na medida em que o modo de produção capitalista se desenvolve, ele revela contradições que se manifestam nas suas crises periódicas. O sistema do capital é passível de crises cíclicas inerentes ao seu desenvolvimento. A crise possui um sentido processual, de média ou longa duração e com períodos de retomada do crescimento e de expansão do capital. Portanto, trata-se de um fenômeno dinâmico.

O que vivenciamos na atualidade são traços da crise estrutural do capital, que tem sua expressão mais nítida na crise do sistema de produção fordista, marcada pela baixa nas taxas de lucros aliada à diminuição dos investimentos produtivos e a altas taxas de inflação, com fortes rebatimentos nos países periféricos que foram atingidos por essa recessão através do aumento das matérias-primas e do agravamento da crise financeira. Conforme já falei, as políticas neoliberais que buscaram desconstruir as políticas ativas de emprego e renda, resultaram no aumento do desemprego, na precarização do trabalho, na queda de renda, no aumento da desigualdade, da pobreza, da violência e da exclusão social.

Após o período dos mandatos do Presidente Lula e depois da Presidenta Dilma, que compreendem o período de 2004 a 2012, implementou-se no país um conjunto amplo de políticas ativas de emprego e renda. Em linhas gerais, é possível observar que o período Lula-Dilma foi marcado por diversos movimentos: a implementação de programas de transferência de renda, de políticas de fomento e inserção no ensino superior e técnico, de investimentos públicos, de controle da inflação, de crescimento da renda da classe trabalhadora e, também,

---

<sup>54</sup> Os principais desdobramentos históricos do processo de taylorização do trabalho consistem na intensificação dos ritmos, somada ao aumento do controle sobre o trabalho pela gerência e pela eliminação da iniciativa do trabalhador. O conhecimento prático é expropriado e concentrado na gerência e os ritmos são redefinidos pela direção científica do trabalho. O sistema Taylor tem como função essencial dar à direção capitalista do processo de trabalho os meios de se apropriar de todos os conhecimentos práticos, até então, monopolizados, de fato, pelos operários (Braga, 2006, p. 4).

por outros movimentos que possibilitaram uma melhoria efetiva das condições de vida da classe trabalhadora brasileira.

Mas não só, ocorreu também a retomada dos índices de empregos formais, tal fato que gerou o surgimento da chamada “nova classe média”. A estratégia no governo Lula para isso, foi a implantação do Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 que tinha como um dos objetivos a geração de trabalho, emprego e renda.

Porém, é importante destacar que grande parte desses empregos criados se enquadraram na categoria de trabalhos precários, temporários, terceirizados e sem garantia de direitos. Naquele período, ocorreu um crescimento do setor de serviços e o subsetor dele que mais cresceu no Brasil foi o *telemarketing*. Uma expansão que ocorreu durante as décadas de 1990 e que não pára de crescer. Para Braga (2006), o trabalho nas Centrais de Teletendimento (CTAS) é “um tipo de trabalho que testemunha como nenhum outro a taylorização do trabalho intelectual e do campo da relação de serviço: uma comunicação instrumental sob a coerção do fluxo informacional e prisioneira do *script*” (p. 12)

De acordo com Nogueira (2006), este setor movimenta em torno de 20 bilhões de dólares por ano no Brasil e emprega em torno de 555.000 (quinhentas e cinquenta e cinco mil) pessoas, mesmo em períodos de crise. Este contingente de trabalhadoras/es é composto em sua maioria por força de trabalho feminina. Algumas pesquisas como as de Nogueira (2009) e a de Antunes (2009), constataram que 70% da força de trabalho atuante no *telemarketing* é feminina. Suas pesquisas, porém, não problematizaram a sexualidade, identidade de gênero e o pertencimento racial destas pessoas como um fator também determinante na composição dessa força de trabalho.

Também é determinante porque essas intersecções demarcam que as relações de trabalho são relações de poder atravessadas de maneiras que nem sempre são visíveis, especialmente quando são analisadas a partir de uma óptica colonial. Nesse ponto de vista, Quijano (2009) apresenta a necessidade da destruição da “colonialidade do poder”, um processo estruturante do sistema mundo moderno/colonial que auxilia na compreensão da dinâmica de poder. Grosfoguel (2009), a partir de uma perspectiva decolonial, conceitua o termo como:

A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional

(FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial (p. 55-56).

Grosfoguel (2009), indica que a colonialidade do poder é como um enredamento/interseccionalidade<sup>55</sup> de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais de formas de dominação e exploração, inclusive do trabalho. De acordo com o autor, na colonialidade do poder existe uma forte hierarquia étnico-racial, a ideia de raça e racismo seria como o “princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (p. 52). Nessa direção, ela vai determinar uma estruturação moderno/colonial, “que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais” (p. 55).

É exatamente nesse processo que é possível identificar hierarquias no Brasil como a divisão sexual e racial do trabalho e o número de trabalhadoras domésticas migrantes e negras, pontos que irei aprofundar nos itens a seguir da tese. Mas há de se observar esse movimento na qual o corpo é explorado e assim naturaliza-se as relações sociais:

Na exploração, é o ‘corpo’ que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o ‘corpo’ o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores. Pinochet é um nome do que ocorre aos explorados no seu ‘corpo’ quando são derrotados nessas lutas. Nas relações de gênero, trata-se do ‘corpo’. Na ‘raça’, a referência é ao ‘corpo’, a ‘cor’ presume o ‘corpo’ (Quijano, 2009, p 113).

Nesse caminho que Quijano (2009), mostra que a luta contra a exploração/dominação implica, o engajamento na luta pela destruição da colonialidade do poder, não só para acabar com o racismo, mas também pela sua condição de eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocentrado. Isso tudo vai demonstrar que as relações de trabalho são relações de um poder ainda mais complexo do que as teorias eurocêntricas sobre a exploração do trabalho têm sido capazes de abordar.

Aproveito aqui para voltar a falar sobre exploração do trabalho, sobre a Quarta Revolução Industrial e sobre o uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Quero refletir pontos importantes para pensar o Brasil, que possui um processo de

---

<sup>55</sup> Ramón Grosfoguel (2009), faz o uso do termo Interseccionalidade a partir das feministas norte-americanas de Terceiro Mundo.

flexibilização, informalidade, terceirização e precarização das relações de trabalho que não executa a legislação social de proteção aos/as trabalhadores/as/as.

A Revolução 4.0 traz novas formas de contratos e empregos adaptados às mudanças da força de trabalho, os avanços tecnológicos também vão alterando os modos de viver, conviver e trabalhar. Para Antunes (2020), o trabalhador uberizado<sup>56</sup> fica sujeito a condições de trabalho similares às dos primórdios do capitalismo: uma exploração intensificada através dos controles de ritmo, tempo e movimento através do controle imposto pelo uso de aplicativos.

E, para escapar dos vínculos empregatícios, as empresas-aplicativo se apoiam no argumento de que os/as trabalhadoras/es possuem “liberdade” de escolher sua jornada de trabalho e no fato de não terem exclusividade, podendo aderir a diversas empresas-aplicativo ao mesmo tempo e, supostamente, poderem escolher as melhores. Assim, por parte das empresas existe a ausência de qualquer garantia ou obrigação trabalhista em relação à remuneração e à carga de trabalho oferecida, o que acaba fazendo com que o/a trabalhador/ exerça intensas jornadas e assumam sozinho/a o ônus corporal do serviço que presta.

Hoje, o emprego fixo torna-se cada vez mais escasso e dá lugar ao trabalho temporário, informal e flexível. A atual política, no que concerne a trabalho e renda no Brasil, após todos os processos de contrarreformas conservadoras que vivemos e continuamos a viver, demonstram que o Estado tem sido preponderantemente omissivo com relação aos interesses da classe trabalhadora.

Poucas são as iniciativas de inserção em postos de trabalho, ainda mais em um contexto de crise sanitária que enfrentamos com a pandemia da Covid-19 – que irei aprofundar nos capítulos mais adiante. Cabe enfatizar que o país não possui políticas efetivas de trabalho e geração de renda para a população geral, quiçá quando se trata de populações trans, conforme sustenta-se neste trabalho.

### **2.3 Dados sobre inserção de trabalho e renda no Brasil: Políticas de trabalho e geração de renda.**

---

<sup>56</sup> A uberização do trabalho é entendida como uma tendência global que atinge diversas ocupações em diferentes qualificações e rendimentos, em países do centro e da periferia. Ao mesmo tempo que tem de ser compreendida pelas inovações tecnológicas que hoje culminam nas plataformas digitais como um poderoso instrumento de reorganização do trabalho, é preciso pensá-la como um desdobramento de processos em curso e em gestação no mundo do trabalho há décadas (ABILIO, 2020, p. 113).

Conforme já foi dito, o mercado de trabalho passou por diversos processos de mudança com as crises do capital e seu processo de reestruturação. O fato que acho principal em mostrar, é que as mudanças que ocorreram na classe trabalhadora comportam disparidades de acordo com idade, sexo, gênero, classe social, escolaridade, raça/etnia, e por fim, o *corpo* encarnado pela classe trabalhadora.

Para a classe trabalhadora em geral, há inúmeras dificuldades de inserção no mercado de trabalho, sobretudo por não termos iniciativas de trabalho e geração de renda, muito menos políticas públicas que operacionalizam ações. Conforme aponta Behring e Boschetti (2011), a trajetória das políticas sociais brasileiras é conectada à política econômica monetarista e de duro ajuste fiscal.

Assim se encaminhou o ajuste fiscal pelos caminhos da privatização para aqueles/as que podem pagar, da focalização/seletividade e políticas pobres para os pobres, e da descentralização, vista como desconcentração e desresponsabilização do Estado, apesar das inovações de 1988.

De acordo com a pesquisa de Cardoso (2013), no Brasil, o trânsito entre trabalhadores/as entre posições sociais ditas formais e informais é intenso: “Homens e mulheres entram e saem de relações assalariadas e não assalariadas de trabalho ao longo do curso de suas vidas e, a partir de certa idade (que raramente ultrapassa os 40 anos), é cada vez menor a chance de que consigam outro emprego formal, tendo pedido o seu” (p. 90). Isso mostra também que historicamente, nosso mercado de trabalho sempre ofereceu para a maioria dos seus ocupantes um trabalho precário e flexível.

Nessa mesma perspectiva, Segnini (2007) assinala que no Brasil não temos uma relação entre crescimento econômico, emprego formal e direitos sociais. No nosso país, a industrialização intensiva criou um mercado duramente flexível, “com situações de trabalho diferenciadas, desiguais e frequentemente precárias” (p. 112).

Observa-se com as mudanças no mundo do trabalho uma dinamicidade de processos que atinge os/as trabalhadores/as. Dentre eles, podemos citar: a diminuição da classe operária nos moldes tradicionais, a intensificação do trabalho assalariado, a ampliação dos setores de serviços, a incorporação da mão de obra feminina, o encadeamento do trabalho parcial, temporário e precarizado.

Todos esses elementos, com as determinações de gênero e raça/etnia, adensam os aspectos de exploração e dominação da classe-que-vive-do-trabalho, tendo como seu maior expoente a expansão do desemprego em escala globalizada. Para Antunes (2018), a classe trabalhadora em sua nova morfologia, compreende distintos pólos que são expressões visíveis da mesma classe trabalhadora, ainda que possam se apresentar de forma distinta:

Participa cada vez mais do processo de valorização do capital e da geração de mais-valor nas cadeias produtivas globais. As formas de intensificação do trabalho, a burla dos direitos, a superexploração, a vivência entre a formalidade e a informalidade, a exigência de metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos chefes, coordenadores e supervisores, os salários degradantes, os trabalhos intermitentes, os assédios, os adoecimentos, padecimentos e mortes decorrentes das condições de trabalho indicam o claro processo de proletarização dos assalariados de serviços que se encontra em expansão no Brasil (p. 64).

Em contexto de crise do capital, exploração do trabalho, desemprego estrutural e destruição de direitos conquistados historicamente pelos/as trabalhadores/as e trabalhadoras, o conservadorismo encontra espaço para se reatualizar, motivando atitudes autoritárias, discriminatórias, irracionais e preconceituosas.

Iamamoto (2015) indica que o trabalho se encontra no centro da questão social, ela evidencia a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam. Tal fratura se manifesta na “banalização da vida humana, na violência escondida no fetiche do dinheiro e da mistificação do capital ao impregnar todos os espaços e esferas da vida social” (p. 144). Assim, como toda e qualquer mercadoria, o valor da força de trabalho é determinada pela quantidade de trabalho necessário para produzi-la. O que o/a trabalhador/a vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua força de trabalho, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela.

Ao comprar força de trabalho, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de comprar ou usar a mercadoria comprada, como o/a trabalhador/a vende sua força de trabalho, todo valor, ou produto, por ele/a criado pertence ao capitalista, que é dono de sua força de trabalho. O intercâmbio entre capital e trabalho é o que serve de base à produção capitalista, e tem que conduzir sem cessar, à constante reprodução do trabalhador como trabalhador e do capitalista como capitalista (Marx, 2017).

Dessa forma, observa-se que o capital está baseado na apropriação do tempo de trabalho excedente dos/as trabalhadores/as. Ele se constitui como uma força que está fundada na superexploração do trabalho não pago:

O aumento da exploração do trabalho, que passou cada vez mais a se configurar de fato como superexploração da força de trabalho, além de aumentar o desemprego, ampliou enormemente a informalidade, a terceirização e a flexibilização da força de trabalho, processo esse que atinge não só os países do Sul, as periferias do sistema, mas também os países centrais (Antunes, 2018, p. 56).

Atualmente, no mundo do trabalho, um dos setores que mais absorve a força de trabalho, em especial de jovens mulheres e LGBTQs, é o setor de serviços. Para Nogueira (2006), o setor permite evidenciar que tal força de trabalho tem como característica a atribuição de tarefas monótonas, repetitivas, estressantes, como é o caso do *telemarketing*.

De acordo com Costa (2010), no momento atual as atividades de serviços passam a fazer parte da dinâmica de acumulação do capital, configurando-se como uma das questões que assumem relevância no conjunto das recentes transformações societárias. A autora também destaca que o processo de incorporação das atividades de serviços à forma capitalista de produção põe em evidência um acelerado processo de expansão e diversificação deste setor.

Irei mostrar detalhadamente o processo de como esse mercado se expande para populações trans aqui no país no capítulo 3 desta tese. Mas já quero identificar que algumas pesquisas, como a de Marinho (2017) demonstraram um dado importante no que diz respeito ao processo de trabalho no *telemarketing*. A autora apontou que há um interesse da gerência na contratação de pessoas travestis e transexuais “por enxergar produtividade além da média, maior índice de cumprimento de metas e baixos níveis de absenteísmo” (p.365). Portanto, há uma apropriação da população considerada como mais produtiva e dedicada, que valoriza o posto de trabalho e, dessa forma, é mais passível de ser domesticada.

Também é interessante observar que no *telemarketing* isso se agrava devido ao controle do Tempo Médio Operacional (TMO) ou o Tempo Médio de Atendimento (TMA), que é extremamente intenso nesse tipo de trabalho, como forma de garantir as metas de produtividade e obter acumulação de capital.

Pesquisas como as de Nogueira (2006; 2009) e Antunes (2009) demonstraram que as transversalidades entre classe, gênero, raça, etnia, geração aparecem frequentemente no setor do *telemarketing* e *call centers*. Destaca-se que a organização do trabalho nas empresas deste setor apoia-se na eliminação dos tempos mortos, associando alta tecnologia a velhos preceitos de controle dos/as trabalhadores/as, aperfeiçoados pela tecnologia, permitindo maior extração da mais-valia.

Para Antunes (2018), o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais para a preservação e ampliação da lei do valor.

Dessa forma, concordo com Cardoso (2013), ao afirmar que o termo *informal* é insatisfatório para dar conta do mercado de trabalho brasileiro. Para o autor, é ingenuidade imaginar que profissionais como ambulantes ou feirantes não participam do circuito do capital. Transações são realizadas rapidamente através de dinheiro e PIX.

Os ditos informais efetuam a compra das suas mercadorias que chegam ali advindas da China ou Paraguai, com recursos financeiros que são empreendimentos produtivos. O que é vendido pelo ambulante ou feirante mobiliza cadeias de valor, e o destino do capital será sempre o centro do sistema, mesmo depois de transcorrido muito tempo e de terem ocorrido muitas transações materiais e financeiras.

Conforme a pesquisa de Cardoso (2013), no Brasil, o trânsito entre trabalhadores/as entre posições sociais ditas “formais” e “informais” é intenso: “Homens e mulheres entram e saem de relações assalariadas e não assalariadas de trabalho ao longo do curso de suas vidas, e, a partir de certa idade (que raramente ultrapassa os 40 anos), é cada vez menor a chance de que consigam outro emprego formal, tendo pedido o seu” (p. 90). Isso mostra também que historicamente, nosso mercado de trabalho sempre ofereceu para a maioria dos seus ocupantes um trabalho precário e flexível.

Ainda tratando do tema da formalidade/informalidade, considero importante também considerar as reflexões de Cardoso *et al* (2006), quando registram que, no Brasil o vínculo formal era, e continua sendo uma espécie de passaporte para o mundo, ou uma condição mais estável de direitos:

Ele garante representação sindical e assegura que as relações de trabalho serão regidas por convenções coletivas, e não apenas por contratos individuais entre patrão e empregado; só ele tem na CLT e, em muitos casos, na Constituição Federal o escudo protetor contra arbitrariedade do empregador; minimamente, garante férias, 13º salário e um pecúlio na forma de fundo acumulado ao longo do tempo de serviço (FGTS). Em suma, o vínculo formal traz o trabalhador à superfície da cena social, dando-lhe visibilidade pública e conferindo estabilidade à sua relação com o Estado, por meio do acesso regulado à legalidade imperante, a algo que poderia ser nomeado “mínimos civilizatórios” em termos de remuneração e direitos (p. 53-54).

Aqui no Brasil existe uma cultura de que apenas o emprego público salva, garantindo assim seu “vínculo eterno”. E, para garantir acesso a essa vaga, é necessária a aprovação em concursos públicos. Crescemos com essa cultura da segurança que é alimentada por familiares, amigas/es/os, colegas, estranhas/es/os, em especial pelas instituições e mídias de massa, com suas escolas preparatórias para produzir aprovações em tais concursos. E assim nascem as/os chamadas/os “concurseiros/as”<sup>57</sup>: pessoas que não medem esforços para serem aprovadas em concursos públicos. Junto com esse processo, não é difícil encontrar entre as/os concurseiros/as os sentimentos como inutilidade, dependência e baixa autoestima, características do sofrimento das pessoas desempregadas.

Essa cultura de ser um servidor ou servidora pública, com alto salário, plano de saúde, vale alimentação e transporte, com plano de carreira e toda a carga de *status* que a sociedade atribui ao concursado, é extremamente forte. De amigos, tanto da área do Serviço Social, quanto em - em especial - área de humanas, vejo entre amigos e colegas que encontro, creio que grande parte ou já são concursadas/os ou sonham com um emprego na área pública, e assim a tão sonhada estabilidade. Isso se acentuou ainda mais recentemente, quando vemos notícias de demissões em massa, com o índice de desemprego nas alturas, agravado pela crise sanitária da Covid-19.

Contudo, é importante registrar que essa visão de “emprego dos sonhos” atualmente encontra pouca correspondência com a realidade das condições de trabalho do serviço público – especialmente entre os/as trabalhadores/as que são operadores/as das ditas políticas sociais<sup>57</sup> – afetado drasticamente pela reforma previdenciária, pelo arrocho salarial, pela ausência de insumos para a execução das tarefas, pela inconstância dos concursos e pela sobrecarga.

Desde o começo da pandemia, o Governo Federal fez transparecer o quão não estava preparado, tampouco continha um plano de ações devidamente organizado e articulado para amenizar os efeitos da pandemia. Na questão das políticas de trabalho e renda no Brasil, as medidas que foram tomadas, não têm sido capazes de conter a forte queda da renda da classe trabalhadora. E, como possuímos um mercado de trabalho no país que ainda mantém fortes marcas escravagistas, os efeitos da pandemia acabaram afetando fortemente determinados grupos de trabalhadores/as.

---

<sup>57</sup> É importante destacar que existe a chamada “elite do funcionalismo público” que, de fato, detém altos salários, benefícios adicionais, tem carga horária restrita e boas condições de trabalho. Exemplificam essa elite os militares de média e alta patente, os integrantes do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, entre outras categorias, algumas delas, como os militares, poupados dos efeitos regressivos das reformas previdenciárias.

No Brasil, o período escravocrata durou desde meados do século XVI até início do século XIX, sendo o último país do ocidente a abolir a escravidão, pois os latifundiários de café realizaram o possível para retardar esse processo. Ferreira (2020), indica que a cadeia do café mobilizou o campo, a cidade, o trabalho livre e sobretudo a dinâmica da escravidão: “O tráfico interno de pessoas africanas ou afrobrasileiras escravizadas se intensificou com o avanço da economia cafeeira” (p. 47).

Ferreira (2020) mostrou que algo que se deu de forma ampla após a Abolição da escravatura: trabalhadores/as estavam submetidos/as a precárias condições de vida e trabalho. A autora aponta que o Brasil “liberou” milhares da condição de escravizados/as para até-los à condição de assalariados/as: “Mas mesmo para acessar o assalariamento, que em si não permitia condições de vida dignas, os/as trabalhadores/as negros nesse país precisaram construir estratégias coletivas, para manter e conquistar o “direito” ao trabalho e a poucos rendimentos” (p. 254).

Isso resulta que a maioria das/os trabalhadoras/es que se manteve e se mantém ainda hoje nas piores condições de vida e de trabalho no país, são de pessoas negras. Diante disso, a relação entre a diversidade sexual, de raça e de gênero no mundo do trabalho é um campo muito amplo, ainda a ser explorado. Destaco a necessidade de uma compreensão da exploração do trabalho na sociedade capitalista, a partir da análise das intersecções entre raça, gênero, classe e outras.

Algumas particularidades na composição da classe trabalhadora já foram identificadas, como é o caso dos estudos da Divisão Sexual do Trabalho que promoveram uma separação e hierarquização entre trabalho produtivo=homens e trabalho reprodutivo=mulheres.

Para Santos e Oliveira (2010), essa categoria de análise deve ser entendida não apenas como um mero modo de separar as atividades entre os homens e as mulheres, mas também como um modo de classificá-las. As atividades menos valorizadas socialmente são para mulheres e as mais valorizadas atividades “públicas” para os homens. Uma importante expressão dessa valorização é a remuneração e as condições de trabalho.

Ao analisar as particularidades da relação entre a população trans e o mundo do trabalho, destacamos que há uma concentração desta população em determinadas áreas/setores, cujas condições de trabalho são extremamente precárias e mal remuneradas. Uma das particularidades dessa relação é o que diz respeito ao conjunto de violências, sejam elas no sentido de moldarem o comportamento do/a trabalhador/a, ocultando a orientação sexual e/ou identidade de gênero, seja pelas próprias situações de assédio moral às quais estão submetidos/as. As iniciativas para inserção deste grupo no mercado de trabalho, ainda são bastante insuficientes e tímidas, conforme irei mostrar e não apontam efetividade em sua meta.

Nesse rol de iniciativas, algo que vem crescendo consideravelmente e se mostrando como um espaço para inserção de pessoas trans é o mercado da tecnologia, uma área que se expande e, conseqüentemente, sua demanda por profissionais também. Projetos e ações de formação e capacitação, cadastro de vagas e incentivo de empresas na contratação de pessoas trans buscam reduzir as barreiras de empregabilidade. Mas isso deixarei para falar nos capítulos a seguir.

### 3 ESTUDOS DE GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E INTERSECCIONALIDADE

*"O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra"*

*Grada Kilomba<sup>58</sup>*

É importante pontuar que a história das mulheres, assim como sua situação é parte de uma produção teórica feminista. É desse ponto que começamos esta análise. Na produção dos conhecimentos científicos também pode-se observar o quão importante foi a dominação das mulheres, da escravidão indígena, de negras/os e das colônias para a consolidação do sistema capitalista mundial.

Também estará presente aqui nas análises, o processo através do qual as relações sociais são marcadas pela diversidade, buscando-se compreender que existem experiências individuais e sociais diversas. Considero importante o uso da categoria analítica interseccionalidade, justamente como uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das relações humanas.

Afirmo aqui, mais uma vez, a continuidade da compreensão do conhecimento técnico-científico a partir de um lugar situado. Acredito que só é possível entender nosso lugar – quer de onde estejamos falando, quer de onde estejamos escrevendo – a partir de uma compreensão mais transparente do conhecimento elaborado, para assim entender a sua historicidade a partir de cada situação particular.

Considero que há diversos atravessamentos teóricos que vão ser discutidos no decorrer do texto, tais como os estudos de gênero, os estudos marxistas desenvolvidos através da categoria divisão sexual do trabalho (DST), os estudos teóricos que exploram a apropriação da categoria interseccionalidade, entre outras. Isto decorre da complexidade do próprio objeto de estudo e do necessário caminho analítico empreendido. Acredito que foi importante construir a análise também a partir das aproximações teórico-políticas que tive dentro e fora da academia, em especial das autoras decoloniais que possuem trabalhos muito densos e que ainda possuem

---

<sup>58</sup> Grada Kilomba é uma escritora, psicóloga, teórica e artista interdisciplinar portuguesa reconhecida pelo seu trabalho que tem como foco o exame da memória, trauma, gênero, racismo e pós-colonialismo. No ano de 2008 lançou *Memórias da plantação*”, resultado de sua pesquisa de doutorado, o trecho que inicia esse capítulo foi retirado desse livro.

pouca visibilidade no contexto dos estudos de gênero no mundo. Assim, acredito que foi possível dialogar com as teorias e com os dados empíricos, de maneira crítica e transparente.

Embora de início, os estudos relacionados à interseccionalidade tenham tomado os marcadores de gênero e raça como foco da análise, atualmente temos uma ampliação das análises que passaram a considerar outras intersecções ou marcadores sociais, como a identidade de gênero. Dentro desse contexto, acredito ser extremamente relevante uma análise interseccional nesta tese, permitindo uma aproximação das vulnerabilidades de travestis, homens trans, transmasculinos e mulheres trans, e de como as interseccionalidades atravessam esses corpos.

Hirata (2009) denuncia que os fundadores da sociologia do trabalho partem de um modelo assexuado, seu sujeito – o homem – tendo sido erigido como universal. E esse modelo vai ser fortemente questionado a partir dos anos 1970 pela discussão aí emergente da problemática da divisão sexual do trabalho.

Sobre a Divisão Sexual do Trabalho, considero importante falar que se trata de uma categoria de análise estudada em diversos países, mas foi na França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito (Kergoat, 2009). Portanto, muito da produção bibliográfica sobre a DST é de pensadoras francesas, cujos trabalhos, muitas vezes, não foram traduzidos para a língua portuguesa ou espanhola, o que dificultou uma apreensão melhor da sua origem e desenvolvimento.

A gênese do conceito de DST atualmente se encontra consistente e aprofundada nesse momento, porém há autores clássicos que haviam dado início a algumas reflexões sobre o tema da divisão do trabalho entre os sexos.

Para a inserção política dos direitos da população LGBT e construção do debate acadêmico sobre a diversidade humana foram fundamentais as lutas feministas, que tiveram o papel de evidenciar a complexidade da individualidade em suas dimensões objetivas e subjetivas e das relações entre economia, política e cultura (Santos, 2009).

Desse modo, considero importante situar meu entendimento sobre os estudos de gênero na perspectiva de contextualizar e demonstrar a interseccionalidade presente na inserção das temáticas relacionadas ao trabalho da população trans, como também os impactos da reestruturação produtiva na Divisão Sexual do Trabalho e, ainda, demonstrar o caráter heterocentrado da mesma.

O tema da interseccionalidade é uma ferramenta analítico-política importante para pensar as desigualdades sociais. Disponho dessa categoria de análise para compreender as múltiplas opressões que atravessam a existência de cada pessoa e grupo social, em especial das pessoas trans. Concordo com Crenshaw (2004) – uma pioneira na utilização da categoria – na ideia de que é possível identificar melhor o que acontece quando consideramos que diversas formas de discriminação se combinam e afetam as vidas de determinadas pessoas.

Como venho destacando, faz parte desse trabalho a preocupação de entender os corpos que compõem a força de trabalho. Lembro que quando comecei a explorar os estudos de gênero, fui apreender o processo da invisibilidade da mulher trabalhadora, ou dos trabalhos efetuados pelas mulheres, em especial do trabalho de cuidado.

De imediato, as reflexões me vêm à mente quando penso no texto “A mulher trabalhadora” de Joan Scott (1991), onde faz a reflexão de que a mulher trabalhadora foi um produto da revolução industrial, e a sua incorporação no trabalho sustentou durante muito tempo a falácia de que o trabalho das mulheres teria sido uma novidade introduzida pela industrialização. Scott então mostra que o trabalho das mulheres sempre existiu, mas nunca foi visibilizado. Refletindo sobre esse texto, penso também no trabalho das pessoas trans, que sempre existiu, mas que talvez venha sendo ainda muito invisibilizado.

Penso que é necessário observar historicamente essa invisibilidade de alguns corpos que compõem a classe trabalhadora no Brasil. Eles estão invisíveis nas corporações industriais e de serviços, nos trabalhos informais (e muitas vezes debilitantes), no trabalho doméstico, nas artes em geral, no trabalho sexual, nas universidades, entre outros locais e instituições, e o mais preocupante é, muitas vezes, passar despercebido das ações de políticas públicas. São pessoas em corpos que precisam de emprego, moradia, alimentação, assistência médica, educação, entre outros direitos sociais.

Por isso, é importante que ocorra o desenvolvimento de uma consciência crítica e de práticas pautadas pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos. Há determinados grupos que sofrem opressões particulares, como é o caso das pessoas trans, e isso atende diretamente a interesses dominantes, tendo em vista que esses grupos no mundo patriarcal e essencialista biológico do capital tendem a ter um menor acesso à riqueza e ao conhecimento, ficando com os menores salários e os mínimos direitos.

A vista disso, compreender a questão desses corpos que compõem a força de trabalho em toda sua complexidade, é ter a dimensão de que existe uma estrutura normativa que controla e vigia nossos corpos e nossas vidas. Essa estrutura cria processos de controle e monitoramento

dos corpos, em direção à padronização e regulamentação dos mesmos. Isto permite que sejamos indicados, classificados, ordenados, hierarquizados e definidos socialmente pela nossa aparência e performance física.

As análises de Federici (2017) mostram uma coalizão entre autoridades religiosas e civis produziu uma série de mecanismos de vigilância e normatização interessada na manutenção do binarismo masculino/feminino. Inclusive, há uma excelente análise da Federici (2017) sobre o processo de disciplinamento dos corpos direcionado às mulheres que foi colocado em prática ao longo da modernidade sobre bases que permitiram o avanço dessa estrutura normativa, bases tão fortes que se sustentam até a atualidade.

Portanto, estamos cerceadas/os/es e as instituições e tendem a exigir a adequação a um padrão. Que padrão seria esse? Um padrão *cisheteronormativo*<sup>59</sup> e de pele branca. Nesse processo venho observando, e portanto quero analisar aqui, é que o mercado de trabalho é cisgênero, inclusive em análises que avaliam o procedimento de ‘generificação’ das profissões. A análise de Saffioti (2013), já apontava que em meados dos anos 1950, “independente da vocação profissional das mulheres, a sociedade decidiu em que setor das atividades econômicas seria empregada a força de trabalho feminina (p. 323)”, onde nesse período ocorreu uma forte entrada de mulheres nos cursos superiores de Pedagogia e afins.

O processo de inserção da história das mulheres em muitos aspectos implica falar em “invisibilidade”, pois durante muito tempo nas sociedades ocidentais, elas simplesmente não aparecem na narrativa. Destaco aqui a importância das lutas do movimento feminista que contribuíram de maneira essencial para a inclusão das mulheres como objeto e sujeito da história. O fato é que existem grupos invisibilizados ou desconsiderados, como o das pessoas trans, ocorre um apagamento dos seus feitos e da sua importância.

A história das mulheres é corrompida por trajetórias silenciadas, inclusive pelos próprios historiadores que, muitas vezes, negligenciaram analiticamente o peso das estruturas de poder na normatização dos corpos, na definição dos gêneros e na sustentação de uma heteronormatividade. Para Wittig (1992) o corpo e a mente das mulheres são um produto intenso de manipulação. Ela afirma que a condição de ser mulher não possui em si mesma nenhum destino biológico, psicológico ou econômico que determine o papel que as mulheres representam na sociedade.

---

<sup>59</sup> Rosa (2020), conceitua cisheteronormatividade como um conjunto de normas que pressupõe pessoas sempre cisgêneras e heterossexuais enquanto algo natural da constituição da subjetividade.

O processo histórico de inserção das mulheres como trabalhadoras evidencia que essa inserção, como também suas condições, não têm sido as mesmas para mulheres brancas e mulheres negras. Scott (1991) enfatiza que durante o período de industrialização na Inglaterra do século XIX, a força feminina era predominantemente jovem e solteira e as mulheres eram associadas ao trabalho barato, porém nem todo trabalho barato era considerado como apropriado para elas, o que restringia mais ainda suas possibilidades. Os trabalhos disponíveis para elas eram definidos como “trabalhos de mulher”, supostamente adequados (de algum modo) às suas capacidades físicas e ao seu nível de produtividade.

No que diz respeito às mulheres negras, Carneiro (2003), realça que o movimento de mulheres negras pôs progressivamente em relevo a distância no mercado de trabalho entre mulheres brancas e mulheres negras, e denuncia o peso do racismo e da discriminação racial nos atuais processos de seleção e alocação da mão-de-obra feminina.

Inclusive Scott (1991) mostra que no período de industrialização no final do século XIX, uma prática existente entre os empregadores – que era um significativo domínio da produção do discurso da DST – era que quando havia postos de trabalho a preencher, normalmente eram especificados não só idade e a qualificação, mas também o sexo, a raça e a etnia como marcadores vinculados àquela vaga de emprego.

Um dado interessante que Hooks (2018) oferece é de que em se tratando do feminismo global as mulheres brancas com privilégios de classe se declararam como “proprietárias”, “donas” do movimento feminista, se colocando como líderes e colocando as mulheres brancas da classe trabalhadora (as brancas pobres) e todas as mulheres que não eram brancas, na posição de meras seguidoras do movimento. Tal processo ofuscou as questões de racismo, nacionalidade e gênero na práxis feminista. E a autora ainda aponta – e eu concordo – que o feminismo atualmente não se manteve indiferente a essa dinâmica.

Historicamente, observamos que as mulheres sempre estiveram em situação de desigualdade social, mesmo tendo competência e qualificação para determinadas profissões e cargos, as mulheres muitas vezes não puderam e não podem ocupá-las e, tampouco, recebendo um tratamento igualitário. E, se pensarmos em alguns marcadores sociais que podem atravessar a condição de mulher, essa desigualdade pode aumentar cada vez mais.

Quero chegar, por isso, à investigação sobre a inserção de mulheres travestis e transexuais e de homens trans e transmasculinos no mercado de trabalho e na divisão sexual do trabalho. É importante considerar que a condição feminina está presente na trajetória destas

peçoas, seja antes de serem reconhecidos como homens ou depois de serem reconhecidas como mulheres.

### 3.1 Os estudos de gênero e relações de trabalho

Para Sardenberg e Macedo (2011) ao iniciarem uma reflexão sobre relações de gênero, o desafio que se apresenta é reconhecer que ser homem ou mulher não é um feito natural e biológico. Há diversos aspectos de ordem econômica, social, política, étnica e biológica que contribuem de formas diversas nas maneiras na qual pensamos, comportamos e atuamos enquanto homens ou mulheres. Mas, nem sempre levamos em consideração esses aspectos quando procuramos compreender as diferenças entre os gêneros.

Pode-se afirmar que o marco inicial dos estudos de gênero ocorreu nos anos 1960, com a obra *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, onde a mesma afirmou categoricamente “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Tal frase se tornou fundamental e um marco para o feminismo. A luta feminista provocou fortes reflexões sobre o papel da mulher nas decisões políticas: alcançar maior pluralidade (Connel, 2014). O movimento feminista também possui uma diversidade de vertentes, tanto teóricas como políticas. A luta feminista provocou fortes reflexões sobre o papel da mulher nas decisões políticas:

As mulheres e o feminismo promoveram um amplo debate sobre o significado do termo *igualdade* e sobre a sua concretude na sociedade que emergia. Elas chamaram a atenção para os limites da universalidade do homem como sujeito da história e sobre os problemas relativos à hierarquização das dimensões do público e do privado, com a subalternidade das ações realizadas no âmbito do ambiente doméstico e das relações sociais de afetividade (Gurgel, 2011, p. 31).

A relação entre público e privado, destaca-se como uma das primeiras questões levantadas pelo feminismo, pois as mulheres começavam a reivindicar por participações nas decisões políticas do Estado. Para as feministas, enquanto houvesse a separação de que as mulheres deveriam ocupar o espaço doméstico – tratando dos cuidados da casa e das crianças – e os homens no espaço da rua, do trabalho e da política, não haveria igualdade entre homens e mulheres. As lutas feministas, do movimento LGBT+ e do movimento negro, em muito, vem também contribuindo, na criação de estratégias de enfrentamento das situações de subordinação, opressão e violência vividas.

Nesse sentido, o feminismo contesta essa função que a mulher desempenha na sociedade, e afirma que os espaços públicos também devem e podem ser ocupados por

mulheres. De acordo com Nicholson (2000), a maioria das feministas do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 aceitaram a premissa da existência de fenômenos biológicos reais a diferenciar mulheres de homens, usadas de maneira similar em todas as sociedades para gerar uma distinção entre masculino e feminino.

Connel e Pearse (2015) mostram que existem arranjos sociais tão familiares no que diz respeito a ser homem e ser mulher que eles parecem fazer parte da natureza. Essa crença faz com que as pessoas fiquem incomodadas quando alguém não segue o padrão, como por exemplo, as pessoas do mesmo gênero, quando se apaixonam. As autoras comentam que nesses casos, a homossexualidade é classificada não como natural, mas sim como algo ruim.

Com a publicação do texto “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”, Scott (1995) apontou que os estudos da mulher eram mais descritivos do que analíticos. Para a autora, o gênero deve ser construído como uma categoria analítica, como um instrumento metodológico para o entendimento da construção, da reprodução e das mudanças das identidades de gênero.

As relações de gênero são definidas pela autora como formas primárias de significação das relações de poder baseadas na forma como se percebe as diferenças entre os sexos. Ela observa que para assegurar o cumprimento do pertencimento a um gênero ou outro (em correspondência ao sexo, traduzido como aparato biológico), as sociedades criam uma série de símbolos nos vários campos da vida social, dotados de uma função pedagógica normativa: ensinar como os papéis de gênero devem ser assumidos. Por essa razão, tais referências são assimiladas pelas pessoas que passam a moldar seus comportamentos com base no que as ensinam.

Para garantir o funcionamento da norma, é necessário que ocorram investimentos continuados e repetidos, são investimentos produzidos pela igreja, escola, médicos, mídia, família, leis e diversas outras instituições, cujo propósito é afirmar e reafirmar as normas que regulam o gênero e a sexualidade e não medem esforços na sua defesa.

De acordo com Louro (2011, p.84), a ordem, ou a norma funciona como se os corpos carregassem uma essência desde o nascimento: “Não há corpo que não seja, desde sempre dito e feito na cultura; descrito, nomeado e reconhecido a linguagem, através dos signos, dos dispositivos, das convenções e das tecnologias”.

Na análise de Louro (2013a), é através de múltiplas estratégias de disciplinamento que aprendemos a vergonha e a culpa, experimentamos a censura e o controle, que nos fazem acreditar que as questões da sexualidade são assuntos privados. Não só a sexualidade, mas também as de raça, gênero, território, etnia, entre outras. Os/as que não seguem a norma são

marcados como diferentes, desviantes ou abjetos, são tratados/as com indiferença e sofrem penalidades, são alvos de correção.

Os não sujeitos, os que estão fora da norma, são atingidos/as pela chamada homofobia, cujos mecanismos se manifestam na reprovação do não cumprimento dos papéis de gênero no campo da sexualidade. A atitude de rejeição voltada para homossexuais, tanto homens como mulheres, consistem em designar o outro como inferior ou anormal, de modo que sua diferença o/a coloca fora do universo comum dos humanos (Junqueira, 2009). Aqui estão os corpos das travestis, mulheres transexuais e homens trans, frequentemente rotulados/as e disciplinados/as e em processos contínuos de construção e cuidado.

Com relação ao termo gênero, Scott (1995, p.72) pondera:

O termo “gênero” parece ter feito sua aparição inicial entre as feministas americanas, que queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.

O texto elaborado em 1975 por Gayle Rubin, “O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a economia política do sexo”, lançou a expressão *sistema sexo/gênero* que definiu preliminarmente como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são aceitas” (Rubin, 1993, p. 2).

Com esse texto, também foi possível entender as estruturas psíquicas em relação às estruturas sociais de gênero, o que não era esclarecido até aquela época:

Eu pretendi, em *O Tráfico de Mulheres*, colocar o gênero e a sexualidade num contexto social, não desejando orientar-me completamente em direção ao simbólico laciano e me deparar com uma categoria primária de diferenças de gênero que podiam muito bem estar gravadas no granito (Rubin, 2003, S/P).

Mais tarde, no fim dos anos 1980, Gayle Rubin publicou um novo ensaio teórico “Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade”, no qual defende a ideia de que o gênero e a sexualidade deveriam ser analisados como categorias independentes:

[...] eu queria acrescentar a prática sexual à grande lista das estratificações sociais, e apontar a sexualidade como um vetor da perseguição e da opressão. Na década de 1960, em geral, se considerava que as estratificações importantes eram casta, classe e raça. Uma das grandes contribuições do

feminismo foi acrescentar o gênero à lista. No início da década de 1980, ficará claro para mim que não bastava acrescentar o gênero à lista, era preciso acrescentar a sexualidade, para que os temas da perseguição sexual fossem contemplados (Rubin, 2003, p. 196).

A conclusão é que as teorias de gênero são construídas sob diversas perspectivas. Elas surgiram primordialmente para desnaturalizar e historicizar as desigualdades sociais existentes entre homens e mulheres. Elas proporcionaram em particular, analisar como as mulheres sofrem uma exploração mais intensa do que os homens da classe trabalhadora, e que isso atende diretamente aos interesses do capital.

São inúmeras as pesquisas de gênero que realizam análises sobre duas categorias (homem e mulher), nesse tipo de análise, falar sobre gênero é falar sobre as diferenças entre essas duas categorias. Connel (2014) indica que tais formas de compreensão, embora hoje possam ser vistas como limitadas, foram historicamente necessárias para o estabelecimento da voz das mulheres nas arenas políticas dominadas pelos pressupostos e práticas patriarcais.

De acordo Saffioti (2015), o gênero deve ser entendido como um sistema de múltiplas possibilidades, muito além do binarismo masculino x feminino, e defende que o gênero não é tão somente social, participando da construção da identidade de gênero também o corpo. Connel (2016), compreende o gênero como uma estrutura, uma dimensão central de nossa vida social. “O gênero pode ser definido como a estrutura de práticas reflexivas do corpo por meio das quais corpos sexuais são posicionados na história” (p. 17).

As concepções das análises de gênero atuais avançaram decisivamente para além dos modelos unidimensionais de patriarcado, correntes há trinta anos: “Uma dimensão vital é a desigualdade material, incluindo o controle da riqueza e do acesso à renda e à habitação” (Connell, 2014, p. 14).

Para Connell e Pearse (2015), o gênero é a estrutura de relações sociais que se centra sobre a arena reprodutiva e o conjunto de práticas que trazem as distinções reprodutivas sobre os corpos para o seio dos processos sociais. De uma maneira informal, as autoras mostram que “gênero diz respeito ao jeito com que as sociedades humanas lidam com os corpos humanos e sua continuidade e com as consequências de esse ‘lidar’ para nossas vidas pessoais e no nosso destino coletivo” (p. 48).

Portanto, para Connel e Pearse (2015), o gênero é multidimensional. Ele não diz respeito apenas à identidade, trabalho, poder, nem apenas à sexualidade, mas a tudo isso ao mesmo tempo. Dessa forma, destaco que o tema aqui tratado não estará baseado em modelos dicotômicos acerca das relações de gênero, nos quais as mulheres estão todas numa caixa

separada e os homens, noutra. Vem ocorrendo um crescente reconhecimento da diversidade de vozes e experiências, dentro dos movimentos feministas ao redor do mundo, na perspectiva de alcançar maior pluralidade (Connell, 2014).

A discussão em torno dos estudos de gênero é permeada por diferentes concepções epistemológicas e políticas, que trabalham as relações entre os gêneros, as sexualidades e os corpos. Conforme aponta Farah (2004), o campo dos estudos de gênero consolidou-se no Brasil no final dos anos 1970, simultaneamente ao fortalecimento do movimento feminista no país. Já o conceito de gênero foi incorporado pelo feminismo e pela academia aqui no Brasil nos anos 1970, e desde então tem sido interpretado de forma diferente por diversas correntes teórico-metodológicas:

Inúmeras forças afastaram a compreensão do gênero de uma perspectiva biológico-dicotômica. Estudos sobre a sexualidade têm crescido, fortemente influenciados pela urgência da luta contra a pandemia do HIV-AIDS, e a diversidade e a complexidade da prática sexual se tornaram claras (Connell, 2014, p. 19).

Piscitelli (2008) apresenta várias autoras, que trabalhando no âmbito de diferentes tradições disciplinares, publicaram textos críticos sobre gênero e que se tornaram referências clássicas nas discussões contemporâneas: Scott (1988) entre as historiadoras, Strathern (1988) na antropologia, Haraway (1991) na história da ciência, e Butler (1990), na filosofia.

A filósofa Judith Butler é uma das grandes conhecidas atualmente no campo, em sua obra “Problemas de gênero: Feminismo e Subversão da identidade” é considerada um grande marco dos estudos de gênero e dos estudos *queer*. A autora integra perspectivas filosóficas e culturais em torno das reflexões sobre gênero, feminismo e identidade:

O objetivo de Butler era expor e problematizar o heterossexismo generalizado na teoria feminista e, ao mesmo tempo, apresentar seu desejo por um mundo no qual as pessoas que vivem a certa distância das normas de gênero se reconhecessem como merecedoras de ascenderem à condição humana (Bento, 2006, p. 80).

Butler foi uma das grandes precursoras dos estudos *queer*. Tais estudos analisam a dicotomia natureza (corpo) versus cultura (gênero) e defendem que esta dicotomia não possui sentido, pois não existe um corpo anterior à cultura; ao contrário, ele é fabricado por tecnologias precisas (Bento, 2006, p. 21).

Para Piscitelli (2008, p.265), muitas dessas autoras esperavam produzir deslocamentos nos paradigmas disciplinares no marco dos estudos de gênero, seus textos críticos questionam os pressupostos embutidos nas primeiras formulações de gênero. Algumas das autoras que se envolveram nas reformulações críticas do conceito de gênero enunciaram a importância de

considerar conjuntamente classe, raça e gênero, já outras certificam o uso de diversas categorias de diferenciação: contudo acabam prestando particular atenção à articulação entre algumas diferenças específicas.

Os questionamentos presentes nas formulações dessas autoras continuaram sendo elaborados com intensidade durante a década de 1990, sob a intensa pressão dos movimentos políticos. No bojo desse movimento, a procura de categorias analíticas alternativas, surge a formulação dos conceitos categorias de articulação e/ou interseccionalidades (Piscitelli, 2008, p. 266).

Sobre a perspectiva da interseccionalidade, irei aprofundar nos pontos a seguir desta tese, trazendo a gênese e conceito do termo.

Concordo com Connel (2014), ao anunciar que a concepção a respeito do gênero é fortemente moldada pelas teorias, metodologias e agendas que vêm do Norte global. Uma situação que é comum ao campo da produção de conhecimentos científicos, porém nos últimos anos, isso vem sendo cada vez mais questionado por estudiosas/os que atentam para a questão. Elas/es estão contestando “não apenas a diferença cultural, mas as desigualdades mundiais envolvendo índices de riqueza e poder, histórias traumáticas de colonialismo e globalização neoliberal e suas consequências na esfera do conhecimento” (p. 24).

A autora também expõe que vem sendo reconhecida cada vez mais a necessidade de perspectivas sulistas relativas às questões de gênero, e aponta algumas autoras que vem trazendo mudanças<sup>60</sup> ao campo de estudos do gênero:

Os feminismos sulistas e as análises de gênero advindas do Sul global alocam a questão da “diversidade”, da multiplicidade das formas de gênero, não no nível do individual, mas sim no nível da ordem de gênero e da dinâmica das relações de gênero em uma escala social. A construção das relações Sul-Sul não se refere apenas a uma busca por aquilo que é comum nas histórias de colonização e experiências atuais de subordinação (Connell, 2014, p. 29).

Dessa forma, as pesquisas que vem crescendo no Sul global são uma contribuição fundamental para se pensar as análises de gênero, mas também outros marcadores da diferença como raça, sexualidade, identidade, classe, geração, localização entre outros. Portanto, marcadores inscritos no campo da interseccionalidade, que oferece ferramentas analíticas para

---

<sup>60</sup> Connel (2014) destaca o trabalho da filósofa Maria Lugones (2007) que propôs o conceito de “colonialidade do gênero”. Com o reconhecimento da colonialidade do gênero é possível observar concepções diferentes daquelas que nos são familiares no pensamento feminista nortenho (p. 25). Essa é uma perspectiva que venho me aproximando e nutrindo interesse para o desenvolvimento da tese. Como ainda é novidade essa aproximação, para fins da qualificação não foi possível fortalecer o debate acerca dessa perspectiva.

apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades, e interrogando valores e normas “tidos como certos e que podem legitimar a dominação e a desigualdade social.

Na realidade brasileira, os estudos de gênero são recentes. O marco da passagem dos *estudos da mulher* para os *estudos de gênero* foi o “Seminário Estudos sobre Mulher no Brasil: Avaliação e Perspectivas”, que resultou na coletânea “Uma questão de Gênero”, organizado pelas autoras Albertina de Oliveira Costa e Cristina Bruschini, cujos artigos foram reunidos originalmente e apresentados no referido Seminário. Inclusive, em um dos artigos, Lobo (1992) indica que, por muito tempo, o campo da Sociologia do Trabalho Brasileira não incorporou a problemática do trabalho feminino.

Sociólogos e historiadores trabalharam com um conceito de classe construídos através de uma representação masculina do operário e, embora tenha sido afirmando incansavelmente que “a classe trabalhadora tem dois sexos”, na verdade era preciso reconhecer que a classe era masculina, ou seja, que o conceito remetia a uma posição estrutural. (Lobo, 1992, p. 254)

Sendo assim, a ideia de Lobo (1992) era ampliar o estudo sobre o trabalho feminino e contestava a predominância explicativa clássica dos determinantes econômico-estruturais sobre os significados da subjetividade e da experiência no trabalho. Em seu livro póstumo, Lobo (2021) evidencia a participação das mulheres na construção da identidade dos movimentos sociais ou coletivos a partir da expressão das necessidades, experiências e visões de mundo das próprias mulheres. No nosso país a questão da expansão do trabalho feminino começa a ser notada no final da década de 1970. São estudos dentro da Sociologia do Trabalho que, de acordo com Lobo (1002), passam a ser uma temática importante nesse campo.

Acho que é importante falar aqui que nas décadas de 1920 e 1940 foram marcadas por importantes discussões sobre a questão da mulher, em especial com os escritos de Simone de Beauvoir<sup>61</sup>, e a escrita de Virginia Woolf<sup>62</sup>.

Mas, retomando a questão do texto “A mulher trabalhadora” de Joan Scott, um dos pontos do texto que me chama a atenção e que acho importante trazer aqui é que a autora fala

---

<sup>61</sup> Simone Lucie-Ernestine-Marie Bertrand de Beauvoir, mais conhecida como Simone de Beauvoir foi uma escritora, intelectual, filósofa existencialista, ativista política, feminista e teórica social francesa. Teve uma influência tanto no existencialismo feminista quanto na teoria feminista. Entre seus ensaios críticos cabe destacar *O segundo sexo* (1949), que traz uma profunda análise sobre o papel das mulheres na sociedade (O Glogo, 2018).

<sup>62</sup> Adeline Virginia Woolf, mais conhecida como Virginia Woolf foi uma escritora, romancista, ensaísta e editora inglesa. Figura de destaque na literatura, e com contribuições relevantes às correntes do feminismo, levantando temas como a dificuldade que escritoras e intelectuais mulheres enfrentam, por conta das diferenças econômicas e legais entre gêneros no período vitoriano, bem como o futuro das mulheres na educação e sociedade (Companhia das Letras, S/A).

que a visibilidade da mulher trabalhadora foi visto como um “problema”, e que precisaria de uma resolutividade urgente. “Esse problema implicava o próprio sentido da feminilidade e a sua compatibilidade com o trabalho assalariado: foi posto e debatido em termos morais e categoriais” (Scott, 1991, p.443).

No período desse tal “problema”, que foi durante o século XIX, identificava-se que a fonte dele estaria no fato de que estaria ocorrendo a transferência da produção feminina do lar para a fábrica durante a industrialização:

O <<problema>> da mulher trabalhadora, então, era ela ser uma anomalia num mundo onde trabalho assalariado e responsabilidades familiares se tinham tornado ocupações a tempo inteiro e especialmente diferenciadas. A <<causa>> do problema era inevitável, um processo de desenvolvimento industrial capitalista com uma lógica própria. (Scott, 1991, p.444).

Joan Scott nos chama a atenção para a importância da história da divisão do lar X trabalho que sublinha diferenças biológicas entre homens e mulheres, contribuindo para a opinião médica, científica, política e moral. Nesse processo observamos a Divisão Sexual do Trabalho, as representações do trabalho alimentam um dos principais instrumentos de manutenção de relações desiguais do poder (Scott, 1991). Considero importante refletir sobre as questões trazidas por Scott (1991), pois o objetivo da autora é a discussão sobre gênero e que produziu a mulher trabalhadora como um objeto de investigação e como tema da história.

A história das mulheres – em especial aqui, a história das mulheres trabalhadoras – marca o campo da interdisciplinaridade, e de como essa narrativa foi primordialmente escrita a partir de uma ótica branca e ocidental. Segundo Perrot (1991), as mulheres nunca estiveram ausentes da história, mas a historiografia oficial as esqueceu. Ela também aponta que muito da história das mulheres foi descrita e representada pelos homens, portanto, tivemos durante muito tempo essa descrição contada a partir desses depoimentos.

Conforme Akotirene (2018), no androcentrismo da ciência moderna, as mulheres foram descritas como “machos castrados, estereotipadas de fracas, mães compulsórias” (p. 23), assim como as pessoas pretas foram caracterizadas como não humanas, macacos engaiolados pelo racismo epistêmico. E acho importante também complementar que, para Wittig (1992), as mulheres foram confrontadas com a necessidade histórica de se constituírem como sujeito individual de suas histórias.

Aqui destaco o trabalho desenvolvido por Silvia Federici que trouxe um novo olhar histórico ao fim da Idade Média, e ao feudalismo, bem como ao início da sociedade capitalista. A autora também observa que muitos autores homens ignoraram o papel da caça às bruxas para

a construção de uma ordem patriarcal<sup>63</sup> em que a capacidade reprodutiva e laboral das mulheres foram colocadas sob o controle do Estado e transformadas em recursos econômicos. Federici reescreve a história e vai apontando em seus estudos, como o corpo feminino, e a sua exploração foram necessárias para a “instalação” do sistema capitalista e de como isso ainda é reproduzido até os dias atuais (Federici, 2017).

A relação de trabalho é uma relação social que comporta relações de poder atravessadas pelo gênero. Não podemos negar ou esquecer que existem dimensões no âmbito das relações de trabalho, sejam elas de raça, classe, gênero, geração, entre outros marcadores sociais. Ao esquecer essas dimensões, nunca entenderemos de fato a realidade da classe trabalhadora, em especial das pessoas trans e travestis. Como já disse anteriormente, há uma grande contribuição do feminismo na questão dos desdobramentos políticos da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Segundo Saffioti (2013), no capitalismo, as mulheres possuem as desvantagens de uma subvalorização das suas capacidades femininas, ao mesmo tempo em que possuem uma inserção periférica no sistema da produção. A autora afirma que no modo de produção capitalista há uma potencialização da marginalização de alguns setores da população no sistema produtivo. Sendo assim, não só as mulheres acabam sendo marginalizadas, mas também as pessoas trans que têm na condição social feminina seu ponto de partida ou de permanência.

Para Saffioti (2013), o capitalismo pode estimular mudanças, porém elas não significam que o sistema capitalista ofereça plenas possibilidades de integração de toda a classe trabalhadora. Alguns processos vão atuar produzindo desvantagem no processo competitivo e atuarem de forma conveniente para a conservação da estrutura de classes e, poderíamos dizer também: de raça e gênero.

As mulheres, negros/as e LGBTQs estão inseridos/as em um contexto de desigualdade social, precisamente determinado por relações sociais historicamente construídas. “Na sociabilidade do capital, as condições materiais se constituem num grande obstáculo que limita o desenvolvimento pleno e livre da individualidade” (Santos; Oliveira, 2010, p. 12). Nesse sentido, é indispensável o conhecimento crítico sobre como as relações sociais são construídas, vivenciadas e reproduzidas na vida cotidiana. As relações sociais são indispensáveis para compreender a exploração no mundo do trabalho.

---

<sup>63</sup> Quando penso em patriarcado, considero articular as dimensões de raça/sexo/classe/gênero e sexualidade. Que são opressões que marcam as relações sociais e que possuem uma base fundante na estrutura exploratória da sociedade capitalista.

Além de todas as relações de alienação, opressão, e dominação ideológica que perpassam a vida de homens e mulheres, a vida das últimas são fortemente “marcadas pela força da ideologia de uma suposta natureza feminina, que as institui como apolíticas, passivas e submissas” (Cisne, 2014, p. 15). Tal ideologia é constantemente reproduzida por instituições como a escola, a família e a igreja, que naturalizam papéis conservadores associados ao sexo feminino. Os resultados dessa ideologia de uma suposta natureza e essência feminina perpassam diversas esferas, tais como as familiares, as conjugais e as trabalhistas. No que diz respeito ao mundo do trabalho, há um discurso ideológico que sustenta a ideia de desvalorização da participação das mulheres no mercado de trabalho.

Os capitalistas utilizam as mais diversas táticas para seu próprio benefício. Exemplo disso foi o próprio processo de expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho, tal expansão decorreu de um processo de avanços e recuos não isento de contradições. Na passagem do modo feudal para o capitalista torna-se claro a divisão da sociedade em classes sociais, assim como a exploração que é alvo uma das classes por parte da outra.

Para Saffioti (2013, p. 66), no modo de produção capitalista a categoria *sexo* é uma fonte de inferiorização da mulher sendo que ela institui supostas deficiências físicas e mentais características dos membros da categoria sexo feminino. A mulher é o “elemento obstrutor do desenvolvimento social, quando, na verdade, é a sociedade que coloca obstáculos à realização plena da mulher”. As desigualdades sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam a sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia, através da intensificação do trabalho, extensão da jornada e dos salários mais baixos que os dos homens:

O incentivo à entrada da mulher no mercado de trabalho vem assim, corresponder às novas exigências advindas das transformações no mundo do trabalho. Além da docilidade e passividade historicamente aproveitadas e difundidas pelo capital, a educação destinada às mulheres com o objetivo de dar conta de várias atividades ao mesmo tempo – por exemplo, cuidar dos filhos, da cozinha e da lavagem de roupas simultaneamente – desenvolve a capacidade da polivalência, facilitando o atendimento a essa nova exigência do mercado de trabalho (Cisne, 2015, p. 132).

De acordo com Gurgel (2011), a entrada das mulheres no mercado de trabalho enfrentou fortes resistências por parte dos homens trabalhadores, que consideravam uma ameaça aos seus empregos, e uma “deturpação do papel tradicional das mulheres que, para eles, deveria se reduzir ao cuidado do lar, na organização do processo de reprodução da força de trabalho” (p. 34).

Articulando-se às anteriores, outra questão trazida pela análise de Scott (1991) sobre o século XIX nos países ocidentais é que o trabalho para os quais as mulheres eram contratadas, era definido como “trabalho de mulher”, adequado de alguma forma às suas supostamente exclusivas capacidades físicas e aos seus níveis de produtividade.

Portanto, a própria noção do dito “trabalho de mulher” esteve ligada (e ainda está) aos atributos sociais, que consistem em uma relação com o corpo e o trabalho reprodutivo e doméstico na qual as mulheres foram designadas no discurso da sociedade capitalista e patriarcal que criou e fomentou a ideia de que o corpo das mulheres é mais acolhedor para as tarefas do cuidado.

O confinamento compulsivo do espaço doméstico e das suas habitantes, as mulheres, como resguardo do privado tem consequências terríveis no que respeita à violência que as vitimiza. É indispensável compreender que essas consequências são plenamente modernas e produto da modernidade, recordando que o processo de modernização em permanente expansão é também um processo de colonização em permanente curso (Segato, 2012, p. 121).

Para Segato (2012), na modernidade, da qual emana o Estado, a política, os direitos e a ciência, tanto a esfera doméstica como a mulher que é vinculada à privatização do espaço doméstico transformam-se em meros restos, conforme aponta a autora.

Sobre a definição de trabalho doméstico, pode-se dizer que ele é “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família - domicílio conjugal e parentela - trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres” (Fougeyrollas-Schwebel, 2009, p. 257).

Para fugir de um possível binarismo que posiciona as mulheres como as únicas sacrificadas do sistema capitalista, quero expor também o quanto o patriarcado, machismo e o sexismo produzem também rebatimentos para os homens. Uma análise dicotômica pode excluir as diferenças, e não é o que quero nesta tese.

Partindo das análises de Connell e Pearse (2015), as autoras mencionam que apesar dos homens se beneficiarem dessas desigualdades sociais, muitos deles pagam um preço considerável por esses benefícios. Alguns meninos e homens que desafiam as noções dominantes sobre masculinidade por serem *gays*, afeminados ou simplesmente considerados fracos ou pouco másculos são, às vezes, alvo da violência. As diferenças com relação à classe e à raça também afetam os benefícios concedidos a diferentes grupos de homens.

Sobre a apropriação do trabalho reprodutivo, ela vem a ser parte integrante do modo de produção capitalista, considerando que ele *precisa* se apropriar da exploração do trabalho

doméstico, que é um trabalho desvalorizado dentro de casa, mas também fora dela. Connel e Pearse (2015) indicam que o corpo das mulheres são imagens comuns que consumimos na internet, porém em alguns países o acesso à internet para elas, também é desigual, se comparado ao dos homens do mesmo contexto. Também indicam que em muitos países, as mulheres têm menos chances que os homens de aprenderem a ler e escrever. Como é o caso da Índia e Nigéria que possuem um alto índice de mulheres analfabetas.

Na política, as mulheres continuam sendo uma minoria, constatamos anualmente nas reuniões do G-20, em 2021, que entre os vinte líderes presentes na foto da reunião, há apenas três mulheres. Connel e Pearse (2015) registram que os homens costumam controlar impostos, investimentos, tecnologias, relações internacionais, segurança e setores militares. Eles indicam também que as mulheres são parte substancial da população economicamente ativa, principalmente em empregos menos valorizados:

Apesar de a divisão detalhada entre funções consideradas masculinas ou femininas ser bem variada em diferentes partes do mundo, é comum que os homens predominem na indústria “pesada”, na mineração, em transportes ou em qualquer trabalho que envolva uma máquina que não seja de costura. Em todo o planeta, os homens são a maioria da força de trabalho em cargos de gestão, contabilidade, no direito e em profissões técnicas, como engenharia e postos ligados à computação (Connel; Pearse, 2015, p. 32-33).

Sendo assim, as mulheres têm menos chances de serem encontradas na esfera pública do que os homens. Inclusive, penso que é importante lembrar que as mulheres foram trazidas para o mercado de trabalho por conta das necessidades do capitalismo. Assim, como o próprio capitalismo acabou com a escravidão porque observou que era mais lucrativo passar para a lógica de assalariamento.

Saffioti (2013), apontou na sua análise a forma como era organizado e distribuído o poder na sociedade escravocrata no Brasil. Foi uma época em que se formaram algumas questões complexas que se reproduzem até a atualidade. É por aí que podemos observar a persistência de algumas explicações para a validade até hoje de diversos mitos e preconceitos que se intensificam em um governo misógino, racista e antipovo como o da administração do atual presidente Jair Bolsonaro. Um exemplo foi quando no ano de 2021, ele vetou o Projeto de Lei 130/20111 que reduz a diferença salarial. A PL tem como objetivo o combate à desigualdade salarial entre homens e mulheres e prevê multa para empresas que pagarem salários diferentes e exerçam a mesma função.

[...] a marginalização da força de trabalho feminina, muitas vezes explicada quase exclusivamente em função de preconceitos e remanescentes de uma

“sociedade tradicional” e do pequeno grau de desenvolvimento econômico, apresenta-se como decorrência da plena constituição das relações capitalistas de produção. No Brasil, a constituição plena do sistema capitalista de produção acelerou o processo de destituição da mulher de suas funções diretamente econômicas (Saffioti, 2013, p. 341-342).

Existem consequências do poder colonial na história mundial das relações de gênero. A inserção das mulheres no mercado de trabalho nas economias coloniais possui suas particularidades, em especial em países periféricos, como é o caso do Brasil. As mudanças ocorrem intensamente no sistema, a partir do momento em que se estabelece uma economia neoliberal de exploração da força de trabalho, em especial da força de trabalho de corpos considerados marginalizados.

Ao longo da história vem se construindo e fomentando a ideia de que as mulheres não pertencem à classe trabalhadora e de que seu lugar social predominante não é resultado da Divisão Sexual do Trabalho que promove uma separação e hierarquização entre trabalho produtivo/homens e trabalho reprodutivo/mulheres.

A DST é uma divisão social, articula os campos do trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. A apropriação do trabalho reprodutivo é parte integrante do modo de produção capitalista. A divisão sexual do trabalho deve ser entendida não apenas como um mero modo de separar as atividades entre os homens e as mulheres, mas também como um modo de classificá-las e hierarquizá-las, definindo as atividades menos válidas socialmente para mulheres e as mais válidas, como atividades “públicas” para os homens. É importante dizer que tal definição regularmente incide no valor salarial, no acesso a benefícios e direitos trabalhistas, em condições ambientais de trabalho, no acesso a cargos de chefia, na frequência de situações de assédio, bem como em possibilidades distintas de ascensão no interior de empresas privadas e públicas.

Antes de mergulhar na categoria da Divisão Sexual do Trabalho, considero importante falar sobre reprodução sexuada<sup>64</sup>, que diferencia tanto o corpo de homens quanto o de mulheres. Para Connell e Pearse (2015) a reprodução sexuada é um produto da evolução, antes houve formas de vida que se reproduziam pela divisão celular de um indivíduo, algumas espécies ainda fazem esse procedimento como as bactérias. Para as autoras, a reprodução sexuada não requer que os corpos sejam necessariamente diferenciados por sexo.

---

<sup>64</sup> Humanos compartilham com muitas outras espécies animais e vegetais um sistema de reprodução sexuada - um método de reprodução que permite que a informação genética de dois indivíduos seja combinada, em vez de apenas copiada a partir deles (Connell; Pearse, 2015, p. 86).

Há espécies em que os indivíduos produzem espermatozoides ou óvulos, mas não ambos. Em outras, no entanto, seus corpos são dimórficos, pois produzem em uma mesma espécie dois tipos distintos de corpos. Os seres humanos estão entre essas últimas espécies, porém, as autoras constataam também que, de muitas maneiras, os corpos humanos não são totalmente dimórficos.

Uma dessas maneiras é que há um número que se deve considerar de categorias intersexo: fêmeas sem um segundo cromossomo X, machos com um cromossomo X extra, padrões hormonais contraditórios e uma variedade surpreendente de formas de genitais sem padrão interno ou externo (Connell; Pearse, 2015). A ideia de que existem diferenças naturais apresenta, portanto, diversos problemas, inclusive sobre a Divisão Sexual do Trabalho, como mostrarei nas próximas páginas.

### **3.2. A categoria Divisão Sexual do Trabalho, os impactos da reestruturação produtiva na Divisão Sexual do Trabalho e o caráter heterocentrado da mesma**

Antes de mais nada, considero importante o que Federici (2017) indica em sua pesquisa, sobre a história das mulheres e a acumulação primitiva, que a construção de uma nova ordem patriarcal, que tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina, foi algo de fundamental importância para o desenvolvimento do capitalismo. Com isso, foi possível instituir uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não apenas as tarefas que os homens e as mulheres iriam realizar, mas também “suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora” (p. 232).

Tudo isso desencadeou uma relação de poder, uma divisão dentro da força de trabalho e, junto disso, um impulso à acumulação primitiva. De acordo com a autora:

[...] a diferença de poder entre mulheres e homens e o ocultamento do trabalho não remunerado das mulheres por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente “a parte não remunerada do dia de trabalho” e usar o salário (masculino) para acumular trabalho feminino. Em muitos casos, serviram também para desviar o antagonismo de classe para um antagonismo entre homens e mulheres, Dessa forma, a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os/as trabalhadores/as entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos (Federici, 2017, p. 233-234).

Os estudos de Federici (2017), apontam que os/as trabalhadores/as homens foram cúmplices nesse processo, pois tentaram manter seu poder com relação ao capital por meio da desvalorização e da disciplina não só das mulheres, mas também das crianças e das populações

colonizadas pela classe capitalista. Para a autora, o processo da acumulação primitiva também foi uma acumulação de diferenças e desigualdades hierárquicas que separam os/as trabalhadores/as entre si e os/as aliena.

O trabalho de Federici (2017), também auxilia a entender o corpo de quem compõe a classe trabalhadora, quando sinaliza que é justamente o corpo, a condição de existência da força de trabalho, e o seu limite como principal elemento de resistência. É necessário o corpo viver para a força de trabalho também viver: “Podemos observar, em outras palavras, que a primeira máquina desenvolvida pelo capitalismo foi o corpo humano e não a máquina a vapor, tampouco o relógio” (p. 268).

A partir do século XIX, podemos começar a observar uma nítida divisão entre domínio público e privado. E essa divisão designava os homens para a esfera pública, pois desempenhavam de forma predominante o papel de provedores econômicos da família, e para as mulheres designavam à esfera privada, pois o cuidado da casa funcionava como atividade de contrapartida, dado o sustento financeiro supostamente realizado pelo marido.

Nogueira (2006) ressalta que o trabalho realizado diariamente pelas mulheres no espaço reprodutivo propicia ao capitalista a segurança da reprodução e da perpetuação da força de trabalho e, portanto, garante também a reprodução e manutenção da lógica do capital.

Ávila (2011) sublinha que essa negação da condição de trabalhadoras às mulheres, leva a obscurecer e até mesmo invisibilizar os impactos em seus corpos das práticas do trabalho produtivo, “uma vez que são atribuídos ao déficit do próprio corpo e, dessa forma, se reconstroem argumentos tradicionais para justificar a exploração sem limites nas relações atuais de trabalho” (p. 65). Observa-se nesse processo que os impactos do trabalho reprodutivo continuam invisíveis e desconsiderados, como é o caso das trabalhadoras domésticas no Brasil, que não são rotineiramente consideradas trabalhadoras, mas sim alguém que é contratada para servir.

Davis (2016) frisa que as tarefas domésticas são praticamente invisíveis: ninguém percebe até serem feitas. Podemos notar a cama desfeita, mas nunca o chão esfregado e lustreado. São tarefas repetitivas, invisíveis, exaustivas. E como não geram lucro, o trabalho doméstico foi naturalmente definido como uma forma inferior de trabalho, se for comparar com a atividade assalariada capitalista.

Neste seguimento, não podemos deixar de considerar que o capitalismo, enquanto sistema econômico, está diretamente ligado ao racismo, ao sexismo e ao machismo. Portanto, o ato das mulheres serem contratadas ou posicionadas para servirem, é fruto de um processo de

estruturas hierárquicas que foi historicamente construído e oriundo de um longo período de escravidão que conferiu às mulheres negras empregos considerados subalternos e sem condições de ascensão e melhoria das condições de vida.

As atividades domésticas foram historicamente baseadas nos vínculos de casamento e as relações de subalternidade e opressão entre homens e mulheres ficavam escondidas no âmbito familiar, local que reserva às mulheres o trabalho do amor e do cuidado da família. Pensar o trabalho doméstico no Brasil é também pensar a partir da articulação entre gênero, raça e classe que são fundamentais para sua compreensão.

O Brasil possui uma formação sócio-histórica baseada no trabalho escravo, no período pós-Abolição, os serviços domésticos foram exercidos majoritariamente por mulheres negras. Para Gonzalez (1984), o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira e a sua articulação com o sexismo, produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. De acordo com a autora, após o período que se seguiu à escravidão, a população negra buscou se organizar em associações, e aponta que o primeiro grande movimento pós abolição foi a Frente Negra Brasileira (1931-1938):

[...] a raça, como atributo social historicamente elaborado, continua a funcionar como um dos critérios mais importantes na distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos na reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social. (Gonzalez; Hasenbalg, 1982)

Portanto, o que a gente consegue entender é que existe uma distribuição hierárquica construída historicamente que está articulada com os processos de poder e dominação que ocorrem no conjunto das relações sociais. Portanto, não há o que se discutir sobre a desvalorização do trabalho reprodutivo num país que durante anos usufruiu da escravidão doméstica negra:

[...] a população negra brasileira continua concentrada nos degraus inferiores da hierarquia social. Em contraste com a população branca, parte majoritária da população negra localiza-se nas regiões menos desenvolvidas do país. Seu acesso ao sistema educacional é restringido, particularmente nos níveis de instrução mais elevados. A participação do negro no sistema produtivo está caracterizada pela concentração desproporcional nos setores de atividade que absorvem mão-de-obra menos qualificada e pior remunerada. Por sua vez, os fatos mencionados determinam uma participação desigual de brancos e negros na distribuição de renda e na esfera do consumo do produto social. (González; Hasenbalg, 1982, p. 98)

Assim sendo, González e Hasenbalg (1982), registram que a desigualdade racial é mais do que um legado do passado, ela é fortemente mantida pela estrutura desigual de oportunidades sociais a que pessoas brancas e negras estão submetidas no presente. Nesse mesmo caminho, considero que antes de entrar no entendimento específico da divisão sexual do trabalho, é importante ressaltar o que foi dito por González (1980), de que a divisão racial extrapola as relações de trabalho e abrange todas as áreas da vida social. Essa divisão destina lugares socialmente distintos (sobretudo mais precários) aos/as trabalhadores/as e às trabalhadoras negras/os. Portanto, esse recorte racial é também importante para seguirmos adiante e entender sobre a divisão sexual do trabalho e a população trans e travesti no Brasil.

Também é importante pontuar, o que irei aprofundar nos itens a seguir sobre a questão da interseccionalidade e a importância das mulheres negras para compreensão desse conceito, em especial do feminismo negro, que contribuiu para o desenvolvimento sociológico do pensamento das mulheres negras com uma metodologia específica de compreensão da realidade.

Aqui abro um espaço para as contribuições de Audre Lorde, ao trazer para essa discussão, além da raça, também a sexualidade de maneira explícita, ao falar a partir do lugar de mulher “lésbica negra, feminista e socialista de 49 anos, mãe de dois, incluindo um menino, e integrante de um casal interracial, eu geralmente me percebo como parte de algum grupo definido como outro, desviante, inferior, ou simplesmente errado” (Lorde, 2019, p. 143). Lorde (2019) protesta ao falar que os opressores sempre mantêm sua posição e escapam da responsabilidade de seus atos.

Nesse mesmo caminho, lembro de Anzaldúa (2000) quando escreve “*Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*” que mostra sua raça, seu gênero e sua sexualidade, mas que ao se nomear *chicana* indica também seu território e sua língua. Indicando que “os olhos brancos não querem nos conhecer, eles não se preocupam em aprender nossa língua, a língua que nos reflete, a nossa cultura, o nosso espírito” (p. 230). Glória Anzaldúa (2000) descreve a importância da narrativa autorreferencial vinda das margens, e assim descreve para suas hermanas os perigos que enfrentam como mulheres de cor.

Minhas queridas hermanas, os perigos que enfrentamos como mulheres de cor não são os mesmos das mulheres brancas, embora tenhamos muito em comum. Não temos muito a perder — nunca tivemos nenhum privilégio. Gostaria de chamar os perigos de “obstáculos”, mas isto seria uma mentira. Não podemos transcender os perigos, não podemos ultrapassá-los. Nós devemos atravessá-los e não esperar a repetição da performance. É improvável que tenhamos amigos nos postos da alta literatura. A mulher de cor iniciante

é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas, apesar de que, neste último, isto esteja gradualmente mudando. A lésbica de cor não é somente invisível, ela não existe. Nosso discurso também não é ouvido. Nós falamos em línguas, como os proscritos e os loucos (Anzaldúa, 2000, p. 229).

Votando a Audre Lorde (2019), Lorde (2019) também salienta que no sistema de poder patriarcal em que o privilégio da pele branca é um dos principais pilares, as armadilhas utilizadas para neutralizar as mulheres brancas e as mulheres negras não são as mesmas. Nesse mesmo caminho, Akotirene (2018), mostra que é a marcação de raça que garantirá às mulheres brancas a seguridade social, pois são elas que estão empregadas no mercado formal.

Voltando à questão da DST, o seu conceito tem uma grande trajetória histórica em seus mais de quarenta anos de existência. Hirata (2012) que é uma grande estudiosa do tema, indica que na sociologia existem inúmeras explicações para o conceito, em especial entre os teóricos funcionalistas. São inúmeras as pesquisas em diferentes países, para a autora tais pesquisas partem de uma grande diversidade de preocupações que representam um acúmulo de conhecimentos emaranhados, plurais e que são difíceis de listar, colocar em ordem ou classificar.

Hirata (2012) salienta que se pode considerar que existem hoje duas grandes teorias da divisão sexual do trabalho que se opõem e divergem nos estudos sociológicos. Hirata e Kergoat (2007) evidenciam que o projeto coletivo que serviu de base na França às primeiras manifestações do termo *divisão sexual do trabalho* tinha uma ambição maior do que denunciar desigualdades. Sob o estímulo do movimento feminista, tratava-se de uma questão para repensar o trabalho.

Naquele período, a ideia era de que o trabalho doméstico era um trabalho e que, portanto, a definição deste deveria obrigatoriamente incluir aquele. Para as autoras, não dava para imaginar para onde essa discussão levaria. O termo aplica-se na França em duas acepções de conteúdos diferentes:

Trata-se, de um lado, de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. [...] à segunda acepção, segundo a qual falar em termos de divisão sexual do trabalho é: 1. mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e 2. articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e, portanto os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero. (Hirata; Kergoat, 2007, p. 596).

Hirata e Kergoat (2007) assinalam que a construção de indicadores confiáveis para medir a (des)igualdade profissional entre homens e mulheres é um verdadeiro desafio político na França. Também ressaltam que desde o surgimento do conceito observa-se uma tensão entre as análises. De um lado, as que pensam mais em termos de constatação de desigualdades entre homens e mulheres, e do acúmulo e soma dessas desigualdades. E, de outro lado, as análises que reportam ao surgimento dessas desigualdades e que procuram compreender a natureza do sistema que dá origem a elas, e é desse lado que as autoras se aproximam.

Hirata (2012) registra que as explicações sobre a origem da DST podem ser em termos de desigualdade, dominação, segregação sexual dos postos e das profissões, de construção social das diferenças, entre outros. Também salienta que hoje existem duas grandes teorias que se opõem e divergem:

A primeira remete mais a uma conceitualização em termos de “vínculo social”, por meio de seus conteúdos conceituais (solidariedade orgânica, complementaridade, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão dos papéis). A segunda remete mais a uma conceitualização em termos de “relação social” (divisão do trabalho, contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão, poder) de uma teoria geral das relações sociais (Hirata, 2012, p. 279).

Hirata (2012) vem a problematizar a questão da primeira teoria. Para a autora, essa concepção é pensada a partir da ideia de complementaridade entre homens e mulheres, e essa ideia pode tomar a forma de um modelo tradicional dos papéis sexuais que atribui que as tarefas domésticas e familiares são garantidas pelas mulheres. E pode tomar “a forma de um ‘modelo de conciliação’ entre a via profissional e a via familiar”, o qual “visa a articular as atividades familiares e domésticas com a vida profissional” (p. 279). Em tal caso, teria que estabelecer a igualdade de oportunidades para homens e mulheres, principalmente na área profissional. Assim, a divisão dos papéis se efetivaria e não ficaria mais à custa apenas das mulheres.

Assim, para Hirata (2012), há uma falta de noção da realidade concreta, uma “defasagem entre modelo e realidade das práticas sociais faz com que, em geral, caiba quase exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional” (p. 280).

Kergoat (1993) cita que sobre a DST, historiadores, sociólogos e etnólogos demonstraram que as modalidades dessa divisão variam no tempo e no espaço, embora sejam sociedades diferentes, ou que elas se modifiquem. A DST sempre é construída a partir de um princípio hierárquico:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada

sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc...) (Hirata; Kergoat, 2007, p. 599).

Cisne (2014) defende que a divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres. Isso porque a esfera produtiva é a da valorização, da produção da riqueza, e tida como um espaço privilegiadamente masculino. Já a esfera da reprodução social, entendida como as atividades necessárias para garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho, é considerada um espaço feminino. Logo, a divisão sexual do trabalho é a base estruturante da exploração e da opressão das mulheres. Para a autora, ela não pode ser analisada apenas no mundo do trabalho, mas também na política, na família, entre outros espaços.

Aqui abro uma discussão de como as elaborações conceituais em torno da ideia de que a esfera produtiva é unicamente aquela da produção da riqueza. Uma discussão de economia clássica, mas também da Economia Feminista, que provavelmente vem sendo atropelada e impedida de realizar uma outra forma de análise.

No campo das ciências sociais, a ciência econômica é a mais dominada pelos homens e a que apresenta maior resistência em incorporar a questão das mulheres. Trata-se de uma ciência extremamente resistente às mudanças, pouco sensível a questionamentos, muito pouco aberta a questões epistemológicas ou pesquisas interdisciplinares. Embora a análise feminista venha penetrando no campo da economia, esta continua sendo a ciência social menos permeável aos desafios propostos pelo feminismo. Os esforços realizados pelas economistas feministas em tratar do tema das mulheres não se reverteram no sentido de que o gênero como categoria de análise tenha transformado os estudos econômicos e alterado seus pressupostos fundamentais (Teixeira, 2018, p. 144).

E foi nas décadas de 1970 e 1980 que cresceu a influência do feminismo sobre as análises econômicas (Teixeira, 2018). Porém, análises que venham a problematizar o binarismo produção x reprodução ainda são incipientes e limitadas.

De acordo com Cisne (2015, p. 22), “a divisão sexual do trabalho é a relação material concreta que dá base à ideologia patriarcal. Dela decorrem as relações de exploração e opressão sobre as mulheres e as ideologias decorrentes que conformam o que chamamos sistema patriarcal”. Nesse sentido, “a divisão sexual do trabalho possui determinações sociais e atende a interesses, uma vez que é marcada pela assimetria, ou, por que não dizer, pela desigualdade” (Cisne, 2014, p. 87).

No que diz respeito aos seus dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Para Hirata e Kergoat (2007), tais princípios rebaixam “o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie” (p. 599).

Observa-se então uma dicotomia na DST, uma dicotomia entre público e privado. É pensada a partir do que é considerado como masculino ou feminino, muitas vezes apresentado como natural e biológico, e confere às mulheres um local de inferioridade que as limitava ao espaço privado. Essa narrativa sobre diferenças biológicas é utilizada pelo capital como um fundamento para os salários cada vez mais baixos, funções entediantes e repetitivas para as mulheres e para uma grande exposição dos homens a trabalhos de alto risco.

Kergoat (1989) sinaliza que a DST possui uma conexão com as relações de produção: “Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção” (p. 95).

Para Kergoat (2009), não basta constatar a desigualdade entre homens e mulheres, é necessário articular a descrição do real com uma reflexão sobre os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação para hierarquizar essas atividades:

A feminização do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e para a reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma superexploração sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres tanto na esfera pública quanto privada. Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social, o que possibilita a produção social a ser realizada com um custo menor; na esfera pública pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo, baixos salários) e desprestígio presentes no mundo produtivo (Cisne, 2015, p. 120).

Cisne (2015) aponta que a naturalização dos papéis ditos femininos atende diretamente aos interesses do capital com o intuito de ampliação de seus lucros, para assim, diminuir significativamente o custo da reprodução da força de trabalho. A posição subordinada das mulheres no mundo do trabalho possui uma vinculação à naturalização de papéis e ao desenvolvimento de habilidades ditas femininas, voltadas a atender aos interesses do capital.

Na mesma linha de raciocínio, Ávila (2011, p. 48-49) aponta que “o discurso ideológico de sustentação da desvalorização da participação das mulheres no mercado de trabalho foi uma estratégia fundamental para manter a exploração/dominação das mulheres como parte da ordem natural das coisas”.

Trata-se de uma exploração/dominação que se mantém até os dias atuais, cujas consequências tornam-se maiores em períodos de crise. Algumas pesquisas demonstram que o número de trabalhadoras precárias é consideravelmente superior comparado aos de trabalhadores precários.

Conforme análise de Cardoso (2013), a inserção produtiva das mulheres se constituiu por muito tempo distante, se comparada a dos homens. Mas há convergências nos últimos anos (1981-2009), tendo em vista que a taxa de participação das mulheres subiu de 35% para 55% enquanto a dos homens caiu de 84% para 78%. Ao mesmo tempo em que o desemprego também é mais alto para mulheres do que para homens, e a discriminação também é maior para as mulheres, principalmente se estiverem em melhor posição. O autor também destaca a questão de a grande parte dos empregos existentes serem caracterizados como generificados, ou seja: segregados em favor de homens ou de mulheres.

Importante falar que a DST também gera uma distribuição, de forma desigual, entre homens e mulheres nos diferentes ramos da atividade econômica, gerando a concentração de determinado gênero em determinado mercado de trabalho. Uma discriminação que vem da definição de tarefas ditas “femininas”, que exigem agilidade, concentração e disciplina.

Scott (1991) analisando o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, registra que a concentração de mulheres em certos tipos de empregos constitui uma força de trabalho sexualmente segregada. E os pressupostos que iniciaram essa segregação eram de que as mulheres eram mais baratas e menos produtivas do que os homens, como também seriam aptas ao trabalho somente quando eram jovens e solteiras: “A existência de um mercado de trabalho sexualmente segregado foi então tomada como prova da existência prévia de uma divisão sexual do trabalho natural” (p. 464). Para Scott (1991) e outras autoras que referencio aqui, tal “divisão sexual natural do trabalho” não existe. Tal divisão é fruto das práticas sociais que as tornam naturais.

O trabalho feminino tende a ser mais precarizado, menos valorizado e menos remunerado. Um exemplo disso é o setor do teleatendimento conhecido também como *telemarketing* ou ainda como *call center*: um tipo de trabalho que vem se constituindo como uma área forte para o emprego feminino. De acordo com a pesquisa de Venco (2009), a contratação massiva de mulheres no teleatendimento se justifica pelo fato de que os trabalhos fragmentados e sem reconhecimento social (sobretudo aqueles que se desenvolvem sob forte pressão e controle do tempo) se configuram como espaços de trabalho femininos.

Conforme Hirata (2010), este tipo de trabalho é realizado, sobretudo, por mulheres e por jovens de ambos os sexos, que fazem dele um trabalho relativamente temporário, com um prazo para começar e acabar, e isso, evidentemente contribui para que sejam muito explorados, em termos de precarização, intensificação do trabalho e de baixos salários. Isso ocorre num contexto em que:

Com a crise do capital iniciada na década de 1970, vêm se desenvolvendo movimentos/estratégias/transformações no modo de produção e reprodução sociais, no campo econômico e político, dos quais se destacam a reestruturação produtiva somada ao neoliberalismo, um novo modelo para o Estado (Cisne, 2015, p. 127).

Concordo com Antunes (2018), na questão de que a *precarização* não é algo estático, mas um modo de ser específico do capitalismo, um processo que pode se expandir ou reduzir, que vai depender da capacidade de resistência, organização e luta da classe trabalhadora. Portanto, é algo que também é resultante da luta entre as classes. Esse movimento ocorre tanto em função da exploração capitalista quanto das lutas da classe trabalhadora, em suas greves, lutas sindicais e embates contra o capital.

No que diz respeito à flexibilização do trabalho, ela se expressa na crescente informalidade, precarização dos direitos trabalhistas, que hoje configuram as novas expressões da “questão social” (Cisne, 2015).

As consequências da crise são diferentes para os homens e para as mulheres, para Harvey (2011), “nas fábricas, o chamado mundo em desenvolvimento, são as mulheres que carregam o peso da exploração capitalista e cujo talento e capacidades são utilizados ao extremo, em condições muitas vezes semelhantes à dominação patriarcal” (p. 90). No quesito flexibilidade do trabalho, Hirata (2007) registra que a DST é uma pré-condição para a realização dessa flexibilidade, onde as trabalhadoras são as protagonistas principais.

A pesquisa de Nogueira (2009), mostra que no setor de *call center*, cerca de 70% da força de trabalho existente é feminina e 45% formada por jovens entre 18 e 25 anos, sendo o salário variável entre 400 e 1.200 reais. Nogueira (2006) enfatiza que o fenômeno da feminização no mundo do trabalho se efetivou em diversos segmentos de prestação de serviços, sendo o de maior destaque o setor de teleatendimento.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho não se deu em todos os setores, em geral, cresceu para atividades mais precárias dentro do sistema capitalista. Uma informação interessante é que mesmo com o aumento da escolaridade das mulheres ocorreu também o aumento das lacunas salariais, ou seja, o investimento em educação não parece

oferecer o mesmo retorno para as mulheres em comparação com os homens (Lavinias; Cordilha; Cruz, 2016).

Apesar dos avanços, principalmente no que diz respeito à escolaridade das mulheres e o fenômeno da sua expansão no mercado de trabalho, ainda permanece o padrão da DST, cuja concepção é baseada na ideia de que a vida e o corpo das mulheres são considerados adequados para as tarefas do cuidado, da casa, dos filhos e família. Observa-se assim, que a inserção da mulher no mercado de trabalho não rompeu sua responsabilização com as atividades domésticas e com a reprodução social: o Estado continua sendo alheio a tal atividade, portanto, não possuímos políticas públicas que incidam sobre essas múltiplas e complexas tarefas.

As atividades domésticas permanecem sob responsabilidade direta ou indireta da mulher, seja por meio da jornada intensiva ou extensiva de trabalho (trabalho extradomiciliar e domiciliar), seja pelo cumprimento de sua obrigação em dar conta do trabalho domiciliar, mediante a ajuda de uma substituta no período de sua ausência, que pode ser uma filha ou avó da família, como é comum no Brasil (Cisne, 2015, p. 130).

Schwebel (2009, p.257) define o trabalho doméstico como “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres”.

De fato, quando se observa dados recentes, verifica-se que o trabalho doméstico continua sendo exercido majoritariamente por mulheres. Conforme pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2015, o percentual de mulheres no trabalho doméstico é de 92%, já o de homens, o percentual é de apenas 8%. Tais informações demonstram claramente um número consideravelmente superior de mulheres inseridas nesse conjunto de tarefas.

No que diz respeito à posição dos homens não há grandes mudanças, conforme Connell (2016): os homens continuam sendo a grande maioria dos executivos, dos profissionais de alto escalão e de ocupantes de altos cargos políticos. São eles que coletivamente, recebem o correspondente a duas vezes o salário das mulheres e que se beneficiam do trabalho não remunerado das mulheres.

O trabalho doméstico historicamente se mantém assim, como uma atribuição a ser exercida pelas mulheres, o que nos remete a refletir sobre esta dimensão do trabalho doméstico como fundamental à DST na sociedade capitalista. E cabe destacar ainda, que a maioria das trabalhadoras domésticas são mulheres negras, que, assim, sintetizam os efeitos de uma dupla discriminação de raça e gênero no mercado de trabalho:

[...] divisão sexual do trabalho, tanto na esfera doméstica quanto na produtiva, expressa uma hierarquia de gênero que, em grande medida, influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, no sentido da desvalorização da força de trabalho, desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo (Nogueira, 2009, p. 211).

A permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres continua sendo um dos problemas mais importantes que se destacam nas análises sobre a divisão sexual do trabalho. Ávila (2010) aponta que o trabalho doméstico pode ser remunerado e não remunerado, quando remunerado constitui-se como emprego e logo um meio para se obter acesso a um salário. Quando não remunerado, é reconhecido como um dos graves problemas da desigualdade vivenciada pelas mulheres.

Inclusive, o trabalho dos cuidados (*care*)<sup>65</sup> é uma preocupação central nas reflexões feministas, tendo em vista que as mulheres continuam a participar de maneira desproporcional do trabalho doméstico quando comparadas aos homens. O quadro atual hegemônico é de que os homens continuam a investir o seu tempo prioritariamente no trabalho remunerado e um crescente número de mulheres são levadas a acumular trabalho remunerado e não remunerado (Sorj, 2010). Assim:

No Brasil, em particular, esse cenário é ainda agravado pela timidez das políticas públicas de suporte à dupla responsabilidade de homens e mulheres no trabalho e na família, contribuindo para perpetuar a crença, já duradoura, que os cuidados são um assunto privado das famílias e que concernem especificamente às mulheres (Sorj, 2010, p. 59).

A distribuição do trabalho do cuidado entre os membros da família é muito desfavorável às mulheres, que se envolvem nessas atividades muito mais do que os homens. A atividade do *cuidado* não é apenas uma atitude de atenção. Para Kergoat (2016), é um trabalho que contém

---

<sup>65</sup> O trabalho de cuidado é exemplar das desigualdades imbricadas de gênero, de classe e de raça, pois os cuidadores são majoritariamente mulheres, pobres, negras, muitas vezes migrantes (provenientes de migração interna ou externa). Por ser “um conjunto de práticas materiais e psicológicas que consiste em trazer respostas concretas às necessidades dos outros”, o trabalho de cuidado de idosos, crianças, doentes, deficientes físicos e mentais foi exercido durante muito tempo por mulheres, no interior do espaço doméstico, na esfera dita “privada”, de forma gratuita e realizado por amor. O desenvolvimento das profissões relacionadas ao cuidado, a mercantilização e a externalização desse trabalho foram consequências, de um lado, do envelhecimento da população e, de outro, da inserção em massa das mulheres no mercado de trabalho. Isso ocorreu em países tão diferentes quanto Brasil, França e Japão. Com a mercantilização, o trabalho feminino de cuidado, gratuito e invisível, torna-se visível e passa, enfim, a ser considerado um trabalho (com seus corolários: formação profissional, salário, promoção, carreira etc.) (Hirata, 2016, p. 54). Melo e Morandi (2020), indicam que é necessário politizar o cuidado é o desafio das mulheres no século XXI. Precisamos que além do reconhecimento da categoria das trabalhadoras e dos/as trabalhadores/as domésticas/os, como o Brasil fez em 2013, se acolha também as demandas das trabalhadoras dos cuidados, que prestam serviços às pessoas idosas, com deficiência e às crianças, em atividades que exigem qualificação profissional.

um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta às necessidades de outres. Então, define o cuidado como “uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem” (p. 17).

Sorj e Fontes (2010) trazem uma reflexão importante: apesar da divisão sexual do trabalho doméstico, a dedicação das mulheres aos afazeres domésticos é muito mais sensível às determinações de classe do que a dos homens, cuja identidade de gênero é fortemente construída pela distância de que se mantém das atividades que constituem a esfera doméstica.

Hirata e Kergoat (2007) sugerem o modelo da delegação, que seria um dos que organizam as relações entre esferas doméstica e profissional na vida das mulheres. Analisando a realidade na França, as autoras sugerem a emergência de tal modelo, que se trata da transferência dos afazeres domésticos às imigrantes dos países do sul, ou seja, seria o de delegar a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares.

No caso do Brasil, com a inserção das mulheres nos cargos de nível superior no Brasil, ocorreu um aumento de mulheres da classe alta e média inseridas em empregos de melhor nível e que possuem jornadas integrais de trabalho, portanto, observa-se também o fenômeno do modelo da delegação. O problema concentra-se que apenas as classes médias e altas podem pagar por serviços domésticos, as demais continuam acumulando dupla jornada de trabalho e menos disponíveis para ocupações de melhor qualidade e remuneração. Voltarei à questão da delegação na discussão a seguir.

Reforço mais uma vez que o trabalho doméstico continua sendo atribuído às mulheres – em sua maioria negras, pobres e com pouca escolaridade – conforme estudo feito em parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ligado ao Ministério do Planejamento, e a ONU Mulheres, que constatou que o emprego doméstico ainda é a ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas no Brasil em 2015.

Observa-se um forte cenário de desvalorização, precarização e exploração da força de trabalho feminina no Brasil, o capitalismo vai se aproveitando das relações raciais e de gênero construídas historicamente para intensificar sua exploração. Para Saffioti (2013, p. 57), “a remuneração do trabalho em dinheiro, portanto, sob a forma de salário, disfarça a apropriação, por parte do capitalista”.

É importante que a DST se constitui como um dado rígido e imutável, pode variar no tempo e no espaço, sua determinação não é natural e sim social. Possui claramente uma característica econômica/de classe sobre a exploração e opressão da mulher na sociabilidade do

capital. Assim, de acordo com essa divisão, o trabalho doméstico fica sob a responsabilidade das mulheres, independente se elas estão ou não empregadas no mercado de trabalho. É interessante pontuar que em uma sociedade tão machista, racista e patriarcal, as tarefas domésticas continuam fazendo parte das atividades ditas femininas e continuam sendo o efeito de uma dupla discriminação, de gênero e de raça.

Historicamente – e aqui também venho apontando sobre os trabalhos precários destinados às mulheres – mas também considero importante falar o que é muito bem pontuado por Hooks (2018), sobre repensar o significado do trabalho, é um trabalho importante para o feminismo, como também construir caminhos e estratégias para que as mulheres possam sair da precarização e da pobreza.

Quando vamos observar as mudanças que ocorrem na DST, que podem passar despercebidas pelo fato de que a sociedade alimenta uma naturalização das opressões e explorações decorrentes do sistema do capital, vemos que muitos trabalhos permanecem invisíveis, e muitas mulheres não se enxergam como trabalhadoras:

O modo de produção capitalista, além de produzir desigualdades, apropria-se das anteriormente existentes ao seu sistema, como as decorrentes do patriarcado e do racismo. Com isso, “refuncionaliza”, por exemplo, as subordinações e desvalorização das mulheres e da população negra para atingir maiores lucros com a superexploração das suas forças de trabalho, geralmente, precarizadas e mal remuneradas (Cisne, 2015, p. 124).

A análise da problemática da DST existe para que possamos questionar os papéis que são dados para qual gênero o trabalho é criado, existe para que não ocorram os processos de naturalização e invisibilização desses trabalhos que são voltados para atender aos interesses do capital. Portanto, a DST funciona como um instrumento de análise das relações de poder e exploração.

Com o advento do neoliberalismo, os processos de contrarreforma do estado, e no modo de produção capitalista ocorreram rebatimentos no mundo do trabalho e, conseqüentemente, na DST. As conseqüências foram expressas na terceirização, subcontratação, informalidade, precarização, perda de direitos, instabilidade de emprego e nas difíceis exigências de um mercado de trabalho ainda mais sexista e racista.

Hirata (2012) apresenta que a crise do capital, o processo de reestruturação produtiva, as transformações no mundo do trabalho e a perda de direitos da classe trabalhadora, desenvolve de forma intensa a força de trabalho, caracterizada como flexível. Para a autora, essa força de trabalho flexível que é fundamental para a superexploração é a utilização do trabalho feminino.

Na sociedade do capital, existe uma organização da vida social, que corresponde às necessidades da acumulação de capital. O processo da reestruturação produtiva introduziu um padrão de flexibilidade e precarização nas relações de trabalho, em especial a um contingente de trabalhadoras/es que possuem em seus corpos diversas intersecções, ou seja, mulheres, pessoas gordas, populações LGBTI (em especial trans e travestis), população negra, indígena, cigana, pessoas em situação de cárcere, entre outros. Existe um padrão de contratação, as oportunidades de acesso a emprego e renda possuem padrões definidos pelo mercado do capital.

Com a crise do capital ocorre o aumento da pobreza, do desemprego e da precarização e flexibilização do trabalho. Também observamos suas consequências nas mudanças na divisão sexual do trabalho, que no marco da reestruturação produtiva, desencadeou processos de terceirização, informalidade e subcontratações. Sobre esse processo, Hirata (2010) acentua que uma das consequências da crise é o fato de que as mulheres são mais atingidas pela precariedade do que os homens, e aqui insiro também os grupos com seus marcadores sociais, como a população trans e travesti.

Outra consequência da crise que quero aprofundar brevemente se trata na precarização, flexibilização e intensificação do trabalho. Em especial quero tratar da flexibilidade de se apoiar tanto na DST, conforme já aponte em páginas anteriores. Para Hirata e Cattaneo (2009) a DST possibilita a organização flexível do trabalho: “O trabalho assalariado das mulheres, principalmente sob a forma de trabalho em tempo parcial compulsório, e o trabalho dos homens, possibilitado pelo trabalho doméstico das mulheres” (p. 109).

Lombardi (2010) acrescenta que no âmbito da saúde, as mulheres cuidam em casa dos idosos e doentes que não são mais hospitalizados, pois esses cuidados não estão mais na atenção primária no Estado. Prevalecendo um padrão do regime de cuidados baseado no trabalho não remunerado das mulheres, fazendo-as acumular uma dupla, ou tripla jornada de trabalho.

Apesar das mudanças no mundo do trabalho, o mesmo padrão permanece na DST: a mulher continua sendo a principal responsável pelos cuidados da casa, da família e dos filhos. As mulheres não possuem acesso igualitário no mercado de trabalho, o sistema capitalista apropria-se da opressão vivida por esse grupo.

O que existe, no movimento de reestruturação capitalista, é a criação, a recriação e a ampliação de relações e formas de trabalho totalmente díspares e distintas da relação assalariada padrão - com carteira assinada e tempo determinado. Recria-se o trabalho em domicílio, o trabalho temporário organizado por meio de firmas locadoras de força de trabalho, ampliam-se diferentes formas de relação trabalhista, inclusive com a reintrodução do trabalho por conta própria como uma força de assalariamento disfarçado. Isso

ocorre na esteira dos processos de terceirização em larga escala e em todos os segmentos da sociedade da produção de serviços (Araújo, Durães, 2010, p. 90).

No Brasil, o desemprego continua em um patamar alto, também há um aumento significativo das formas não assalariadas do trabalho ou do trabalho assalariado à margem da legislação, portanto sem direitos trabalhistas e sem proteção legal. Nesse contexto de formalidade e informalidade, conforme já pontuei no capítulo anterior, mas reitero aqui que considerando as relações de trabalho no país, o setor dito como informal tem uma relação dinâmica e íntima no processo de acumulação capitalista. Para Cardoso (2013) o termo informal é insatisfatório para dar conta do mercado de trabalho brasileiro. É ingenuidade imaginar que profissionais como ambulantes ou feirantes não participem do circuito do capital.

A crise acirra as situações de exploração e precarização do trabalho, sobretudo das mulheres, também amplia o processo da desproteção social, e as mulheres negras são as mais afetadas, uma vez que o racismo é estruturante nas relações capitalistas de exploração no Brasil. Esse cenário nos mostra o agravamento da força de trabalho feminina cujas análises a caracterizam pela precarização e flexibilização.

Algumas das características mais recentes da DST que Hirata e Kergoat (2007) indicam é sobre aumento dos capitais econômicos, culturais e sociais de uma proporção considerável de mulheres. Um dado que se eleva devido a um aumento da inserção no ensino superior em diferentes tipos de profissões.

Mas isso não altera a hierarquização da DST que considera o trabalho masculino como de maior valor do que o trabalho feminino. Um ponto importante que Hirata e Kergoat (2007) trazem diz respeito às mulheres do Norte que trabalham cada vez mais e com uma frequência maior investem em suas carreiras. E para realizar de forma relevante seu trabalho profissional elas “precisam externalizar “seu” trabalho doméstico. Para isso, podem recorrer à enorme reserva de mulheres em situação precária”.

Nesse processo de externalizar o trabalho doméstico, Hirata e Kergoat (2007), sinalizam que essa demanda:

[..] criou um imenso alento para as mulheres migrantes que chegam aos países do Norte com a esperança de conseguir um emprego de serviço (no cuidado de crianças e idosos, no emprego doméstico etc.). Essas mulheres, muitas vezes diplomadas, entram em concorrência direta com as dos países de origem, que têm situação precária e pouco estudo (p. 601-602).

Esse movimento criou duas relações sociais entre mulheres, uma relação de classe entre as mulheres do Norte e as que desenvolvem o trabalho doméstico, e uma relação de concorrência entre as migrantes e as do país de origem.

Aqui no Brasil observamos esse processo do trabalho doméstico que é alimentado pela desigualdade social profunda e pela dinâmica sociohistórica. As trabalhadoras domésticas, muitas vezes, são migrantes do Norte e Nordeste para o Sul e Sudeste. Inclusive, duas das minhas tias paraibanas viveram esse processo, e não é difícil encontrar relatos entre meu círculo de amigas nordestinas, essa mesma história de mulheres familiares que migraram para o Sudeste (em especial para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo). Ou relatos de amigas no Sudeste que contratam o serviço de uma diarista e é muito comum que seja uma mulher negra e nordestina.

Mas voltando à questão das características mais recentes da DST, Hirata e Kergoat (2007), indicam que ao mesmo tempo em que aumenta o número de mulheres em profissões de nível superior, também cresce o de mulheres em situação precária. Por isso, as autoras indicam o modelo da conciliação vida familiar e da vida profissional que cabe quase exclusivamente às mulheres essa conciliação, já que a idealizada divisão das atividades domésticas entre homens e mulheres quase não se concretiza. E indicam o modelo da delegação que substitui ou sobrepõe o modelo da conciliação, que delega a outras mulheres as tarefas domésticas e familiares. Para as autoras essa questão da delegação traz espanto tendo em vista que muitas mulheres conscientes da opressão, da desigualdade e da divisão do trabalho doméstico, continuam se auto atribuindo esse trabalho doméstico, inclusive entre militantes feministas, sindicalistas, e políticas que plenamente conscientes dessa desigualdade.

Em estudos mais recentes da DST Hirata (2015), aponta que ela pode tomar quatro modelos: o *tradicional* (mulheres cuidadoras e homens provedores); o de *conciliação* (as mulheres conciliam a vida profissional com a vida familiar), o da *parceria* (mulheres e homens compartilham tarefas domésticas e cuidados da família); e, por fim, o da *delegação* (mulheres delegam a outras mulheres suas atividades domésticas).

Verificando a aplicabilidade desses modelos no Brasil, é possível perceber conforme já indiquei antes que o modelo da delegação, só é possível para as frações da classe média e alta que podem pagar por esse serviço. O da parceria, tampouco não se aplica, tendo em vista a estrutura machista da nossa sociedade brasileira. Já o modelo *tradicional* apesar de ainda persistir, é muito mais comum o da conciliação, tendo em vista ações e políticas de incentivo e participação das mulheres no mundo do trabalho.

Aqui quero mostrar que não é apenas a força de trabalho feminina da qual o capital se apropria e explora, mas como já falei anteriormente, é que a DST muda no tempo e no espaço, portanto, ela é mutável, conforme indica Hirata e Kergoat (2007), as configurações da DST variam grandemente no tempo e no espaço.

E essas mudanças dizem respeito ao corpo da classe trabalhadora, quais corpos serão aceitos para determinados tipos de trabalho. Tendo em vista que a categoria mulher não é um sujeito universal. Penso para onde vão as mulheres com deficiência, pobres, pretas, trans, periféricas nesses procedimentos de divisão? E os homens trans e transmasculinos?

Uma grande questão da DST é que esse esquema se apropria da força de trabalho das mulheres, em cenários de reestruturação do capital, crise e novas formas de gestão do modo de produção essa exploração se intensifica conferindo às mulheres trabalhos mais precarizados e desvalorizados. E, fazendo uma análise mais ampla e questionando um pouco mais na contemporaneidade, para quem são destinados esses trabalhos? Para quais corpos são destinados? Não é difícil ver que são os corpos negros, gordos, com deficiência, pessoas LGBTI+, entre outras chamadas “minorias”. Ou como diz Butler (2018) “nós nos deparamos, de uma maneira nova, com a ideia de que algumas populações são consideradas descartáveis” (p. 17). Na qual está baseada a racionalidade do mercado que decide quais saúdes e vidas devem ser protegidas e quais não devem.

Vale indicar que o capitalismo se apropria de padrões e normas pré-estabelecidas socialmente para “selecionar”, “excluir” e/ou “desrespeitar” o que se apresenta como “diferentes”, “fora das normas” ou “fora do normal”. Portanto, algumas populações ou grupos, além das dificuldades no mercado de trabalho, também encontram obstáculos no acesso à educação, à profissionalização, à saúde, à assistência social e à previdência social, bem como aos demais direitos.

Também quero indicar a existência de uma certa análise cisheterocentrada nos trabalhos sobre a DST que, de um modo geral, não abarcam os pontos de vista e condições experimentadas por travestis, homens trans, transmasculinos e mulheres trans nas suas análises, sendo essa não só reveladora de uma insuficiência bibliográfica, mas também a reprodução de um padrão dicotômico sobre as relações de gênero, que produz a invisibilização de quem não se enquadra em uma lógica binária. Essa visão acarreta violências e imposições sobre os corpos binários, retroalimentando a base desse sistema normativo de dominação.

É importante identificar as atuais configurações da Divisão Sexual do Trabalho para a população de travestis e transexuais, tendo em vista que grande parte das análises científicas

estão baseadas apenas nas relações sociais entre os sexos feminino e masculino (homens e mulheres cisgêneros). Isto é, muitos estudos deixam de considerar que nessas relações há algumas especificidades com relação à identidade de gênero, como no caso de transexuais que são indivíduos que nascem biologicamente com um sexo, mas que se identificam e adaptam seus corpos às características esperadas do sexo oposto<sup>66</sup>.

Conforme Louro (2013b), a declaração “é uma menina” ou “é um menino”, instala um processo que, supostamente, deve seguir uma determinada direção. “O ato de nomear um corpo acontece na lógica que supõe o sexo como um “dato” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, ahistórico e binário. Tal lógica implica que esse “dato” sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo” (p. 15-16).

É certo que houve transformações no que diz respeito à entrada das mulheres no mercado de trabalho, conforme já indiquei, porém há de se atentar para as dimensões de classe social, raça e gênero também presentes nas transformações. Também é necessário estarmos atentas/os de que no mundo do trabalho, as relações sociais também são pautadas na cisnormatividade, heteronormatividade, e, portanto, na produção de opressões. Aqui, considero em especial a situação das travestis, dos homens trans e das mulheres transexuais na sua inserção no mundo do trabalho.

O processo de normatização das identidades é chamado de heteronormatividade, que é o “enquadramento de todas as relações – mesmo as supostamente inaceitáveis entre pessoas do mesmo sexo – em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo” (Pino, 2007, p. 160). Pela lógica da heteronormatividade, todas as pessoas devem ser heterossexuais e todos os bens produzidos pela sociedade, sejam eles materiais ou simbólicos, são destinados para quem vive segundo seus preceitos. Para Louro (2010),

[...] Os outros, que fogem à norma, poderão na melhor das hipóteses ser reeducados, reformados (se for adotada uma ótica de tolerância e complacência); ou serão relegados a um segundo plano (tendo de se contentar com recursos alternativos, restritivos, inferiores); quando não forem simplesmente excluídos, ignorados ou mesmo punidos (p.90).

Agora, tendo o entendimento da discussão sobre DST, queria informar que a intenção aqui é desenvolver essa categoria de análise e ir além da distribuição entre sexos, e pensar a

---

<sup>66</sup> Para além de concepções reducionistas, a transexualidade e a travestilidade são experiências de pessoas que também combinam os conceitos de masculino e feminino nos seus corpos. Aprofundaremos sobre a genealogia das categorias no capítulo 4.

partir de uma ótica de gênero, não cisnormativa. Observo que muito do que foi produzido sobre DST até o presente, foi muito concentrado em uma perspectiva cisgênera (considerando apenas a existência de mulheres e homens que não questionam sua designação original de gênero), em especial focada na relação forjada pelo binarismo e em uma relação heterossexual.

Também observo que não há uma análise que parta da vivência das mulheres da América Latina, em suas particularidades, e penso em até que ponto tais análises podem estar distantes das realidades latino-americanas, por isso faço um esforço de realizar comparações entre o que é presenciado aqui no Brasil. Este é, portanto, um desafio para compreender nossa realidade. A DST além de sexual, é racial, classista, cisnormativa e heterocentrada e vai se apresentar objetivamente interseccionando todos esses âmbitos.

Com a análise a partir da interseccionalidade é possível explorar a reprodução das relações patriarcais, étnico-racistas, heterocentradas, cisnormativas e classistas, em um contexto de avanço do neoliberalismo e de transformações no trabalho que fazem com que a permanência de disparidades ocupacionais, nas quais alguns grupos, como as pessoas trans sejam maioria em locais mais desvalorizados do mercado de trabalho brasileiro.

Antes de entrar no debate acerca da categoria interseccionalidade e da produção bibliográfica sobre o tema, considero importante chamar atenção para o fato de que escrevi muito sobre Divisão Sexual do Trabalho a partir das análises de feministas materialistas francófonas, como é o caso de Danièle Kergoat, que faz o uso da ideia de articulação entre classe e sexo. Por muito tempo, essa perspectiva feminista de análise foi dominante e se pautava em uma categoria pretensamente universal: mulheres.

Os debates sobre a interseccionalidade surgiram a partir da práxis de mulheres negras que começaram a questionar a categoria mulher como unicidade, utilizando em especial a categoria raça como argumento.

Portanto a valorização das experiências que eram invisibilizadas tanto pelo feminismo hegemônico, e quanto pelo movimento negro são a principal potencialidade da interseccionalidade, em especial para as feministas afrolatinoamericanas e caribenhas que começaram a expandir o uso do termo e do conceito para seus respectivos marcadores da diferença e contextos geopolíticos.

Importante pontuar que Danièle Kergoat no começo dos anos 1980 desenvolveu o conceito de "consustancialidade", com o objetivo de desenvolver uma análise que articulasse sexo, raça e classe. Kergoat (2010) utiliza "os conceitos de consustancialidade e coextensividade para procurar compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de

homens e mulheres frente a divisão social do trabalho em tripla dimensão de classe, de gênero e origem (Norte/Sul)” (p. 93).

Assim como a categoria gênero, as disputas que cercam interseccionalidade e consubstancialidade são políticas, e envolvem dimensões complexas. Também se tornaria cansativo realizar tal análise nesse espaço e não é meu objetivo realizar isso aqui. Por agora, creio ser importante anunciar que farei uso do conceito de interseccionalidade, pois considero uma categoria menos eurocêntrica. E, conforme Crenshaw, (2002), a categoria “também oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas” (p. 16).

### **3.3. Interseccionalidade: surgimento e produção bibliográfica sobre esta categoria de análise**

A interseccionalidade é uma categoria que foi introduzida recentemente no debate dos anos 1990 pela feminista estadunidense e jurista afro-americana Kimberlé Crenshaw<sup>67</sup> em seu artigo “Desmarginalizando a intersecção de raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina antidiscriminação, teoria feminista e políticas antirracistas”, onde a autora possui como ponto de partida as mulheres negras, ou seja, a intersecção entre sexo e raça.

Isso me faz lembrar das análises de Kergoat acerca da articulação entre sexo e classe, mas não vou direcionar a análise para esse ponto, já que aqui a investigação se pauta na perspectiva da interseccionalidade, assim como, conforme indica Piscitelli (2008), aconteceu com o conceito de gênero, essas categorias de articulação e interseccionalidade adquirem conteúdos diferentes segundo as abordagens teóricas das autoras que com elas trabalham.

O trabalho de Kimberlé Crenshaw é importante, mas conforme Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade, antes de ser nomeada na academia por Kimberlé Crenshaw, já era parte da *práxis* de muitas pessoas e grupos que militavam por acesso a direitos e pela eliminação das desigualdades sociais.

---

<sup>67</sup> Acredito ser importante anunciar que antes da formulação teórica de Kimberlé Crenshaw, já existiam discursos que denotavam características interseccionais que fizeram críticas a um feminismo branco, ocidental e de classe média que não pautava a questão da raça. Apesar da Kimberlé ter formulado o conceito, há mulheres como Sojourner Truth, Angela Davis e Lélia Gonzalez que trouxeram questões interseccionais. A brasileira Heleieth Saffioti também se destaca ao formular um “nó” com três contradições que se somam (racismo + gênero + classe social), mas também estamos atentas ao perceber a realidade compósita e nova que resulta dessa fusão.

Conforme Crenshaw (2019), ao tomar sexo e raça como ponto de partida, aponta-se para a marginalização das mulheres negras na teoria feminista e na política antirracista, pois “ambos são baseados em conjuntos discretos de experiências que, muitas vezes, não refletem com precisão a interação entre raça e gênero” (p. 55). Ela partiu de situações relacionadas a decisões judiciais de vários tribunais que provaram não saber lidar com a interseccionalidade, pois os tribunais não reconhecem a particularidade das experiências das mulheres negras, que são diferentes das mulheres brancas:

[...] sugiro que as maneiras pelas quais as mulheres Negras experimentam a discriminação podem ser semelhantes e diferentes daquelas experimentadas por mulheres brancas e por homens Negros. As mulheres Negras às vezes sofrem discriminação similar à discriminação sofrida por mulheres brancas; às vezes partilham experiências muito semelhantes com os homens Negros. Ainda, em muitos casos, elas experimentam uma dupla discriminação – efeitos combinados de práticas que discriminam com base na raça e com base no sexo. E, às vezes, elas experimentam a discriminação como mulheres Negras – não a soma da discriminação racial e sexual, mas a discriminação como mulheres Negras (Crenshaw, 2019. p. 67).

Para Crenshaw (2019), não são apenas os tribunais que não reconhecem as mulheres negras, mas também, as feministas e teóricas/os. Ela denuncia que o paradigma da discriminação sexual tende a ser baseado nas experiências de mulheres brancas e o modelo de discriminação racial tende a basear-se nas experiências dos negros mais privilegiados.

Akotirene (2018) revela que na teoria feminista brasileira da década de 1980 houve uma falta de metodologias adequadas às mulheres negras. Para a autora, a interseccionalidade vem da sensibilidade analítica pensada por feministas negras: “É da mulher negra o coração do conceito de interseccionalidade” (p. 19).

Crenshaw (2004) também indica que existem estudos que mostram que os processos movidos por mulheres afro-estadunidenses são os que têm a menor probabilidade de serem levados a sério e a não resultarem na prisão dos culpados, e quando os acusados são presos, é raro serem condenados. A autora declara que “a punição média do estuprador de uma mulher negra é de dois anos, contra seis anos quando a vítima é uma mulher latina e, dez anos, quando a vítima é uma mulher branca” (p. 13). Ela demonstra assim, que é a raça que determina se as pessoas acreditarão nas mulheres.

Conforme Crenshaw (2002), a raça, etnia, gênero e classe constituem os caminhos que estruturam as dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Para ela, existe uma certa invisibilidade que envolve questões relativas a mulheres marginalizadas, mesmo naquelas circunstâncias em que se tem um determinado conhecimento sobre seus problemas ou

condições de vida. Há exemplos conhecidos da opressão interseccional que são geralmente os mais trágicos: a violência contra as mulheres baseada na raça ou na etnia. Portanto, é necessário desenvolver uma perspectiva que revele e analise a discriminação interseccional. Sobre o conceito de interseccionalidade:

é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

A década de 1990, a partir do trabalho de Crenshaw, marca o momento em que a interseccionalidade foi nomeada, porém há outros trabalhos importantes anteriores à década de 1990. Um destes momentos, foi o discurso “Não sou eu uma mulher” de Sojourner Truth, proferido em 1851, durante a Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres, que representa um símbolo histórico entre as articulações de raça, classe e gênero no campo de disputas políticas. De acordo com Davis (2016), “Sojourner Truth era negra – uma ex-escrava –, mas não era menos mulher do que qualquer uma de suas irmãs brancas na Convenção. O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes daquela das demais, não anulava sua condição de mulher” (p. 73).

Segundo Collins e Bilge (2021), as décadas de 1970 e 1980 foram extremamente importantes para as elaborações centrais da interseccionalidade. Eles pontuam que não se deve considerar o surgimento da interseccionalidade a partir do momento em que ela foi nomeada, porque assim apagamos o período anterior em que lutas sociais e elaborações teóricas de mulheres negras já indicavam a importância de abordagens integradoras dos marcadores sociais de diferenças.

A ideia da interseccionalidade é uma preocupação que existia dentro dos movimentos sociais e de textos teóricos, muito antes do surgimento do conceito e de sua apropriação pelo mundo acadêmico. O conceito foi inclusive utilizado pelas mulheres do movimento *Black Power*, e o legado da Declaração em 1977 do *Combahee River Collective* (CRC). Para Collins e Bilge (2021), tal Declaração foi o primeiro documento a focar a identidade através de uma lente interseccional e apresentar a política identitária como uma ferramenta vital de resistência.

Collins e Bilge (2018), apontam que nos EUA, as afro-americanas faziam alianças com chicanas, latinas, indígenas e asiático-americanas. Foram esses grupos que reivindicaram a

articulação de raça, classe, gênero e sexualidade nas suas experiências cotidianas e a importância desses marcadores sociais para suas aspirações políticas. As autoras também realizaram um trabalho singular apresentando coletâneas feministas e de ativistas negras, chicanas, latinas, indígenas/aborígenes/nativas e asiático-americanas que desenvolveram sistematizações da opressão vivida e das suas experiências cotidianas. Foram relatos fundamentais que expõem as ideias centrais da interseccionalidade e que, para as autoras, é “uma maneira de interconectar experiências pessoais e análises estruturais de opressões entrelaçadas sem eludir o significado das experiências de vida, das múltiplas identificações e das comunidades políticas” (p. 104).

Em vista disso, podemos expor que a interseccionalidade é uma das ferramentas teórico-metodológicas possíveis para entender os diversos tipos de opressões. Collins e Bilge (2021), apontam que seu uso pode adquirir variadas formas, por isso não dá pra generalizar a interseccionalidade a partir de um caso particular ou grupo, pois “corre o risco de perder o processo de descoberta subjacente à forma como as pessoas realmente entender e usam as estruturas interseccionais” (p. 51). Além disso, muitas autoras também pontuam que o termo se encontra em processo de construção. O conceito não é uma estrutura pronta para ser simplesmente aplicada a determinado projeto de pesquisa ou programa político, seu uso adquire várias formas.

A vista disso, é significativo pontuar que há diferenças na compreensão desse conceito entre as autoras da interseccionalidade, inclusive nas compreensões que usarei aqui. Não se trata, portanto, de um pensamento hegemônico.

Inclusive, destaco que Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge possuem uma excelente análise da interseccionalidade, em suas diversas áreas. As autoras apontam que o termo passou a ser amplamente adotado por professoras/es, estudantes, militantes de políticas públicas, profissionais e ativistas em diversos locais que "reivindicam e usam cada vez mais o termo “interseccionalidade” em projetos políticos e intelectuais” (Collins; Bilge, 2021. P. 15).

Collins e Bilge (2021), simulam uma descrição genérica sobre o conceito de interseccionalidade, caso fosse perguntado por diferentes pessoas que fazem o uso do termo:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionais e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (p. 15-16)

Uma descrição que define o principal entendimento sobre a interseccionalidade. Seu uso é cada vez mais usado e difundido, e por ter diversas diferenças, Collins e Bilge (2021) sinalizam que essa definição encontraria consenso sobre como se entende o termo pelas/os diversas/os autoras/es que o utilizam. Para as autoras, pessoas comuns fazem uso do termo como uma ferramenta analítica quando percebem que precisam de estruturas melhores para lidar com os problemas sociais. O uso da interseccionalidade pode assumir diferentes formas, pois atende a uma gama de questões.

Como expõe Akotirene (2018), a interseccionalidade permite às feministas uma criticidade política para que possam compreender “a fluidez das identidades subalternas impostas a preconceitos, subordinações de gênero, de classe e raça e as opressões estruturantes da matriz colonial moderna da qual saem” (p. 24). É assim que a interseccionalidade funciona como uma ferramenta analítica.

Sobre os usos da interseccionalidade, Collins e Bilge (2021) fazem análises e mostram exemplos, que revelam a potência da análise interseccional para a compreensão da desigualdade social e para a busca de uma mudança social, no sentido de uma justiça mais plural. Através do seu uso, é possível ver a maneira como múltiplas opressões são experienciadas por diferentes tipos de singularidades. Por isso, a importância do uso da interseccionalidade para esse trabalho, mostrando como a transfobia, o racismo, o machismo, a classe social e outros não agem isoladamente, em especial na questão das relações de trabalho e na divisão sexual do trabalho:

Ao focar raça, gênero, idade e estatuto de cidadania, a interseccionalidade muda a forma como pensamos emprego, renda e riqueza, todos os principais indicadores da desigualdade econômica. Por exemplo, as diferenças de renda que acompanham as práticas de contratação, segurança no trabalho, benefícios relativos à aposentadoria, benefícios relativos à saúde e escalas salariais no mercado de trabalho não incidem da mesma maneira sobre os grupos sociais. Pessoas negras, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documento e pessoas com capacidades diferentes enfrentam barreiras para ter acesso a empregos seguros, bem-remunerados e com benefícios (Collins; Bilge, 2021, p. 33).

Portanto, no mercado de trabalho, as identidades são afetadas pelo racismo ou preconceito institucional. A discriminação impõe para alguns corpos, empregos precarizados, com baixos salários, sem direitos trabalhistas, e com jornadas intensas de trabalho. Sob uma lógica neoliberal de privatização, focalização/seletividade e descentralização, os direitos são tratados como mercadorias a serem obtidas via mercado.

Algo importante mencionado por Akotirene (2018), é que o uso da interseccionalidade ajuda a enxergar a matriz colonial moderna contra grupos que são tratados como oprimidos. E,

isso não quer dizer que mulheres negras vítimas do racismo, ou mulheres brancas vítimas do machismo, não tenham práticas normativas, preconceituosas ou de privilégio acadêmico.

Por isso, a interseccionalidade ajuda a observar posições distintas, dentro do sistema capitalista, de sofrer opressões e reproduzir opressões. Para Akotirene (2018), a perspectiva interseccional, “nos leva a reconhecer a possibilidade de sermos oprimidas e de corroborarmos com as violências. Nem toda mulher é branca, nem todo negro é homem, nem todas as mulheres são adultas heterossexuais” (p. 27).

Nesse raciocínio, não existe uma hierarquia de opressões, muito menos uma hierarquia entre pessoas que são subalternizadas, para Akotirene “afasta-se a perspectiva de hierarquizar sofrimento, visto como todo sofrimento está interceptado pelas estruturas” (p. 28).

Trabalhar na perspectiva interseccional fomentou novas interpretações sobre trabalho, família, reprodução e constructos sociais semelhantes e, nesse processo, criticou e/ou revitalizou áreas inteiras de estudo. O conhecimento interseccional fomentou novas questões, e foram vários textos no campo dos estudos de raça/classe/gênero que ajudam no desenvolvimento e uso das estruturas interseccionais (Collins; Bilge, 2021):

Esses textos defendem a interseccionalidade como estratégia analítica e mostram a falha de desconsiderar raça, gênero, etnia ou outras categorias de análise que são hoje frequentemente consideradas nos estudos interseccionais. Acadêmicas feministas que fazem estudos pós-coloniais encontraram na interseccionalidade importantes entendimentos teóricos que lhes permitiram avaliar a influência da filosofia pós-estruturalista continental em campo e usar as estruturas interseccionais para refletir sobre as realidades colonial e pós-colonial. Mais importante, elas fizeram isso destacando as experiências de mulheres, pessoas negras e latinas, pobreza e outros grupos negligenciados nos estudos existentes (Collins; Bilge, 2021. p. 57).

Inclusive, um dos textos que apontaram a falha nos estudos da interseccionalidade, é o da teórica indiana Jasbir Puar que apontou uma centralidade nas análises dos estudos interseccionais que aplicam apenas às particularidades da opressão vivenciadas pelas “mulheres de cor”, e, portanto, tais análises não davam conta das configurações identitárias. Para Puar (2013), “a interseccionalidade é uma ferramenta para diagnosticar a diferença racial” (p. 349).

Puar (2013), salientou que estudos transnacionalistas e pós-colonialistas apontaram que havia categorias privilegiadas pela análise interseccional que não cruzavam as fronteiras nacionais e regionais. A parcialidade euro-americana dos estudos da mulher e da história do feminismo é ironicamente reiterada pela interseccionalidade, ignorando a principal intervenção dos estudos feministas pós-colonialistas e transnacionalistas (p. 352). Nessa perspectiva, Akotirene (2018), apresenta que é necessário para o pensamento interseccional a radicalidade

feminista negra descolonial. Portanto, é importante reconhecer as raízes da interseccionalidade no movimento político de mulheres negras, chicanas e latinas e outras mulheres de cor.

Conforme já apontei aqui, a partir de Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade não é uma estrutura pronta, encontra-se em processo de construção. É importante pensar e desenvolvê-lo de maneira específica ao contexto, de modo que atenda às particularidades históricas. O seu uso não é o mesmo no Brasil, nos EUA, na África ou em qualquer outro lugar. A interseccionalidade, como uma ferramenta analítica, fornece um melhor acesso à complexidade do mundo.

Inclusive Collins e Bilge (2021), apontam que a interseccionalidade é abordada em campos que já veem a teoria e a prática como interconectadas. Eles mostram que há membros da academia e profissionais de diversas áreas que fazem seu uso, reconhecendo que a produção do conhecimento não pode ser separada da prática profissional. As autoras apontam que nos Estados Unidos da América (EUA), alguns especialistas e profissionais (inclusive assistentes sociais) que trazem uma certa sensibilidade interseccional para sua atuação profissional, fazem questionamentos às políticas públicas nos processos de justiça e injustiça social a algumas populações.

Aqui, gostaria de abrir uma breve opinião/sugestão acerca da prática do Serviço Social no Brasil, em especial a membros da academia que estão ministrando as disciplinas de Política Social e questões relacionadas a trabalho e questão social.

Vejo que são campos que sequer chegaram na conexão de raça e gênero. Parece-me que o alcance da interseccionalidade ainda está muito restrito às disciplinas que trazem o debate de gênero e raça. A interseccionalidade é uma importante estratégia para intervenção profissional. Ela funciona como ponto de partida no processo de elaboração de políticas públicas, por isso aponto a importância de o debate atravessar todo o processo de formação no curso.

Isso posto, as práticas precisam partir de um compromisso ético-político em vários âmbitos que reconheçam as especificidades e sua intersecção, por isso a importância de usar a lente analítica da interseccionalidade no trabalho com políticas públicas, compreendendo as estruturas da sociedade junto com as questões de raça, gênero, geração, classe social, e outros marcadores sociais para entender às manifestações da questão social e encontrar possíveis formas para seu enfrentamento.

A interseccionalidade foi incorporada pela academia a partir dos anos 1980 e 1990, quando o acesso aos cargos acadêmicos permitiu que as mulheres afro-americanas levassem para a academia as ideias da política feminista. Alguns trabalhos se destacam nesse período,

como os de Angela Davis, Audre Lorde e Gloria Anzaldúa, cujas análises eram denominadas como estudos de raça/classe/gênero, sendo depois nomeado por Kimberlé Crenshaw como interseccionalidade (Collins, Bilge, 2021).

A nomeação da interseccionalidade por Crenshaw foi um momento importante, e foi quando se instalou na academia como forma de investigação. Porém, não se deve apagar as escritas e movimentos que foram essenciais para a sua construção: “A interseccionalidade faz um importante trabalho intelectual em relação a questões sociais mais amplas, como a pesquisa sobre desastres naturais e mudanças climáticas, principalmente porque sua estrutura flexível permite múltiplas conexões entre categorias” (Collins; Bilge, 2021, p. 113).

Isto posto, com a interseccionalidade, é possível pensar o contexto da pandemia da Covid-19 que cria corpos mais vulneráveis ao vírus. Lembrando que, no Brasil, o primeiro corpo levado a óbito pelo vírus foi o corpo de uma mulher negra e empregada doméstica. Então, é possível constatar que o vírus foi implantado no Brasil a partir das elites e, depois, é disseminado de uma forma desigual e perversa, atingindo a população mais pobre e periférica do país. Ele atingiu a população que vive em moradias precárias e temporárias, que não possuem uma infraestrutura sanitária adequada para um isolamento social. Ficamos amparadas/os/es por um governo que não esteve preocupado em garantir a vida, mas sim a reprodução do sistema capitalista.

Foi um governo que não garantiu condições sociais e políticas mínimas para que a vida da população se desenvolvesse. No Brasil, ocorreram cortes de direitos, e uma política de gestão e abandono de populações periféricas, ciganas, LGBTI, negras, indígenas entre outras intersecções que mostram conforme Butler (2018), a adoção de “políticas que buscam explicitamente a morte de determinadas populações e políticas que produzem a condição de negligência sistemática que na realidade permitem que a pessoa morra” (p, 17).

No cenário neoliberal e de pandemia, as expressões da questão social assumem novas roupagens. O surto da covid deixou transparecer ainda mais a desigualdade social, tendo em vista que grande parte da população não pode realizar um isolamento pela necessidade de assegurar suas condições de vida, moradia e alimentação que é feita, através de um conjunto de ocupações precárias, a maior parte delas no setor de serviços, que foi gravemente afetado. Tivemos a partir de 2020, com a pandemia o aumento da informalidade, do desemprego, do subemprego, e sem nenhuma cobertura do sistema de saúde.

O estudo da interseccionalidade é uma ferramenta de suporte para a análise das particularidades vividas no Brasil. Farei a análise, a partir desse ponto, relacionando a

interseccionalidade aos denominados estudos decoloniais que procuram romper com os mecanismos de opressão a certos grupos, trazendo para o debate aspectos como a transexualidade. Conforme Hollanda (2020), são as latino-americanas que começam a investir em contra epistemologias situadas para enfrentar o império cognitivo europeu e norte-americano. O feminismo decolonial realiza uma contestação à colonialidade do saber, e aponta caminhos de avanço político na chave latinoamericana.

De acordo com Hollanda (2020), o feminismo decolonial busca e reivindica a desconstrução de leituras hegemônicas sobre as mulheres e o discurso de feministas oriundas de países historicamente dominantes. Nas perceptivas decoloniais, serão abordadas questões referentes ao feminismo trans e negro, pois não é possível falar em decolonialidade, sem abordar identidade.

De acordo com Vergueiro (2015), é interessante compreender as diferentes formas de colonização, como o saber, o poder e o ver, permeiam as identidades de gênero e as diversidades corporais, sexualidades nos incentiva a refletir sobre como essas diversidades são colonizadas em nós.

### **3.4 O feminismo decolonial**

Venho trazendo questões relacionadas ao modo de colonização do Brasil, que deixou marcas que se refletem nas estruturas econômicas, políticas, de poder e nos modos de ser, saber e pensar que se constitui em todas as dimensões da nossa vida, sobretudo dos países latino-americanos. No Brasil, temos uma história de formação social e política pautada na exploração e escravidão indígena, de negras/os e das colônias, para a consolidação do sistema capitalista. Trata-se de um processo de imposição eurocêntrica nos modos de ser e na produção de conhecimentos que se reflete até os dias de hoje.

Antes de entrar no debate do feminismo decolonial, considero importante enfatizar que tal debate será apenas um recorte de algumas das principais discussões teóricas do movimento decolonial, que assim como outras perspectivas teóricas, possui uma pluralidade de vozes e caminhos. A intenção aqui, não é traçar o caminho do debate, mas mostrar a importância dele para o desenvolvimento da tese, e pensar a partir de uma perspectiva que se distancie de experiências e produtos ocidentais e eurocêntricos.

As questões relativas à crítica ao poder colonial, vêm de longe, provavelmente desde a chegada do primeiro colonizador às nossas terras. Mas sua introdução como campo de conhecimento, se dá somente nos anos 1970, ficando conhecido como estudos pós-coloniais.

Essa perspectiva surge a partir da articulação de alguns estudos como os de Frantz Fanon, Aimé Césaire, Albert Memmi, Kwame Nkrumah, Gayatri Spivak, Edward Said, Stuart Hall, e Ranajit Guha. Primeiramente, esteve focado nas colônias asiáticas e africanas, mas há uma construção aqui no Brasil a partir do pensamento da intelectual negra, defensora de um feminismo afrolatinoamericano Lélia Gonzalez (Hollanda, 2020).

As críticas feministas objetaram alguns aspectos das formulações das teorias pós-coloniais. Piscitelli (2013) ao analisar a circulação de teorias pós-coloniais na produção feminista no Brasil, conclui que teorias pós-coloniais mostram certo impacto na produção antropológica feminista e sobre gênero:

Essas marcas são visíveis sobretudo na leitura crítica das definições de cultura nacional, com raízes coloniais, formuladas no e sobre o Brasil. A influência dessas teorias também é perceptível na análise dos efeitos dos processos de transnacionalização, envolvendo deslocamentos através das fronteiras, nas identificações marcadas por gênero, raça, classe, sexualidade e nacionalidade. Entretanto, numa produção que cita profusamente autores/as brasileiros/as, parte significativa dessa influência é perceptível mediante a mediação de autores/as brasileiros/as que trabalham diretamente com referenciais teóricos pós-coloniais (Piscitelli, 2013, p 380).

Nos textos analisados por Piscitelli (2013), vê-se que não se pode ter análises pensadas de maneira isolada, pois todas as histórias e geografias estão mutuamente implicadas, não apenas no atual mundo globalizado, mas a partir do colonialismo. São trabalhos que, sem necessariamente utilizar o referencial teórico pós-colonial, apresentam reflexões sugestivas nas linhas desse pensamento.

Este foi o caso de Lélia Gonzalez que, a partir de uma nova reflexão sobre a formação histórico-cultural do Brasil, Gonzalez (1988b), afirma que é “um país cujas formações do inconsciente são exclusivamente brancas europeias” (p. 69) desenvolve a categoria político-cultural de *Amefricanidade*, fazendo uma crítica radical da razão eurocêntrica.

O desdobramento daquele termo reflete-se em uma abordagem ampla que não pense apenas o Brasil, e leve em consideração a interdisciplinaridade. Amefricanidade, se insere na perspectiva pós-colonial e surge no contexto da diáspora negra e pensada a partir do extermínio da população indígena das Américas. Sobre o termo:

As implicações políticas e culturais da categoria de Amefricanidade ('Amefricanity') são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de

intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, se modelo dominante; o Brasil e seus modelos yourubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. (Gonzalez, 1988b, p. 76).

Ao desenvolver a categoria Amefricanidade, Lélia Gonzalez expõe a importância da influência dos povos africanos na formação da nossa cultura, inclusive não temos noção de que existe uma grande contribuição das línguas originárias da África em nosso vocabulário. E cita o “pretuguês”, que é a contribuição linguística de origem africana.

Apesar das similaridades entre África e América, a experiência amefricana se diferencia daquela vivida do outro lado do Atlântico. Para González (1988a), é uma influência que foi invisibilizada, negada e desprezada, para que o currículo ocidental fosse tomado como verdade universal e os valores dos homens brancos ocidentais, fossem considerados como o modo perfeito de viver a vida.

Essa narrativa colonial opera no sentido de omitir o protagonismo e diferentes perspectivas da história aqui no Brasil (mas também em outros locais) das pessoas negras e indígenas e sua importância no processo de formação sócio-histórico. Para Gonzalez (1988b), todos/as os/as brasileiros/as são latinoamefricanos e a negação da presença afroameríndia seria uma decorrência do racismo.

Gonzalez (1988a) indica que a Amefricanidade floresceu e se estruturou no decorrer do século que marca a nossa presença no continente. Ela existe desde a época escravista, se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra em alguns locais como os quilombos.

A grande Lelia Gonzalez desenvolveu diversos escritos acerca da situação de exclusão e discriminação a que estavam submetidas as mulheres negras, tanto no contexto brasileiro quanto no cenário latinoamericano. Por isso, existe uma importância em começar a discussão decolonial a partir dessa autora, pois há a afirmação na sua análise de que colonialidade do poder e o paradigma ocidental moderno estão fundamentados em um sistema que se estabelece pela subalternização daqueles que foram colonizados. A marca do pensamento decolonial é justamente construir um pensamento que nasça das práticas políticas concretas da América Latina.

Holanda (2020) aponta que o feminismo decolonial parte das reflexões das intelectuais latino-americanas, que nas contestações à colonialidade do saber, também aponta caminhos de avanço político. A consciência da violência e opressão dos processos colonizadores faz surgir

um campo de reflexão decolonial com o qual o feminismo passa a dialogar. A autora, além de apontar o texto de Lélia Gonzalez, também indica o pioneirismo de Adriana Varejão, em termos de uma formulação fundamentada do que chamamos hoje de pensamento crítico decolonial.

Algo que nunca deixou de crescer foi a hegemonia cultural euro-americana no mundo, para Oyěwùmí (2004), “em nenhum lugar isso é mais profundo que na produção de conhecimento sobre o comportamento humano, história, sociedades e culturas” (p. 01). Por isso, os interesses, preocupações, predileções, neuroses, preconceitos, instituições sociais e categorias sociais de euro-americanos têm dominado a escrita da história humana:

Um dos efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento: a Europa é representada como fonte de conhecimento, e os europeus, como conhecedores. Na verdade, o privilégio de gênero masculino como uma parte essencial do ethos europeu está consagrado na cultura da modernidade. Este contexto global para a produção de conhecimento deve ser levado em conta em nossa busca para compreender as realidades africanas e de fato a condição humana (Oyěwùmí, 2004, p. 1).

A decolonialidade é um conceito que se afasta de universalismos, e a fórmula eurocêntrica que ainda é a fonte original de diferentes conhecimentos que são usados na pesquisa e no desenvolvimento de análises, pelo contrário é um conceito que escuta e se desenvolve a partir da experiência. Para González (2000), o eurocentrismo e seu efeito neocolonialista são formas alienadas de uma teoria e de uma prática que se percebem como libertadoras.

Quijano (2005), registra algumas das questões teoricamente necessárias sobre as implicações da colonialidade do poder com relação à história da América Latina. Inclusive, a perspectiva do autor, ajuda a pensar a situação específica do Brasil, vendo na perspectiva de que o país está sendo tomado por ideias fascistas.

Para Quijano (2005), a América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, por isso, vista como a primeira identidade da modernidade. E nisso, dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder:

Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus

recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial (Quijano, 2005, p.117).

Isto posto, no que diz respeito a ideia de raça, em seu sentido moderno, não se tem uma história conhecida antes da América. Desde muito cedo, foi construída como referência a supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses conquistadores e conquistados. Quijano (2005) identifica que a formação de relações sociais fundadas nessa referência, produziu na América identidades sociais historicamente novas: índios/as, negros/as e mestiços/as, e redefiniu outras. Portanto, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

Assim foi criado um sistema de dominação social, produto de um processo histórico de destruição do outro e base para o novo padrão de poder em formação, amparado na naturalização das relações sociais hierárquicas e na divisão racial do trabalho:

[...] os negros foram reduzidos à escravidão. Os espanhóis e os portugueses, como raça dominante, podiam receber salários, ser comerciantes independentes, artesãos independentes ou agricultores independentes, em suma, produtores independentes de mercadorias. Não obstante, apenas os nobres podiam ocupar os médios e altos postos da administração colonial, civil ou militar (Quijano, 2005, p. 118-119).

No processo da expansão mundial da dominação colonial por parte da mesma raça dominante foi imposto o mesmo critério de classificação social à população mundial. Com isso, novas identidades históricas e sociais foram produzidas. Assim, esse modo de dominação/exploração, articulou-se de maneira que aparecesse como naturalmente associada, o que, até o momento, tem sido excepcionalmente bem-sucedido (Quijano, 2005).

A classificação racial desenvolveu a percepção de que o trabalho pago era para pessoas brancas, e para as demais raças não eram dignas de salário (Quijano, 2005). Um processo tão bem desenvolvido que continua até o momento, tendo em vista a desigualdade salarial entre mulheres e homens, entre mulheres brancas e mulheres negras, e outros grupos identitários. Isso mostra a força da colonialidade do poder, oprimindo, reprimindo e apagando populações e suas culturas em um contexto de racismo, sexismo e dominação dos corpos. Tal processo, infelizmente, foi transformado em um elemento padrão de poder mundial, que com o capitalismo e seu modo de produção baseado nas relações de exploração do trabalho, teve na América/Europa, força para sua expansão.

Dentro dessa hegemonia europeia em transformar-se como centro, foi desenvolvido o etnocentrismo colonial. Para Quijano (2005), “o etnocentrismo colonial e a classificação racial

universal, ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentir-se não só superiores a todos os demais povos do mundo, mas, além disso, naturalmente superiores” (p. 121).

Um aspecto interessante indicado por Segato (2012), é que de acordo com o padrão colonial moderno e binário, qualquer elemento, para alcançar sua plenitude ontológica ou de ser, deverá ser nivelado a partir de uma grade de referência comum ou equivalente universal. Esse movimento produz um efeito de que qualquer diferença será um problema, que só será resolvido pela grade equalizadora, neutralizadora de particularidades, de particularidades.

O “outro indígena”, o “outro não branco”, a mulher, a menos que depurados de sua diferença ou exibindo uma diferença equiparada em termos de identidade que seja reconhecível dentro do padrão global, não se adaptam com precisão a este ambiente neutro, asséptico, do equivalente universal, ou seja, do que pode ser generalizado e a que se pode atribuir valor e interesse universal. Só adquirem politicidade e são dotados/as de capacidade política, no mundo da modernidade, os sujeitos – individuais e coletivos – e questões que possam, de alguma forma, processar-se, reconverter-se, transpor-se ou reformular-se de forma que possam se apresentar ou ser enunciados em termos universais, no espaço “neutro” do sujeito republicano, onde supostamente fala o sujeito cidadão universal. Tudo o que sobra nesse processo, o que não pode converter-se ou equiparar-se dentro dessa grade equalizadora, é resto (Segato, 2012, p. 122-123).

Isso mostra que o binarismo, do mundo colonial e moderno, resulta da exterioridade que o sistema colonial construiu e que a colonialidade continua mantendo vigente (Segato, 2012), em diversas questões.

A colonialidade do poder no contexto da América Latina foi e continua sendo dominante, pois é nítido observar a situação da dependência econômica, ampliada pela imposição de doutrinas econômicas, como o neoliberalismo. Os países latinoamericanos foram sendo colonizados na medida em que a Europa estava na fase de expansão capitalista-mercantil, portanto grande parte do que foi encontrado nos países foi tomado e explorado através do massacre da população originária e de sua cultura, juntamente da imposição dos valores do ocidente.

Conforme aponta Quijano (2005), a riqueza da América e sua localização geográfica permitiu aos brancos o acesso ao ouro e à prata.

O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer (Quijano, 2005, p. 120).

Por isso mesmo, é interessante observar a colonialidade do poder estabelecida sobre a ideia de raça, em especial na América Latina com a diversidade de populações que aqui já habitavam, e algumas que continuam a resistir. Quijano (2005), mostra que todas as experiências, as históricas, recursos e produtos culturais foram todos articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia européia ou ocidental. E, assim, a Europa concentrou sua hegemonia para todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento e da produção do conhecimento:

Aplicada de maneira específica à experiência histórica latino-americana, a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete. Quer dizer, a imagem que encontramos nesse espelho não é de todo quimérica, já que possuímos tantos e tão importantes traços históricos europeus em tantos aspectos, materiais e intersubjetivos. Mas, ao mesmo tempo, somos tão profundamente distintos. Daí que quando olhamos nosso espelho eurocêntrico, a imagem que vemos seja necessariamente parcial e distorcida (Quijano, 2005, p. 129-130).

Conforme Quijano (2005), um grande exemplo das consequências do eurocentrismo e sua adesão irrestrita na América Latina é a formação do Estado Nação<sup>68</sup>, um poder configurado de brancos. As populações tradicionais sobreviveram em uma pequena parcela, “habitando as terras mais pobres e inóspitas do país, foram excluídos desse Estado-nação” p. 133). Uma particularidade com relação aos capitalistas senhoriais da América Latina, é que eles tinham como uma “fonte inescapável: a colonialidade de seu poder levava-os a perceber seus interesses sociais como iguais aos dos outros brancos dominantes, na Europa e nos Estados Unidos” (p. 135). Portanto, o eurocentrismo naturaliza a experiência das pessoas dentro do padrão de poder.

Apesar de ser a colonialidade organizar hierarquicamente o poder e a raça como classificadores, existe também uma história das relações de gênero nesse sistema. Para Connell (2012):

Estruturas de gênero e de classe são criadas sob condições únicas no mundo colonial, e não simplesmente importadas ou modificadas. Sempre que mencionamos o outro componente das análises “interseccionais” atuais – raça –, estamos diante de uma das mais fundamentais criações do colonialismo,

---

<sup>68</sup> Um Estado-nação é uma espécie de sociedade individualizada entre as demais. Por isso, entre seus membros pode ser sentida como identidade. Porém, toda sociedade é uma estrutura de poder. É o poder aquilo que articula formas de existência social dispersas e diversas numa totalidade única, uma sociedade. Toda estrutura de poder é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, frequentemente certo grupo, sobre os demais. Consequentemente, todo Estado-nação possível é uma estrutura de poder, do mesmo modo que é produto do poder. Em outros termos, do modo como foram configuradas as disputas pelo controle do trabalho, seus recursos e produtos; do sexo, seus recursos e produtos; da autoridade e de sua violência específica; da intersubjetividade e do conhecimento (Quijano, 2005, P. 130)

pois conceitos modernos de raça são precisamente um produto tardio do Império (p. 12).

A colonialidade também está “sobre corpos e identidades de gênero humanas, particularmente em relação aos corpos e identidades de gênero (em diversos graus e formas) não normativas em relação à cisnormatividade” (Vergueiro, 2015, p. 72). Portanto, a colonialidade também atravessa corpos trans e não binários.

Dessa forma, Curiel (2020), defende a ideia da posição decolonial feminista para entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade e outros são constitutivos da episteme moderna colonial. E assim não são simples eixos de diferenças, “são diferenciações produzidas pelas opressões, de maneira imbricada, que produzem o sistema colonial moderno” (p. 137). E indica que no feminismo decolonial é necessário realizar “pesquisas, propostas metodológicas e pedagógicas a partir de processos coletivos, de organizações e comunidades, para fortalecermos nossos próprios quadros analíticos, permitindo-nos, assim, buscar as melhores vias para a transformação social” (p. 143).

Aproveito para indicar as reflexões de Díaz-Benítez (2020), a respeito da prática feminista:

[...] percebo que essa militância lê e compreende que desde a teoria de gênero há muito tempo se criou o consenso de que o sujeito do feminismo não é o sujeito mulher, mas os corpos generificados e as relações de gênero atravessadas pelo poder. No entanto, na hora de abraçar os corpos das mulheres trans, alegam, por exemplo, que estas foram socializadas como homens desde criança e que desse ponto de vista não entendem a experiência de ser mulher. Quer dizer, na militância desconstruímos os aprendizados sobre gênero para, de novo, assentar as bases de luta sobre uma visão essencialista do ser mulher (p. 291).

Infelizmente ainda há posições transfóbicas dentro do feminismo, especialmente em grande parte do feminismo radical (o popular Radfem) que não considera as mulheres trans como parte do gênero feminino, pois em sua nascerça são homens. Embora haja esses muros, novos caminhos também vão sendo construídos, como iniciativas de inserção da população trans em grupos, movimentos e ações. Díaz-Benítez (2020), aponta que com a internet e suas diferentes plataformas de interação on-line, aplicativos e sites de redes sociais, “têm possibilitado a articulação e a emergência de novas formas de mobilização política, permitindo intercâmbios e construção de conhecimentos e afetos, e possibilitando novos canais para a expressão identitária, política, pessoal, artística (p. 291-292).

E aqui aproveito para abrir mais um parêntese; gostaria de pontuar um certo receio em escrever sobre pautas como as das pessoas trans, sendo uma mulher branca e cisgênera. Digo

isso, porque durante muito tempo, existiu um receio nessa escrita, talvez a preocupação de ser uma análise insuficiente, de ser clichê e aborrecidamente repetitiva. E também pesava a suspeita de reforçar estereótipos e estigmas com relação às pessoas trans. Talvez isso tenha surgido a partir de em minha inserção em rodas de diálogo dentro (e em especial fora) da academia, ser recorrente ouvir falas de pessoas trans que estavam cansadas das suas subjetividades serem objetos de pesquisa e que poderiam alavancar carreiras ou produzir prestígio por parte da academia e pesquisadores/as.

Por isso, a importância de outros percursos metodológicos para pesquisas que passem por uma perspectiva mais ampla com os sujeitos, desde a concepção até a entrega de resultados. Existem diferentes caminhos metodológicos apoiados na tradição das ciências sociais, mas também na crítica do feminismo negro, de cor e, mais recentemente, decolonial. Como disse Miñoso (2020), é interessante partir do ponto de vista da mulher subalterna, que na América Latina é indígena e afrodescendente, camponesa, desterritorializada ou pobre.

Ao mesmo tempo, penso que a partir da experiência profissional como assistente social que lida com as mais diversas expressões da questão social, estou atualizada sobre os debates e preparada para atender à população trans, considerando que é um compromisso ético-político da nossa categoria profissional a luta pelo fim das opressões, pela ampliação e efetivação de direitos sociais, e a contribuição para a construção de uma sociedade justa, igualitária e emancipada. Conseqüentemente, devo somar a um campo de luta para que as instituições acadêmicas e demais instituições estatais não se estabilizem como os únicos espaços que refletem sobre as questões da população trans e, para contribuir no combate ao seu apagamento e invisibilização.

Na cotidianidade, os comportamentos são orientados por estereótipos e preconceitos, os aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais que incidem e produzem a vida cotidiana, estruturam valores, modos de ser, pensar e agir, por vezes aderidos ao *ethos* dominante. Destaca-se que o debate sobre a diversidade sexual e de gênero explicita-se socialmente com maior força no campo da orientação de valores, presentes historicamente no âmbito da família e da educação. Tais valores, em sua maioria, são pautados sob uma ótica conservadora e preconceituosa.

#### 4 EMPREGABILIDADE TRANS

*“É duro viver com esse corpo vestido  
e essa alma descoberta”.*

*Guilherme Almeida*

Conforme já aponte em páginas anteriores, é possível observar que, historicamente, as mulheres, as negras e os negros foram numericamente as/os menos presentes no que diz respeito a sua inserção no mercado de trabalho e no emprego formal, ao mesmo tempo, são as/os que mais são atingidos/as pela precarização e intensificação do trabalho.

A principal consequência da crise do capital tem sido um ainda mais intenso processo de precarização e flexibilização das relações de trabalho, atingindo particularmente as mulheres trabalhadoras que já formavam o grupo submetido às condições mais degradantes, conforme já sinalizei em pontos anteriores. No Brasil, o aumento do trabalho feminino coincidiu com a implementação do Estado neoliberal, o que afetou as condições de trabalho em geral, mas de forma particular, o trabalho das mulheres.

No longo período de crises, ocorreu também uma forte expansão das condições de subemprego, particularmente a partir das terceirizações que impulsionam a informalidade, o trabalho em tempo parcial, alta rotatividade e a baixa remuneração. No intenso processo de terceirização, um dos setores que mais cresceu foi o setor de serviços, tendo em vista que a expansão das empresas terceirizadas tornou-se um elemento fundamental para o encadeamento da produção do capital.

Ocorreu um quadro de reestruturação produtiva e complexificação das relações capitalistas, e as metamorfoses do mundo do trabalho foram agravando significativamente a precarização da classe trabalhadora. O modo de produção capitalista além de ser racista, patriarcalista, heteronormativo e sexista, também é estruturado a partir de uma cisnormatividade.

No Brasil, pessoas oriundas de grupos historicamente discriminados, continuam sendo discriminadas, ainda mais em um país que elege um presidente pró ditadura militar. Os espaços para corpos cis e trans são diferentes no mercado de trabalho, é possível observar que há espaços e normas delineadas, encadeadas e prescritas para os corpos que são alimentados pelos saberes médicos-jurídicos. No Brasil, a partir do ano de 2019, presenciamos o contexto de um país governado por um homem cis, branco, heterossexual, machista, racista, fascista, homofóbico,

misógino, pró-ditadura, péssimo gestor público, extremamente perverso e reacionário ao emitir qualquer discurso, construir posicionamento ou efetivar uma política.

Desde a tomada de posse de Jair Bolsonaro (sem partido), em 2019, não houve conquistas referentes a políticas e ações para populações LGBTI+. E lembrando que isso é um processo que já vinha ocorrendo no governo anterior de Michel Temer (PMDB), e que se acentua ainda mais no governo Bolsonaro. Tivemos um governo transfóbico que interviu para cancelar o edital de vestibular para candidatos/as/es travestis, transexuais, intersexuais e pessoas não binárias. Tratou-se de um edital com vagas para cursos de graduação nas unidades da Bahia e do Ceará na Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Foi uma decisão representativa da postura do atual governo de incentivo a transfobia e de opressão aos grupos historicamente discriminados da sociedade.

Decisões como aquelas, incrementam o desemprego para pessoas trans. A empregabilidade é um tema que não está sendo debatido e, muito menos, justifica a criação de quaisquer estratégias para que pessoas trans sejam (e permaneçam) empregadas ou para que tenham uma formação que lhes assegure maior acesso a emprego e renda.

Um significativo número de estudos brasileiros já demonstrara que a vida das pessoas trans é fortemente marcada por processos de opressão/violência e de exploração. Socialmente, a escola se constitui como um elemento essencial e como uma instituição responsável pela sociabilidade de crianças e adolescentes, porém, para a população de travestis e transexuais, a escola com frequência se constitui como uma das primeiras instituições que as/os violentam, fazendo com que muitas/os abandonem aquele espaço. Isso se dá porque a tendência majoritária é que a escola imponha normas rígidas de se viver a sexualidade e a identidade de gênero baseada em um sistema cisheteronormativo baseado na concepção das identidades travesti e transexual como patológicas.

Esses dados podem ser confirmados no estudo realizado pela Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil (RedeTrans) com dados de ONGs. Nestes dados, vemos que as travestis e mulheres transexuais tendem a abandonar o ensino médio entre os 14 e 18 anos e, muitas vezes, isso acontece devido a existência de estereótipos e preconceitos sobre a essa população no ambiente escolar. A bem dizer, predomina a falta de acolhimento e a dificuldade de aceitação o que, muitas vezes, aliada a outros aspectos da vida, desestimula a permanência na escolarização.

Conforme Bento (2011), às travestis e as/os transexuais são automaticamente perseguidas/os nos ambientes escolares quando desenvolvem performances e gostos identificados como impróprios para o seu gênero.

Mas cabe também mencionar que ainda que pessoas trans disponham de escolaridade, os mecanismos sociais de diferenciação presentes na DST não deixam de operar nas suas vidas e nem operam de forma isolada de outros marcadores de diferenças sociais, tendo em vista que poucas são as pessoas trans que estão em posições de destaque na hierarquia organizacional do trabalho, tanto no setor privado quanto público.

O principal caminho para conseguir garantir condições de trabalho mais justas e seguras para pessoas trans é gerar empregos no mercado formal de trabalho, principalmente, porque introduzi-las ou mantê-las no mercado informal significa vulnerabilizá-las à extrema volatilidade e insegurança das relações e condições de trabalho, que ali existem. Desta forma, a possibilidade de reparação de desigualdades sociais relacionadas a este grupo, é nula.

Na ausência de empregos no mercado formal de trabalho, o trabalho sexual acaba sendo a via possível de sobrevivência, um trabalho não regulamentado no Brasil e no qual as trabalhadoras e trabalhadores ficam mais expostos à possibilidade da violência, inclusive letal.

A concepção de trabalho para população de travestis e transexuais é pautada em preconceitos e estereótipos diversos, que favorecem a inserção em trabalhos extremamente precários. Travestis e transexuais estão inseridas/os no Mundo do Trabalho em espaços diversos. Estão no trabalho doméstico, no trabalho sexual<sup>69</sup>, no trabalho eventual (por demanda), às vezes nas artes, em atividades ilícitas, e muitas/os nas atividades informais (ambulantes, faxineiras, passeadores de cães, lavadores de carro, feirantes).

E aqui destaco especialmente uma das formas mais recentes do trabalho precário que desenvolvem: as/os trabalhadoras/es dos serviços de entrega por aplicativo, que vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. Além destas atividades previamente mencionadas, vale lembrar que há também aquelas/es que realizam atividades formais, portanto há, de fato, uma inserção da população trans no mercado de trabalho.

Porém, o mercado de trabalho ainda continua muito segregado quando se trata de pessoas trans. Muitas empresas quando abrem vagas específicas para tal população, querem qualificações e exigências quase impossíveis de serem encontradas neste público, sobretudo se ele é proveniente das camadas mais pobres da classe trabalhadora, dificultando os processos de

---

<sup>69</sup> Irei aprofundar mais sobre o tema do trabalho sexual nas páginas a seguir.

inserção. Isso é resultado das normas de gênero, bem como do pertencimento de classe e raça, entre outros marcadores de diferenças sociais que incidem, estabelecendo quais corpos são legitimados e quais corpos são descartados, inclusive como força de trabalho.

A sociedade ocidental contemporânea em que vivemos, dissemina e reproduz a crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher. Porém, a construção da nossa identificação como homens, como mulheres ou como pertencentes a um gênero não binário, não é um fato biológico, é social. Ele foi construído e alimentado por diversas instituições.

No país que mais mata travestis e pessoas trans, são poucos os direitos conquistados, a luta pela vida e pelo reconhecimento da identidade e da cidadania continua sendo a principal pauta reivindicatória da população trans no Brasil. Ressalta-se aqui a compreensão da criação de políticas e ações na oferta de formação profissional e incentivos à inserção qualificada no mercado de trabalho. De acordo com Saffioti (2013), ter um emprego significa, por vezes, muito mais do que receber um salário, é participar e construir a vida comum, sendo que a atividade ocupacional também se constitui como fonte de equilíbrio subjetivo.

Portanto, o trabalho é um elemento essencial no processo de realização plena de cada indivíduo. No Brasil, inexitem dados estatísticos amplos e conduzidos por agências públicas, como o IBGE, sobre o número pessoas trans com vínculo empregatício, pois grande parte está registrada com o nome presente originalmente no seu RG (ou seja, não estão registrados com a identidade de gênero que se identificam), além do que muitas pessoas trans se deparam com um verdadeiro calvário burocrático e, muitas vezes, transfóbico no processo de retificação das suas identidades<sup>70</sup>.

A intenção aqui é deixar claro quem são as pessoas trans e travestis no Brasil, e demonstrar que os espaços sócio-ocupacionais que ocupam (ou não), não é definido por elas, mas pelos padrões socialmente dominantes; ficando estas pessoas restritas às áreas de atuação profissional em que são aceitas ou menos rejeitadas.

A pesquisa de Marinho (2017), aponta que nas trajetórias das juventudes trans há particularidades, tendo em vista que suas subjetividades estão mais expostas aos “signos da precarização e informalidade, da degradação do trabalho, da produtividade e da instabilidade

---

<sup>70</sup> Desde 2018, a mudança de nome e gênero nos documentos é possível sem a necessidade de ação judicial. Portanto, qualquer pessoa com mais de 18 anos pode requerer ao cartório de registro civil de origem a adequação de sua certidão de nascimento ou casamento à identidade autopercebida.

de vida, em razão do mundo do trabalho também funcionar a partir da engrenagem da máquina patriarcal” (p. 326).

Destaca-se assim que em tempos de crise do capital, as consequências que afetam o emprego, o trabalho e a divisão do trabalho entre os sexos, gêneros, classes, raças, orientação sexual e identidade de gênero aparecem de forma ainda mais visível e preocupante na sociedade capitalista contemporânea. Isso porque, conforme aponta Almeida (2020), o contexto em que vivemos é completamente atravessado por diferentes manifestações do neoconservadorismo<sup>71</sup>. “A chegada ao poder da extrema direita é analisada como expressão do neoconservadorismo e de suas manifestações simultâneas nas relações de gênero, étnico-raciais e no campo dos direitos sexuais e de sua busca por hegemonia” (p.720).

Estamos diante de um projeto societário ultraneoliberal, numa disputa ainda mais ávida do capital pelo fundo público, mas a face singular que este projeto assume no presente contexto é a do que tenho compreendido como um neoliberalismo confessional que surge no vértice entre a dificuldade da classe trabalhadora contemporânea de oferecer resistência organizada à superexploração e a construção paulatina de um “novo homem” muito mais suscetível super estruturalmente às influências do capital (Almeida, 2020, p. 722).

Conforme Almeida (2020), o capitalismo contemporâneo e o neoliberalismo encontraram no confessionalismo<sup>72</sup> um caminho muito eficiente de disseminação de construção de hegemonia. Assim, atualmente não é possível compreender a firme guinada para a direita da política brasileira, sem considerar as transformações que tiveram lugar nas ordens de gênero e sexualidade no decorrer da reconstrução democrática brasileira.

Em razão da discriminação e da violência contra orientação sexual e identidade de gênero, a população de travestis e transexuais é oprimida de diversos espaços, como a da inserção no mercado de trabalho. De fato, há um forte investimento das/os mesmas/os nas questões do corpo, tal fato pode contribuir para as escolhas e oportunidades profissionais, uma

---

<sup>71</sup> Para Almeida (2020) o prefixo *neo* está relacionado à necessidade de distinguir os elementos novos que constituem o fenômeno do conservadorismo. Estes elementos novos precisam ser observados atualmente na ascensão com total desfaçatez da ultradireita em vários países e, em especial, no Brasil. Tal ascensão aponta para singularidades do nosso momento histórico e dos nossos desafios. De acordo com Barroco (2015), o neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (p. 624-625).

<sup>72</sup> Confessional diz respeito neste caso à agudização da vinculação tática do neoliberalismo a instituições e discursos de origem religiosa e/ou moralizadoras, notadamente de origem cristã. A estas instituições têm cabido a construção da hegemonia conservadora capitaneada pelo ethos mercadológico (Almeida, 2020).

vez que o corpo e os seus atributos continuam sendo objeto de grande atenção e preconceito por parte dos/as empregadores/as, constituindo-se como uma grande dificuldade para inserção dessa população no mercado de trabalho.

O sistema capitalista, através da DST, resiste em incluir a população trans nos espaços de sociabilidade em geral e, para além de antagonismos de classe social, parece que existe um forte componente moral nessa dificuldade, fato que pode ser exposto, por exemplo, na falta do respeito ao uso do nome social no ambiente de trabalho, regulamentado pela Portaria n.1.036/2015 do Ministério do Trabalho (MT).

Para Almeida (2020), são múltiplas as incidências que operam na construção da moralidade neoliberal confessional, no Brasil a chegada ao poder da extrema direita é vista como uma expressão do neoconservadorismo e de suas manifestações simultâneas nas relações de gênero, étnico-raciais e no campo dos direitos sexuais e de sua busca por hegemonia. Compreender esse processo é uma condição fundamental para superar análises economicistas no país.

A construção da moralidade conservadora tem, assim, nas cruzadas anti gênero um elemento central, sobretudo pelo potencial crítico das discussões de classe, gênero, sexualidade e raça. Longe de serem restritas à dimensão subjetiva, tais discussões, quando orientadas por uma abordagem interseccional, permanecem desestabilizando os supostos fundamentos lógicos desta moralidade burguesa neoliberal que vem sendo construída, sobretudo num contexto em que os feminismos se tornaram movimentos sociais de massa, assim como os movimentos dissidentes sexuais e de gênero.

Na pesquisa desenvolvida por Brito (2016), a autora apresenta que em todas as trajetórias profissionais analisadas por ela ocorreu o desrespeito ao uso do nome social nos ambientes de trabalho, tanto no tratamento quanto na identificação de crachás e folhas de ponto, instrumentos indispensáveis à permanência no posto de trabalho.

A opressão dirigida às mulheres, a negros/as e à população LGBTI+ faz parte de uma lógica fascista necessária à legitimação do capitalismo nesses tempos. O neofascismo brasileiro se reforça de modo exponencial num momento de crise econômica e se fomenta a partir da postura de proeminentes figuras adequadas à estrutura patriarcal e heteronormativa, usando o culto à violência como atrativo.

#### 4.1. Quem são as travestis, as mulheres transexuais e os homens trans brasileiros/as?

Antes de mais nada, é necessário entendermos que não existe uma concepção universal acerca do que é ser travesti, mulher trans, homem trans e transmasculino. Muito menos existe uma suposta identidade travesti ou transexual. Muito do que se entende por essas identidades é construído pelo saber médico que acaba gerando hierarquias que se estruturam a partir de exclusões, assim como alimentam as normas de gênero.

No âmbito nacional, a definição das categorias “travesti”, “mulher transexual”, “homem trans”, “pessoas transmasculinas” vem de um processo crescente de demanda de representação nos espaços, mas também de um processo histórico que não foi construído apenas no Brasil. Há definições entre teóricos/as, cientistas, médicos, movimentos sociais, militância, políticas públicas, diferentes grupos e sujeitos. Nisso, é possível afirmar que não há consenso para as definições, também não há para cada território, para cada sujeito a forma de afirmar a sua identidade de gênero, ou não afirmar identidade alguma.

Para começo de conversa, antes de entender quem são as pessoas trans no Brasil, considero importante apontar aqui o relatório da ANTRA de 2021. De acordo com aquela Associação, naquele ano ocorreram pelo menos 140 (cento de quarenta) assassinatos documentados de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) de travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans. Outro dado significativo diz respeito a falta do Estado brasileiro em produzir dados sobre essa violência, as pessoas trans também não estão incluídas nas pesquisas do IBGE, o que contribui para a invisibilidade.

Considero importante começar esta parte da tese, apontando para esse dado, pois a cada dez assassinatos de pessoas trans no mundo, quatro ocorreram no Brasil. Dessa forma, o país permanece como o país que mais assassinou pessoas trans do mundo. Para Avelar (*et al*, 2010), estes dados ilustram a incapacidade do Estado brasileiro de alterar substancialmente a dramática história de violência contra segmentos submetidos às formas de opressão como jovens pobres, negros/as, mulheres, pessoas em situação de rua e a população LGBT.

As violações de direitos humanos com relação à população trans no Brasil envolvem circunstâncias que levam a uma vulnerabilidade, particularmente, psicológica que compromete a saúde mental, podendo levar também ao suicídio. Aqui, entendo o suicídio como um problema de saúde pública, como um resultado de um país machista, sexista, racista, LGBTfóbico onde as questões étnicas, territoriais, de identidade e socioeconômicas influem na taxa de mortalidade (ou expectativa de vida) das pessoas trans.

São muitos discursos carregados de preconceito e passam uma visão distorcida do que realmente é a travestilidade e a transexualidade, muitos deles construídos pela visão patológica dessas identidades. Inclusive, o que temos no Brasil em termos de política pública de saúde para população trans é baseado em uma concepção patologizante e medicalizante, além de ser um processo demorado para se ter acesso, entre outros problemas.

No que diz respeito ao discurso científico sobre as categorias travesti e transexual, Leite Jr (2011), realizando um estudo sobre a invenção de tais categorias vai apontar uma forte imbricação (bio)política na produção dos saberes científicos, com pontos de tensão e resistência.

[...] notei que o discurso científico é o pano de fundo com o qual se discutem concepções políticas e mesmo as espetacularizações do mundo do entretenimento. Pretendi então buscar neste campo as orientações e justificativas para tais definições clínicas e político-identitárias, individuais e/ou coletivas (Leite Junior, 2011, p. 25).

Portanto, o forte embate político também marca profundamente os caminhos da "invenção das categorias travesti e transexual no discurso científico". Inclusive no âmbito dos movimentos sociais e nos encontros ativistas, quando as categorias aparecem a partir dos sujeitos que reivindicam no sentido de atuar mais ativamente no cenário nacional e de reivindicar suas identidades na formulação de ações e políticas públicas.

Afirmo aqui que no discurso científico e, também no movimento social, há diversas concepções em oposição ou contraditórias. Minha intenção aqui é encontrar pontos que possam me ajudar a compreender melhor os processos que conformam as trajetórias das pessoas trans no mercado de trabalho no Brasil. E nesse movimento há complexos que são inerentes à compreensão do universo trans no Brasil, como um todo.

Nesse sentido, é importante observar que a existência de um campo de possibilidades identitárias onde está inserida numa complexa rede de saberes e poderes. Aqui vou desenvolver como as categorias identitárias de mulheres transexuais, travestis, homens trans e transmasculinas foram sendo construídas no campo científico, nos movimentos sociais e no saber da medicina. Nesse movimento, é interessante apontar como a ciência ocidental eurocêntrica opera na construção dos corpos.

Benedetti (2005) mostra que ocorreu uma grande proliferação de trabalhos a respeito das travestis no campo da antropologia, em especial estudiosos europeus e estadunidenses que realizaram pesquisas nos países periféricos, entre eles aqui no Brasil, como o trabalho realizado pelo estadunidense Don Kulick no ano de 1998. O autor sofreu algumas críticas devido às

formas como generalizou as concepções de gênero no Brasil, ainda mais ao deixar transparecer no seu trabalho que a figura da travesti era algo novo. Ou seja, perante um estadunidense ou europeu é algo nunca visto antes ao seu olhar.

Muitas análises sobre a origem de travestis e transexuais reforçam a ideia de que as travestis são pervertidas sexuais e que as pessoas trans só podem ser incorporadas se enquadráveis em uma categoria médico-psiquiátrica, mas irei mostrar melhor sobre essas categorias no interior do discurso científico e no movimento social, locais que considero relevantes para o desenvolvimento deste trabalho.

É importante lembrar que no contexto brasileiro, temos um país marcado historicamente por uma ditadura militar, um período em que as travestis foram perseguidas e presas pela polícia como uma forma de “higienização social”. O aparato de repressão do Estado implantado nesse período também foi moral contra os comportamentos considerados “desviantes”. Foi um período em que travestis, prostitutas e outras pessoas consideradas “perversas”, ou “anormais”, foram alvo de diversos tipos de violência, incluindo a detenção.

Importante pontuar também que o país também viveu poucos períodos democráticos ao longo de sua história, tendo em vista que a instalação da democracia foi interrompida durante vários momentos. Vivemos no Brasil períodos de repressão e perseguição intensa principalmente na ditadura militar, na qual a reprodução de uma performance corporal binária e de uma masculinidade hegemônica era a norma vigente. Green (2019), indica que no Código Penal de 1890, o Artigo 379 já considerava o travestismo ilegal “ao proibir disfarçar o sexo, tomando trajos impróprios de o seu e trazê-lo publicamente para enganar” (p. 67).

Kulick (2008), assinala que durante o período ditatorial era impraticável para as travestis aparecerem publicamente nas ruas em trajes femininos. Muitas vezes, por resistirem a essa imposição, elas eram presas, “submetidas a longas sessões de humilhação e tortura, como por exemplo serem obrigadas a sentar sobre um cassetete dentro de um camburão da polícia enquanto o veículo rodava em alta velocidade por ruas totalmente esburacadas” (p. 158).

As travestis foram submetidas a processos de violências e perseguição pela polícia e pela imprensa. De acordo com Trevisan (2018):

Durante a ditadura vigente a partir de 1964, criou-se um subterfúgio legal para punir veiculações consideradas obscenas, com a promulgação da Lei n. 5250, de 9 de fevereiro de 1967, conhecida como Lei de Imprensa. Em seus artigos 12 e 17, essa lei impunha pena de três meses a um ano de detenção e multa de um a vinte salários mínimos para quem divulgar pela mídia fatos considerados atentatórios à moral pública e aos bons costumes. Através dela foi que o

governo ditatorial passou a reprimir as primeiras veiculações relacionadas à luta pelos direitos homossexuais (p. 165).

Trevisan (2018) expõe que o Jornal “*Lampião da Esquina*”<sup>73</sup> sofreu acusações de atentado à moral e aos bons costumes. Receberam uma carta da Polícia Federal em 1978 solicitando um inquérito para que fossem processados judicialmente e enquadrados pela Lei da Imprensa. Em 1979, também começaram a explodir bombas em bancas de jornais “com panfletos anônimos exigindo que não mais fossem vendidos determinados tipos de jornais que eram considerados pornográficos, e o nome do Jornal *Lampião da Esquina* apareceu em um desses folhetos.

Uma questão importante daquele período ditatorial, diz respeito às organizações e movimentos de esquerda, que se encontravam sob intensa repressão e violência do Estado e também reproduziam o preconceito característico da maioria da população brasileira: “Éramos um bando de solitários atacados pela direita e abastardos pela esquerda” (Trevisan, 2018, p. 319).

Com o conhecimento daquele contexto, começarei a discussão a respeito das pessoas trans no Brasil, um país que para Trevisan (2018), suas “elites que reorganizaram continuamente a moldura da repressão sexual, de maneira sutil ou não” (p. 155). A elite sempre esteve envolvida em atividades que proíbem determinadas práticas e alimentam ações moralizantes e normativas.

Ser uma pessoa trans, travesti, transmasculina é algo associado ao processo de identificação do próprio sujeito que se nomeia assim. Desde a década de 1990, no Brasil, é possível observar uma série de estudos no campo das Ciências Sociais - em especial na Antropologia e Sociologia - sobre as experiências e modos de vida das pessoas trans no país.

Um grande destaque é a obra etnográfica de Don Kulick sobre a vida cotidiana das travestis que se prostituíam no Centro Histórico de Salvador (BA). O autor destacou o modo como as travestis vivem, agem, pensam e falam sobre a sua existência. Para Kulick (2008), a existência de travestis é registrada em toda a América Latina, porém em nenhum outro país elas são tão numerosas e conhecidas como aqui no Brasil, e que “alcançam visibilidade notável, tanto no espaço social quanto no imaginário cultural. Em qualquer cidade brasileira, pequena ou grande, existem travestis” (p.22).

---

<sup>73</sup> O *Lampião da Esquina* foi um jornal LGBTI+ que circulou durante os anos de 1978 e 1981 no país.

Quero destacar aqui, não apenas o trabalho de Kulick (2008), mas também as pesquisas de Silva (1993), Pelúcio (2009), Benedetti (2005) e Bento (2006), forneceram os primeiros subsídios para aprofundar sobre as pessoas trans e travestis no Brasil. Mesmo que os estudos estejam crescendo desde a década de 1990, como já foi dito, temos condições de vida ruins e transfobia, principalmente em sua expressão letal, mas não apenas.

É comum encontrar nas pesquisas simples no *Google* os termos “transexual”, ou “travesti” vinculados a resultados de busca que trazem sites de pornografia, notícias de violência e, em especial, produção biomédica que reforça a patologia dessas identidades.

O esforço dos estudos e do movimento social continua sendo a luta pela despatologização, tanto que vários campos do saber, incluindo as ciências sociais, vem tomando o corpo como um objeto de análise, em especial o corpo das pessoas trans. Portanto, a análise aqui é partir de uma perspectiva que percebe os corpos como uma complexidade mutável e plural, que excedem os supostos limites da biologia e de um possível binarismo de gênero<sup>74</sup> de origem colonial. De acordo com Almeida (2016), o binarismo de gênero dá suporte ao preconceito, a um critério de verdade, e assim a muitos privilégios e à desigualdade social própria do capitalismo, que vemos nos diferentes espaços de sociabilidade.

Dessa forma, a intenção aqui não é a de realizar um extenso resgate ou delinear toda a bibliografia sobre o tema da travestilidade/transsexualidade e das terminologias aplicadas a essas experiências sociais, mas sim, pensar sobre as particulares do corpo trans no Brasil e os limites discursivos binários, biologizantes e etnocêntricos das instituições médicas, discursos jurídicos, mídia e os que normatizam e impõem modos de viver vidas que não lhes pertencem. A vida das pessoas trans e a historicidade passa por relações de poder e uma constante negação da sua identidade e cidadania.

Mas vamos ao que interessa que é conhecer quem são as pessoas trans no Brasil. Como enfatizei algumas vezes, não existe um sujeito trans universal, para Pelúcio (2009), os corpos das pessoas trans são inacabados, estão sempre em processo de construção. Fazem uso das tecnologias do corpo aqueles e aquelas que tenham vontade e que estão disponíveis e que possuem acesso para aquelas que pretendem realizar mudanças corporais. É no corpo que

---

<sup>74</sup> O binarismo de gênero é uma ideologia constituída pela afirmação de que mulheres e homens são radicalmente distintos e que esta distinção está fundada nos corpos biológicos e que, portanto, ela é imutável e inquestionável. Como qualquer ideologia, ele produz um ocultamento da realidade social, destinado a esconder das pessoas o modo real como as relações sociais são produzidas. É importante dizer que não se nega aqui a ideia de que existem distinções biológicas. O que defendemos (a partir de muitos estudos de várias áreas do conhecimento, principalmente as ciências sociais), é que as distinções biológicas não existem em absoluto. São múltiplas construções sociais que dão sentido aos nossos corpos e ao que eles fazem (Almeida, 2016, p. 8).

muitas/os/es tem o local de significados sociais, que materializam a identidade. Uma questão a respeito disso é que:

[...] o que resulta desses processos, quase sempre extremados, é um efeito hiperbólico denunciador e perturbador da ordem classificatória dos corpos/gêneros. Ainda que façam o uso “subversivo” das tecnologias protéticas e químicas disponíveis, não subvertem de fato a ordem binária, pois o que buscam é conformar corpos idealmente generificados (Pelúcio, 2009, p. 230).

Quando pensamos e problematizamos essa questão, outros níveis constitutivos da identidade aparecem para compor arranjos múltiplos fora do binarismo dos corpos que não se enquadram em apenas ser homem ou mulher. Portanto, as identidades de gênero são diversas e cada vez mais se multiplicam e formam diversos tipos de termos guarda-chuva como exemplo as pessoas não binárias<sup>75</sup> e intersexuais<sup>76</sup>.

Nesse processo, observo como fomos colonizados para enxergarmos as identidades de gênero em uma relação de hierarquia e que somos acostumados a dividir todas as pessoas em mulheres e homens porque foi normalizado assim, não havendo portanto, outra possibilidade de expressão ou identidade de gênero.

Aqui, relembro a primeira vez que vi Paula<sup>77</sup> na cidade dos meus pais, a primeira vez que vi uma travesti. Essa memória está em mim e em outros colegas, amigues e em relatos que não são difíceis de encontrar nas redes ou em rodas de conversa. E esse é o momento em que questionamos dentro ou fora de nós, as normas de gênero.

Uma questão interessante a respeito da pesquisa conduzida por Pelúcio (2009) é que para a autora é difícil conceituar a experiência das travestis como uma definição única, justamente por esta se tratar de uma gama de possibilidades. Em vista disso, a autora sugere o uso do termo “travestilidade” para apreendemos a multiplicidade dessa vivência ligada à construção e desconstrução dos corpos que estão em processo contínuo de mudanças.

Aqui no Brasil, as travestis foram extremamente estigmatizadas desde o período em que o primeiro caso de AIDS chegou no final de 1982, quando passaram a ser consideradas também como um “grupo de risco”: “As verdades que circularam num primeiro momento vinham

---

<sup>75</sup> Pessoas não-binárias, são aquelas que não se reconhecem como homens nem como mulheres.

<sup>76</sup> Definir o que é intersexualidade é algo complexo porque ela pode se apresentar de diversas formas nas pessoas e ser “descoberta” e/ou identificada em qualquer idade. No entanto, em muitos casos, a definição reside na ambiguidade da genitália e/ou gônada das pessoas intersexuais. Mas essa diferença e ambiguidade têm como referência o arbitrário padrão de normalidade binário socialmente instituído, a de que todas as pessoas se enquadrem em duas estreitas categorias: macho (com pênis) ou fêmea (com vagina) (Colling, 2018, p 51).

<sup>77</sup> Paula é um pseudônimo de uma travesti local.

referendadas pela biomedicina que, com seu discurso autoproclamando neutro, circunscreveu ao conceito epidemiológico de ‘grupo de risco’ algumas identidades sexuais e comportamentos sociais” (Pelúcio, 2009, p. 115-116).

Conforme Weeks (2001), a AIDS foi apresentada como uma terrível advertência sobre os efeitos da revolução sexual. A imprensa sensacionalista noticiou como um efeito necessário ao excesso sexual, “como se os limites do corpo estivessem sendo testados e não tivessem passado no teste de uma ‘perversidade sexual’”.

Portanto, no Brasil, tivemos um contexto de perseguição durante a ditadura e da estigmatização das travestis com relação ao HIV/AIDS. Inclusive, nesses contextos de repressão emergiu a resistência, a criação e o fortalecimento de movimentos sociais e de luta por direitos, conforme irei apontar nos tópicos a seguir deste trabalho.

Por muito tempo perdurou uma concepção de que travestis e mulheres transexuais eram diferentes identidades, inclusive no campo das Ciências Sociais. Kulick (2008), foi um dos primeiros pesquisadores que apontaram essa diferenciação, pois para o autor “as travestis não desejam extrair o pênis e não pensar em ‘ser’ mulher. Elas não são transexuais” (p. 22).

Essa ideia de que mulheres trans necessariamente desejam retirar ou possuem uma disforia com a genitália e que, portanto, desejam realizar uma “mudança de sexo”, pois a cirurgia é a única forma de se sentirem totalmente identificadas com seu gênero, não passa de uma perspectiva conformada pela medicalização das condutas.

A diferenciação entre travestis que não desejam retirar sua genitália e mulheres transexuais que desejam tal ato é uma interpretação com efeitos para além da patologização, porque também reforça hierarquias e invisibiliza a pluralidade das identidades trans. Conforme Jesus (2012), a condição transexual é como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico.

Para falar sobre o processo das identidades, vou realizando um movimento dialético de idas e vindas entre os saberes, movimentos e subjetividades. Como já mencionei, nesse campo há diferentes perspectivas. O saber biomédico é o mais preocupante, tendo em vista a predominância nesse campo de uma visão patologizante das identidades trans, pois coloca a cirurgia de transgenitalização como a principal resposta ao desejo do corpo trans, como se para ser mulher fosse necessário apenas uma vagina e para ser homem apenas um pênis. Nesse âmbito é possível identificar o abismo existente entre o discurso biomédico e a experiência de vida das pessoas trans que não se veem com nenhum tipo de patologia.

Desde 2019, a transexualidade não é mais considerada uma doença pela Organização Mundial de Saúde (OMS), apesar disso a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID)<sup>78</sup> manteve a condição como um transtorno mental por 28 anos, sendo apenas recentemente<sup>79</sup> modificada. Portanto, ainda há no imaginário e em muitos discursos, uma ideia da transexualidade como doença. Conforme aponta Weeks (2001), a suposição de que a biologia está na raiz de todas as coisas persiste (o biologicismo), uma suposição que é ainda mais forte quando se fala de sexualidade.

Essa ideia vem de uma perspectiva de classificação dos corpos, conforme Weeks (2001), nossas definições, convenções, crenças, identidade e comportamentos sexuais não são resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural. Tudo isso vem sendo modelado no interior de relações definidas de poder e possui uma historicidade na qual instituições como as religiões, sobretudo as abraâmicas (judaísmo, cristianismo e islamismo) e o Estado têm mostrado um contínuo interesse no modo como nos comportamos, como pensamos e como devem ser os nossos corpos.

Nos últimos dois séculos, a sexualidade dos indivíduos tornou-se um objeto de estudo e de críticas, por cientistas, religiosos, psiquiatras, educadores/as, sociólogos/as antropólogos/as, entre outros/as, que passaram a conceber a sexualidade como uma questão a ser descrita, analisada, compreendida, explicada, regulada, historicizada, educada, normatizada e vigiada.

O livro "História da sexualidade", de Michel Foucault (1988) é central para discutirmos o corpo e a sexualidade. No seu volume 1, "a vontade de saber", o autor rompe com a chamada hipótese repressiva que marcava grande parte dos estudos até meados da década de 1970. Para Foucault (1988), vivemos em uma sociedade que há séculos, "fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz; denuncia os poderes que exerce e promete libertar-se das leis que a fazem funcionar". (p.14)

Foucault (1988) problematizou a regulação e o controle da sexualidade humana, em especial a questão da produção de discursos sobre o sexo nas sociedades modernas. No século XVII, as sociedades burguesas vivem um início de repressão sexual, a partir de tal período,

---

<sup>78</sup> A CID é um cadastro com mais de 50 mil códigos únicos para enfermidades, problemas de saúde e lesões, que é atualizada periodicamente pela Organização Mundial de Saúde (OMS) reunindo todos os países membros nesta decisão em plenário.

<sup>79</sup> A informação da retirada foi divulgada em 2018, sendo oficializada durante a 72ª Assembleia Mundial da Saúde, em maio de 2019, quando foi adotada a nova edição da CID. Pela nova edição da CID 11, a transexualidade sai da categoria de transtornos mentais para integrar o de "condições relacionadas à saúde sexual".

denominar o sexo tornou-se mais difícil e custoso, dir-se-ia mesmo que essas interdições temiam até chamá-lo pelo nome.

Os discursos sobre o sexo a partir do século XVIII proliferaram e foram as relações de poder que incitou tal proliferação, através de um conjunto de instituições que visavam proibir, reduzir ou regular as práticas sexuais, e visavam o controle do indivíduo e da população (Foucault, 1988). Os discursos sobre sexo tinham a finalidade de produzir verdades e tais verdades constituem um campo de poder-saber que legitima quem possui autoridade para produzir o conhecimento.

As instituições procuram nos dizer quais as formas apropriadas para regular o que fazemos com nossas atividades corporais e a necessidade da classificação. Ao mesmo tempo, que nas pesquisas de Leite Jr (2011), percebe-se que as definições únicas e definitivas sobre corpos e identidades sexuais nunca existiram, na verdade variaram conforme grupos e discursos médicos, religiosos ou políticos.

Também os termos *travesti* e *transexual* são criações recentes, já que, inicialmente, a figura conhecida, difundida e pesquisada era a da pessoa “hermafrodita”, que hoje chamamos de *intersexual*. Para o autor, a identidade trans é histórica e teve diferentes denominações e significados, ligados às representações de sexo e gênero em diversos períodos: “A figura do hermafrodita foi usada para justificar a superioridade do corpo político sobre o corpo natural, pessoal e humano” (p. 43).

Leite Jr. (2011) indica que com o nascimento das ciências no século XIX, começou a haver um entendimento de que o homem possuía uma natureza de atração pelo gênero/sexo oposto. Além disso, as pessoas que nascem com os dois órgãos genitais, como as então chamadas de hermafroditas, precisariam de uma cura para obterem o "verdadeiro sexo".

Foi assim que começaram as discussões no meio das ciências *psi* sobre a diferenciação sexual, com disputas entre autores e pesquisadores que eram homens cisgêneros. Leite Jr (2011), ressalta que o cientista que mais ganhou importância é aquele que consegue fazer a articulação entre o saber científico e o cotidiano das pessoas, portanto o médico. E é através do saber médico que a ordem mundial junto com a autoridade moral tenta entrar nos tipos físicos mais variados e adestrá-los segundo um padrão inventado como universal:

Percebe-se assim a ideia de que os limites entre o que é ser homem e mulher devem ser constante e rigidamente mantidos e vigiados, sob pena de uma perigosa mistura ocorrer, ainda que as transgressões a estes limites sejam um constante chamado ao prazer proibido, representado pela fascinante e eroticamente carregada figura do hermafrodita (Leite Junior, 2011, p. 49).

De acordo com Foucault (1988), por muito tempo afirmava-se que um país devia ser povoado se quisesse ser rico e poderoso, mas foi no século XVIII que a sociedade afirmou pela primeira vez que seu futuro não estava apenas ligado ao número e à virtude dos seus cidadãos, não apenas às regras de casamentos e à organização familiar, mas sim na maneira como cada qual usa o seu sexo. Até o final do século XVIII, três códigos regiam as práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil, onde tais códigos fixavam, cada qual à sua maneira, a linha divisória entre o lícito e o ilícito.

O corpo e a sexualidade eram produzidos por meio dos discursos. Portanto, as identidades são construídas, ideias e comportamentos são naturalizados ou patologizados. Concordo com Louro (2013), ao enfatizar que as práticas discursivas fazem com que os aspectos dos corpos se convertam em definidores de gênero e de sexualidade e, como consequência, acabem por se converter em definidores do sujeito.

Com base nos estudos de Foucault, Leite Jr (2011), indica que com o nascimento da ciência sexual e da sexualidade “que aparecem conceitualmente os perversos sexuais, as históricas e o pseudo hermafrodita, entre outras tantas identidades clínicas criadas no período” (p. 64).

A partir do século XIX, o corpo passou a ser objeto de psiquiatras, psicanalistas e educadores, de forma a ser descrito, regulado, normalizado por meio da delimitação de suas formas em aceitáveis e perversas. Para as pessoas perversas, com corpos que não se adequam à norma seu destino de acordo com Louro (2013), restava a segregação, expondo-as a todas as formas de violência. As instituições, cada qual a seu modo, atribuem a tais sujeitos e suas práticas sentidos diversos:

Nas décadas finais do século XIX, homens vitorianos, médicos, filósofos, moralistas fazem “descobertas”, definições e classificações sobre os corpos de homens e mulheres. Suas proclamações têm expressivos e persistentes efeitos de verdade. A partir de ser olhar “autorizado”, diferenças entre sujeitos e práticas são inapelavelmente estabelecidas. (Louro, 2013, p. 81)

Louro (2011) sublinha que os estados organizados politicamente começaram a se preocupar, cada vez mais, com o controle da sua população, com medidas que garantissem a vida e a produtividade de ser povo e se voltaram, então, para a disciplinarização e regulação da família, da reprodução e das práticas sexuais. Dessa forma, produz-se discursos de autoridades e da ciência que combinam ou confrontam-se com os discursos da igreja da moral e da lei.

Certa premissa, bastante consagrada, costuma afirmar que determinado sexo (entendido, neste caso, em termos de características biológicas) indica

determinado gênero e este gênero, por sua vez, indica o desejo ou induz a ele. Essa sequência supõe e institui uma coerência e uma continuidade entre sexo-gênero-sexualidade. Ela supõe e institui uma consequência, ela afirma e repete uma norma, apostando numa lógica binária pela qual o corpo, identificando como macho ou como fêmea, determina o gênero (um dos dois gêneros possíveis: masculino ou feminino) e leva a uma forma de desejo (especificamente, o desejo dirigido ao sexo/gênero oposto) (Louro, 2013, p. 83).

Leite Júnior (2011) aponta que foi o médico e psicólogo alemão Magnus Hirschfeld<sup>80</sup> que elaborou no ano de 1966, os termos *travesti* e *transexual*, fundamentalmente o termo e o conceito de “travestismo”, criando assim uma categoria clínica: “Como todos os ‘ismos’ forjados na época e associados à sexualidade e dando um novo sentido a palavra ‘travesti’: uma pessoa (tra)vestida com roupas do sexo oposto por motivações eróticas (p. 107).

O nome de Harry Benjamin também é conhecido nessa área no período de 1953, quando publicou um artigo que “ataca violentamente todo tratamento psicoterapêutico, sobretudo psicanalítico, da transexualidade e do travestismo” (Bento, 2006, p. 40). Ainda assim, ainda nomeia as identidades como “distúrbios, problemas, anormais, doenças” relacionadas à sexualidade. É esse médico que vai diferenciar travestis e transexuais,

Além de Hirschfeld e Benjamin, Leite Jr (2011) registra outros pesquisadores que buscam por uma categorização das identidades trans que as consideram aberrações sexuais, bizarros, invertidos, entre outros. E destaca outro autor no campo de tais análises: Krafft-Ebing:

Segundo a linha inaugurada por Krafft-Ebing, estas pessoas não possuem um distúrbio mental ou algum tipo de loucura delirante, mas apenas uma variante da sexualidade “normal”. É neste sentido que são encaixadas sob o título de “travestismo” todas as manifestações que envolvem desde o uso esporádico de roupas do sexo oposto com intenções eróticas até o uso cotidiano e a apresentação social costumeira em tais vestes (Leite Junior, 2011, p. 110).

Krafft-Ebing se refere ao estágio de transição como um tipo de confusão mental que faz a pessoa acreditar que está em um corpo errado. A partir do último terço do século XIX ao primeiro do século XX, surge uma linha de análise científica que passa a considerar as cirurgias

---

<sup>80</sup> Radicado nos Estados Unidos, o sexólogo alemão Harry Benjamin cunhou o termo “transexual” em 1966, e criou procedimentos clínicos para identificação e atendimento a pessoas transexuais, chamados de “padrões de cuidado”. Compreendiam-se esses indivíduos como incluídos no denominado “travestismo fetichista”, entendido na época, especialmente por psicanalistas, como uma patologia, um tipo de psicose, de acordo com a visão de que o gênero identificado pela pessoa “normal” estaria submetido ao seu sexo biológico. Essa concepção reduz a transexualidade a uma patologia e as pessoas transexuais a pessoas para as quais procedimentos cirúrgicos trariam uma “cura” (JESUS, 2018)

de transgenitalização. Vemos o nascimento de uma nova categoria clínica, e um personagem patologizada: o travestismo e o indivíduo travesti (Leite Junior, 2011).

Foi nesse período da primeira metade do século XX que o desenvolvimento na cultura ocidental da sociedade disciplinar tenta categorizar tudo que fuja do “normal”, investindo em corpos dóceis e úteis ao modo de produção capitalista e ao poder estatal.

De acordo com Foucault (2014) nas sociedades disciplinares, as instituições sociais desempenham uma forte vigilância, normatização e exame constante dos sujeitos, de tal maneira que o poder, exercido minuciosamente, marca os corpos e lhes impõe condutas do que é o “correto” para viver em sociedade. Esse tipo de poder de uma sociedade disciplinar tende a separar, prender, controlar e punir os sujeitos que não obedecem às condutas estabelecidas: “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares, compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza (Foucault, 2014, p. 179-180).

A sociedade disciplinar marca os corpos através de extrema vigilância, aplicação de normas e aplicação de exames constantes para impor condutas. Dessa maneira as normas de gênero, as normas dos corpos foram sendo formadas e informadas por diversos campos que organizam as relações de poder. Portanto, a sexualidade dos indivíduos é atribuída em função de confirmação de suas identidades de gênero (só aceitas como masculinas ou femininas), definidas pelo seu pertencimento biológico a um dos sexos (masculino ou feminino).

Antes de nascermos, ao estarmos na barriga da nossa mãe, já é criado todo um mundo para nos receber. A declaração “é uma menina” ou “é um menino”, instala um processo onde homens e mulheres são modelados para serem diferentes. Isso ocorre desde o momento onde escolhe-se o nome e a cor do enxoval para o bebê – azul para meninos e rosa para meninas – o que, de certa forma, reforça nas crianças certos tipos de comportamentos, atitudes e modos de ser e entender o mundo na qual ele ou ela pertence e, conseqüentemente, o que é apropriado para o seu sexo.

A mídia e a escola também contribuem neste processo e reforçam, para que meninos e meninas cheguem à idade adulta como homens e mulheres que se enxerguem como diferentes, e que tais diferenças são naturais aos seus respectivos sexos. Nesse sentido, Butler (2010), afirma que a diferença sexual é frequentemente evocada como uma questão referente a diferenças materiais, porém:

A diferença sexual, entretanto, não é, nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de alguma forma, simultaneamente

marcadas e formadas por práticas discursivas. Além disso, afirmar que as diferenças sexuais são indissociáveis de uma demarcação discursiva não é a mesma coisa que afirmar que o discurso causa a diferença sexual (Butler, 2010, p. 153).

A interpelação médica que transforma uma criança, de um ser neutro em um menino ou em uma menina, o ato da nomeação é trazida para o domínio da linguagem e do parentesco através da interpelação do gênero, porém, o “tornar-se garota ou garoto” não termina no nascimento, a abordagem fundante é reiterada por diversas autoridades ao longo do tempo, a fim de reforçar o que é “natural”. A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e a inculcação repetida de uma norma (Butler, 2010).

Dessa forma, a afirmação “é um menino” ou “é uma menina” produz um processo de feminização ou masculinização na qual o sujeito compromete-se com o gênero na qual ele foi designado ao nascer. Para Butler (2010), a categoria sexo é desde sempre normativa, e não funciona apenas como uma norma, mas também como parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa.

O sexo é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo, não é um simples fato ou condição estática de um corpo, mas sim um “processo pelo qual as normas regulatórias materializam o ‘sexo’ e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas” (Butler, 2010, p. 154). A autora argumenta que sendo tão necessária a reiteração das normas, indica um sinal de que a materialização não é completa, e de que os corpos não se conformam às normas impostas.

Portanto, os parâmetros permitem o reconhecimento como humano são articulados e uma das suas bases são as normas de gênero. Leite Junior (2011), destaca o quanto as normas de gênero são desestabilizadas pelas travestis e transexuais, pois possuem uma estética de gênero associada ao sexo considerado “oposto”. “Sendo a partir deste referente sobre a “aparência e seus supostos ‘enganos’ que violências contra elas são cometidas em grande parte das situações públicas” (p. 129).

Para Foucault (2014), a sociedade disciplinar é uma organização social regida pelas disciplinas com foco na produção de corpos dóceis que podem ser submetidos, utilizados, aperfeiçoados. As instituições como as responsáveis por manter uma assimetria sempre em vigor, acaba disciplinando espaços não disciplinares, particularmente, a polícia com sua força armada repressora.

Em um regime disciplinar há todo um conjunto de técnicas e instituições que assumem a tarefa de medir, controlar e corrigir os anormais. Foucault (2014), aponta que o dispositivo

*Panóptico* entra como elemento fundamental para o ápice da sociedade disciplinar, “pode ser usado como máquina de fazer experiências, modificar o comportamento, treinar ou retrainar indivíduos” (p. 197). Trata-se portanto de um encadeamento de poder e saber:

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça (Foucault, 2014, p. 198).

Portanto, funciona como qualquer aparelho de poder: assegura a economia e sua eficácia devido a seu caráter preventivo, funcionamento contínuo e mecanismos automáticos. Devido ao caráter omissivo do panoptismo, não há percepção por parte de afetados sobre o modo de controle sob o qual o panóptico funciona. A utilização do panóptico serve como modelo para aplicação das disciplinas (Foucault, 2014).

Nossa sociedade não é de espetáculos, mas de vigilância: sob a superfície das imagens, investem-se os corpos em profundidade; atrás da grande abstração de troca, processa-se o treinamento minucioso e concreto das forças úteis; os circuitos da comunicação são os suportes de uma acumulação e centralização do saber; o jogo de sinais define os pontos e apoios do poder; a totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos (Foucault, 2014, p. 209-210).

Assim sendo, nossa sociedade está constantemente submetida aos olhos do poder. A formação da sociedade disciplinar está ligada aos processos históricos nos quais os corpos ficam em função de certas normas de conduta: “Em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (Foucault, 2014, p. 134). Consequentemente, nessa sociedade, as pessoas que não se enquadram na lógica de inteligibilidade sexo/gênero/desejo/práticas sociais, como as pessoas trans, acabam sendo as vítimas dos mais diversos tipos de violências e processos de exclusão.

Foucault (2014) também chama a atenção para a forma de expansão da disciplina para além dos limites do modelo panóptico, o controle:

O ponto ideal da penalidade hoje seria a disciplina infinita: um interrogatório sem termo, um inquérito que se prolongasse sem limite numa observação minuciosa e cada vez mais analítica, um julgamento que seja ao mesmo tempo a constituição de um processo nunca encerrado, o amolecimento calculado de uma pena ligada à curiosidade implacável de um exame, um procedimento que seja ao mesmo tempo a medida permanente de um desvio em relação a

uma norma inacessível e o movimento assintótico que obriga a encontrá-la no infinito (Foucault, 2014, p. 218-219).

Deleuze (1999), ao aprofundar sobre a questão do que é a sociedade de controle aponta que ela é diferente das sociedades de disciplina na atualidade. Para o autor, as sociedades disciplinares estavam ligadas às máquinas industriais, mas no momento, as sociedades de controle estão ligadas às tecnologias de informação (TIC).

Para Deleuze (2000), as relações de poder e saber na sociedade de controle são caracterizadas pela forma contínua e ilimitada, ao mesmo tempo também, são de curta duração e voláteis. Nessa sociedade há a exigência de corpos adestrados e especializados para o trabalho mecânico.

O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado, ao passo que a disciplina era de longa duração, infinita e descontínua. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado (Deleuze, 2000, p. 03).

A vista disso, a sociedade de controle constitui uma modalidade de poder que atende ao novo capitalismo, sustentado no consumo, e com centralidade no *marketing* dos produtos. Isso porque ocorre uma centralidade na população como uma população consumidora, e o *marketing* direcionado a ela será voltado para interesses mercadológicos.

Interesses mercadológicos são estruturados a partir de mecanismos de controle diversos. Se pensarmos no campo da produção dos corpos, existe um discurso do mercado que regula o que é socialmente considerado bonito. Atualmente, vemos os corpos, nunca como antes visto, serem vendidos na sociedade capitalista como um produto a ser alcançado na forma do que é dito como o mais bonito. Para isso, trabalha não apenas a indústria da moda e de cosméticos, mas as alternativas de atividade física oferecidas em academias e outros ambientes e, ainda, o mercado das intervenções de natureza biomédica.

O corpo alimenta um mercado de consumo, há uma imposição social que afeta cada vez mais a população para que alcance um padrão considerado como adequado e bonito, como também um determinado padrão de feminino ou masculino. Na busca de recursos para uma progressiva feminização ou masculinização dos corpos, toda a população fica refém de possíveis processos de adoecimento mas, em especial, as pessoas trans cujos processos de feminização ou masculinização não são hegemonicamente considerados como legítimos.

Conforme Leite Junior (2011), vivemos sob um regime de controle em que nunca se termina nada. As pessoas consideradas fora do padrão (de gênero, de capacidade, de juventude,

de gordura corporal etc.), são convocadas para entrar em consultórios para receberem conselhos e ajudas, produzindo-se a partir daí, novas “patologias”. E assim, é no desenvolvimento de uma sociedade de controle, dentro de uma sociedade disciplinar, que a transexualidade surge como “fenômeno”.

A questão identidade de gênero só veio a ser conceituada em 1964 pelo psicanalista estadunidense Robert J. Stoller, referindo-se a ela apenas como algo constante, ainda precocemente desenvolvido. O autor desenvolve a tese que de “existe um gênero central que, uma vez desenvolvido e estabelecido na primeira infância é imutável, tornando-se o indivíduo então, um “verdadeiro” homem, mulher ou transexual (Leite Junior, 2011, p. 163). Foi Stoller que realizou a primeira cirurgia de transgenitalização, um dos procedimentos que compõe o que é hoje conhecido no Brasil, como processo transexualizador do SUS<sup>81</sup>. O autor também lançou diversos livros, cujos pontos de partida nunca estiveram afastados da biologia como um elemento central. Ele classificava a transexualidade como anormalidade, desordem e condição perniciososa.

Leite Júnior (2011) em sua análise mostra que os conceitos científicos de *travesti* e *transexual*, são baseados em constantes reiterações das normas de gênero (homem/mulher; masculino/feminino) e as distinções de gênero e sexualidade são vivenciadas como se fossem naturais. O autor também expõe a multiplicidade das identidades, suas ressignificações e vivências cotidianas:

A busca pelas “verdadeiras” pessoas transexuais revela, por oposição, a fragilidade e os constantes esforços necessários para se manter um padrão ideal de pessoas “normais”, sem desvios, perversões, parafilias, disforia ou transtornos. A “ficção reguladora de gênero” que organiza os pressupostos sobre o que e quem são os seres humanos de “verdade”, manifesta-se e atualiza-se ao julgar aqueles que não se mostram homens e mulheres “tão verdadeiros” (quanto quem? Quanto quem julga?) e, sendo assim, categorizados como “falsos”, “caricatos” ou “imitações” (Leite Júnior, 2011, p. 181).

Esse tipo de busca estabelece prescrições de gênero e regimes de moralidade a partir de uma matriz de inteligibilidade heteronormativa. O modelo de pessoa transexual “verdadeira” é baseado em um processo apropriado por normas médicas patologizantes, e conforme já apontou Bento (2006), os efeitos produzidos a partir dessa ideia, são de que existe uma única

---

<sup>81</sup> No Brasil, a exemplo de muitos outros países, desde 2008, o Ministério da Saúde, pressionado pelo movimento de transexuais e de seus/suas apoiadores/as, regulamentou o processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Este é um conjunto de procedimentos assistenciais dirigidos a quem precisa modificar seu corpo, para atingir determinadas características do gênero que afirma como o seu (ALMEIDA, 2016, p. 10).

possibilidade de resolução de conflitos entre corpo, subjetividade e sexualidade. Nesse ponto de vista, a produção das subjetividades medicamente desejáveis e disciplinadas, definidas e rotuladas por um diagnóstico que define uma pessoa transexual como “verdadeira” é o que se aproxima ao máximo do que se espera socialmente de um homem ou mulher “verdadeiros”.

Leite Junior (2011), com base em Foucault observa que a busca por uma verdade última é a busca pelo exercício de poder legítimo, ou seja, o mais aceito e menos questionado por se originar convencionalmente de um discurso legítimo sobre uma verdade considerada “legítima”. Para o autor, atualmente, a pessoa trans não é mais afastada do convívio social, mas convocada a se adaptar às normas de gênero conforme sua performatividade for (ou não for) vista como convincente para a ciência médica.

Segundo Leite Junior (2011), na história do Brasil pessoas que transitam pelos gêneros podem ser encontradas desde os tempos em que o Brasil foi invadido pelos portugueses: “seja entre os indígenas, os negros trazidos como escravos, ou na variada população dos centros urbanos dos séculos XVIII e XIX” (p. 199). A renomada pesquisa de Trevisan (2018), ao mostrar que muitos/as foram os/as pesquisadores/as e viajantes que desembarcaram no território brasileiro com intuito de realizar etnografias sobre a vida dos indígenas. Foram diversos relatos que apontaram a forte liberdade sexual e o “intenso”<sup>82</sup> apetite sexual dos indígenas brasileiros que em nada coincidem com os preceitos ocidentais europeus:

Carl von Martius relatou, entre os índios Guaicuru, a existência dos chamados *cudinas*, homens castrados que se vestem como mulheres e se entregam exclusivamente a ocupações femininas como: fiar, tecer, fabricar potes etc. Tal costume foi confirmado, em 1984, pelo etnólogo italiano G. A. Colini entre os Guaicuru-Caduveo, para quem os *cudinas* ou *cudinhos* (nomes designativos dos animais castrados) representavam na tribo o papel de prostitutas (Trevisan, 2018, p. 64).

Trevisan (2018), aponta diversos outros relatos carregados de racismo, típico do ideário do colonialismo europeu de base cristã e patriarcal. Portanto, podemos dizer que, desde a colonização, a identidade brasileira vem sendo caracterizada a partir de uma visão racista.

De acordo com as pesquisas de Leite Júnior (2011), o termo *travesti* possui origem no século XIX e seu uso é utilizado para designar a ideia de disfarce e foi rapidamente associada ao campo teatral. E assim que chega ao Brasil e foi incorporada ao meio artístico e às festividades populares, “no sentido de se “disfarçar” do sexo oposto, independentemente do

---

<sup>82</sup> A ideia de "intenso", é definida a partir do padrão europeu.

comportamento, orientação ou identidade sexual da pessoa travestida” (p. 199-200). Portanto, a palavra *travesti* já vem associada ao universo do disfarce, ambiguidade, incerteza e, conseqüentemente, uma representação de uma mentira.

Em pesquisas, Mott (1994), revela que existem inúmeros relatos de cronistas, viajantes e missionários descrevendo a presença de índios homossexuais e travestis entre as tribos e nações da atual América do Norte. E a primeira travesti que temos notícias no Brasil foi uma pessoa negra natural do Congo, Xica Manicongo<sup>83</sup>, escrava de um sapateiro, residente em Salvador.

Em festas populares, homens aparecerem vestidos de mulheres é muito comum, aqui na Paraíba durante o Carnaval existe o chamado “Bloco das Virgens”, com mais de 30 anos de existência e que mobiliza cerca de meio milhão de pessoas que consideram “engraçado” ver homens vestidos de mulher. O interessante desse movimento é que grande parte desses homens são heterossexuais machistas e transfóbicos, colocam roupas femininas durante um dia de Carnaval, mas durante o resto do ano praticam violências contra as pessoas trans.

Travestir-se durante o carnaval brasileiro é mais do que simplesmente inverter papéis de gênero e códigos de vestuário socialmente definidos. Na verdade, o fenômeno reflete tensões sociais profundamente arraigadas. Homens considerados heterossexuais podem tomar vestidos, bijuterias e maquiagem emprestados de suas esposas, namoradas, mães ou irmãs, vestir-se como uma mulher por um dia de folia e participar de uma exploração lúdica sobre seus próprios conceitos de gênero, mas essa incursão pelo universo feminino é temporária. A transgressão deles está limitada aos símbolos de gênero superficiais da sociedade. Ao vestir trajes de mulher, eles não estão indicando uma inversão de sua identidade sexual ou seu papel como homens “de verdade”. Apesar da sua representação feminina, permanecem sendo o parceiro masculino “ativo” na relação (Green, 2019, p. 344).

Dessa forma, esses homens estão declarando para a sociedade que não estão atravessando completa e indefinidamente as fronteiras sociais dos gêneros, nem renunciando à virilidade. Conforme Leite Junior (2011), a questão de que homens aparecem vestidos como mulheres e vice e versa pode ser lida em dois sentidos. O primeiro é expressão das festas e ritos

---

<sup>83</sup> Mais uma Francisca entre tantas que lutam diuturnamente para sobreviver, em meio ao ódio e ao preconceito que nos cerca, ontem e hoje. Manicongo era, originalmente, um título para governantes do Reino do Congo (Mwene Kongo, literalmente, Senhor do Congo), que foi transformado na corruptela que conhecemos pelos portugueses, para designar pessoas oriundas da região (Ou seria Xica, uma rainha?). Coberta com um pano que prendia com o nó para frente, à moda dos quimbanda de sua Terra Natal, e apesar de sua condição desumanizada, imposta pelos homens brancos, os candangos, ela andava sobranceira por toda Cidade Baixa, às vezes subindo para a Cidade Alta e voltando, a serviço do seu senhor, ou só passeando, inclusive para encontrar os seus homens (JESUS, 2019).

de “inversão”, onde papéis masculinos e femininos são trocados e demonstrados no corpo. Esse é regularmente apresentado de maneira estereotipada e com traços grotescos, realçando a ideia de desordem e desequilíbrio. Reforçando “valores tradicionais sobre uma “natural” dominação masculina e submissão feminina” (p. 200). O outro sentido, diz respeito à manifestação de desejos em “viver” o gênero oposto, mesmo que brevemente, enfocando mais explicitamente a temática das identificações e orientações sexuais.

Como já mencionei, a transexualidade como categoria foi criada a partir do século XX nos EUA, a partir de alguns estudiosos no assunto. Aqui no Brasil, questões relacionadas à “transição de gênero” possui uma origem marcada pela associação das existências trans e travestis com a criminalidade e a prostituição, conforme indiquei anteriormente, especialmente nos períodos como a ditadura e a estigmatização das travestis com relação ao HIV/AIDS.

Há um destaque aqui no Brasil com relação ao debate sobre as pessoas trans quando se lembra do caso de Roberta Close, a primeira mulher trans a posar nua para a revista *Playboy*. Para quem viveu o período em que tal fato aconteceu, o nome de Roberta Close é sempre lembrado como um marco no que diz respeito à visibilidade de pessoas trans no país: “No Brasil, pode-se afirmar que a temática da transição entre os gêneros, dissociada de sua associação com a criminalidade ou com a prostituição, e discutida pelos meios de comunicação de massas, deu-se a partir dos anos 80 com o fenômeno Roberta Close” (Leite Junior, 2011, p. 205).

Roberta Close foi uma imagem de referência para mulheres transexuais brasileiras, que ficou nacionalmente conhecida após sair como capa da Revista *Playboy*, cuja chamada era “tudo sobre o enigma que surpreendeu o Brasil”. De acordo com Leite Junior (2011), uma revista estadunidense especializada em notícias bizarras estampou em sua capa a foto de Roberta com o texto “A mulher mais linda do mundo é, na verdade, um homem”. Dessa forma, as revistas chamando a atenção de leitores para conferir sobre um certo estranhamento de Roberta ser um enigma, ou seja, algo considerado não normal já que precisa ser desvendado:

Roberta Close encarnava perfeitamente os valores morais e estéticos de beleza e feminilidade esperados de uma “verdadeira” mulher burguesa, e não se parecia em nada com o estereótipo da figura da travesti do imaginário social da época, ou seja, um homem grotescamente vestido de mulher (Leite Junior, 2011, p. 206).

Então há esse aspecto importante sobre Roberta Close: é que ela tinha poder aquisitivo, e sua imagem estava voltada nas mídias através de colunas sociais que eram voltadas a um público de classe superior. O poder aquisitivo proporcionou a ela o acesso a recursos de

modificação corporal que permitiram que ela questionasse com seu corpo a impossibilidade de uma “feminilidade perfeita” construída a partir de um corpo originalmente masculino. Contribuiu dessa forma para questionar a suposta diferença inexorável entre corpos masculinos e femininos que predominava no imaginário cultural brasileiro.

Roberta Close esteve em vários programas televisivos, tornou-se uma figura *pop*, ganhou letra de música do famoso compositor Erasmo Carlos<sup>84</sup>, e suas características próximas do feminino hegemônico e beleza, desconcertavam as pessoas e faziam com que elas pensassem a respeito dessa possibilidade de tornar-se mulher, o que era inédito naquele momento.

Outro nome importante no Brasil é o nome do médico Roberto Farina que realizou em 1971 a primeira cirurgia de transgenitalização, o que acarretou um processo criminal contra ele, que foi absolvido anos mais tarde. De acordo com Leite Junior (2011), o juiz que condenou Farina, afirmou que a vítima jamais poderia ser transformada em mulher. Mais tarde, o médico veio a publicar livros, nas quais diferenciava a transexualidade de outras categorias, como a homossexualidade e travestilidade: “No Brasil, esta distinção tornou-se mais acentuada pelo fato de o termo *travesti* estar associado historicamente ao imaginário do desregramento sexual e ao universo da prostituição” (p. 212):

[...] percebemos como os conceitos de travesti e transexual, mesmo sendo constantemente confundidos e misturados, inclusive com a prostituição, seja pela mídia, pela cultura popular ou por racionalizações burocráticas, evocam, pelo viés científico e jurídico, a moralização dos antigos “monstros sexuais”, separando-os em perigosos e inofensivos. Mas, apesar de muito desta diferenciação ser embasada pelo discurso médico, ela é usada também como instrumento de distinção social nos embates cotidianos entre as próprias pessoas assim classificadas (Leite Junior, 2011, p.213-214).

O discurso da transexualidade possui uma aura mais “higiênica”, forjado nos laboratórios e consultórios da Europa e pouco propagado em suas especificidades teóricas. Para Leite Junior (2011), pode-se afirmar que o termo *transexual* possui um capital linguístico mais valorizado que o termo *travesti*.

Leite Júnior (2011), indica um fato importante sobre a modelo é que grande parte dos discursos sobre ela, tanto científicos quanto populares a chamavam de “travesti”.

Como a questão da identificação como *travesti* ainda é muito estigmatizada, algumas mulheres trans se reconhecem como *travestis*, como afirmação de uma identidade política com

---

<sup>84</sup> Trata-se da canção “Close”, do álbum Buraco Negro, lançado pelo compositor em 1984. Entre os versos da canção: “não fosse o gogó e os pés/a minha lente estava na dela/no corpo da mulher nota 10/dá um close nela”.

outros sujeitos estigmatizados. Isso porque há uma tentativa social de higienizar determinados grupos sociais em detrimento de outros, através do uso de termos. A palavra *travesti* no Brasil é carregada de estereótipos e preconceitos, uma identidade carregada de estigmas e, por isso, ela é utilizada politicamente como uma forma de quebrar com esses mesmos estereótipos.

Conforme Benedetti (2005) tão bem descreve “as travestis, ao fabricar formas e contornos femininos nos seus corpos, estão construindo seu próprio gênero, seus próprios valores relacionados ao feminino e ao masculino, que constituem, em suma, os processos sociais de fabricação dos sujeitos” (p. 130). Nesse ínterim, é interessante pontuar o que indica Duque (2011): que as possibilidades de construção do feminino trazem novas implicações identitárias para as travestis e torna os corpos mais plásticos à construção e desconstrução do que se deseja.

Sobre os homens trans, a discussão é ainda mais recente, mesmo que a visibilidade dos homens trans venha ganhando espaço nos últimos anos devido às suas organizações em coletivos transmasculinos articulados em todo o país. Também foi possível uma visibilidade maior com o personagem Iván, um homem trans incluído na trama da novela "A Força do Querer", que a Rede Globo transmitiu em 2017.

Conforme aponta Almeida (2012), “a maior parte da sociedade não considera a possibilidade de transição do gênero feminino ao masculino e, portanto, ignora a própria condição FTM” (p. 519). Tal fato decorre do olhar falocêntrico e binário sobre as representações do masculino, ou seja, a sociedade considera o gênero masculino a partir do momento em que existe um pênis. Infelizmente, é comum ver nas redes sociais de homens trans que possuem alguma visibilidade na mídia, determinados comentários transfóbicos sobre a ausência do cumprimento da lógica “pênis-masculino-homem” e “vagina-feminino-mulher”. É parte de uma visão cisnormativa que julga que a ausência do pênis em si, impede a possibilidade de ser lido como homem.

E aqui abro espaço para denunciar também que a internet *nunca* foi um ambiente seguro para pessoas trans que são alvos constantes de discursos de ódio e preconceito, disseminados principalmente por perfis falsos. O ambiente das redes sociais vem sendo uma ferramenta facilitadora e capaz de potencializar a violência e a disseminação do ódio. Um exemplo disso,

foi a morte do influenciador e policial Paulo Vaz<sup>85</sup>, que após receber comentários falocêntricos em seu perfil veio a cometer suicídio.

Com relação às identidades transmasculinas, para Almeida (2012), há uma complexa “aquarela das masculinidades” que caracteriza indivíduos com corpos que foram designados como ‘femininos’ ao nascer, mas que em alguma medida se opõem a essa designação. E essa “identidade vem sendo construída menos em função do diagnóstico psiquiátrico e mais na suposição de uma completa adesão aos signos corporais e aos comportamentos sociais que constituem as masculinidades” (p. 516).

Outra questão com relação à invisibilidade dos homens trans, diz respeito ao desconhecimento de suas identidades:

A maior parte da sociedade não considera a possibilidade de transição do gênero feminino ao masculino e, portanto, ignora a própria condição FTM. Isso ocorre em grande medida em razão do olhar falocêntrico que impregna as representações sobre a experiência masculina. Nesse sentido, é como se os comportamentos e os significados considerados masculinos emanassem necessariamente da presença material original do pênis. Tais representações tornam-se evidentes quando muitas pessoas, na presença de homens trans - especialmente dos que dispõem de corpos peludos e musculosos e não fizeram faloplastia -, manifestam extrema perplexidade, como se esses contrariassem toda a lógica e é comum que em seguida utilizem expressões, tais como "como pode ser tão perfeito?" (Almeida, 2012, p. 519).

Isso porque o uso dos hormônios para os homens trans deixa-os bastante próximos fisicamente as expectativas sociais de como deve parecer um homem. Inclusive, o termo *passabilidade* é bastante utilizado pelas pessoas trans para se referir a capacidade de “passar” por uma pessoa cis. Nesse caso: um homem trans ser lido socialmente como homem cis significa que ele tem passabilidade. E aqui são produzidas as verdades sobre como deve ser um homem de “verdade”: em conformidade física e performática com as características atribuídas culturalmente ao que deve se esperar da masculinidade.

Outro contraponto relacionado à questão da passabilidade é se pensarmos a partir da interseccionalidade:

Começamos a pontuar algumas questões específicas no que diz respeito a experiência brasileira de ser homem negro trans. Que havia diferenças entre essas vivências em relação aos demais homens trans. Que enquanto leitura social branca, existe um lugar de vantagem social que homens trans e

---

<sup>85</sup> Informações coletadas em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/03/15/quem-era-popo-vaz-apelido-do-policial-e-ativista-trans-paulo-vaz.ghtml>

transmasculinos negros não acessam. Assim como homens negros cisgêneros, homens negros trans são lidos como ameaça. Por exemplo, pela polícia na sociedade (Peçanha, 2021, p. 25).

Isto posto, a partir da crítica interseccional a ideia de passabilidade, no caso dos homens trans negros, esse conforto social nunca é plenamente atingido. Importante mencionar essas diferenças e as dificuldades enfrentadas por homens trans negros para que a diversidade das suas identidades e demandas tenham visibilidade.

Muitas travestis ainda são vinculadas ao trabalho sexual, inclusive no campo das pesquisas acadêmicas e no senso comum, mas isso não é apenas esse tipo de trabalho na qual as pessoas trans estão vinculadas, apesar de muitas vezes a visibilidade ser maior. E aqui, destaco que essa tese analisa o trabalho sexual longe de questões moralistas ou preconceituosas, mas sim como uma legítima forma de obtenção de renda e, eventualmente bens simbólicos também.

Consideramos que ela deva ser vista como trabalho, desde que seja exercida por alguém de maior idade, com plena autonomia decisória e que tenha diante de si a possibilidade de acesso a um patamar mínimo de recursos de sobrevivência na hipótese de recusar o trabalho sexual. Justamente por isso, considero importante discutir brevemente sobre esse tipo de trabalho no Brasil, em especial no quanto ainda precisamos avançar nas discussões da descriminalização e no acesso a direitos aos/as trabalhadores/as/as do sexo.

## 4.2 O Trabalho Sexual no Brasil

A questão do trabalho sexual é um tema que divide as análises feministas, inclusive no âmbito de qual termo usar: trabalho sexual ou prostituição? Aqui utilizarei a expressão *trabalho sexual*, em uma tentativa de afirmar que se trata de uma forma de *trabalho* e que, portanto, ela necessita ser regularizada em termos de direitos trabalhistas, mas também o faço como uma forma de contribuir para remover o estigma que existe por detrás desta profissão.

Uma questão importante é que o debate em torno do trabalho sexual como meio de vida, está longe de apresentar algum tipo de consenso. De acordo com Ramalho (2012), há correntes dentro do movimento feminista que possuem posicionamentos diferentes com relação ao trabalho sexual. Entre as correntes de maior expressão, estão as feministas radicais que consideram o trabalho sexual apoiado nas desigualdades de gênero, portanto não acham possível olhar para a atividade como uma forma de trabalho. Outra corrente é a das feministas

liberais que lutam junto com as/os profissionais do sexo, pela defesa dos direitos e a normalização da atividade.

Um lado das análises sobre o trabalho sexual é vista como uma das maiores formas de exploração do corpo, especialmente das mulheres e, por outro lado, ele é compreendido como um exercício livre do seu corpo e sexualidade. Um outro ponto de vista interessante, pois oferece subsídios para que possamos romper com essa dualidade opressão *versus* liberdade sexual, é o de considerar as contradições inerentes a esta atividade, a partir de um olhar interseccional, que permite que nos aproximemos do trabalho sexual, como um complexo de opressão, autonomia, exploração, resistência, entre outras questões.

O trabalho sexual modifica-se conforme o contexto socioeconômico e cultural em que se está inserido. Na sociedade do capital, ele se constitui como uma atividade econômica que vende serviços sexuais como uma mercadoria. É muito comum no senso comum a afirmação de que se trata da “profissão mais antiga do mundo”, pois existem narrativas seculares a respeito de mulheres que vendiam o corpo em troca de benefícios para si. Mesmo sendo tão antiga, não irei historicizar toda a sua trajetória, pretendo trazer a partir do modo de produção capitalista e das características que possui na contemporaneidade.

Falar sobre trabalho sexual até este momento é um tabu, isso porque esse tipo de trabalho ainda é carregado de preconceitos, estigmas e condenações por grande parte da sociedade. Foi alvo de muitas críticas no decorrer da história, também foi objeto de discursos higienistas que defendiam a proteção e o controle do corpo face ao risco sanitário. Algo recente com relação a esse discurso higienista com relação ao trabalho sexual, ocorreu durante os anos de 1980 com o aumento da AIDS, já que se propagou no senso comum e por instituições de que o perigo da transmissão estava associado às múltiplas parcerias sexuais, às sexualidades desviantes e, em especial, a homossexuais e travestis.

Para quem exerce a profissão de trabalhadora/e sexual, os obstáculos não são poucos na realidade brasileira, tais como a falta de regulamentação da atividade, que acarreta riscos maiores de exposição a violência, seja ela física, sexual, psicológica ou doméstica.

Há uma variedade de serviços que integram o trabalho sexual, ainda mais agora com o uso cada vez mais frequente da internet e das redes sociais. Esse tipo de trabalho não está apenas restrito a bordéis, boates, bares, casas de massagem, motéis, cinemas, revistas ou vídeos pornôs. Atualmente, clientes e trabalhadores/as se apresentam *online*. Para exercer tal função, é essencial que a pessoa a oferecer o serviço, tenha noções básicas para administrar plataformas virtuais.

Para além de reducionismos e moralismos que discriminam o trabalho sexual, aqui tenho uma leitura que se trata de uma atividade econômica e uma profissão em que trabalhadoras e trabalhadores do sexo possuem o direito de dispor de seus corpos e vender seus serviços sexuais como mercadoria. Portanto, considero e concordo com perspectiva das feministas liberais, no reconhecimento da escolha, do poder de decisão e da necessidade do consentimento das pessoas envolvidas no trabalho sexual, assim como da liberdade de dispor de seu corpo, mas nessa perspectiva, como a preocupação enunciada por Ramalho:

Contudo, essa escolha não é realizada de uma forma simplista, tal como a escolha de qualquer outra atividade. As causas circunstanciais que conduzem ao trabalho sexual são variadas, sendo reconhecidos, para tal, os constrangimentos de falta de oportunidades laborais, a extrema pobreza e as limitações opressivas, mas também, as oportunidades de estabilidade econômica, autonomia e melhores condições de vida para si e para as suas famílias que o trabalho sexual pode oferecer (Ramalho, 2012, p. 71, grifo meu).

Dessa forma, entendo também que há casos em que os serviços sexuais podem ser explorados, controlados e exercidos sob violência, sem o consentimento da trabalhadora ou do trabalhador. Há aquelas/os que optam, voluntariamente, por trabalhar e lutam pelos seus direitos, e há também um grupo “que não tiveram outra opção a não ser entrar na prostituição, muitas vezes, coagidas moral, financeira ou fisicamente” (Skackauskas; Olivar, 2010, p. 02).

O debate em torno do trabalho sexual e os direitos de quem o exerce seguem como um desafio para o feminismo e para todas/os que se preocupam com o enfrentamento e superação dos estigmas que o cercam. Me apoio em uma perspectiva que o exercício do trabalho sexual, seja voluntário e exercido por pessoas de mais de 18 anos, com direitos trabalhistas e à seguridade social, e que seja exercido em condições seguras.

Nesse ponto de vista, considero importantes as reflexões que apresentem outras perspectivas sobre trabalhadoras/es sexuais, partindo da articulação da interseccionalidade nesse processo. Ainda mais que no Brasil, conforme destaca Carneiro (2003), a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e o processo da miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional.

Por isso mesmo, considero que a interseccionalidade é uma ferramenta importante para pensar o trabalho sexual, tendo em vista que o atravessamento de práticas racistas, machistas e sexistas estão no cotidiano de trabalho e assim são expostas a diversas vulnerabilidades devido ao cruzamento de diversos marcadores sociais como gênero, raça, classe, sexualidade,

identidade de gênero, geração entre outros que agem na produção e reprodução das desigualdades das/os/es trabalhadores/as sexuais.

Os estereótipos racistas na mídia de massa e na pornografia alimentam discursos de que os homens brancos podem abusar das mulheres negras. O trabalho sexual é um fenômeno constituído por diferentes classes sociais, gêneros, sexualidades e corpos, há aquelas/es que trabalham na rua, em casa, há os/as que realizam atendimentos *online* e, por isso, é interessante ver quais intersecções são norteadoras desse fenômeno. O trabalho é melhor entendido se for analisado dentro do contexto no qual as/os/es trabalhadoras/es estão inseridos, tendo entendimento de que existem opressões dentro e fora da profissão.

Piscitelli (2008), analisando a experiência de migrantes e viajantes brasileiras indica que é necessário compreender os diferentes marcadores sociais para o entendimento da experiência destas mulheres: “Essas migrantes são afetadas pela imbricação entre noções de sexualidade, gênero, raça, etnicidade e nacionalidade” (p. 269). De acordo com os estudos da autora, devido ao fato de que o Brasil tenha sido incluído nos circuitos mundiais de turismo sexual e, com isso, as brasileiras adquiririam visibilidade na indústria do sexo em países ricos da América do Norte e Europa. Desta forma, mesmo que as migrantes não tenham relação com a indústria sexual:

essa articulação entre marcadores de diferença é ativada, independentemente de que as mulheres estejam ou não vinculadas à indústria do sexo. A ideia de que elas são portadoras de uma disposição naturalmente intensa para fazer sexo e uma propensão à prostituição, combinadas com noções ambíguas sobre seus estilos de feminilidade, tidos como submissos, com uma alegre disposição para a domesticidade e a maternidade tende a atingir indiscriminadamente essas migrantes (Piscitelli, 2008, p. 269).

Portanto, a tradução cultural da posição subalterna ocupada pelo Brasil, é um dos aspectos principais que afetam as experiências dessas mulheres: quem exerce a profissão de trabalhador/a/e sexual, frequentemente sofre com discriminações com base nos marcadores da diferença e na intersecção desses marcadores.

Um aspecto importante pontuado por Piscitelli (2014), é que algumas indefinições legais e confusões conceituais contribuem para que as noções de tráfico de pessoas, turismo sexual e exploração sexual sejam consideradas como sinônimos com bastante frequência. Não se trata do mesmo elemento, essas noções pensam o trabalho sexual como um tipo de violência sexista e explorada, e não como livre o direito de exercê-lo. Assim, é importante analisar as diversas intersecções que atravessam as/os/es trabalhadoras/es sexuais e suas reivindicações.

Muitas visões acerca do trabalho sexual têm estimulado ações que contribuem para reprimir e combater a prostituição. Essa visão amplia a falta de proteção e não a perspectiva de que se trata de um trabalho digno que carece de políticas de regulamentação.

Rodrigues (2010), aponta que o movimento em prol dos direitos de prostitutas vem registrando vitórias em diferentes campos e países, e em diferentes áreas das políticas públicas. Aqui no Brasil, desde 2002, há o reconhecimento da/o *profissional do sexo* como trabalhador/a pelo Ministério do Trabalho: “Esta iniciativa compõe e potencializa esse processo em que se busca romper com a exclusão e garantir a cidadania para as ‘profissionais do sexo’ ” (Rodrigues, 2006).

Até 2019, quando foi arquivado pela Mesa Diretora, tramitou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n. 4211/2012, conhecido como “PL Gabriela Leite”, de autoria do ex-deputado federal Jean Wyllys. Na justificativa da matéria, o autor diz que o objetivo principal “não é só desmarginalizar a profissão e, com isso, permitir, aos profissionais do sexo, o acesso à saúde, ao Direito do Trabalho, à segurança pública e, principalmente, à dignidade humana”. Para ele: “a regularização da profissão do sexo constitui instrumento eficaz ao combate à exploração sexual, pois possibilitará a fiscalização em casas de prostituição e o controle do Estado sobre o serviço”.

Gabriela Leite foi um nome de destaque na luta pelo reconhecimento dos direitos das prostitutas e fundadora da ONG Davida, cuja renda financia ações de afirmação da cidadania das trabalhadoras sexuais.

Gabriela defendeu por anos a regulamentação da profissão e foi contra a ideia de vitimização, de tratar a prostituição apenas como falta de opção para mulheres em situação de pobreza. Inclusive, no ano de 2007, Gabriela Leite, esteve na Consulta Mundial (Rio) e na Latino-americana sobre Trabalho Sexual e HIV/aids, onde o trabalho sexual foi considerado direito sexual, em oposição à ideia de vitimização:

Enfrentar o estigma e combater a discriminação e a violação de direitos foram as principais questões que impulsionaram Gabriela Leite para o ativismo durante a vida inteira pelos direitos das prostitutas. A principal estratégia de luta já se resumia no slogan do I Encontro Nacional de Prostitutas, em 1987: “Fala, mulher da vida” (Lenz, 2014, p.209).

Combater a discriminação é a melhor forma de promover a saúde e os direitos das pessoas que se dedicam ao trabalho sexual. Porém, o único projeto de regulamentação mais famoso no Brasil, o PL Gabriela Leite, não chegou às vias de fato, como foi dito anteriormente.

O trabalho sexual não é reconhecido como emprego no Brasil, e por não haver regulamentação e a pessoa em situação de prostituição<sup>86</sup> não tem, por isso, direitos trabalhistas.

Os espaços do trabalho sexual são povoados por diferentes sujeitos, e o senso comum continua vendo esse trabalho em uma perspectiva moralizante, ainda mais quando exercida por indivíduos dissidentes, como é o caso das pessoas trans. O preconceito e discriminação direcionados com mais intensidade a essa população faz com que seja alvo da violência, muitas vezes os crimes ficam impunes, como o caso de Ninete, que em abril de 2011, foi covardemente assassinada com cerca de 30 golpes de faca desferidos no pescoço, tendo sua cabeça praticamente decepada. Apesar de sua morte repercutir em cadeia nacional<sup>87</sup>, até hoje pouco se avançou nas investigações. Crimes como esse ficam constantemente impunes e as pessoas acusadas dificilmente são punidas.

A pesquisa realizada por Pelúcio (2009), ao tratar das experiências das travestilidades no Brasil, mostra que isso vem se dando às margens, constituído a partir de processos sociais que não oferecem oportunidades para as travestis se conformarem senão pelo contraste com a “normalidade”, que vai ser entendida como uma vida dentro da heterossexualidade. Devido à carência de possibilidades, a prostituição<sup>88</sup> vai se constituindo como um destino, mais que uma possibilidade de escolha.

Alguns estudiosos/as/os já analisaram o campo do trabalho sexual para as pessoas trans, não é difícil encontrar pesquisas que realizam esse tipo de investigação. Já apontei anteriormente o trabalho de Kulick (2008), sobre a trajetória das travestis em Salvador, discutindo também sobre a opressão das travestis pelo Estado, a relação com a AIDS e a introdução do silicone no Brasil, o trabalho de Don Kulick é um dos primeiros a tratar sobre o assunto.

A ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) aponta uma estimativa de que 90% da população trans no Brasil tem a prostituição como fonte de renda e única possibilidade de subsistência. Com relação a esse dado, confesso que tenho um pouco de

---

<sup>86</sup> Importante mencionar que tem direitos previdenciários (foi admitida pelo INSS), mas existe a questão legal da paradoxal proibição do reconhecimento dos locais em que a prostituição é exercida.

<sup>87</sup> O assassinato da trabalhadora sexual e travesti Ninete que alcançou repercussão nacional, pode ser visto através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=c1dhHtDy4uw>. Acesso em...

<sup>88</sup> Para Pelúcio (2005), a prostituição para as travestis, pode ser entendida de formas diversas: (1) como uma atividade desprestigiada, com a qual só se envolveriam por necessidade, saindo dela assim que possível; (2) como uma forma de ascender socialmente e ter conquistas materiais e simbólicas; (3) como um trabalho, sendo, portanto, geradora de renda e criadora de um ambiente de sociabilidade. Essas não são posições estanques e definitivas, mas pontos de vista e percepções que se entrecruzam e dialogam (p. 223).

desconfiança acerca da exatidão dele, pois desde que comecei meus estudos e aproximações com relação a populações trans em 2012, esse dado nunca se modificou.

É certo que existem dificuldades nos processos de inserção no mercado de trabalho, e que se constituem como um dos principais problemas enfrentados pela população trans e travesti e que a “solução” – não raramente encontrada – é adentrar em outras formas de garantir renda, seja no trabalho sexual ou em outra informalidade ou ilegalidade.

Todavia, tenho observado mudanças significativas, como por exemplo o fato de que muitas travestis e trans têm conseguido entrar no mercado da tecnologia, que vem crescendo cada vez mais, e, conseqüentemente, vem aumentando a demanda por profissionais. Inclusive, essa é uma área que possui iniciativas como o projeto EDUCATRANSFORMA que se coloca como uma ponte entre as pessoas trans e o mercado de trabalho de tecnologia e inovação, formando e capacitando essas pessoas para que passem a atuar na área. Mas essa questão irei aprofundar nos capítulos seguintes.

Acho importante considerar o fato de existirem travestis e transexuais que se inserem na prostituição por vontade, desde que possuam autonomia sobre seus corpos e que outras alternativas não lhes sejam negadas, permitindo assim que o trabalho sexual seja, de fato, uma escolha.

Portanto, não se pode ignorar o fato de que o trabalho também é sinônimo de prazer e de construção de si (Marinho, 2017). E, para as pessoas trans, o trabalho além de produzir renda, também produz reconhecimento. Tal reconhecimento é algo subjetivo, íntimo, mas que está presente nas relações interpessoais no processo de afirmação de sua identidade. Essa questão também está muito presente no trabalho sexual<sup>89</sup>, a entrada nesse tipo de trabalho, vai se justificar não apenas pela questão econômica, mas também se configura como um espaço de produção corpórea.

---

<sup>89</sup> A noção do trabalho sexual, vista como uma categoria ocupacional reconhecida, surgiu a partir do ano de 1970, nos Estados Unidos. A ideia da prostituição como trabalho defende que as trabalhadoras do sexo possuem as mesmas condições que exigem conter as emoções no desempenho de suas atividades, similar ao trabalho das fisioterapeutas, enfermeiras e aeromoças. Contudo, a busca por atividades no sexo comercial continua percebida como meio de alcançar melhor qualidade de vida, no plano material e simbólico, principalmente entre trabalhadoras do sexo em condições de pobreza, racismo, preconceito e desigualdades de gênero. Essas relações do mercado transnacional do sexo revelam maior circulação de pessoas entre as fronteiras nacionais, articulando diferentes agentes situados nos dois lados deste mercado global. Este movimento de transgressão e resistência das prostitutas revela autonomia entre os diferentes estilos de deslocamento, permitindo uma nova leitura dos fluxos transnacionais, sem a necessária relação com o crime organizado (Vieira, 2015).

Pelúcio (2009), aponta que os ganhos financeiros no mercado sexual se convertem em capital corporal: “uma prótese cirúrgica para os seios, plástica no nariz, roupas de grife importadas, perfumes caros e outros bem simbólicos” (p. 99).

É preciso destacar todas as dificuldades, as ações de inserção no mercado de trabalho são necessárias para a luta pelo fim da discriminação, mas também é necessário analisar que a inserção da população trans no mercado de trabalho formal e “respeitável” não garante necessariamente a viabilização de seus direitos. O capitalismo também aproveita a pequena capacidade reivindicatória da população de travestis e transexuais, pois estes/as tendem a comportar-se de maneira mais passiva nas relações de trabalho, em razão do medo de perderem o escasso emprego e, dessa forma, acatam as mais diversas formas de exploração.

Cabe mencionar aqui, que quando são empregadas, as travestis e mulheres transexuais, costumam exercer ocupações consideradas “femininas” pela sociedade, como a inserção no segmento do *telemarketing*, evidenciando o processo de precarização do trabalho e das configurações que assume a população trans na Divisão Sexual do Trabalho.

Para Jesus (2015), existe um quadro de exclusão estrutural que se constitui a partir do acesso dificultado ou impedido à educação, mercado de trabalho e outros direitos sociais. Somado a isso, os diversos tipos de violências, ameaças, agressões, homicídios e reproduções estereotipadas que geram visões negativas sobre as pessoas trans.

Na cotidianidade, os comportamentos são orientados por estereótipos e preconceitos, os aspectos econômico, político, social, cultural que incidem na vida cotidiana, estruturam valores, modos de ser, pensar e agir, por vezes aderidos ao *ethos* dominante. Destaca-se que o debate sobre a diversidade sexual e de gênero explicita-se socialmente com maior força no campo da orientação de valores, presentes historicamente no âmbito da família e da educação. Tais valores, em sua maioria, são pautados numa ótica conservadora e preconceituosa.

Apesar de avanços nas discussões e na visibilidade das pessoas trans nas últimas duas décadas, ainda existe um longo caminho para a obtenção da cidadania plena e de melhores condições de trabalho, onde são submetidas/as/os a precarização e intensificação do trabalho em especial no setor de serviços, conforme mostrarei no item a seguir.

### **4.3 O setor de serviços como alternativa de trabalho para as travestis, as mulheres transexuais e os homens trans**

A concepção de trabalho para população de travestis e transexuais é pautada em preconceitos e estereótipos diversos, e, mesmo que ocorra a oferta de vagas de trabalho, acaba-

se favorecendo a ocorrência de relações e condições de trabalho extremamente precárias. As pessoas trans estão inseridas/os em espaços diversos de trabalho.

Elas/eles estão no trabalho doméstico, no trabalho sexual<sup>90</sup>, no trabalho eventual (por demanda), às vezes nas artes, em atividades ilícitas e, muitas/os, nas atividades informais (ambulantes, faxineiras, manicures, barbeiros, cabeleireiras, passeadores/as de cães, lavadores de carro, feirantes ou camelôs). E aqui, destaco as/os trabalhadoras/es dos serviços de entrega por aplicativo<sup>91</sup>, que vêm aumentando consideravelmente nos últimos anos.

Vale lembrar que há aquelas/es que realizam atividades formais<sup>92</sup>, portanto, há, de fato, inserção da população trans no mercado de trabalho, mais detalhes sobre essa inserção irei mostrar nos capítulos seguintes, enquanto isso, quero mostrar como o setor de serviços vem se tornando uma alternativa de trabalho para as travestis, as mulheres transexuais e os homens trans na atualidade, e discutir também o que é esse setor de serviços.

A questão da sexualidade e da identidade de gênero não é o único marcador de diferenças e organizador de desigualdades sociais, conforme já mencionei anteriormente. Não há uma regra geral aplicável sempre, esses marcadores interagem de formas muito diversas.

Conforme acentua Brah (2006), tais marcadores de diferenças nunca agem isoladamente, costumam se combinarem para reforçar diferenciações e interdições; agem em articulação, mantêm relações de conexão e eficácia através dos quais as coisas são articuladas tanto por suas diferenças, como por suas semelhanças.

É importante pensar a qualidade do mercado de trabalho mais geral em que todas as pessoas, sejam elas cisgêneras ou transgêneras estão submetidas no país. Para Antunes (2018), as transformações ocorridas no capitalismo, a partir dos anos 1990 no Brasil, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho, foram de grande intensidade.

---

<sup>90</sup> Adoto aqui o uso termo *trabalho sexual* em oposição a prostituição (frequentemente vinculado ao crime, ao desvio, à necessidade de “correção”, ao estigma e à vergonha), como trabalhador/a do sexo entende-se aqui todas/os aquelas/es que trocam serviços sexuais por alguma forma de ganho econômico, incluídas aí todas as atividades da indústria do sexo (Ramalho, 2012).

<sup>91</sup> De acordo com a reportagem da BBC News Brasil realizada em Maio de 2019, que conversou com dezenas de entregadores da cidade de São Paulo. Os ciclistas ouvidos pela reportagem relataram fazer jornadas de mais de 12 horas diárias, trabalhar muitas vezes sem folgas e até dormir na rua para emendar um horário de pico no outro, sem voltar para casa. Também constatou que grande parte pertence às classes mais baixas, moram em bairros periféricos (alguns para chegar ao local de trabalho percorrem até 30 km) e tem dificuldade para conseguir empregos no mercado de trabalho formal. Em um momento de crise e desemprego, os aplicativos de serviços (*Uber*, *iFood*, *Rappi*, entre outros) atraem desempregadas/os e os que possuem dificuldades para se inserir no mercado de trabalho

<sup>92</sup> Aqui foi considerada uma ocupação formal, aquelas pessoas que são assalariadas com carteira, servidores/as públicos, trabalhadores/as por conta própria contribuintes para a previdência social (Cardoso, 2013).

A partir dos anos 1990, com a vitória do neoliberalismo e o processo de expansão intensificada da reestruturação produtiva do capital, a flexibilização, a informalidade e a precarização atingiram grande parte da classe trabalhadora:

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais (Antunes; Alves, 2004, p. 336).

O neoliberalismo na América Latina provocou a realização de contrarreformas que visam atender às demandas do capital, resultando em uma situação de persistente desemprego e relações informais e precarizadas de trabalho (Boschetti, 2009).

Observa-se com as mudanças no mundo do trabalho uma dinamicidade de processos que atinge os/as trabalhadores/as, dentre eles, a diminuição da classe operária nos moldes tradicionais, a intensificação do trabalho assalariado, a ampliação dos setores de serviços, a incorporação da mão de obra feminina, o encadeamento do trabalho parcial, temporário e precarizado, que com as determinações de gênero e raça/etnia, adensam os aspectos de exploração e dominação da classe-que-vive-do-trabalho, tendo como seu maior expoente a expansão do desemprego em escala globalizada.

É fato que “na sociabilidade do capital, as condições materiais se constituem num grande obstáculo que limita o desenvolvimento pleno e livre da individualidade” (Santos; Oliveira, 2010, p.12), por isso é tão importante ter o conhecimento crítico sobre como as relações sociais são construídas, vivenciadas e reproduzidas na vida cotidiana.

Presenciamos atualmente o advento e crescimento exponencial do novo proletariado da era digital, cujos trabalhos ganham impulso com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs). O trabalho *online* que cresce intensamente desde o processo da reestruturação produtiva nos anos 1970, “com o seu instrumental tecnológico-informacional-digital, fez deslanchar essa processualidade, que se tornou incessante, convertendo a reestruturação produtiva em um processo permanente” (Antunes, 2018, p. 47-48).

O mundo do capital vem assistindo a uma forte ampliação de seus mecanismos de funcionamento, incorporando novas formas de geração de trabalho excedente. Nessa lógica, o capital converte o trabalho em potencial gerador de mais valor (Antunes, 2018, p.31). Atualmente, trabalhadoras e trabalhadores que dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver encontram cada vez mais situações instáveis, precárias ou vivenciam o desemprego.

Conforme análise de Antunes (2018), atualmente presenciamos uma nova morfologia da classe trabalhadora; que dela sobressai o papel crescente do novo proletariado de serviços da era digital (são os/as trabalhadores/as e trabalhadoras em serviços, como *callcenters*, *telemarketing*, indústria de *softwares* e TICs, hotelaria, *shopping centers*, hipermercados, redes de *fast-food*, grande comércio, entre tantos outros).

Instabilidade e insegurança são traços constitutivos dessa nova modalidade, como também o trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas para cumprir, muito menos direitos assegurados: “Quando há demanda, basta uma chamada e às trabalhadoras e os/as trabalhadores/as devem estar on-line para atender o trabalho intermitente (...) As transversalidades entre classe, gênero, etnia, geração, tudo aparece nas complexas fábricas” (Antunes, 2018, p. 21-23).

Antes de entrar sobre quais são os setores de serviços, vou apontar rapidamente algumas considerações sobre o seu papel no processo de acumulação de capital, e analisar a sua real participação no processo da criação do mais-valor, tendo em vista que grande parte dos serviços foram considerados nos séculos XIX e XX improdutivos, portanto analisaremos como o setor do *telemarketing* é visto atualmente com a nova fase informacional-digital do capitalismo.

A primeira questão envolve a compreensão do que é o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo, para Marx (2017), o trabalho produtivo trata-se daquele que na produção capitalista além de produzir mais-valor, é resultado do trabalho coletivo, social e complexo, e não individual. Assim, ao falar de trabalho produtivo, estamos nos referindo ao trabalho que envolve relação bem determinada entre o comprador e o vendedor da força de trabalho. Já o trabalho improdutivo, é aquele que é consumido como valor de uso, e não como valor de troca. Ele cria bens úteis:

O trabalho pode, pois ser improdutivo simplesmente devido ao que ocorre fora do modo capitalista de produção, ou devido a que, enquanto ocorrendo no sério dele, é utilizado pelo capitalista, em seu impulso para acumulação, para funções improdutivas mais que produtivas. E fica agora claro que enquanto o trabalho improdutivo declinou fora do alcance do capital, aumentou dentro do seu âmbito. A grande massa de trabalho que era admitida como improdutiva porque não trabalhava para o capital foi agora transformada em massa de trabalho que é improdutiva e trabalha para o capital, devido às necessidades do capital terem aumentado tão notavelmente (Braverman, 1987, p. 351).

O capital suprime todo o trabalho improdutivo e opera a fusão entre execuções produtivas e improdutivas que passam a ser realizadas pelos/as mesmos/as trabalhadores/as. Em princípio, para Marx, o trabalho nas atividades chamadas de serviços é improdutivo. A razão para essa afirmação consiste:

Na relação construída, que é uma relação entre trabalho trocado por dinheiro e não trabalho trocado por capital. Os serviços permanecem no nível de valores de uso. São consumidos como valores de uso e não como valores de troca. Não respondem ao critério de produzir diretamente mais-valia (Dal Roso, 2014, p. 81).

Dal Roso (2014) analisando os estudos de Marx destaca que o setor de serviços é tradicionalmente conhecido como atividade improdutiva, devido ao fato de que não resulta em materialização na forma de mercadorias, ou que não produz novos valores e mais-valia. Porém, determinados serviços, podem sim ser produtivos de valor e de mais-valia. Para o autor, a análise de Marx está limitada ao contexto da Inglaterra de sua época, e aponta:

A mesma atividade profissional pode ser produtiva se organizada sob a forma de uma exploração do trabalho vivo por indivíduo ou empresa, ou improdutiva se significa simplesmente a troca de serviços por dinheiro, como acontece com muitos profissionais liberais e científicos que operam individualmente e são autoempregados. [...] Marx não entendia que apenas o trabalho material fosse produtivo. O trabalho imaterial também é produtivo desde que atenda ao critério de “gerar diretamente mais-valia” (p.82).

A definição que foi elaborada por Marx (2017) é a de que “um serviço nada mais é do que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho” (p. 269). Costa (2010) analisa a importância do conceito adotado por Marx, já que alguns serviços, em especial aqueles voltados para a reprodução material da força de trabalho, e objeto de consumo individual e/ou coletivo, preservam o seu caráter de uma atividade que materializa um valor de uso. Conforme Antunes (2018):

[...] no capitalismo financeirizado da era informacional, se desenvolve cada vez mais uma simbiose entre o que é produtivo e o que é improdutivo, uma vez que no mesmo trabalho podem ser executadas atividades que geram valor e, posteriormente, outras ações voltadas para conferir a qualidade dos produtos criados, mesclando assim ações tanto “produtivas” quanto “improdutivas” (sempre no sentido que lhes é dado pelo capital) (p. 31).

Para Antunes (2018), “estamos presenciando o advento de novas formas de extração do mais-valor também nas esferas da produção não material ou imaterial, espaço por excelência dos serviços que foram privatizados durante a longa fase de vigência do neoliberalismo” (p. 44).

Nesse sentido, o setor de serviços está cada vez mais totalizado e controlado pela lógica do capital e de seu processo de mercadorização e, tornando-se cada vez mais, dentro das cadeias produtivas de valor.

O processo de incorporação dos serviços ao modo de produção capitalista consiste em mercantilizar os efeitos úteis do trabalho em serviços. Dessa forma, os serviços vêm acompanhando o processo de desenvolvimento das forças produtivas e ao processo de constituição de novas necessidades coletivas, necessidades estas que passam a ser de interesse do capital, transformando o seu atendimento em atividades lucrativas (Costa, 2010).

Atualmente, observa-se uma ampla gama de atividades denominadas de serviços, que operam no sentido de aumentar de modo significativo a extração de mais valor. Inserido no setor de serviços, o *telemarketing* é um dos segmentos que mais emprega no Brasil, um rebatimento do aumento do uso de telefones no país, um fenômeno intensificado a partir da privatização das empresas de telecomunicações na década de 1990. Foi em um contexto de intensificação do ritmo de trabalho e sucateamento dos direitos trabalhistas, que o trabalho de *telemarketing* se formou no Brasil, sobretudo com as privatizações do setor de telecomunicações em meados dos anos 1990.

Na medida em que o modo de produção capitalista se desenvolve ele revela contradições que se manifestam nas suas crises periódicas. O sistema do capital é passível de crises cíclicas inerentes ao seu desenvolvimento, à crise possui um sentido processual, de média ou longa duração e com períodos de retomada do crescimento e de expansão do capital. Portanto, trata-se de um fenômeno dinâmico.

Com a ascensão do neoliberalismo, que possui como uma de suas características as privatizações das empresas públicas, ocorre uma forte expansão das empresas no setor de telecomunicações no Brasil, cujos processos de trabalho estão baseados por tecnologias flexíveis e de informação. Para Braga (2009):

Exatamente por se tratar de um setor que, em certa medida, condensa uma variada gama de tendências inerentes à reestruturação produtiva capitalista, a produção em escala industrial de serviços informacionais representa um campo privilegiado de observação das contradições e ambivalências do trabalho na contemporaneidade (p.66).

O setor de serviços que mais cresce no Brasil é o de *telemarketing*. A expansão deste subsetor ocorreu durante as décadas de 1990 e 2000, e continua se dando. De acordo com Nogueira (2006), este setor movimentava em torno de 20 bilhões de dólares por ano no Brasil e emprega em torno de quinhentas e cinquenta e cinco pessoas, mesmo em períodos de crise. Este contingente de trabalhadores/as/es é composto, em sua maioria, por força de trabalho feminina.

Algumas pesquisas, como as de Nogueira (2009) e Antunes (2009), constataram que 70% da força de trabalho atuante no *telemarketing*, é feminina. Suas pesquisas, porém, não

problematizaram a sexualidade, a identidade de gênero e o pertencimento racial como um fator determinante na composição dessa força de trabalho.

O processo da precarização e intensificação do trabalho gera fortes impactos no trabalho feminino, como o setor de teleatendimento, cuja principal característica é a prestação de serviços através do atendimento telefônico. De acordo com Nogueira (2006), o perfil profissional exigido para o *telemarketing* é o de ser maior de 18 anos, ter uma boa dicção, fluência verbal, conhecimentos básicos de informática (pacote *office*) e, no mínimo, o ensino médio completo.

Na pesquisa desenvolvida por Marinho (2017), a autora constata que esse setor vem sendo procurado por aquelas/es que estão cursando o ensino superior, pois no *telemarketing*, é possível conciliar os estudos com a jornada de trabalho.

Há outros requisitos, que não são sempre explicitados na contratação, conforma indicam as pesquisas de Marinho (2017) e Nogueira (2006), onde para manter a sobrevivência do modo de produção capitalista, a direção exige que os/as teleoperadoras/es apresentem controle das emoções (tendo em vista que esse espaço de trabalho mexe profundamente com os aspectos emocionais), requisitam a necessidade de autocontrole (para reverter situações de agressividade, falta de educação e assédio por parte de clientes), como também a capacidade de escuta e de comunicação.

No setor do teleatendimento o trabalho é realizado, sobretudo, por negros/as, mulheres, pessoas gordas e LGBTIs, em especial mulheres e homens trans e transmasculinos, ambos jovens, que são submetidas/os a um baixo salário e a campanhas de produtividade que fomentam a competitividade e rivalidade:

Essas campanhas, conhecidas como um “incentivo motivacional”, costumam estimular a competitividade entre as funcionárias de um mesmo setor, tendo como estratégia patronal aumentar a produtividade através da intensificação do ritmo de trabalho, utilizando inclusive mecanismos que podem dificultar a consciência desse objetivo por parte das trabalhadoras (Nogueira, 2009, p. 201).

Na pesquisa realizada por Nogueira (2009), são apresentadas as condições de trabalho da operadora de *telemarketing* que, por exemplo, fica de 85% a 90% de sua carga horária diária sentada e com total atenção ao visor do computador. A rotina é exaustiva e pesada, com ações repetitivas, onde estão presentes diversos fatores de risco para o adoecimento das trabalhadoras, tais como frio intenso, imobilidade, ruído e tensão que, rotineiramente, favorecem a ocorrência de lesões osteomusculares, neurológicas, doenças auditivas, dos nódulos vocais e a própria

saúde mental das mesmas (perturbação do sono, agressividade, tonturas, dor de cabeça e incapacidade de relaxar).

As lesões osteomusculares são as mais comuns entre as teleoperadoras, causadas principalmente pelo trabalho repetitivo e pelo pouco tempo de descanso. As chamadas LER-DORT (Lesões por Esforços Repetitivos/Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho) vão alterando evolutivamente os tendões, as articulações e os músculos que, a princípio, manifestam-se como dor, podendo chegar à incapacidade funcional: “Portanto, os efeitos das precárias condições de trabalho nas empresas de *call center* afetam sobremaneira a saúde física e psicológica das trabalhadoras” (Nogueira, 2006, p. 45). Assim:

[...] podemos dizer que os mecanismos mais acentuados de controle do trabalho presentes nas atividades do *telemarketing* são: controle do tempo, do conteúdo, do comportamento, do volume de serviços realizados e dos resultados. Portanto, tudo indica que a empresa depende do esforço mental e afetivo das teleoperadoras para concretizar a interação com o cliente, e obviamente a satisfação deste, transpassando as dificuldades sem, no entanto, ultrapassar o TMA<sup>93</sup> conforme estipulado pelas metas comerciais ou, ainda, romper o controle imposto. Desse modo o resultado mais provável será o de adoecimento das trabalhadoras (Nogueira, 2006, p. 50).

A título de exemplo, no estado da Paraíba<sup>94</sup> no ano de 2016, a Coordenadoria de Promoção a Cidadania de Lésbicas Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) de João Pessoa, com o apoio do Programa Transcidadania-JP<sup>95</sup> e da Prefeitura Municipal de João Pessoa

---

<sup>93</sup> O Tempo Médio de Atendimento (TMA) é um indicador utilizado para medir o desempenho individual das/os teleoperadores e para visualizar a produtividade da equipe como um todo. Nogueira (2006) ressalta que o controle do tempo, da produtividade, da qualidade do trabalho é extremamente rígido no *telemarketing*. “Toda essa intensificação da jornada de trabalho é um tempo sem liberdade impingido ao trabalhador em proveito de um fim específico de acumulação de capital” (p. 66).

<sup>94</sup> No ano de 2014, o Estado da Paraíba instituiu o Conselho Estadual dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais da Paraíba (CEDLGBT). Além do Conselho, no Estado, também existem um Comitê de Saúde Integral da População LGBT; uma campanha educativa de enfrentamento à homo-lesbo-transfobia, intitulada: “Tire o Respeito do Armário - Todos e todas pelo Fim da Homofobia” e, por fim, há ainda um Decreto que garante o direito ao uso do nome social por travestis e transexuais em todo o âmbito do Poder Executivo Estadual. O Conselho Estadual LGBT do estado da Paraíba está vinculado à Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana. Além do Conselho e do ambulatório, recentemente o Governo do Estado destinou celas específicas para travestis e transexuais nos presídios da Paraíba, sendo que, atualmente, são três os presídios que contam com esses espaços. A medida é pioneira no Brasil e foi tomada para garantir a integridade física da população de travestis e transexuais, após alguns relatos de agressões físicas e abusos sexuais sofridos. Apesar dos avanços identificados, não há uma legislação federal que criminalize a homofobia, e mesmo que haja instrumentos normativos estaduais e/ou municipais, eles têm um alcance limitado e não possuem requisitos de uma política pública, ou seja, não são capazes de oferecer mecanismos suficientes.

<sup>95</sup> De acordo com informações do coordenador Roberto Maia, o programa visa resgatar a cidadania de travestis, mulheres transexuais e homens trans desde março de 2015. Há diversas ações do programa nas áreas da saúde, cidadania e inserção ao mercado de trabalho. O Transcidadania JP reúne 10 secretárias que fazem parte de um comitê gestor para colocar as ações em prática. As reuniões acontecem a cada dois meses, e funciona com uma

(PMJP) realizou parcerias com as empresas de *Call Centers A&C* e *Contax*, para promover a inserção de travestis e transexuais em seus respectivos processos seletivos.

De acordo com os dados da Coordenação de Promoção à Cidadania LGBT que implementou o projeto, em março do mesmo ano a empresa *Contax* selecionou 12 travestis e transexuais para trabalharem na empresa de *telemarketing*. Porém, como viemos argumentando até aqui, é necessário avaliar a qualidade dessa inserção, tendo em vista que o trabalho no segmento do *telemarketing* é extremamente precarizado.

O objetivo fundamental das empresas é a busca do lucro, e as/os teleoperadores/as vivem de fato um significativo processo de exploração da sua força de trabalho, “visível nas condições de trabalho, saúde, tempo, qualidade, motivação, dentre tantos outros elementos” (Nogueira, 2009, p. 207). Marinho (2017) destaca que neste setor, encontramos alguns paradoxos:

[...] pois além de formas degradantes de trabalho, há iniciativas de reconhecimento do uso do nome social de pessoas trans (mesmo que de forma isolada) numa demonstração “acolhedora” a essa população, permitindo que atendam a clientela ao telefone usando seu nome de preferência (p. 362).

A pesquisa de Marinho (2017) trouxe um dado importante no que diz respeito ao processo de trabalho no *telemarketing*, a autora aponta que há um interesse da gerência na contratação de pessoas travestis e transexuais “por enxergar produtividade além da média, maior índice de cumprimento de metas e baixos níveis de absenteísmo” (p.365). Portanto, há uma apropriação da população considerada como mais produtiva e dedicada, que valoriza o posto de trabalho e dessa forma é mais passível de ser domada.

No *telemarketing* isso se agrava devido ao controle do Tempo Médio Operacional (TMO) ou o Tempo Médio de atendimento (TMA), que é extremamente intenso nesse tipo de trabalho, como forma de garantir as metas de produtividade e obter acumulação de capital. Pesquisas como as de Nogueira (2006; 2009) e Antunes (2009) demonstram que a transversalidade entre as relações de classe, gênero, raça, etnia e geração, aparecem frequentemente no setor do *telemarketing* e *callcenters*.

Destaca-se que a organização do trabalho nas empresas deste setor apoia-se na eliminação dos tempos mortos, associando alta tecnologia a velhos preceitos de controle dos/as trabalhadores/as, aperfeiçoados pela tecnologia, permitindo maior extração da mais-valia. Para

Antunes (2018), o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais para a preservação e ampliação da lei do valor.

Também nos últimos anos, além do trabalho feminino, o *telemarketing* aumentou em grande quantidade o número da força de trabalho negra e LGBT. Antunes (2009) mostra que 70% da força de trabalho nos *call centers* é de mulheres, e o restante é de homens, em sua grande maioria, homossexuais.

Georges (2009), mostra que este tipo de serviço, revela, de uma maneira bastante clara, diferentes formas de mobilidade que caracterizam atualmente o mercado de trabalho no Brasil: “a) Entre as diferentes formas de atividades, de inatividade e desemprego; b) entre o emprego formal e informal (algumas vezes com o mesmo conteúdo de trabalho); c) entre empregos de natureza diferente (inclusive entre empregos formais)” (p. 217). Além de tais fatores, observa-se baixa remuneração e que neste setor ocorre uma aplicação pouco rigorosa da legislação trabalhista, portanto, isso contribui intensamente para a mobilidade dos/as trabalhadores/as.

Ao analisar as particularidades da relação entre a população trans e o mundo do trabalho, destacamos que há uma concentração desta população em determinadas áreas/setores, cujas características do trabalho são extremamente precárias. Uma das particularidades dessa relação diz respeito ao conjunto de violências, sejam elas no sentido de moldar o comportamento, ocultando a orientação sexual e/ou identidade de gênero, seja pelas próprias situações de assédio moral às quais frequentemente estão submetidos/as. As iniciativas para inserção deste grupo ainda são bastante tímidas e não apontam efetividade em sua meta.

Existem profissões onde ser uma pessoa L, G, B, T, I, A ou Q é indesejável, principalmente naquelas em que se exige um padrão de masculinidade/feminilidade heterossexual. Em contrapartida, existem profissões onde a população LGBT recebe tratamento diferenciado, como é o caso do *telemarketing*, um trabalho considerado “invisível”, porque o corpo permanece oculto, embora uma certa performatividade de gênero, que já descrevemos, seja exigida.

Além disso, parece haver um certo confinamento a certas áreas restritas de atuação talvez pelo fato da sociedade se mostrar menos intolerante à atuação deles/as nessas áreas, pois são áreas destinadas aos indivíduos com corporalidades consideradas inferiores.

Na pesquisa desenvolvida por Venco (2009), os/as trabalhadores/as selecionados pelas empresas de tele serviços são em sua grande maioria, mulheres, jovens, afrodescendentes, homossexuais, transexuais, obesos, enfim, pessoas, frequentemente rejeitadas em postos de

trabalho que envolvem o contato cara-a-cara, relegando-os a permanecerem invisíveis a uma sociedade de consumo que privilegia certos padrões estéticos.

Destaca-se assim que “a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe como também de raça e gênero” (Ávila, 2011, p. 65).

Outro setor de serviços que é atravessado por relações de gênero, classe social, sexualidade, raça, e outros, são os serviços estéticos. Para Arango (2016), esses trabalhos ocupam-se diretamente dos indivíduos, de seu corpo e de seu bem-estar. Localizados entre a higiene e o embelezamento, lidam com a aparência e beleza, remetendo a questões importantes em torno da autoestima e da posição dos indivíduos e dos grupos na sociedade. Além de se constituir como serviço, também é uma atividade de cuidado:

Em contraste com outras atividades de cuidado, os cuidados com a aparência parecem não estar associados aos direitos sociais, como o direito de ser tratado quando se está doente. No entanto, a aparência é uma dimensão fundamental da pessoa, que remete ao direito à individualidade e ao reconhecimento da diversidade. As normas de aparência são atravessadas pelo gênero e condicionam hierarquias simbólicas entre mulheres. Se, por um lado, a dominação masculina é expressa na submissão das mulheres às regras da beleza, por outro, o acesso à feminilidade é um privilégio reservado a uma minoria delas (Arango, 2016, p. 224).

O corpo é uma vítima das idealizações largamente difundidas pelos meios de comunicação que produzem verdades de como deve ser um corpo: branco, cisgênero, belo, magro, jovem são algumas das características exigidas na atualidade. Trata-se de um processo tão intenso que o mercado da beleza é um dos setores de serviços que mais cresce no país, produzindo verdades, em especial, sobre como deve ser um corpo feminino ou um corpo masculino.

Na questão dos corpos trans, eles tensionam e resistem a esse padrão dicotômico, inventam e reinventam novas formas corporais que vão enfraquecendo as normatizações e as sucessivas tentativas de classificação e padronização pelo poder e saber médicos. Na cultura ocidental e sua intervenção do saber e poder sobre os corpos, há numerosas pessoas que são submetidas às práticas de vigilância e controle, na busca por um corpo ideal. E assim, a indústria do corpo perfeito, produz cada vez mais dietas, tratamentos faciais, cirurgias plásticas para moldar seus corpos no alcance de um padrão normativo ideal.

Arango (2016), descreve que ocorreu um crescimento do mercado da aparência e com isso a oferta de serviços estéticos também se ampliou e se especializou com um discurso

publicitário de produtos e técnicas de última geração para supostamente “resolver” os problemas relacionados à autoestima.

Nunca se falou tanto sobre o corpo como nos últimos anos, porque somos constantemente definidos pela aparência que temos. No capitalismo, o corpo é tomado como um bem de consumo, há diversos cosméticos e procedimentos estéticos oferecidos em clínicas, centros e salões que oferecem padrões de beleza que não são escolhidos por consumidores/as, mas sim pelas mesmas empresas que vendem os produtos e os serviços de beleza. Nesse processo o uso da tecnologia é no controle e regulação dos corpos na estrutura social, porém há outras formas de uso das TICs.

Algumas pessoas trans estão levando a missão de falar sobre o tema da vivência trans a um outro nível de informação e engajamento nas redes sociais, especialmente no Instagram. Com voz e visibilidade - vitais no combate à intolerância - muitas pessoas trans contam suas histórias a partir de seus trabalhos, vivências e atividades nas redes sociais.

Não quero aqui me opor aos serviços estéticos ou cirurgias plásticas, o que quero problematizar diz respeito à produção de verdades sobre os corpos, em especial, discutir de que maneiras essa questão impacta indivíduos que se afirmam como trans e não encontram no SUS um modelo assistencial capaz de oferecer respostas mais eficazes para suas demandas de saúde, não medem esforços para chegar a esse ideal de beleza e procuram locais que visam o lucro, muitas vezes, sem nenhum tipo de biossegurança.

Aqui destaco a situação da jovem trans Lorena Muniz que durante uma cirurgia para colocar silicone (para modelar o corpo), morreu por asfixia, ao inalar fumaça tóxica e quente das chamas durante um incêndio que ocorreu na clínica enquanto ela estava sedada (Fonte, ano: página). O preocupante é que o caso de Lorena não é isolado, infelizmente, integrantes da equipe de saúde responsável, continuam atuando e oferecendo, pelas redes sociais, cirurgias estéticas em clínicas clandestinas, oferecendo riscos para quem utiliza os serviços. Assim, trabalhadores/as sub-remunerados/as tendem a buscar este tipo de serviço de saúde quando precisam modificar seus corpos.

Com a pandemia da Covid-19, o uso da tecnologia proporcionou acesso, acolhimento e produção de vínculos, assim como também auxiliou na saúde mental com atendimento psicossocial por videochamadas. Por outro lado, também foi possível observar uma desigualdade digital, em especial incidente em grande parte da população que recorreu ao

Auxílio Emergencial<sup>96</sup> e enfrentou situações de despreparo operacionais para o uso de aplicativos de vídeo chamada, limitações de acesso à internet, a telefones celulares e a documentos e informações oficiais. Uma situação parecida ocorreu com estudantes que não possuíam um celular, tablet ou computador para acompanhar as aulas *online* durante a pandemia

Nessa mesma linha, há um fenômeno recente de amplitude global que é a Indústria 4.0, um processo de ampliação dos processos produtivos que cada vez estão mais automatizados e robotizados em toda a cadeia de valor controlada digitalmente.

A Indústria 4.0, termo cunhado pelo governo alemão, ou a Quarta revolução Industrial, expressão utilizada pelos participantes do último Fórum Econômico Mundial de Davos, constitui um conjunto de tecnologias inovadoras, como a nanotecnologia, as plataformas digitais, a inteligência artificial (IA), a robótica, a internet das coisas, entre outras, que representam um salto de qualidade na capacidade de organizar e de controlar o trabalho (Gonsales, 2020, p. 125).

A indústria 4.0 no trabalho possui todo um aparato digital com a Inteligência Artificial (IA)<sup>97</sup>, o *big data*<sup>98</sup>, o *Machine Learning*<sup>99</sup> e outras tecnologias, que já se encontravam em processo de expansão, mas que cresceram ainda mais durante a pandemia da Covid-19, se tornando essencial para a continuação das atividades em diversos setores, avançando também no *home office* e no teletrabalho.

Não é possível enumerar aqui a quantidade do uso de aplicativos desenvolvidos, em especial nas áreas de alimentação, educação, trabalho e transporte, que fizeram ampliar de modo

---

<sup>96</sup> O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima à população brasileira em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19, foi concedido em caráter emergencial e teve inúmeros problemas de implementação, especialmente nos cruzamentos de dados da Dataprev, no aplicativo e nos pagamentos pela Caixa Econômica Federal.

<sup>97</sup> Explicando de maneira simplista para um melhor entendimento, a Inteligência artificial diz respeito a sistemas ou máquinas que imitam a inteligência humana para executar tarefas e podem se aprimorar iterativamente com base nas informações que coletam na rede de dados. A IA é um tipo de tecnologia focado no desempenho e na produtividade das empresas, automatizando processos ou tarefas que antes exigiam energia humana.

<sup>98</sup> Nas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o termo “big data” refere-se a um grande conjunto de dados gerados e armazenados com os quais os aplicativos de processamento de dados tradicionais ainda não conseguem lidar em um tempo tolerável. Desde o início do século XXI ocorreram mudanças significativas no âmbito das TICs. Neste contexto pode-se citar a computação em nuvem, internet e as redes sociais. O acesso e o uso destas tecnologias fizeram com que a quantidade de dados aumentasse de uma forma contínua e a uma velocidade sem precedentes (Fagundes *et al*, 2018)

<sup>99</sup> É uma parte importante da Inteligência Artificial, muito utilizada e difundida nos últimos 2-3 anos. Trata-se de uma tecnologia onde os computadores têm a capacidade de aprender de acordo com as respostas esperadas por meio da associações de diferentes dados, os quais podem ser imagens, números e tudo que essa tecnologia possa identificar. É mais um método de análise de dados que automatiza a construção de modelos analíticos. Posso dizer que é mecanismo responsável para que o sistemas de combate a fraudes barrem a maior parte dessas ações (em especial com compras estranhas no cartão de crédito), também é responsável pela tradução de conteúdos, recomendação de conteúdos (Como a Netflix recomenda determinados títulos para o/a usuário/a),

exponencial o infoproletariado ou ciberproletariado. Antunes (2018) destaca que estamos presenciando a expansão da chamada uberização do trabalho, um novo estágio de exploração do trabalho e da terceirização. Para Huws (2009), a tarefa de designar trabalhadoras/es segundo sua relação funcional com o capital vem se tornando cada vez mais difícil pela crescente complexidade da divisão do trabalho, e fica ainda mais complicada devido às mudanças que ocorrem na estrutura das corporações.

Nesse processo de expansão, temos trabalhadoras/es com seus instrumentos de trabalho, arcando com suas despesas de seguridade, com os seus gastos de manutenção do carro, moto ou bicicleta, alimentação e limpeza relacionados ao trabalho:

Enquanto o aplicativo – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais-valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora (Antunes, 2018, p.35).

O termo “uberização” vem sendo empregado como um processo no qual “as relações de trabalho são crescentemente individualizadas e invisibilizadas, assumindo assim, a aparência de “prestação de serviços” e obliterando as relações de assalariamento e de exploração do trabalho” (Antunes, 2020, p. 11).

O que isso mostra, é que as tecnologias da informação e comunicação vem se configurando como um dos elementos centrais para acumulação. Eles são criados pelo capital financeiro na atualidade. Na pandemia, foram e estão sendo criadas plataformas digitais e aplicativos com uma velocidade nunca vista, criando assim modalidades de trabalho.

A grande preocupação é que na pandemia ocorreu a paralisação de muitas atividades econômicas. O desemprego e a precarização já se encontravam em altos índices e cresceram ainda mais. Para muitas pessoas, a perspectiva de encontrar emprego fixo em meio à pandemia foi se tornando cada vez mais difícil, então, aplicativos como *iFood*, *Uber Eats* e *Rappi* acabaram virando uma alternativa para os/as desempregados/as ou subempregados/as obterem algum tipo de renda. Essa modalidade de serviço se fortaleceu devido ao aumento dos pedidos por *delivery* no período do isolamento e evidenciou a realidade precária dos entregadores por aplicativos:

Nesse cenário de catástrofe sanitária global e conseqüentemente isolamento social, os entregadores e entregadoras por aplicativos, que atuam para empresas plataformas como Uber Eats, 99 Food, iFood, Rappi, Loggi, entre outras, foram alçados, por governantes e por parte da população, a uma das soluções para o enfrentamento das dificuldades do isolamento social. Outrora

invisíveis, esses trabalhadores e trabalhadoras se tornaram, da noite para o dia, “heróis”, pois assumiram (sem alternativas) os riscos de contaminação e seguiram nas ruas entregando pedidos para que os demais ficassem em casa (Gonsales, 2020, P. 135).

Mesmo sob o discurso de “heroísmo”, isso não significou maiores rendimentos para essas pessoas, com uma rotina exaustiva e de baixo rendimento, a categoria enfrentou e continua a enfrentar dificuldades quase todos os dias, para conseguir renda em meio à crise econômica persistente, trabalhando por mais de 12 horas por vezes e ganhando cada vez menos.

Insatisfeitas/os/es com as condições de trabalho, em julho de 2020, entregadores e entregadoras por aplicativo promoveram a primeira greve nacional do setor. Além de ter sido o primeiro movimento paredista nacional, foi também a primeira participação da categoria em uma manifestação de dimensão internacional” (Gonsales, 2020, p.135). Assim surgiu o chamado “Breque dos aplicativos”, cujas reivindicações são o aumento do valor das corridas, o fim dos desligamentos indevidos, o seguro de vida e o de roubo, o apoio em caso de acidentes e a distribuição de equipamentos de proteção individual (EPIs).

Reivindicações como essas também aconteceram em anos anteriores: “a maior greve no setor aconteceu na Índia, país em que motoristas por aplicativo mais pulsam” (Gonsales, 2020, p. 134). Outras manifestações ocorreram em outros países, em janeiro de 2020 motoristas por aplicativo de 27 países se uniram e realizaram o primeiro encontro internacional da categoria.

Com esse movimento, foi possível observar que as tecnologias que ampliam a capacidade de controle e organização do trabalho também podem ser úteis para organização e comunicação de trabalhadores do setor. Em 2020, também foi fundada a *Transnational Workers Network* (TWN), uma organização internacional para defender os direitos dos/as trabalhadores/as e trabalhadoras intermediadas/os pelas plataformas.

São diversas pesquisas críticas que tratam da relação de trabalhadoras/es e aplicativos, as mais comuns são aquelas que se referem a intensa precarização, a apropriação das plataformas do mais-valor gerado pelos trabalhos, a falta de regulamentação, a ausência de direitos, o tempo e o controle de trabalho.

Filgueiras e Antunes (2020) são alguns dos que estudam sobre o tema a partir de uma visão de que o elemento central é a negação do assalariamento e apontam que o uso das TICs são “estratégias de contratação e gestão do trabalho que mascaram o assalariamento presente nas relações que estabelecem” (p. 60). Os mesmos autores também apontam que: “no capitalismo, dar efetividade aos direitos previstos para a classe trabalhadora é um desafio central, que constitui a própria história do movimento operário” (p. 75).

Assim sendo, considero importante refletir a complexidade do fenômeno das TICs, já que seus avanços vêm mudando os modos de viver, conviver e trabalhar. Um primeiro aspecto a destacar, é que muitas análises vem generalizando o setor, realizam uma análise a partir do trabalho desenvolvido por entregadoras/es ou motoristas de aplicativos e as/os colocam como trabalhadores/as das plataformas. Entretanto, há uma imensidão de “trabalhadores plataformizados”, que vão desde aquelas pessoas que produzem conteúdo para redes sociais, até aquelas que trabalham com análise de dados, *design*, desenvolvimento de sistemas, programação e outras atividades que mostram a diversidade de atuação no setor.

Outra questão interessante que vale registrar, é que as tecnologias também podem ser geradoras de emprego:

Em termos de emprego, num cenário de adoção acelerada da digitalização, a perda de 750 mil empregos por conta da substituição tecnológica seria compensada com a criação de um milhão de empregos até 2030 nos setores que serão favorecidos pela transformação econômica gerada pelos investimentos e adoção da Indústria 4.0 (Gaglia; Lazzareschi, 2018, S/P).

Assim sendo, há de se levar em consideração o crescimento econômico gerado pela inovação de produtos, redução dos custos e preços. O uso das tecnologias é um fenômeno complexo na medida em que gera novos empregos e uma onda de desemprego tecnológico.

Ainda não há dados sobre a participação das pessoas trans nas TICs, há algumas iniciativas como o EDUCATRANSFORMA, um projeto de capacitação na área que mostrarei com mais detalhes no capítulo seguinte junto de outras iniciativas. Algumas pesquisas começaram a surgir sobre a inserção das pessoas trans em empresas de tecnologia, como Santos (2021), que indica que as experiências pessoais que a área das TICs muitas vezes oferece, é a do primeiro espaço seguro para as pessoas explorarem sua identidade de gênero. O autor também descreve que a área de tecnologia é um tipo de trabalho que pode ser realizado de forma remota, permitindo assim que a pessoa trans sinta-se mais segura por não precisar expor seu corpo.

Cabe mencionar que a área de tecnologia também é marcada pela divisão sexual do trabalho, pois foi sendo concebida historicamente como domínio masculino, mas a presença de mulheres sempre existiu de forma invisível e enfrentando os obstáculos nesse espaço de trabalho. Inúmeras dificuldades ainda existem, em especial porque a presença feminina no trabalho continua marcada por processos que contribuem para a desvalorização das suas atividades.

Como mostra Luz e Gitahy (2016), a DST continua presente nos processos de formação da força de trabalho. Há uma grande presença feminina em áreas ligadas ao exercício do cuidado (historicamente percebidas como de atuação feminina) e a presença masculina em áreas tecnológicas. Isso resultou na concentração da força de trabalho feminina em atividades de saúde, beleza, cuidado e ensino.

No caso da força de trabalho masculina, a concentração está nas engenharias e também no campo da computação. Existe uma formação da força de trabalho que ocorre de forma generificada pois o gênero está em todas as relações, principalmente em relações de poder presentes nas famílias, nas escolas, nos cursos profissionalizantes, nos treinamentos profissionais, nas redes de relacionamento e nas universidades.

A participação de mulheres, pessoas LGBTI+, gordas, negras, ciganas e outras na área da tecnologia ainda é muito pequena, ainda mais porque essa área foi construída historicamente sobre bases androcêntricas, eurocêntricas e cisheteronormativas. Algumas iniciativas de incentivo à participação estão surgindo, em especial cursos e plataformas *online* como a {reprograma}<sup>100</sup> e o “PrograMaria” que focam em ensinar programação para mulheres cis e trans que não têm recursos e/ou oportunidades para aprender a programar. Inclusive, o PrograMaria, em maio de 2021, realizou um evento *online*, onde um dos painéis contou com a participação de profissionais trans e travestis que atuam na tecnologia e que compartilharam suas jornadas e trajetórias com o público do evento.

De acordo com Santos (2021), o trabalho remoto em tecnologia contribui para a carreira das pessoas trans no aspecto econômico e subjetivo, melhora o acesso a serviços, promove a segurança de gênero com a possibilidade de não confrontar discussões transfóbicas, e a área também traz visibilidade para inovadores/as e empreendedores/as trans. O autor também aponta que algumas empresas de tecnologia já vem trabalhando as questões de pronomes, a busca por uma linguagem mais neutra, mas há a necessidade ampliar mais ainda, a inclusão contratando mais pessoas trans para que tragam as suas demandas.

Há de se atentar também para o valor agregado ao capital das empresas quando elas apresentam uma imagem socialmente comprometida com segmentos discriminados, algo que vem crescendo gradativamente nos últimos anos no Brasil, principalmente após a criação da Norma de Certificação Social chamada de SA8000<sup>101</sup>, a norma, que certifica que uma empresa

---

<sup>100</sup> O colchete faz parte do nome da plataforma.

<sup>101</sup> Lançada em outubro de 1997 pela Council on Economics Priorities Accreditation Agency (CEPAA), atual Social Accountability International (SAI), organização não-governamental norte-americana. Foi criada

possui produtos ou serviços executados de forma socialmente correta, e pressupõe monitoramento e avaliações contínuas. Portanto, as empresas e a área de tecnologia se beneficiam quando a inserção de diversidade em seus ambientes.

Dentre os requisitos da SA8000, está o de que a empresa não deve praticar ou apoiar qualquer forma de discriminação baseada na raça, classe, gênero, orientação sexual, dentre outros marcadores sociais de diferença. Porém, o respeito à diversidade faz parte das estratégias das empresas na busca de maior produtividade e eficiência. Portanto, o objetivo final é o crescimento dos lucros. Inclusive, são as multinacionais que lideram as iniciativas de inclusão da diversidade no Brasil: Dow<sup>102</sup>; Carrefour<sup>103</sup> e Micro Rainbow Brasil<sup>104</sup>. Inclusive, em notícia recente, a loja varejista de moda C&A<sup>105</sup>, em parceria com a plataforma Transempregos<sup>106</sup>, abriu vagas temporárias de emprego para travestis e transexuais.

Entretanto é necessário observar também que empresas que demonstram ser amigáveis para a população LGBT+ não necessariamente chegam a contratar essas pessoas ou as deixam à vontade para assumir sua orientação e identidade de gênero. Para Maite Schneider, Cofundadora do projeto TRANSEMPREGOS:

As empresas no Brasil estão cada vez mais preocupadas com Diversidade e Inclusão, mas no que se refere às contratações, elas ainda são muito higienistas. A maioria delas (das pessoas contratadas) são gays, brancos, cisgêneros e que parecem que frequentam até a mesma barbearia. Poucas mulheres lésbicas. Bissexuais quase não aparecem. E profissionais transgêneros, raramente, muito raramente mesmo, estão sendo contratados. E quando são, normalmente optam-se por aquelas que tenham “passabilidade”

---

baseando-se nas normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU. Trata-se de uma norma voluntária de responsabilidade social das empresas, que estabelece por um lado, um referencial composto por um conjunto de critérios, relativos às condições de trabalho, passíveis de serem auditados e, por outro, um sistema de verificação independente da conformidade das unidades de produção em relação a esses critérios. (Lopes, 2004). Adequar-se a tal norma pode agregar benefícios à empresa.

<sup>102</sup> A Dow é uma das principais empresas do segmento químico e líder global e fornecedora do portfólio mais completo para tintas e revestimentos da América Latina.

<sup>103</sup> Carrefour é uma rede internacional de hipermercados fundada na França em 1959. Em 2021, o grupo detinha aproximadamente 14.000 unidades em 40 países. Ver mais em: <https://www.carrefour.com.br/>

<sup>104</sup> A visão da Micro Rainbow é criar um mundo onde as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans, queer e intersexuais (LGBTQI) estejam seguras, livres de discriminação, perseguição e tenham oportunidades iguais na vida, inclusive no acesso a emprego, treinamento, serviços financeiros e moradia. No Brasil, há ações no município do Rio de Janeiro, com o financiamento da União Europeia. Para ver mais: <https://mrifoundation.global/>

<sup>105</sup> A C&A é uma cadeia internacional de lojas de vestuário. No Brasil, é uma das maiores redes de lojas de departamento do país. Em 2018, em parceria com a plataforma transempregos, oferece diversas vagas em todo o país para pessoas trans. As pessoas candidatas às vagas precisavam ter ensino médio completo, e algumas características favorecidas para o processo de seleção

<sup>106</sup> O TransEmpregos foi criado no ano de 2013 e trata-se de uma plataforma digital que oferece empregos para pessoas trans no Brasil.

– termo usado para quando uma pessoa trans é lida como uma pessoa cisgênera pelo grupo que a cerca<sup>107</sup> (Schneider, 2022).

Para Maite, não há inclusão, mas o que as empresas querem é o retorno midiático, aumentando a visão (mesmo que superficial) de que se está preocupada com responsabilidade social. Com a política do respeito à diversidade, as empresas conseguem obter uma boa imagem perante o público interno e externo, portanto estabelecem uma melhor relação com as/os consumidoras/es finais de seus produtos e assim conseguem aumentar o seu faturamento. Além disso, uma boa gestão de diversidade contribui para maior capacidade de resolver problemas já que existem trabalhadores/as com experiências diferentes e potencialmente complementares.

É importante que discutamos aqui, portanto, a qualidade do mercado de trabalho que vem se abrindo para pessoas trans e travestis, quais iniciativas são essas, quais se conformam enquanto políticas públicas ou como ações apenas pontuais. É o que mostrarei no capítulo seguinte.

---

<sup>107</sup> Texto escrito por Maite Schneider em seu LinkedIn. Para ver completo, acesse em: <https://www.linkedin.com/pulse/transrevolu%C3%A7%C3%A3o-como-empresas-podem-mudar-vidas-e-o-schneider-/>

## 5 AS INICIATIVAS GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS PARA PRODUÇÃO DE TRABALHO E RENDA ENTRE PESSOAS TRANS NO BRASIL: EXISTE UMA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO?

*Em suas zonas de conforto cabem travestys?  
O quanto é possível você, cisgênera, se fazer confortável para  
construir uma real troca de idéias com uma travesty, sem nenhuma  
fala de constrangimento, interrupção ou invalidação de discurso?*

*Lama<sup>108</sup>*

No Brasil, há quase uma inexistência de políticas definidoras de inserção e qualificação de pessoas trans para o mercado de trabalho, e mesmo as que existem, parecem ser construídas a partir da superexploração desses sujeitos, como também, utilizam estratégias de utilização da sua mão de obra barata. Por esse motivo, destaco a trajetória das políticas de trabalho e geração de renda no país, e assim, também demonstrar a escassez dessas políticas e iniciativas, especialmente no âmbito do Estado.

Infelizmente, o cenário investigado mostrou que as poucas iniciativas existentes dirigidas às pessoas trans, não se constituem como políticas propriamente ditas, mas sim como ações pontuais, promovidas por grupos, empresas privadas e organizações que promovem algumas oportunidades dirigidas às pessoas trans, como é o caso das plataformas TransEmpregos, EducaTRANSforma e o Transerviços.

No cenário do neoliberalismo, cresce o nível de exploração e as desigualdades sociais se agudizam, dessa forma, a questão social<sup>109</sup> assume novas roupagens. Inscrita na natureza das relações sociais capitalistas, a questão social passa atualmente por um processo de criminalização, e se estabelece uma tendência de sua naturalização, isentando a sociedade de classes, da sua responsabilidade na reprodução das desigualdades sociais.

Para Yamamoto (2015), atualmente a questão social evidencia a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o

---

<sup>108</sup> LAMA é paraibana. Escritora, multiartista, travesty, performer, slammer, estudante de Serviço Social, co-organizadora e artista residente no selo musical e na coletiva Rasga Mortalhaec. Também faz parte da Casa das Benvenutty. Publicou seu primeiro livro em 2021 pela Editora Triluna. O trecho do poema foi retirado da sua página no Medium. Para conferir, acesse: <https://medium.com/@lamapretah>

<sup>109</sup> Expressa disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, étnico-raciais e formações regionais colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal” (Yamamoto, 2001, p. 17).

impulsionam, tal fratura vem se traduzindo na banalização da vida humana, desemprego e violência. Os mais afetados por essa fratura, são aqueles/as que dispõem apenas de sua força de trabalho para sobreviver; penalizam-se os/as velhos/as trabalhadores/as, as mulheres e as novas gerações de filhos/as da classe trabalhadora, jovens e crianças, em especial negros/as e mestiços/as.

Nos últimos anos, detectou-se a visibilidade de novos sujeitos ou titulares de direitos, cujas garantias legais se especificaram guiadas pelo critério das diferenças concretas que os distinguem entre si (Pereira, 2009). Dessa forma, o surgimento desses novos sujeitos e titulares de direitos, também fez ampliar demandas e o universo de atendimento das políticas sociais.

Em meados da década de 1970, por meio da luta dos movimentos sociais, ganhou visibilização como questão política, as desigualdades nas relações de gênero, o preconceito, a discriminação étnico-racial e a heteronormatividade. De acordo com Behring (2011), os “anos 1980 são conhecidos como a década perdida do ponto de vista econômico, ainda que também sejam lembrados como período de conquistas democráticas, em função das lutas sociais e da Constituição de 1988” (p. 138).

Nos anos 1980 diversos sujeitos coletivos denunciaram certo mal-estar na vida cotidiana, com um forte questionamento aos valores culturais conservadores em favor da política de identidade, isso foi revelado sob várias formas de protesto (Santos, 2009).

Esses sujeitos articulavam-se em torno de fenômenos na área cultural com ênfase na conhecida “revolução cultural” com os movimentos feministas e os movimentos por liberdade de orientação e expressão sexual, foi a partir desses movimentos que entram em cena políticas e programas centrados na família, na mulher, infância e adolescência, populações LGBTI+ e diversos sujeitos que encontravam-se em situação de opressão na sociedade.

Em 1960 com o cenário pós-guerra, a eclosão do Maio de 1968, as manifestações estudantis e a luta pelos direitos civis nos EUA, e aqui no Brasil a partir da década de 1970 com a crise do milagre econômico e os estertores da ditadura que se formaram narrativas culturais centradas na luta pela liberdade, que demonstravam que o cotidiano estava permeado pela violência, desumanização, opressão e exploração.

Nesse cenário pós repressão política da ditadura militar, correspondeu a transformações “no plano da cultura, com o surgimento especialmente na música popular brasileira de personagens que veiculavam uma imagem andrógina e transgressora dos papéis sexuais” (Almeida, 2005, p. 38). Dessa forma, as reivindicações desses sujeitos:

sinalizaram para o fato de que o capitalismo, apesar de se apresentar como um projeto societário voltado para o reconhecimento dos indivíduos, na condição de sujeitos de direito, não vinha cumprindo com sua promessa de igualdade e liberdade para todos os indivíduos sociais (Santos, 2009, p. 67).

Conforme menciona Almeida (2005), foi o contexto ideal para o surgimento dos movimentos gay e lésbico, e foi o ano de 1981 quando foi registrada a existência de vinte grupos militantes no país.

Aqui no Brasil, o surgimento do movimento LGBTI+, se deu no final dos anos 1970, período em que a ditadura militar começou um processo gradual de abertura política, o qual criou condições para o florescimento desses novos sujeitos políticos, os movimentos sociais (Miskolci, 2011). Para Almeida (2005), o ano de 1978 é o marco de um relativo abrandamento da censura e começo da “abertura política”, condicionantes que proporcionaram a emergência dos primeiros núcleos do movimento homossexual brasileiro.

Facchini (2005), analisa que o movimento LGBTI+ é um campo de atuação heterogêneo, pois congrega uma série de iniciativas com formatos institucionais variados: grupos comunitaristas, setoriais de partidos políticos, Organizações Não Governamentais (ONG's), associações, iniciativas de caráter religioso e outros.

Atualmente, a agenda de lutas do Movimento LGBTI+ no Brasil, envolve um conjunto amplo de reivindicações, como a adoção conjunta por famílias homoparentais de crianças/adolescentes, a criminalização da LGBTfobia e a simplificação dos processos de requalificação civil de pessoas trans.

De acordo com Carrara (2010), essa agenda foi sendo promovida através de uma rede complexa e múltipla de relações, em que alguns sujeitos, coletivos ou individuais atuaram conscientemente no sentido de apoiá-la, enquanto outros lutaram para negá-la ou desqualificá-la.

### **5.1. Movimento LGBTI+ e diversidade de demandas por direitos na cena pública brasileira: revisão bibliográfica**

As manifestações ocorridas no famoso bar gay *Stonewall In*, na cidade de Nova York, em junho de 1969 certamente tornaram-se um marco simbólico fundante na luta pelos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Há pouco mais de 40 anos atrás, o referido bar que era popularmente conhecido pela presença de homossexuais, foi invadido por policiais que prenderam os proprietários, renderam e espancaram o público que frequentava o local.

A partir de tal fato, o *Stonewall In* deu origem a várias manifestações de Lésbicas, Gays e Travestis que protestavam contra a homofobia e a discriminação. De acordo com Baliero (2012), aproximadamente um século depois da invenção psiquiátrica do homossexual e de uma caracterização negativa que ainda persiste em relação aos que se identificam como LGBTI+, foi adotada como estratégia política positivar a experiência gay, a partir da reivindicação do orgulho gay:

Para caracterizar a ruptura que ele representou com os métodos tradicionais de militância; basta lembrar que o marco simbólico de seu aparecimento foi uma batalha de três noites, travada por homossexuais, incluindo muitos travestis e prostitutas, contra a polícia no gueto guei de Nova York em junho de 1969. A luta foi bastante violenta e os homossexuais, além de evidenciar uma fúria inusitada contra seus tradicionais repressores, também gritaram palavras de ordem insólitas para a época, como: “Poder Gay” “Sou bicha e me orgulho disso” “Eu gosto de rapazes” etc. (Macrae, 2011, p. 26).

Foi através dos conflitos de *Stonewall* que deram origem a parada do “Orgulho Gay”, atualmente chamada de Parada do orgulho LGBTI+, ou parada da diversidade que acontecem em vários lugares do mundo, inclusive no Brasil onde acontece a maior do mundo no estado de São Paulo (SP), na Avenida Paulista, estando incluída no calendário turístico da cidade. Inclusive, após dois anos de restrições da pandemia da Covid-19 (quando a parada não aconteceu) no ano de 2022 atingiu o recorde de quatro milhões de pessoas, segundo a organização. A Associação da Parada do Orgulho LGBT+ de São Paulo (APOLGBT SP) é a principal responsável pela organização do evento, criada por jovens militantes.

Conforme Trevisan (2018), a Associação é organizada em diversificadas equipes de trabalho, e convidam empresários de estabelecimentos LGBTI+ para dar suporte financeiro e apoio logístico em troca de divulgação do patrocínio. O crescimento do evento favoreceu a abertura política, que, inclusive, fez aumentar significativamente grupos ativistas em todo o país que passaram a atuar de forma mais direta, respondendo às tendências e necessidades da população LGBTI+.

No período, dos anos 1990 ocorreu a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), e da Associação Nacional de Travestis e Liberados (ASTRAL), grupos importantes em atuação até os dias atuais que surgiram na intenção de reivindicar e implementar políticas para a população LGBTI+.

O apoio para a criação da ASTRAL veio de um projeto de prevenção das DST e AIDS chamado “Saúde na Prostituição” que realizava reuniões com

profissionais do sexo no Instituto Superior de Estudos da Religião (ISER), local onde passaram a se realizar as reuniões da associação. A influência das políticas públicas de combate à epidemia da AIDS parece ter sido crucial também na constituição das outras organizações de travestis que surgem nos anos seguintes. Assim, dois “modelos” se tornam hegemônicos na construção de organizações de travestis no Brasil. Algumas surgem da auto-organização de travestis em resposta à violência policial nos locais de prostituição, e outras a partir do investimento de ONGs do movimento homossexual e ONGs-AIDS em projetos de prevenção junto à população de travestis profissionais do sexo (Carvalho, 2011, p. 27).

Conforme destaca Macrae (2011), o exemplo de Nova York em 1969, logo foi seguido em outras partes dos Estados Unidos, Europa, América Latina e, em outros países, onde foram surgindo grupos que adotaram táticas de luta diversas e reivindicações qualitativamente diferentes.

Aqui no Brasil, esse exemplo só foi seguido anos adiante, tendo em vista a nossa cultura de atraso em diversos aspectos históricos de desenvolvimento de um país periférico. Exemplos desse atraso são a questão de que fomos o último país do continente a abolir a escravidão, a educação ter sido por muito tempo privilégio da elite burguesa, e a pobreza e desigualdades sociais que ainda afetam uma grande parcela da população.

Segundo Trevisan (2018), a questão LGBTI+ só chegou no Brasil com, pelo menos, uma década de atraso, a luta pelos direitos no fundo, foi vista pela elite cultural como uma passageira “moda de verão”, num tom de falso progressismo político e cultural fomentada pela profusão de personagens homossexuais que estavam em alta nas rádios, televisões e filmes brasileiros, assim excitou a elite modernizadora, que se sentia orgulhosa em ter ao seu redor pessoas LGBTI+.

Um atraso brasileiro em relação às questões LGBTI+ se deve ao fato do contexto ditatorial que também dificultou a emergência das inquietações feministas e antirracistas. No período da ditadura, a primeira fase do movimento LGBTI+ no Brasil encontrou dificuldades para se consolidar. De acordo com Trevisan (2018), foi uma época de violência e aprisionamento, em especial de travestis, e foi um período em que os grupos de esquerda ortodoxa colocavam assuntos como sexualidade e raça dentro do rótulo vago e finamente depreciativo de “luta das minorias” (p. 316).

Foi no final do ano de 1977 que alguns artistas, intelectuais e jornalistas homossexuais de São Paulo e Rio de Janeiro se reuniram e surgiu a ideia de formar um coletivo para criação de um jornal que fosse vendido mensalmente nas bancas do país com conteúdo LGBTI+. Foi

assim que em 1978, foi publicada a primeira edição do jornal “Lampião da Esquina<sup>110</sup>” (Trevisan, 2018).

De acordo com Almeida (2005), registra-se que no jornal “O Lampião da Esquina”, houve um número especificamente voltado e construído pelas e para as lésbicas, cuja tiragem foi distribuída nos bares e boates do gueto lésbico da cidade de São Paulo. Entretanto, divergências internas fizeram com que a experiência culminasse em um conflito entre as lésbicas e parte dos gays contra a direção do jornal.

Embora persista a existência de grupos mistos, formados por gays e lésbicas, no movimento de lésbicas atualmente, a tendência majoritária é a de conformação de grupos formados exclusivamente por mulheres. A opção pelos grupos exclusivos, relaciona-se à crítica da relação que as lésbicas mantiveram com gays no interior de grupos mistos, onde as primeiras eram muitas vezes obscurecidas pelos interesses dos últimos (Almeida, 2005, p. 81).

A visibilidade política quanto à sexualidade e identidade de gênero, que foi produzida com as primeiras manifestações do movimento LGBTI+, transformou-se em uma pauta social relevante naquele período. Enquanto alguns ainda a caracterizam como algo desviante e fora da norma, outros clamavam pela sua assimilação e naturalização.

Nos anos de 1980, diversos sujeitos coletivos denunciaram certo mal-estar na vida cotidiana, com um forte questionamento dos valores culturais conservadores em favor da política de identidade, isso foi revelado sob várias formas de protesto (SANTOS, 2009). Esses sujeitos articulavam-se em torno de fenômenos na área cultural com ênfase na conhecida “revolução cultural” com os movimentos feministas e os movimentos por liberdade de orientação e expressão sexual, foi a partir desses movimentos que entraram em cena políticas e programas centrados na família, na mulher, infância e adolescência, populações LGBTI+ e diversos sujeitos que se encontravam em situação de opressão na sociedade.

Foi a partir de então que se formaram lutas sociais centradas na liberdade como um valor central e que demonstravam que o cotidiano estava permeado pela violência, desumanização, opressão e exploração, em suas mais diferentes expressões. Dessa forma, as reivindicações desses sujeitos:

[...] sinalizaram para o fato de que o capitalismo, apesar de se apresentar como um projeto societário voltado para o reconhecimento dos indivíduos, na

---

<sup>110</sup> O jornal passou por diversos momentos até ser encerrado em 1981 devido a divergências do conselho editorial. Teve três anos de vida e 37 números publicados mensalmente com distribuição em todo o território nacional (TREVISAN, 2018).

condição de sujeitos de direito, não vinha cumprindo com sua promessa de igualdade e liberdade para todos os indivíduos sociais (Santos, 2009, p. 67).

Aqui no Brasil, o surgimento do movimento LGBTI+, se deu no final dos anos 1970, período em que a ditadura militar começou um processo gradual de abertura política, o qual criou condições para o florescimento desses sujeitos políticos, os movimentos sociais (Miskolci, 2011).

Para Facchini (2005), o movimento LGBTI+ é um campo de atuação heterogêneo, pois congrega uma série de iniciativas com formatos institucionais variados: grupos comunitaristas, setoriais de partidos políticos, Organizações Não Governamentais (ONG's), associações, iniciativas de caráter religioso e outros.

Quase dez anos depois das manifestações de *Stonewall*, as primeiras reivindicações de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais surgiram também no Brasil. Conforme destaca Louro (2011), com o movimento LGBTI+, a homossexualidade deixa de ser vista – pelo menos por alguns setores da sociedade – como uma condição uniforme e universal e passa a ser compreendida em suas dimensões de classe, raça, etnia, geração, e outras: “A ação política empreendida por militantes e apoiadores torna-se mais visível e assume caráter libertador” (p. 31)

De acordo com os estudos de Facchini (2005) o surgimento do movimento LGBTI+ no Brasil é associado à fundação do grupo “Somos - Grupo de afirmação Homossexual”, em São Paulo, no ano de 1978:

Não podemos negar que a ditadura produziu, por assim dizer, boa parte das condições para o *boom* movimentalista que ocorreu no decorrer dos anos 1970, e pode ter marcado sensivelmente as trajetórias individuais e os modos de atuação dos primeiros militantes homossexuais brasileiros (Facchini, 2005, p. 93).

O Somos foi o primeiro grupo reconhecido nas pesquisas sobre a temática, como tendo propostas politizadas na questão da homossexualidade. Ele também adquiriu grande visibilidade do ponto de vista histórico, pela sua atuação política importante, e por ter se constituído enquanto uma experiência marcante na vida das pessoas que passaram pelas suas atividades.

Conforme Trevisan (2018), inicialmente as reuniões do Somos se revezavam na casa dos participantes já que não havia uma sede e para garantir a semi clandestinidade, ainda

necessária naquele período de ditadura. A partir de 1979 um número maior de lésbicas se junta ao Grupo Somos, após debates na USP e o grupo se expande com encontros maiores.

Ainda em 1979, as lésbicas organizaram-se como “facção lésbica-feminista”, um subgrupo do Somos. Em maio de 1980 tornaram-se autônomas, organizando o Grupo Lésbico Feminista, o LF. Durante a década de 1980, não só em São Paulo, mas em outros estados do Brasil, surgiram várias organizações lésbicas (Almeida, 2005, p. 43).

Um aspecto importante mostrado por Almeida (2005), é que tanto no contexto brasileiro como o internacional, o movimento de lésbicas se desenvolveu em estreita vinculação ideológica e organizativa com os outros dois movimentos muito fortes, o movimento feminista e o movimento homossexual.

No começo da década de 1980 outros grupos vão surgindo em São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Niterói (RJ), Belo Horizonte (MG), Salvador (BA), Brasília (DF), Recife (PE), João Pessoa (PB) e no interior do estado de São Paulo (Trevisan, 2018).

O grupo Somos serviu de referência para outros grupos se formarem no Brasil, como o Grupo Gay da Bahia (GGB) e outros grupos que foram surgindo no decorrer do tempo. Em 1979 esses grupos se reuniram no I Encontro Brasileiro de Grupos Homossexuais Organizados com a participação de Travestis, Lésbicas e Gays. Trevisan (2008), mostra que o GGB fundado em 1980 foi o primeiro grupo de homossexuais a ser registrado como sociedade civil no ano de 1983.

No entanto, antes do final da primeira metade dos anos 1980 houve uma redução do número de grupos presentes no movimento, justificado pelo surgimento da epidemia da Aids, a denominada inicialmente de modo pejorativo de “peste gay”, que teve poder de desmobilização das propostas de liberação sexual, e, ainda, pelo fato de muitas lideranças terem se voltado para a luta contra a Aids, criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia.

A forte associação, de caráter negativo entre a Aids e a homossexualidade, levou diversos grupos a optarem por não trabalhar prioritariamente na luta contra a Aids (Facchini, 2005):

Na década de 1980, a sociedade brasileira se deparou com o drama da epidemia de HIV/Aids, bem em meio à redemocratização do país, quando o movimento sanitário – formado por médicos provenientes das universidades e mesmo do então Movimento Homossexual Brasileiro “conseguiu adentrar no Estado, criando um ambiente mais acolhedor às demandas dos movimentos sociais e uma sensibilidade para a urgência instaurada pela epidemia. Assim,

o movimento homossexual foi bem-sucedido no diálogo com o Estado para auxiliar na criação de nosso programa de Aids. (Miskolci, 2011, p. 40).

Trevisan (2018), mostra que a epidemia da Aids foi rapidamente associada a um tipo de peste, que no imaginário coletivo sempre encarou as doenças de massa como castigos impostos, e no caso da aids essa ideia caiu como luva.

Conforme aponta Irineu (2009) o advento da AIDS, um dispositivo que de inquisidor tornou-se motivador de luta, e a sua desestigmatização como “peste gay” passou a ser um pilar central no reconhecimento das questões LGBTI+ no Brasil. A epidemia inicial do HIV/Aids teve o efeito de repatologizar a homossexualidade em novos termos, e contribuiu para que certas identidades, vistas como perigo para a saúde pública, passassem por um processo de politização controlada, assim a epidemia tornou-se um divisor de águas na história contemporânea modificando a sociedade como um todo, mas com efeitos normalizadores ainda maiores no campo das homossexualidades.

Louro (2011) sublinha que a doença teve o efeito imediato de renovar a homofobia latente da sociedade, intensificando uma discriminação que já demonstrava alguns setores:

A intolerância, o desprezo e a exclusão – aparentemente abrandados pela ação da militância homossexual – mostravam-se mais uma vez intensos e exacerbados. Simultaneamente, a doença também teve um impacto que alguns denominaram de “positivo”, na medida em que provocou o surgimento de redes de solidariedade (Louro, 2011, p. 36).

Com o combate ao vírus da Aids, também se mudam os discursos, que se dirigem menos às identidades e concentram-se mais nas práticas sexuais, enfatizando por exemplo a prática do sexo seguro. (Louro, 2011). Para Miskolci (2011), o próprio movimento social fortaleceu alianças, diálogos e relações com o Estado e a academia, a maioria deles estabelecidos durante o auge do enfrentamento da epidemia.

Parker (2003), mostra que tanto no Brasil como em outros países do mundo, as políticas de HIV/AIDS tornaram-se uma prioridade crucialmente importante na procura da construção de uma resposta mais coerente e efetiva no futuro. O primeiro órgão governamental a se preparar para a epidemia foi a Secretária do estado de São Paulo, que criou no ano de 1983 um programa direcionado à população. O exemplo de São Paulo foi motivador para a criação de campanhas, promoção de debates e distribuição de camisinhas em nível nacional.

De acordo com Trevisan (2018), foi com a mobilização de pessoas e grupos LGBTI+ que lutaram, protestaram, e se organizaram e que “o Brasil conseguiu montar uma rede de enfrentamento a aids considerada modelo pela Organização Mundial de Saúde” (p. 343).

No ano de 1986 ficou conhecida em São Paulo, no bairro do Bexiga, a pensão da travesti Brenda Lee, que abrigava e apoiava diversas travestis com HIV. A Casa de Apoio Brenda Lee<sup>111</sup> foi a primeira casa de acolhimento e continua ainda hoje desenvolvendo serviços, projetos e programas voltados à assistência social, cultura, educação, direitos humanos e saúde.

De acordo com Carvalho (2011), em 1984, Brenda Lee passou a acolher em sua casa os chamados “pacientes sociais”, que eram aquelas pessoas que não necessitavam de internação hospitalar, mas “não tinham condições de exercer uma ocupação profissional e careciam de cuidados médicos diários”. A maioria era de travestis soropositivas e/ou vítimas de violência. Vale mencionar que:

Dotadas de uma identidade, as travestis só surgem como categoria a ser incorporada pelo então movimento homossexual quando a opção por uma política identitária começa a se consolidar e as categorias abarcadas pelo movimento passam a ser especificadas. A construção do movimento com base em identidades coletivas, em detrimento de um movimento em torno da questão da homossexualidade, possibilitaria a entrada de travestis sem que seus estigmas fossem relacionados à identidade “homossexual” ou “gay” (como se configuraria anos depois). Para isso, o conceito de orientação sexual foi fundamental para a distinção entre os dois coletivos (Carvalho, 2011, p. 25).

Um aspecto importante apontado por Parker (2003) que deve ser considerado diz respeito ao cenário crucial na procura do impacto e da resposta à epidemia de HIV/AIDS no Brasil. Isso devido a deterioração do sistema público de saúde, que começou durante o período autoritário, de 1964 a 1984 e que continuou a piorar durante a longa recessão econômica que acompanhou o fim da ditadura no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. O que acabou “limitando a capacidade do país de tratar seus muitos problemas de saúde já existentes e condicionando as maneiras pelas quais ele responderia à emergência desta nova doença infecciosa” (p. 11).

Nesse momento começaram a surgir as “ONGs Aids no final da década de 1980 e o estabelecimento de sua relação com o Estado brasileiro na década de 1990, principalmente com projetos destinados à prevenção e a constituição de uma rede de proteção social para as pessoas infectadas (Almeida, 2005).

De 1988 a 1990 este rápido crescimento do movimento de ONGs/AIDS no Brasil foi acompanhado por notáveis sucessos em termos de realizações. Em quase todos os maiores centros urbanos no país, pelo menos uma ONG/AIDS

---

<sup>111</sup> Inicialmente chamada de “Palácio das Princesas”, a casa passou a se chamar “Casa de Apoio Brenda Lee” em 1986. (CARVALHO, 2011).

surgiu e rapidamente tornou-se um ponto chave de referência para informação concernente à epidemia (Parker, 2003, p. 24).

Um elemento central assinalado por Parker (2003), diz respeito ao financiamento por parte do Banco Mundial<sup>112</sup> através de uma série de grandes empréstimos ao Governo do Brasil para respostas contra a AIDS no país. Para Almeida (2005), a prevenção da epidemia, ao contrário da assistência aos soropositivos, não dependia nem era afetada pelas restrições impostas ao orçamento público federal referente às políticas sociais, como a política de saúde (p. 198).

Para Trevisan (2018), alguns militantes começaram a responder às diretrizes do Estado e, com isso, surgiram pessoas LGBTI+ com um perfil mais profissional e visível na mídia, atuando e trabalhando dentro e fora das políticas governamentais. Naquele momento, cresceu o número de ONGs e a centralização de poder nos poucos participantes delas para aplicar os recursos financeiros: “Quem mais aparecesse na mídia, mais liderança demonstrava e, portanto, detinha mais o poder de barganha” (Trevisan, 2018, p. 344).

Parker (2003) indica que o Brasil é considerado “não somente como a mais bem sucedida experiência já realizada em qualquer país em desenvolvimento, mas talvez em qualquer país do mundo” (p. 8). Isso porque, segundo o autor, o tratamento e a prevenção possuem um modelo único que foi “enraizado na tradição de um sistema de saúde pública “integral” originalmente liderado pelo progressivo movimento de reforma sanitária” (p. 9).

A aids era vista a partir de uma ótica de culpabilização do sujeito. Para Trevisan (2018), diante da fatalidade do câncer, as pessoas sadias sentiam pena, já em relação a aids, as mesmas pessoas tendiam a sentir raiva, a partir de um julgamento moral que a via como doença do corpo marcado por uma vida obscena, de devassidão e/ou pecados.

Weeks (2000) destaca que no período dos anos 1980 e 1990 no Brasil, nunca se havia assistido à celebração de corpos saudáveis e perfeitamente harmoniosos, porém a síndrome da Aids devastou o corpo:

Estava estreitamente conectada com o sexo — com atos através dos quais o vírus HIV poderia ser transmitido. Muitas pessoas, e não apenas na imprensa sensacionalista, apresentavam a AIDS como um efeito necessário do excesso sexual, como se os limites do corpo tivessem sido testados e não tivessem passado no teste da "perversidade sexual". De acordo com os mais óbvios comentaristas, era a vingança da natureza contra aqueles que transgrediam

---

<sup>112</sup> O Banco Mundial tem dado grande atenção às ONGs desde a década de 80, considerando-as como mais eficientes que as agências governamentais, priorizando ações em parceria com elas (Almeida, 2005, p. 56).

seus limites. A suposição parecia ser que o corpo expressa uma verdade fundamental sobre a sexualidade. Mas que verdade poderia ser esta? Sabemos agora que o vírus HIV, responsável pelo colapso das imunidades do corpo, causando a AIDS, não é seletivo no seu efeito. Ele afeta heterossexuais e homossexuais, mulheres e homens, jovens e velhos. Além disso, ao mesmo tempo, ele não afeta todas as pessoas nessas categorias, nem mesmo necessariamente os/as parceiros/as das pessoas infectadas com HIV. Contrair o HIV é, em parte, uma questão de acaso, mesmo para aquelas pessoas que estão envolvidas no que agora chamamos de "atividades de alto risco" (p. 24-25).

Em 1990, o ativismo pelos direitos das pessoas LGBTI+ voltou a crescer. Naquele período, os encontros nacionais do movimento, com o aporte financeiro governamental, passaram a ocorrer anualmente ou bienalmente, e a quantidade de grupos participando aumentou significativamente.

Foi a partir de 1995, que os encontros de pessoas LGBTI+ passam a contar com o financiamento de programas estatais de combate às DST/Aids e a ocorrer paralelamente aos encontros nacionais de “gays e lésbicas que trabalham com Aids, rebatizados posteriormente de encontros de “gays, lésbicas e travestis que trabalham com Aids”.

Trevisan (2018), aponta que durante o IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis no ano de 1997, militantes rivais entraram em conflito indo parar na delegacia após uma discussão sobre as verbas do Ministério da Saúde.

Portanto, a Aids apareceu tanto como fator de desmobilização quanto como uma preocupação fundamental dos movimentos (Facchini, 2005). Intensificou-se a demanda favorável à criação de uma comissão, rede ou entidade do movimento LGBT em nível nacional. Dessa forma, foi fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT), em assembleia geral durante o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL) no ano de 1995.

Também em 1995, organizações de travestis participam em um espaço do movimento, no VIII EBGL, e criam a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT) e o termo “travesti” passa a fazer parte da sigla, resultando na inclusão também no nome do encontro nacional de 1997, o EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis) (Carvalho, 2011).

Nesse momento, a letra “T” acrescida à sigla do movimento diz respeito apenas às travestis. A entrada da categoria “transexual” é mais tardia, só passando a ter maior presença no cenário político nacional em meados da década de 2000. Ainda em 1995 foi criado o Grupo Brasileiro de Transexuais (GBT). [...] Neste mesmo ano de 1997, a presença de militantes internacionais também influencia a entrada da categoria “transexual” no vocabulário do

movimento. Indianara fala da vinda de Camille Cabral e o início da disputa entre as identidades “travesti” e “transexual” na qual surgiu a proposição do termo “transgênero” (Carvalho, 2011, p. 31-32).

De acordo com Facchini (2005), durante o VIII EBGL, a ABGLT obteve a filiação de 32 entidades do movimento: “A associação contou com a filiação de cerca de 80% dos grupos de gays, lésbicas e travestis presentes ao VIII EBGLT. Porém, também contou desde o início, com a oposição e o questionamento por parte de outros grupos presentes no encontro.

A primeira parada do Orgulho LGBTI+, ou Parada Gay, ocorreu em 1995 no Rio de Janeiro, organizada quando ocorreu a 17ª Conferência Internacional da International Lesbian and Gay Association, que no momento contava com cerca de 450 grupos associados em mais de sessenta países.

Conforme mostra Irineu (2009), no ano de 1997, ocorreu a primeira parada no município de São Paulo, que reuniu aproximadamente 2 mil pessoas na Avenida Paulista, com o tema “Somos muitos, estamos em todas as profissões”. A partir de então, a Parada foi ampliando o público a cada edição. Rapidamente, ela se tornou o movimento social que mais levava militantes ao espaço público nos anos 1990:

A partir da década de 1990, o movimento multiplica também as categorias de referência ao seu sujeito político. Assim, em 1993, ele aparece descrito como MGL (“movimento de gays e lésbicas”) e, após 1995, surge primeiramente como um movimento GLT (“gays, lésbicas e travestis”) e, posteriormente, a partir de 1999, começa a figurar também como um movimento GLBT – de “gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros”, passando pelas variantes GLTB ou LGBT, a partir de hierarquizações e estratégias de visibilização dos segmentos. Em 2005, o XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Transgêneros aprova o uso de GLBT, incluindo oficialmente o B de bissexuais à sigla aceita no país e convencionando que o T se refere a travestis, transexuais e transgêneros. A solução provisória encontrada pelo XII EBGLT foi posteriormente revogada e, em 2008, o evento já se chamava EBLGBT (Encontro Brasileiro de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). A sigla do EBLGBT acompanhou mudança ocorrida em meados do ano de 2008, a partir da Conferência Nacional GLBT, quando, não sem alguma polêmica, foi aprovado o uso da sigla LGBT para a denominação do movimento, o que se justificaria pela proposta de visibilizar o segmento das lésbicas. (Facchini; França, 2009, p. 62-63).

Também nos anos de 1990, assistimos à organização de setoriais LGBTI+ em partidos políticos como o PT e o PSTU, bem como o lançamento de candidaturas e a proposição de projetos de lei, o que demonstra uma transformação nas relações entre ativistas e partidos (Facchini; França, 2009). Conforme destaca Facchini (2005), o período entre 1990 e 1991 foi marcado por mudanças no cenário brasileiro de respostas à epidemia da Aids, e na segunda

metade da década de 1990, uma conquista importante do movimento de pessoas vivendo com HIV, foi o fato de que passaram a ser distribuídos gratuitamente medicamentos antirretrovirais no SUS:

Para além de qualquer apoio oferecido pelo Ministério da Saúde, por meio do Programa Nacional de DST/Aids, seja na forma de recursos para o desenvolvimento de projetos financiados, seja na forma de incentivos à organização do movimento e ao seu engajamento na luta contra a epidemia, a Aids propiciou um debate social acerca da sexualidade e da homossexualidade, à qual foi associada, em particular. Sem dúvida, a epidemia da Aids, sua associação à homossexualidade, todo o debate social que se deu nesse sentido e os encaminhamentos das políticas públicas de saúde – visando promover ações de prevenção e cuidados que envolvessem a participação da “comunidade homossexual” e/ou dos grupos/organizações do movimento – estão bastante ligados à própria viabilidade alcançada pela política de identidades homossexual no Brasil. (Facchini, 2005, p. 167-168).

O sucesso da terapia com o que era chamado coquetel de medicamentos melhorou a vida das pessoas infectadas, como também os óbitos diminuíram significativamente. Mas o imaginário popular não abandonou a conotação homossexual da aids. De acordo com Trevisan (2018), com a aids se discutiu muito no país sobre a questão LGBTI+.

Nesse sentido, nos anos 1990, as questões da população LGBTI+ entraram em cena no Brasil. Trevisan (2018), indica que em todo o país surgiram inúmeras revistas e jornais dirigidos ao público, inclusive a *G Magazine*, que foi um fenômeno de vendas até o seu encerramento em 2013, com fotos de jogadores, cantores, atores e outros artistas “não apenas nus, mas expondo suas medidas íntimas muito rígidas” (p. 347). Na revista também era possível acessar matérias sobre direitos e atividades da comunidade LGBTI+, e foi assim que o mercado editorial brasileiro foi se abrindo para o tema LGBTI+:

Nos anos 1990 o que se percebeu foi que, com a descoberta pelo mercado publicitário dos consumidores homossexuais, devido a um suposto poder aquisitivo maior que os dos heterossexuais nas mesmas circunstâncias, os meios de comunicação de massa abriram espaços para a discussão de questões relativas a esse segmento social. Assim, seções dentro da chamada “grande imprensa” e programas televisivos abordando a temática, bem como o surgimento de revistas especializadas voltadas para esse público, podem ser vistos como avanços na luta pelos direitos dos homossexuais (Lima, 2001, p. 109).

Também nos anos 1990, foi lançada a revista *Sui Generis* em dezembro de 1994, para Lima (2001) pode ser “encarada como uma materialidade simbólica que expressa uma estética com os traços característicos da cultura gay” (p. 110).

Um dado importante é que no final dos anos 1980 e início dos anos 1990 assassinatos contra a população LGBTI+ aumentaram significativamente nas maiores cidades do Brasil, e foi a partir de 1994 que o GGB como forma de denúncia e protesto passou a publicar relatórios periódicos com listas de pessoas LGBTI+ assassinadas em todo país, para chamar atenção da sociedade e cobrar respostas governamentais (TREVISAN, 2018) para os homicídios. Os relatórios apontaram repetidas vezes para o fato de que o Brasil é o país do mundo onde mais se assassinam LGBTI+, pois ocorre cerca de uma morte a cada 29 horas.

Na Paraíba, o Movimento do Espírito Lilás (MEL) foi o primeiro grupo LGBTI+ no estado a se colocar publicamente na imprensa, e por outros meios, na luta contra a Aids e no apoio às pessoas vivendo com HIV/Aids. Foi criado, em março de 1992, tendo como foco central de sua ação a preocupação com a problemática da Aids e a quantidade avassaladora de homossexuais contaminados.

Com a mudança no perfil epidemiológico da doença e lançando sobre as questões LGBTs um olhar mais abrangente, a discussão dos direitos humanos passou a ocupar um lugar de destaque na atuação do MEL. Atualmente, o movimento atua na promoção e defesa dos direitos da população LGBTI+ do município de João Pessoa.

Trevisan (2018), indica que os reflexos da luta LGBTI+ e suas representações na cultura chegaram às universidades, grupos de estudo e centros de pesquisa que começaram a se multiplicar no final dos anos 1990 através de dissertações, teses e outras pesquisas sobre o tema relacionado à população LGBTI+ que abordaram questões como:

a representação homossexual no cinema e na literatura brasileira moderna ou do século XIX; os espaços urbanos frequentados por homossexuais na atualidade e no passado; a violência nas relações homossexuais; o travestismo masculino; a sexualidade lésbica; aspectos diversos da aids no Brasil e sua repercussão tanto na literatura quanto na imprensa brasileira; o projeto de união civil entre pessoas do mesmo sexo; a prostituição homossexual; a homossexualidade nas religiões afro brasileiras etc. (Trevisan, 2018, P. 351).

Atualmente, a agenda de lutas do Movimento LGBTI+ no Brasil, envolve um conjunto amplo de reivindicações, como a adoção conjunta de crianças, a criminalização da homofobia e a mudança do nome em documentos de identidade. De acordo com CARRARA (2010), essa agenda vem sendo promovida através de uma rede complexa e múltipla de relações, em que alguns sujeitos, coletivos ou individuais, atuam conscientemente no sentido de apoiá-la, enquanto outros lutam para negá-la ou desqualificá-la.

## **5.2. A incidência do movimento LGBTI+ nas políticas públicas dos anos 2000 e a emergência do tema do trabalho e da geração de renda (Brasil Sem Homofobia, Conferências LGBTI+ e outros)**

As políticas públicas no campo da sexualidade, com foco nas populações LGBTI+ teve suas ações iniciais restritas ao combate à epidemia de HIV-AIDS, voltadas, sobretudo, para gays e travestis. As lésbicas se configuravam como público para tais ações apenas quando viviam a condição de profissionais do sexo.

No ano de 2001, começou a tramitar um Projeto de Lei (PL 5003/2001) de autoria da então vice-líder do PT, Iara Bernardi, tal PL determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual. No ano de 2006, o mesmo sofreu algumas alterações e foi remetido ao Senado Federal, onde recebeu a denominação de Projeto de Lei da Câmara (PLC) 122/2006. Ele propõe a criminalização de preconceitos motivados pela orientação sexual ou pela identidade de gênero.

O PLC 122/2006 foi rejeitado durante quase 20 anos, recebeu e continua recebendo fortes críticas de senadores e deputados evangélicos da Frente Parlamentar Evangélica. Grupos e movimentos que durante todos esses anos têm tentado desenvolver argumentos que demonstram atitudes preconceituosas com relação à orientação sexual e identidade de gênero.

Sobre tal projeto e sobre a Frente Evangélica, discorre Trevisan (2018), que os “políticos evangélicos se recusaram a aceitá-lo, preocupados ante a possibilidade de pastores não poderem mais condenar a homossexualidade em templos, programas de rádio e televisão, como sempre fizeram com absoluta impunidade” (p. 459).

A tendência de quem age com preconceito é o distanciamento de um modo de pensar racional. A Frente Evangélica traz para seu mandato a defesa da família, da moral cristã, em oposição aos direitos humanos, portanto, qualquer PL que tenha a questão LGBTI+ é eliminado antes mesmo de ser posto em votação. Há de se atentar também para aqueles projetos oriundos da extrema direita que ameaçam destruir as conquistas de direitos básicos da comunidade LGBTI+.

Alguns desses projetos é a PL 246-19 de autoria das deputadas Bia Kicis - PSL/DF, Chris Tonietto - PSL/RJ, Carla Zambelli - PSL/SP e outros/as, que trata do programa Escola Sem Partido e veda a “disseminação de ideologia de gênero e político-partidária” nas escolas. Outra proposta, o PL 620/15 apresentada pela deputada Júlia Marinho (PSC-PA), proíbe a adoção de crianças por casais LGBTI+. Já o PL 5487/16 do Deputado Victório Galli (PSC/MT),

institui a proibição de orientação e distribuição de livros nas escolas públicas pelo Ministério da Educação e Cultura que verse sobre orientação de diversidade sexual para crianças e adolescentes. Esses são alguns dos projetos que tramitam na câmara contra os direitos da população LGBTI+.

Somente em junho de 2019, a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero foi considerada crime. A conduta passou a ser punida pela Lei Federal n.7.716/89, conhecida como a Lei do Racismo, que pune todo tipo de discriminação ou preconceito. Porém, a lei enfrenta barreiras, tendo em vista que o Supremo Tribunal Federal (STF), não criou uma lei para proteção das pessoas LGBTI+, mas interpretou a Lei n. 7716/89.

Desta forma, ainda há a necessidade de criação de uma lei específica por parte do Congresso Nacional regulamentando o acesso aos direitos da população LGBTI+ e criminalizando a LGBTfobia, entretanto no atual contexto de forte influência fascista no parlamento não favorece a inclusão dessas questões na pauta congressista.

A violência é um dos problemas sociais mais acentuados atualmente na sociedade brasileira, por esse motivo seu enfrentamento constitui-se uma das maiores demandas por políticas públicas. Na Constituição Federal de 1988<sup>113</sup> estabelece que a segurança pública “é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (BRASIL, 1988).

Se, atualmente, um dos grandes problemas enfrentados pela população brasileira é a exposição à violência urbana, a situação torna-se ainda mais agravante quando se foca o olhar sobre a população LGBTI+. As estatísticas sobre crimes praticados contra pessoas LGBTI+ mostram que no Brasil existe uma guerra, tendo em vista a características dos assassinatos destas pessoas que, muitas vezes, são marcados pela violência extrema.

De acordo com o Dossiê do Observatório de Mortes e Violência contra LGBTI+ no Brasil de 2021, entre os anos 2000 e 2021, cinco mil e trezentas e sessenta e duas pessoas morreram em função do preconceito e da LGBT+fobia de parte da população, bem como do descaso das instituições públicas responsáveis pela efetivação de políticas públicas capazes de prevenir, conter e reparar os casos de violência.

Os levantamentos estatísticos sobre assassinatos de pessoas LGBTI+ geralmente é feito com base em notícias jornalísticas que circulam na internet ou publicadas em jornais físicos, e/ou em informações coletadas por militantes e colaboradores/as do movimento LGBTI+. Por

---

<sup>113</sup> No seu título V, capítulo III, e Artigo 144.

isso, eles não abarcam a totalidade dos casos de violência ocorridos, que certamente superam os números efetivamente levantados.

O Grupo Gay da Bahia há mais de três décadas reúne informações quantitativas sobre a LGBTfobia no Brasil. A contagem é uma forma de denunciar a irresponsabilidade dos governos nas esferas federal, estadual e municipal, em garantir a segurança da população LGBTI+.

O relatório “Observatório de mortes violentas de LGBTI+ no Brasil de 2020”, realizado pelo “Grupo Gay da Bahia”, e pelo “Acontece LGBTI+” de Florianópolis (que acaba de somar ao grupo) aponta para a atmosfera discriminatória do atual governo federal brasileiro que disseminam discursos de ódio na mídia e nas redes sociais, impede a existência de políticas voltadas a essa população, desmantela conselhos e conferências destinados ao controle social de políticas públicas pela sociedade civil, assim como as ações socioeducativas, as campanhas e demais pautas LGBTI+.

Trata-se de um notório movimento de que no atual governo, a LGBTfobia não é combatida, mas sim impulsionada. Ocorre no Brasil, desde o Golpe de 2016, a ascensão política de uma extrema direita que consolidou uma agenda LGBTfóbica.

O referido Relatório de 2020, contabilizou 237 casos de violência contra a população LGBTI+, sendo as pessoas mais atingidas pela violência as pessoas trans. No caso delas, houve 161 (71%) assassinatos pela transfobia. É possível identificar tipos variados de violência cometida contra trans: desde agressões verbais, negativa de fornecimento de serviços, tentativas de homicídio, agressões físicas, entre outras modalidades de violência.

O Grupo Gay da Bahia há mais de três décadas reúne informações sobre a LGBTfobia no Brasil, no seu último relatório do ano de 2020 contou com a colaboração e parceria da Associação Acontece Arte e Política LGBTI+ de Florianópolis, que contribuiu na elaboração do relatório. A contagem é uma forma de denunciar a irresponsabilidade dos governos nas esferas federal, estadual e municipal em garantir a segurança da população LGBTI+.

De acordo com o Relatório de 2020 há uma queda no registro de mortes motivadas pela LGBTIfobia se comparado ao ano de 2019, foi registrada uma queda de 28%. Porém é necessário pontuar que houve queda de registros, e não de crimes, muitos assassinatos e mortes não são notificados, houve queda de outros crimes também diante da quarentena imposta pela pandemia da Covid 19. Portanto, essa redução não foi motivada pela implementação de políticas públicas de inclusão e proteção da população LGBTI+, tampouco por campanhas de incentivo à denúncia que foram extintas em 2018:

Em 2020, apesar de registrar-se um número de mortes (homicídios, suicídios e latrocínios) significativamente menor que o ano anterior (2019), alerta-se para a subnotificação e os efeitos provocados pela pandemia do Novo Coronavírus (SARS-CoV-2 - severe acute respiratory syndrome coronavirus 2) que intensificou ainda mais o isolamento de muitos LGBTI+, tendo em vista que dada população já era impactada pela falta de sociabilidades, referências e espaços. A pandemia reduziu a mobilidade de grande parcela dos brasileiros que agora se veem obrigados a seguir as medidas obrigatórias de contenção da doença, incluindo o isolamento social, que obriga todos os grupos a permanecerem em suas residências. Ainda que os dados apresentem uma redução, não há o que celebrar, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexos continuam morrendo por resistirem pela liberdade de seus corpos, sexualidades e vida (p. 11).

Portanto, o Brasil segue o país com maiores índices de LGBTfobia no mundo. Os efeitos da pandemia intensificaram o isolamento de muitas pessoas LGBTI+, tendo em vista que esta população já era impactada pela falta de sociabilidades, referências e espaços. Sabe-se ainda que pessoas trans enfrentam historicamente no país um conjunto de dificuldades oriundas do reconhecimento tardio da possibilidade de requalificação civil e da resistência de um amplo leque de instituições ao reconhecimento do nome social e da identidade/expressão de gênero. Relatos informais permitem afirmar que algumas pessoas trans ficaram excluídas do Auxílio Emergencial<sup>114</sup> da pandemia de covid-19, em razão de dificuldades para o reconhecimento de suas identidades.

Há também de se falar sobre o suicídio da população LGBTI+, em especial os homens trans e transmasculinos, e aqui lembro o nome de Demétrio Campos, jovem negro e trans que nos deixou em 2020. Nas suas redes sociais denunciava a violência que sofria, tanto pelos olhares da sociedade, quanto pela violência de Estado que, muitas vezes, se apresentava na forma de abordagens policiais.

Como resultado das injustiças e violências experimentadas ao longo de seus 23 anos, de uma depressão causada e agravada por problemas de natureza social, Demétrio tirou a própria vida. E aqui lembramos que as questões étnicas, territoriais e socioeconômica também influem na taxa de mortalidade (ou expectativa de vida) de pessoas trans. Outro nome é Paulo Vaz, mais

---

<sup>114</sup> O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia da Covid-19. Sua implementação envolve uma série de polêmicas, desde a sua concepção. Em abril de 2020, após forte pressão de economistas, parlamentares e setores da sociedade civil, foi sancionado pelo então presidente Jair Bolsonaro o projeto de lei nº 9236/17. O projeto já havia sido aprovado pelo Senado e pela Câmara dos Deputados em março do mesmo ano. Bolsonaro ainda sugeriu o pagamento de apenas R \$200, felizmente a oposição não concordou com o valor e foi aprovado um auxílio emergencial de R \$600 (e R \$1.200 para mães chefes de família). Em setembro de 2020, Bolsonaro reduziu o auxílio para o valor de R \$300 e em janeiro de 2021, cortou o benefício.

conhecido como Popó Vaz, influenciador e policial civil, vítima do ódio disseminado nas suas redes sociais, em especial comentários que o invalidam enquanto homem. O Paulo Vaz faleceu e isso me lembra que em 2018 a ANTRA publicou no site que 85,7% dos homens trans já pensaram em suicídio e/ou tentaram cometer o ato. Isso vai mostrar que não se trata de casos isolados.

É fato também que nem todas as pessoas trans têm forte engajamento político e/ou integram comunidades de resistência. Se a pandemia teve e ainda tem efeitos detratores sobre a saúde mental da população em geral, tais efeitos têm sido potencializados por vivências de solidão, estigma, desproteção familiar e culpabilização, que são comuns na população trans.

A descrição de um isolamento social idílico vivenciado em condições familiares estereotipadas numa moradia de camadas médias higienizada, clara, ventilada, com farto alimento, tempo livre para o desenvolvimento de *hobbies* e novas habilidades empreendedoras, bem como marcada por uma convivência supostamente harmoniosa entre seus membros, não pode ser entendido como algo além de uma ficção para a maioria das pessoas. Tão frustrante quanto não vivenciar a ficção tão exaustivamente explorada pelas diferentes mídias, é vivenciá-la o tempo todo como apologia.

Os dados da violência contra a população LGBTI+ indicam a existência de um problema ainda mais amplo no campo da segurança pública no país, que é o agravamento da situação de opressão associada a grupos sociais historicamente explorados e discriminados, tais como pobres, negros/as, mulheres, jovens pobres e negros, pessoas com necessidades especiais, e outros grupos que, quando são associados/as à orientação distinta da heterossexual e/ou a identidades de gênero dissidentes, a discriminação é ainda mais intensificada e estigmatizada. Nesse sentido,

[...] talvez o maior desafio seja as instituições de segurança pública – e da sociedade em geral – [...] – e todas as pessoas - entenderem que a promoção do bem-estar da população GTBL não significa um desrespeito às suas questões particulares. Ao invés, a garantia do exercício da cidadania de pessoas vítimas de opressão e discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero - bem como de outros marcadores sociais da diferença estigmatizantes – é um dever dos agentes públicos e de toda as instâncias governamentais, tendo em vista a laicidade do Estado brasileiro e a inexistência de qualquer previsão legal ou justificativa ética e moral sustentável para a exclusão de lésbicas, gays, travestis, transexuais e bissexuais do conjunto dos animais reconhecidos como humanos. (Avelar; Brito; Mello, 2010, p. 350)

Segundo Ramos e Carrara (2006) desde os anos de 1980, a violência contra pessoas LGBTI+ têm representado um tema central para o ativismo. A denúncia das agressões e

discriminações motivadas pela orientação sexual e identidade de gênero passou a ser marco importante da trajetória do movimento LGBTI+ no país. A primeira iniciativa pública criada no país para a denúncia e apuração dos casos de violência foi a criação em 1999 do Disque Defesa Homossexual (DDH), no escopo da Secretaria Estadual de Segurança Pública fluminense.

O Disque denúncia, ou Disque Direitos Humanos (Disque 100) é uma iniciativa do Governo Federal, tributária dos governos petistas e que se tornou o principal canal de atendimento da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, e é através dele que ainda hoje denúncias LGBTfóbicas chegam ao conhecimento público.

A falta de políticas públicas dirigidas à população LGBTI é um agravante para que os crimes cometidos contra ela não recebam as devidas punições. AVELAR (*et al*, 2010), destaca que a indignação e a convicção do direito à cidadania é o que sustenta o movimento LGBTI+ na luta pelo seu reconhecimento e legitimidade.

Os referidos autores apontam a necessidade de estabelecer políticas públicas que se opunham ao contexto do desrespeito, intolerância, impunidade e violência em que o grande número de LGBTI+ estão expostos cotidianamente. Há, em grande medida, ausência e/ou alcance limitado da legislação que garanta direitos e que possibilite o exercício pleno da cidadania de tal população.

De acordo com Farah (2004), foi na década de 1980 que foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero, nesse período foi criado o primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, assim como a primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, ambos no Estado de São Paulo. Tais iniciativas gradativamente se expandiram para outras localidades do país e se constituíram como influências importantes na construção posterior de políticas para a população LGBTI+.

De acordo com Carrara (2010), a Constituição Federal de 1988 teve grande importância para o panorama da política sexual no Brasil, pois quando foi elaborada, ela espelhou a configuração entre forças existentes entre os diferentes movimentos sociais que à época buscavam transportar para a esfera pública uma série de questões antes consideradas como do âmbito da vida privada, como as questões referentes a gênero e sexualidade.

No entanto, cabe ressaltar que na Constituição Cidadã, como era então chamada, não foi possível incluir a orientação sexual e da identidade de gênero entre as situações de discriminação a serem combatidas pelos poderes públicos, como o então movimento homossexual preconizava.

Com a Constituição de 1988, a sociedade brasileira teve, em tese, grande parte das suas necessidades de proteção social reconhecidas pelo Estado. Contudo, mal foram regulamentadas as políticas de proteção social que integram a seguridade social brasileira, tão logo passaram a ser objeto de uma ofensiva perversa e conservadora, materializada em propostas e iniciativas de contrarreformas restritivas de direitos, serviços e benefícios (Mota; Maranhão; Sitcovsky, 2008).

O sistema de seguridade social brasileira instituído pela CF, através do artigo 194 estabelece que a “seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (Brasil, 1998). Além disso, “relativamente à proteção social, o maior avanço da Constituição de 1988 é a adoção do conceito de seguridade social, englobando as áreas de saúde, da previdência e da assistência” (Mota, 2011, p. 142).

Mota (2008) observa que as políticas que integram a seguridade social brasileira estão longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção social, adquiriram ao longo do tempo, a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam na mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência social, restringindo o seu acesso e os seus benefícios, a política de Assistência Social vem transformando-se num fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil.

Em torno da CF de 1988, da perspectiva da sociedade civil, foram organizadas as demandas por reconhecimento de direitos e, da perspectiva do Estado, foram geradas políticas públicas, instrumentos legais e decisões judiciais para responder a tais demandas.

A ampliação das demandas do movimento LGBTI+ para com o Estado começou a crescer gradativamente, devido ao relativo sucesso das políticas públicas de saúde voltadas para enfrentamento sobretudo da epidemia de Aids. É importante dizer que, entretanto, as demandas não se voltam apenas para a área de saúde e ganham cada vez mais espaço em políticas na área de educação, cultura, previdência, assistência social, trabalho, geração de renda e outros direitos.

Também no mesmo período constituinte, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, um órgão do Ministério da Justiça, e instituído o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Ambos foram resultados da mobilização e organização política das mulheres no país:

A Constituição de 1988 também reflete a mobilização de mulheres. Organizadas em torno da bandeira *Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher*, as mulheres estruturaram propostas para a nova Constituição, apresentadas ao Congresso Constituinte sob o título *Carta das Mulheres Brasileiras*. Várias propostas dos movimentos – incluindo temas relativos à saúde, família, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra – foram incorporadas à Constituição. (Farah, 2004, p. 51-52).

Dessa forma, as políticas públicas com recorte de gênero no Brasil tiveram início com a transição democrática pós-ditatorial vivenciada nos anos de 1980, marcadas pela construção de agendas voltadas à efetivação de direitos das mulheres. Gradativamente, tais políticas passam a atentar para as interações entre as dimensões de classe social, raça/etnia, geração e incorporam o princípio da transversalidade de gênero<sup>115</sup> (Bandeira; Bittencourt, 2005) e da intersectorialidade<sup>116</sup> entre políticas, definindo de forma mais precisa ações a serem implementadas no âmbito das políticas sociais.

A década de 1990 foi marcada do ponto de vista do movimento LGBT, como um período de forte mobilização política e ocupação de um espaço político significativo no plano federal, no âmbito da Coordenação Nacional de DST Aids e, posteriormente, do Departamento de Gestão Participativa do Ministério da Saúde.

No âmbito estadual e municipal, o movimento logrou a conquista dos seus primeiros espaços de interlocução junto a alguns governadores e prefeitos, bem como passou a ter maior influência no âmbito legislativo, conseguindo inclusive aprovar as primeiras leis estaduais e municipais de combate à LGBTfobia.

Foi também o período da emergência das paradas LGBTI+ e o movimento LGBTI+ levavam para as ruas através delas, um quantitativo de pessoas superior ao de qualquer outro movimento social do período. Contudo, do ponto de vista do desenvolvimento de políticas públicas para a população LGBT+ houve poucas iniciativas localizadas.

O processo de institucionalização de políticas públicas para a população LGBTI+ no Brasil foi iniciado apenas em 2004, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de todos, por meio do Programa

---

<sup>115</sup> A transversalidade de gênero é definida como um processo específico de estruturação de políticas de igualdade de gênero. Nele, há a incorporação de perspectivas feministas no enquadramento de política pública, tanto na construção de problemas públicos, quanto na definição do curso da ação pública, materializando-se no desenvolvimento de condições institucionais para a transversalidade, que favorecem a aderência dessas políticas às agendas políticas feministas (Marcondes; Farah, 2021).

<sup>116</sup> Concorro com a perspectiva de Almeida e Santos (2014) de que a intersectorialidade deve ser entendida como esforço coletivo no campo das políticas sociais públicas com vistas a seu planejamento programático focado na superação de dicotomias e de intervenções isoladas. A intersectorialidade é importante pois suas ações supõem uma superação da fragmentação de políticas públicas.

Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual.

O programa Brasil sem Homofobia (BSH) está previsto no Plano Plurianual – PPA, do período de 2004 a 2007, que definiu no âmbito do Programa Nacional de Direitos Humanos III, a ação denominada “elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra homossexuais”.

O Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH-III)<sup>117</sup>, tem uma grande importância portanto na definição de políticas para a população LGBT no país. Um dos objetivos estratégicos dele está o da garantia do respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero. O programa foi criado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República no ano de 2009, visando a ampliação da promoção dos Direitos Humanos no Brasil. O PNDH-3 foi construído sob influência tanto de acordos internacionais no campo dos direitos humanos que já haviam sido assinados pelo Brasil, assim como pelas reivindicações feitas por militantes em um contexto de valorização das instâncias participativas.

O BSH possui o objetivo de promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e à discriminação homofóbicas, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais (Brasil, 2004b). Tal programa possui como seus princípios:

A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias; A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento GLTB em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta; A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira. (Brasil, 2004b, p. 11-12).

---

<sup>117</sup> Os PNDHs brasileiros tiveram três versões. Todas elas resultantes de um compromisso assumido pelo Brasil no Tratado de Viena durante a Conferência Mundial Sobre Direitos Humanos de 1993. As duas primeiras versões foram publicadas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso. A terceira e última versão foi lançada no governo Lula, no ano de 2009. Esta última versão teve o importante acréscimo da garantia da igualdade na diversidade. O PNDH III se constituiu como um programa plurianual elaborado por setores da sociedade civil – movimentos sociais e entidades de classe – que propõem diretrizes e metas a serem implementadas em políticas públicas voltadas para a consolidação dos direitos humanos. O programa em si não é autoexecutável, para que cada uma das propostas entre em vigor, é necessária a aprovação pelo Congresso Nacional.

Embora o BSH proponha ações que precisam ser realizadas através de políticas de ação afirmativa, ele também contém variadas outras que demandam a formulação e implementação de ações transversais e intersetoriais voltadas para a população LGBTI+.

O governo Lula foi o responsável pelo lançamento do referido programa, enfrentando através dele uma lacuna de políticas públicas para população LGBTI+. No BSH, estava previsto o programa Escola Sem Homofobia, vinculado ao Ministério da Educação, que pretendia aprimorar educadores/as para abordar de modo construtivo as questões de gênero e sexualidade, mas este último programa só saiu do papel em 2011, durante o governo Dilma Rousseff.

Antes que ele saísse do papel, entretanto, parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica iniciaram uma campanha contra ele, que provocou um grande ruído nacionalmente, deturpando seus significados e incitando a revolta de parte da população contra o Escola sem Homofobia (ESH), que passou a ser chamado pejorativamente e equivocadamente de “kit gay”.

Entre os materiais do Projeto<sup>118</sup> Escola Sem Homofobia há um caderno e uma série de ferramentas educacionais que compõem a base teórica e material com que se pretende dar o passo inicial para a promoção e garantia de uma escola livre de homofobia. Foi alvo de inúmeras críticas de setores conservadores, no ano de 2011, quando estava pronto para ser impresso, setores conservadores da sociedade e do Congresso Nacional iniciaram uma campanha contra o projeto.

Um “conjunto de materiais educativos para trabalhar pedagogicamente a homofobia nas escolas”, acabou, no auge da polêmica, quando o projeto foi suspenso e transformado em “tema nacional”, em um “kit gay”, termo cunhado por seus opositores para denotar que o mesmo poderia “fazer propaganda de opções sexuais”, como disse a presidente Dilma, ou ainda ser um “estímulo à homossexualidade, à promiscuidade e uma porta à pedofilia”, como bradou o deputado Jair Bolsonaro. O termo utilizado pelos promotores do projeto foi sendo apropriado publicamente e o nome do projeto acabou sendo substituído por parte do material que o compunha (apenas os vídeos) e alterado completamente o entendimento de seu papel (Leite, 2014, p. 180-181).

O “kit gay” como acabou pejorativamente conhecido foi sendo divulgado pelos setores conservadores como o responsável em “estimular o homossexualismo e a promiscuidade” entre crianças. Esse processo reacendeu o debate em torno de levar o assunto para dentro das salas de aula.

---

<sup>118</sup> O Projeto Escola Sem Homofobia possui um Kit de material educativo composto por um caderno; uma série de seis boletins (Boleshs); três audiovisuais e dois DVDs com seus respectivos guias; um cartaz e cartas de apresentação para a gestora ou o gestor e para educadoras e educadores (LEITE, 2014).

Mas voltando à questão do Brasil sem Homofobia, dentre os compromissos firmados no BSH, o governo decretou a realização da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT, que ocorreu entre os dias 05 e 08 de junho de 2008, em Brasília. Ela teve a coordenação na época da Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República. Um dado importante é que até 2008, o governo federal carecia de espaços formais de participação social focados em políticas para a população LGBTI+. Por isso, a realização de uma primeira Conferência Nacional foi um marco, conforme aponta os anais da conferência

No Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil foi o primeiro país a convocar uma conferência nacional representativa e institucional para abordar a temática. Essa atitude corajosa e inovadora despertou a adesão e forte empenho de ministros, governadores, prefeitos, parlamentares, integrantes do Ministério Público e, principalmente, dos segmentos militantes da causa no âmbito da sociedade civil. Contando com ampla participação popular, a Conferência integrou a forte agenda de atividades organizadas no Brasil em 2008 para celebrar os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Brasil, 2008, p. 05).

Antecipando a Conferência Nacional, através de decretos, estados e municípios do Brasil convocaram e organizaram suas conferências LGBT locais. Dessa forma foram escolhidos/as os/as delegados/as que participaram da etapa nacional. Da Conferência Nacional participaram 569 delegado(a)s, entre representantes do Poder Público e da Sociedade Civil; 108 convidado(a)s e 441 observadores(a)s.

No universo de 1.118 participantes da Conferência, 1.018 eram pessoas GLBT, sendo 28% lésbicas, 51% gays, 13% Travestis, 2% transexuais masculinos, 6% transexuais femininas, revelando a predominância da participação dos gays no evento (BRASIL, 2008b). No que diz respeito à sigla GLBT, de acordo com IRINEU (2009), a ABGLT e a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL) sugeriram que o “L” fosse transferido para a frente no uso da sigla dali para a frente, argumentando acerca da invisibilidade dupla das mulheres lésbicas. Houve resistência de algumas outras pessoas presentes, porém a sigla LGBT<sup>119</sup> passou a ser efetivamente adotada após o término da Conferência.

---

<sup>119</sup> Mais tarde outras variações da nomenclatura foram acontecendo, ao mesmo tempo em que a discussão sobre representatividade amadurece, atualmente ela já abrange mais letras, e hoje é correspondida pela sigla LGBTQIAP+ que abrange Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e por fim, o símbolo do + serve para abranger as demais pessoas da bandeira e a pluralidade de orientações sexuais e variações de gênero.

Convocada por decreto presidencial, a conferência foi a primeira a ouvir, no âmbito nacional, as demandas da população LGBTI+, Mello *et al* (2012) revelam que na Plenária Final da Conferência foi aprovada a Carta de Brasília<sup>120</sup>, onde se reafirma a importância da mobilização social na consolidação de políticas públicas para a população LGBTI+.

A I Conferência, cujo tema foi “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania GLBT”, teve por objetivo Propor diretrizes para a implementação de políticas públicas e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, ao mesmo tempo em que pretendeu avaliar e propor estratégias para fortalecer o Programa Brasil Sem Homofobia (BSH). (BRASIL, 2008c, p. 03).

Também na primeira conferência foi um momento de introdução aos diversos assuntos do universo LGBTI+, os discursos de abertura foram voltados a apresentar concepções do que a população representa para a sociedade brasileira e como precisam ser respeitados e terem seus direitos garantidos.

As demandas do BSH foram ampliadas a partir da I Conferência Nacional de Políticas Públicas para LGBT, que também firmou apoio ao BSH, reconhecendo a necessidade de ampliação do programa e propôs:

Implantar e implementar o Programa Brasil sem Homofobia nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, nas três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal) garantindo que se torne uma Política de Estado, ampliando sua divulgação no âmbito internacional (Brasil, 2008c, p.158).

Com relação à segurança pública, o movimento LGBT construiu durante a Conferência, 86 deliberações que foram aprovadas na plenária final. A Conferência Nacional, teve como resultado a construção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNCDH-LGBT), que foi lançado em 14 de maio de 2009. Tal programa “contempla, numa perspectiva integrada, a avaliação qualitativa e quantitativa das propostas aprovadas na Conferência Nacional LGBT, considerando ainda a concepção e implementação de políticas públicas” (Brasil, 2009a, p. 09).

---

<sup>120</sup> A Carta de Brasília expressa a esperança de um futuro sem preconceito e discriminação.

O PNCDH-LGBT busca “políticas públicas que consigam responder às necessidades, potencialidades e direitos da população envolvida, a partir de sua implementação, bem como do fortalecimento do Programa Brasil sem Homofobia” (Brasil, 2009a, p. 07):

A construção do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNCDH-LGBT destaca o governo federal; assim como as entidades e movimentos sociais pró-direitos da população LGBT como um marco histórico no Brasil, por representar o amadurecimento político-democrático ao tentar enfrentar os entraves ainda presentes para se garantir avanços definitivos na área dos direitos humanos (Soares, 2012, p. 49).

Apesar do marco do BSH, até o ano de 2008, realizaram-se atividades dispersas e sem continuidade, envolvendo muito mais o próprio movimento social e as Organizações Não Governamentais (ONGs) que fazem ativismo do que órgãos estatais. Para Trevisan (2018), o BSH provocou um desencanto na população LGBTI+ que participaram ativamente da sua elaboração, mas não viram quase nada ser realmente efetivado.

No que diz respeito ao Plano Nacional, o mesmo não foi institucionalizado por decreto ou normativa, portanto, suas ações e metas não tiveram o compromisso de serem executadas (Irineu, 2014). As demandas do movimento na relação com o Estado começam a crescer gradativamente, devido ao relativo sucesso das políticas públicas voltadas para as DST/Aids<sup>121</sup>.

O PNCDH-LGBT possui como objetivo geral, orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades sociais que afetam a população LGBTI+, primando pela intersetorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas (Brasil, 2009). O PNCDH-LGBT também possui um relatório de monitoramento das suas ações, cujo objetivo é verificar se as ações estão sendo executadas e se existem problemas que dificultam a realização das ações previstas no plano (Brasil, 2010a).

Tal relatório foi resultado de uma reunião intersetorial que foi realizada em Brasília no ano de 2010. Naquela reunião, foi realizada a avaliação do programa e constatou-se que, das 13 ações na área da segurança pública propostas, oito foram realizadas e uma tinha sido iniciada, já sobre as outras quatro ações, não houve informações no relatório. Nesse sentido, Avelar (*et al.*, 2010) questionou a afirmação governamental de que havia ocorrido o cumprimento das ações previstas no Plano:

---

<sup>121</sup> Outra referência para os direitos LGBT é o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3).

[...] é, de certo modo, autodeclaratória e diversas evidências apresentadas parecem insuficientes para quitar uma ação: uma disciplina de 2h/aula e um curso para 240 policiais são suficientes para dar como realizada a ação de “capacitar e sensibilizar gestores, operadores de direito e agentes sociais na área de segurança pública, com ênfase em gênero, orientação sexual e identidades de gênero”? A elaboração de uma cartilha é o bastante para dar por realizada a ação de “inclusão da identidade de gênero e o nome social nos registros de ocorrência policial em andamento” e para “prevenir a violência por meio de campanhas informativas anuais, próximas ao período da Parada de Orgulho LGBT, com cartilhas, cartazes para orientar policiais quando aos direitos da população LGBT”? (p. 341).

Assim, mesmo que uma das diretrizes do PNCDH-LGBT contemplasse “a participação social no processo de formulação, implementação e monitoramento das políticas públicas para população LGBT”, o monitoramento e a avaliação efetiva dessas ações se restringiram ao poder público, pois a sociedade civil (que elaborou), foi meramente convidada para participar das reuniões acerca do monitoramento que, segundo o governo, já havia sido realizado.

O PNCDH-LGBT mencionava como estratégia para sua ampliação, a participação social da população LGBTI+ e sua inserção nos conselhos e nas políticas setoriais, também menciona a criação do Conselho Nacional LGBT “garantindo paridade entre governo e sociedade civil, assegurando na representação da sociedade civil a paridade dos segmentos LGBT e o recorte de gênero, étnico-racial e considerando as dimensões geracionais, regionais e deficiências” (Brasil, 2009a, p. 40).

A II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT, ocorreu entre os dias 15 e 18 de dezembro de 2011, em Brasília com o tema "Por um país livre da pobreza e da discriminação, promovendo a cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais". Um dos objetivos da conferência foi o de “avaliar e propor as diretrizes para a implementação de políticas públicas voltadas ao combate à discriminação e promoção dos direitos humanos e cidadania de LGBT no Brasil” (Brasil, 2011a, p. 152).

Na segunda conferência, as políticas de saúde tiveram destaque e por base a “Política Nacional de Saúde Integral de LGBT” aprovada naquele mesmo ano. Entre as propostas no âmbito da saúde apresentadas na II Conferência, houve a ampliação do acesso da população LGBTI+ à saúde integral prevista pelo SUS, bem como o fortalecimento de políticas de saúde nos três âmbitos governamentais.

Já os eixos da “previdência social” e do “trabalho” foram reunidos em um eixo só, e formaram o eixo: trabalho, geração de renda e previdência social. Muitas proposições discutidas e aprovadas durante aquela conferência não foram efetivadas em ações, devido à própria

correlação de forças políticas vigentes a partir daquele contexto, ainda mais com uma bancada evangélica cada vez mais forte, bem como as restrições orçamentárias crescentes.

As diretrizes da II Conferência não constituíram uma segunda edição do PNCDH-LGBT, a exemplo do que ocorreu com as propostas da I Conferência. Nesse sentido, as diretrizes da II Conferência serviram ao Poder Executivo mais como um “balanço das ações anteriores” e para a busca de continuidade das ações não desenvolvidas ou parcialmente desenvolvidas, não havendo avaliação posterior da efetivação destas ações nos documentos oficiais (Irineu; Oliveira, 2020).

A terceira Conferência Nacional LGBT ocorreu em abril de 2016, em conjunto com as Conferências de Direitos Humanos<sup>122</sup>. Aconteceu em um contexto de profunda crise e iminente destituição golpista do governo Dilma Rousseff. O CFESS (2016) expõe que foi a primeira vez que as conferências integram um mesmo evento e, embora seja importante a transversalidade entre essas áreas e outras, também é necessário que os debates e as políticas públicas para as referidas populações sejam construídas articuladamente.

Portanto, não dá para esperar que a transversalidade aconteça apenas nas conferências conjuntas, mas também se deve atentar para que não haja prejuízo quanto às particularidades das temáticas envolvidas. Um resultado importante desta terceira conferência foi a moção de apoio à Lei de Identidade de Gênero (Lei João W. Nery - N. 5002/2013) de autoria do Deputado Federal Jean Wyllys e Erika Kokay.

No que diz respeito à edição número quatro da Conferência Nacional LGBT, ela foi prevista para acontecer em novembro de 2019, através de um Decreto assinado (Decreto 9.453/18) pelo então presidente da República Michel Temer, mas não aconteceu. Seria de responsabilidade do governo Bolsonaro, mas em 2020 foi publicado um novo Decreto (n. 10.346, de 11 de maio de 2020), revogando o Decreto anterior e assim descontinuando a realização de conferências nacionais nessa área e praticamente eliminando as possibilidades de execução das propostas LGBTI+.

Nos documentos, programas e conferências que se referem à população LGBTI+, há poucas menções a políticas de emprego e geração de renda. É possível ver duas propostas na 2ª e na 3ª Conferência Nacional, acerca da intenção de criação de um sistema nacional de

---

<sup>122</sup> As Conferências Conjuntas de Direitos Humanos abrangeram a 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a 4ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a 10ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

inserção no trabalho, emprego e geração de renda para pessoas LGBTI+ junto a empresas e organizações, e uma outra proposta de inclusão nas políticas de trabalho e renda existentes, com destaque para as pessoas travestis, mulheres transexuais e homens trans.

É importante registrar que a reivindicação por direitos sociais, como o direito à alimentação, à moradia, ao trabalho e à seguridade social (saúde, previdência social e assistência social), entre outros, não se constituíram historicamente no país, como demandas expressivas do movimento LGBTI+.

Ao longo de sua história, o movimento esteve concentrado nos chamados direitos civis: combate ao assassinato LGBTI+, à LGBTfobia como um todo, ao casamento civil e à requalificação civil de travestis e transexuais. Uma exceção nessa tendência foi o combate às IST/Aids. Possíveis condicionantes desse quadro podem ser buscadas tanto na própria composição histórica do movimento, com militantes oriundos predominantemente das camadas médias urbanas, quanto no fato de que houve na esfera pública brasileira pouca permeabilidade à reivindicação da cidadania LGBTI+, mesmo em seus níveis mais básicos (direitos civis).

As propostas contidas nas conferências LGBTI+ foram construídas por profissionais operadores/as e gestores/as de políticas públicas, assim como ativistas LGBTI+, portanto, são demandas relacionadas às necessidades da população. Contudo, há muitas barreiras econômicas, políticas e culturais para que as ações sejam concretizadas, tendo em vista que, ao chegar nas instâncias deliberativas de votação, como a Câmara dos Deputados, as propostas são barradas pelo conservadorismo e pelo fundamentalismo religioso de deputados que compõem a Frente Evangélica e a chamada bancada BBB (Boi, Bala e Bíblia).

É a partir de tais documentos, programas e dos relatórios das conferências que são implementadas ações no âmbito das políticas sociais para a população LGBTI+ no Brasil. Nesse sentido, a mobilização do movimento LGBTI+ foi o principal responsável pela constituição dos programas e planos, influenciando, também, no processo de implementação de políticas para a população LGBTI+. De acordo com Irineu (et al, 2010), as provocações dos movimentos sociais são centrais para a implementação de políticas públicas.

As produções das cartilhas, os relatórios de conferências, os planos e projetos estão facilmente acessíveis na internet e apesar das incertezas que durante a construção desta tese, vinham definindo os rumos dos direitos humanos das pessoas LGBTI+ em nível Federal, eles ainda são os únicos documentos governamentais constituídos pelas lutas do ativismo.

Um marco importante no que diz respeito à política de saúde para a população trans no Brasil é o chamado processo transexualizador. Ele foi instituído em 2008, por iniciativa do

Ministério da Saúde (MS), mediante intensa e duradoura pressão do movimento. Ele o fez por meio da Portaria Nº. 457/2008, que credenciou então, quatro Hospitais Universitários (HU's), vinculados a universidades federais e estaduais, para a realização de cirurgias em mulheres transexuais, os homens trans só foram incluídos nessa modalidade de atendimento em 2013.

A Portaria Nº 457/2008 foi ampliada pela Portaria Nº 2.803, de 19 de novembro de 2013, que redefiniu e ampliou o Processo Transsexualizador no SUS: “Com a institucionalização do processo em 2008, inúmeras unidades hospitalares, que já prestavam assistência às pessoas trans, tiveram seus atendimentos reconhecidos e institucionalizados” (Santos, 2022, p.4). Nesse sentido, para Santos (2020), as iniciativas que têm sido vislumbradas em busca da estruturação da assistência às pessoas trans:

colidem com os desafios impostos pelo movimento da acumulação do capital e seus rebatimentos na forma como o Estado media as tensões entre as necessidades de acumulação e as demandas por maior presença do poder público, no atendimento às necessidades daqueles que produzem coletivamente a riqueza (p. 440).

Qualquer avaliação das políticas LGBTI+ implantadas no Brasil, reconhece os grandes avanços conquistados pelo movimento, mas também aponta o quanto ainda temos de avançar na consolidação de direitos, em especial quando observamos o quadro de regressão nas políticas públicas dos últimos anos, em especial na direção do que esta tese investiga, o acesso ao trabalho e renda. Também é considerável que não se tire da análise as particularidades da formação sócio-histórica e cultural brasileira e nossas relações sociais atravessada por elementos como machismo, racismo, classicismo e sexismo.

Um exemplo do contexto de regressão de direitos e políticas é o que aponta o Relatório da ONU que mostrou que o Brasil voltou para o Mapa da Fome em 2021, indicando que quase um terço da população tem sido afetada por insegurança alimentar moderada ou grave. Como resultado da pandemia da Covid 19, observamos uma nova dinâmica de crise sanitária, o aumento dramático do desemprego, a insegurança social, a ampliação da distância entre pobres e ricos, da violência em grande parte de suas expressões, além de crise econômica, corrupção, restrição da maior parte dos programas de assistência social e outras questões.

A conjuntura que se adensou com a pandemia, marcada concomitantemente pela crise sanitária econômica e política, somada à falta previsibilidade das ações e respostas do Estado provocaram o aumento da fome, da violência, do desemprego, da precarização das condições de trabalho, e da desigualdade social, que atinge com mais intensidade alguns grupos, entre eles a população LGBTI+.

No escopo da população LGBTI+ é mais comum encontrarmos em persistentes dificuldades de sobrevivência material, as pessoas trans. Estas vinham encontrando dificuldade de acesso a auxílios governamentais e de obtenção de alternativas de emprego e renda muito antes da pandemia. Ainda mais difícil é observar que historicamente as iniciativas de trabalho e geração de renda para pessoas trans são inexistentes ou ineficientes, conforme mostrarei no tópico a seguir.

### **5.3. História das primeiras iniciativas governamentais e não-governamentais de geração de trabalho e renda para a população trans**

Até aqui, acredito já ter esclarecido por que as pessoas trans são tão excluídas em muitos espaços de sociabilidade, mas para reforçar esse entendimento vou trazer alguns dados. O primeiro é que ser uma pessoa trans em um país como o Brasil que possui o maior índice de homicídios dessa população no mundo, não é nada fácil. São existências frequentemente atravessadas interseccionalmente pelo racismo, misoginia, xenofobia, transfobia e ódio, o que faz com que os assassinatos sejam realizados de forma tão cruel.

De acordo com o Dossiê Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 da ANTRA, a cada 48 horas uma pessoa trans morre, sendo 82% das vítimas pretas e pardas (ANTRA, 2022). No processo da vivência das pessoas trans, suas identidades são patologizadas e submetidas a preconceitos e discriminações que, podem resultar em assassinatos de pessoas pelo fato de terem sua identidade estigmatizada socialmente, ou seja, pelo fato de não seguirem a cisnormatividade.

Jesus (2013) indica que a caracterização desses assassinatos no nível micro é como crimes de ódio, e no nível macro, é como parte de uma tentativa de genocídio dessa população. Esse processo de violências vai gerando um distanciamento que vai dificultando ou até mesmo impedindo acessos à saúde, educação, mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas, negativas e de atos discriminatórios contra as pessoas trans.

A transfobia, a violência e a discriminação estão presentes em diversos lugares, em especial nas instituições como a família, a escola, mercado de trabalho e a violência encontra-se institucionalizada pela própria estrutura estatal. Então, ao passo que há o reconhecimento da questão da transexualidade, são essas as pessoas que mais frequentemente são afetadas pelas

violências, há uma cultura transfóbica que dissemina discursos de inferiorização de identidades dissidentes.

Iniciativas governamentais destinadas a oferecer oportunidades para as pessoas trans no mercado de trabalho são quase inexistentes. Irei apresentar as primeiras formulações presentes nos documentos, programas e nas conferências sobre a preocupação na construção de políticas de apoio, emprego e renda específicos para população trans no Brasil. Cabe ressaltar que a mobilização do movimento de pessoas trans foi fundamental para chamar a atenção para a necessidade de criação dessas iniciativas.

Antes de mais nada é necessário lembrar que as hierarquias e relações de poder que compõem o mercado de trabalho possui suas intersecções com gênero, raça, sexo, classe, território, geração, entre outras. Nos capítulos anteriores, demonstrei como as relações sociais produzidas nessas intersecções funcionam nos jogos de poder do mercado de trabalho, inclusive o processo histórico de inserção das mulheres como trabalhadoras, evidencia que essa inserção, como também as condições de trabalho não têm sido as mesmas para mulheres brancas e mulheres negras, por exemplo. No referente à população trans também há algo necessário de investigar.

Falo isso porque a dominação das mulheres, da escravidão indígena, de negras/os e das colônias foram importantes acontecimentos históricos para a consolidação do sistema capitalista. Por esse motivo, é importante que pensemos sobre os corpos que compõem a força de trabalho e suas complexidades e intersecções.

Na atual conjuntura, ainda marcada pela crise sanitária da pandemia da Covid-19, tem sido comum observar matérias nas mídias físicas e digitais o número cada vez mais frequente de desempregadas/os/es no país. A pandemia teve seus efeitos sobre o mercado de trabalho brasileiro principalmente naquelas/es trabalhadores/as informais com baixa escolaridade, em especial os do setor de serviços.

No ano de 2021, o desemprego chegou a alcançar o índice de 14,9%, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em termos percentuais, a taxa de desemprego no Brasil era de 11,9% em 2019, o que mostra que antes da pandemia o número já era alto.

Para alguns grupos que já encontravam frequentes dificuldades de inserção em razão da discriminação, como as pessoas trans, o cenário do desemprego ainda é mais grave, em especial porque não há levantamentos oficiais e atualizados, e assim essa população se torna invisibilizada, e os direitos e as políticas não as alcançam.

Além disso, há uma dificuldade em conquistar um emprego, o que no caso das pessoas trans, não está associado somente ao desemprego no Brasil, mas se deve à transfobia que essas pessoas sofrem cotidianamente e que as excluem dos processos seletivos, mesmo quando possuem a qualificação profissional necessária. Você sabe quais são os direitos das pessoas trans no que se refere às políticas de trabalho e geração de renda?

O primeiro ponto que quero mencionar diz respeito à inexistência dos dados quantitativos sobre esta população, portanto, sem dados, ela permanece invisibilizada. A questão da visibilização é importante pontuar tendo em vista a atuação histórica de ativistas trans na direção ao reconhecimento das identidades trans, fato que ocorria no âmbito governamental desde 2004, com o lançamento da campanha do Ministério da Saúde voltada para transexuais e travestis: “Travesti e Respeito”. Naquele momento, foi indicada o 29 de janeiro como uma data para marcar a luta contra o preconceito e a intolerância, surgindo assim o Dia Nacional da Visibilidade de Transexuais e Travestis.

Mais tarde, em 2011, durante o XVIII Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (ENTLAIDS<sup>123</sup>) na cidade do Recife – PE, foi realizado um debate para as questões específicas dos homens trans, gerando bastante repercussão e atenção sobre discutir mais intensamente as particularidades dessa população.

Mas apenas em 2015, foi realizada a primeira edição do Encontro Nacional de Homens Trans e Pessoas Transmasculinas (ENAHT), na cidade de São Paulo, organizado pelo Instituto Brasileiro De Transmasculinidades (IBRAT).

De acordo com informação do *blog* Transfeminismo<sup>124</sup>, esse encontro definiu importantes linhas de atuação para o ativismo da população transmasculina, e se configurou como maior encontro do segmento no país, e um dos maiores do mundo – influenciando, inclusive, o movimento das pessoas transmasculinas em países vizinhos da América Latina. Foi a partir daquele encontro que o dia 20 de fevereiro ganhou um novo significado de luta e resistência.

---

<sup>123</sup> De acordo com Carvalho (2011), a ASTRAL organizou no ano de 1993, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, que viria a se chamar ENTLAIDS, com o tema “Cidadania não tem roupa certa”. Este encontro contou com 95 participantes de 5 estados. A partir desse encontro surgiram outras organizações como o Grupo Esperança em 1994, em Curitiba; a Associação das Travestis de Salvador (ATRAS) em 1995; o grupo Filadélfia também em 1995, em Santos; o grupo Igualdade em 1999, em Porto Alegre; e a Associação das Travestis na Luta Pela Cidadania (Unidas), de Aracajú.

<sup>124</sup> O blog Transfeminismo discute feminismo interseccional aplicado às questões trans, empoderamento e visibilidade trans a partir de uma perspectiva Transfeminista. Ele foi criado e é administrado por Hailey Kaas. Para conhecer, acesse: <https://transfeminismo.com/>. Acesso em 07 de agosto de 2022.

A proposta aqui é mostrar as iniciativas no período de 2004 até 2015, desde a publicização do Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), onde encontrei as primeiras propostas voltadas à questão do trabalho e geração de renda. Através das análises das formulações no BSH, das conferências nacionais, do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT e da PNDH-3, é possível constatar os passos lentos das iniciativas governamentais focadas para as pessoas trans no país, em especial a falta de atenção à criação e efetivação de políticas de combate ao preconceito, assédio moral e discriminação de pessoas LGBTI+ no ambiente de trabalho, conforme proposta já mencionada anteriormente, do BSH.

Os estudos de Irineu e Oliveira (2020), apontam que as propostas da sociedade civil e do poder público para às políticas públicas LGBTI+ de Trabalho, Emprego e Renda, acabaram se limitando a ações que visam combater a LGBTfobia nos ambientes de trabalho; à qualificação profissional dos grupos discriminados; e à criação de benefícios ou prêmios para empresas que contratam pessoas LGBTI+.

Portanto, não há apontamentos sobre iniciativas que inseriram pessoas trans no mercado de trabalho nesses documentos. Através de mapeamento realizado durante esta pesquisa, foi possível encontrar apenas duas ações entre os anos de 2004 e 2015 no âmbito governamental. Serão elas que irei detalhar: o *Projeto Damas/Trans+Respeito* e o *Transcidadania*.

Por conta da escassez das iniciativas governamentais, considere importante também incluir as iniciativas de caráter não-governamental mapeadas, tais como a plataforma *Transserviços*, e o projeto *Transempregos*, o maior e mais antigo projeto voltado para a empregabilidade de profissionais trans e que atua gratuitamente em todo o Brasil desde o ano de 2013, estando ainda ativo até os dias atuais.

Por fim, também considero importante apontar alguns documentos elaborados fora da esfera governamental, em especial porque as Agências das Nações Unidas têm buscado inserir nos seus documentos (recomendações, resoluções e convenções), a garantia dos direitos relacionados à orientação sexual e identidade de gênero.

Algumas são históricas e motivadoras de avanços na discussão do tema. Alguns documentos internacionais do campo dos direitos humanos são esses: “Princípios de Yogyakarta”; “Nascidos Livres e Iguais”; “O compromisso das empresas com os direitos humanos LGBT” do Instituto Ethos; e “Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no Mundo do Trabalho” da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Sobre as iniciativas no âmbito governamental, a primeira iniciativa de trabalho e renda para pessoas trans no Brasil, foi o projeto Damas<sup>125</sup> da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Carvalho (2015), entre os anos de 2003 e 2004, um grupo de travestis ligadas à Associação de Travestis e Transexuais do Rio de Janeiro (ASTRA Rio) idealizou um projeto de inserção de travestis no mercado de trabalho formal. Foi uma ideia proposta por Hanna Suzart<sup>126</sup>, Welluma Brown<sup>127</sup> e Majorie Marchi<sup>128</sup> que foi executada na terceira gestão de Cesar Maia (2005-2008) como prefeito do Rio de Janeiro.

Portanto, o Projeto Damas tratava-se de uma iniciativa voltada para a inserção social e profissional de travestis e mulheres transexuais através de capacitações<sup>129</sup>:

Esta iniciativa destina-se à realização de um curso com capacitação teórica e prática que tem duração de seis meses. Primeiramente ocorrem as seleções, onde as alunas interessadas participam de uma entrevista e respondem a um questionário diverso, com informações sobre escolaridade, convívio familiar e outros aspectos. Após o término do processo seletivo, inicia-se o curso que ocorre duas vezes por semana. Durante as aulas são abordadas diversas disciplinas, tais como: português, inglês, inclusão digital, saúde, política de redução de danos, noções de direitos humanos, orientação vocacional, mercado de trabalho, etiqueta, ética e comportamento (Sagrillo, 2017, p. 10).

---

<sup>125</sup> O primeiro nome do projeto era Damas de Paus em homenagem a uma dissertação de mestrado sobre o tema publicada na Universidade Federal da Bahia (UFBA), tendo depois sido estabelecido, posteriormente, apenas com o nome de Projeto Damas (Sagrillo, 2017, p. 09).

<sup>126</sup> Hanna Suzart foi uma travesti, ativista e produtora de shows brasileira, trabalhou por muitos anos como produtora de shows de *go-go boys*. Fundadora da ASTRA-RJ, Associação de Travestis e Transgêneros do Rio de Janeiro. Faleceu em 2007. O Centro de Cidadania LGBT Hanna Suzart de Nova Friburgo no Rio de Janeiro foi fundado em agosto de 2007 e nomeado em sua homenagem. Ver mais em: <https://hannasuzart-blog.tumblr.com>

<sup>127</sup> Welluma Brown foi uma militante pelos direitos civis das Transexuais e das Travestis brasileiras, entrou para a história da Televisão neste país. Durante os anos de repressão da Ditadura Militar foi uma das chacretes do famoso Programa do Chacrinha. Filha de empregada doméstica, negra, travestilidade vivenciada desde a infância, trabalhou como profissional do sexo, tendo sido reconhecida no meio artístico, cantando, dançando e representando. Resistência em tempos ainda mais difíceis, foi presa diversas vezes enquadrada no Cod.59 Vadiagem. Foi a primeira travesti a atuar em um programa na TV francesa mostrando coisas do Brasil, carnaval e samba. A eterna Chacrete, era a cara do Brasil Travesti. Trabalhou na prefeitura do Rio, além de receber das mãos do Prefeito do Rio, César Maia, o Prêmio Diversidade Sexual 2008, foi Diretora Geral da ASTRA/Rio. Faleceu em 2013, e deixou como legado às gerações trans: o seu nome e a marca de luta por dias melhores. Informações coletadas em: <https://www.facebook.com/falamaelondrina/posts/welluma-brown-a-travesti-chacrete-militante-pelos-direitos-civis-das-transexuais/1087143418424171/> Acesso em 26 de dezembro de 2022.

<sup>128</sup> Majorie Marchi foi uma das fundadoras da Ong Astra Rio, também atuou na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, foi coordenadora e idealizadora do Miss T Brasil, um concurso de beleza de travestis e transexuais. Ajudou na colaboração sendo uma das idealizadoras de formular o "Projeto Damas". Faleceu no ano de 2016 em decorrência de problemas de saúde. Informações coletadas em <http://mundot-girl.blogspot.com/2016/04/ate-breve-majorie-marchi.html> Acesso em 26 de dezembro de 2022.

<sup>129</sup> Aponto que a ideia da palavra capacitação em si, me parece problemática em alguns contextos, porque parte de uma certa ideia de "incapacidade". Prefiro utilizar "aprimoramento de habilidades" ou "formação continuada". Entretanto, como a palavra irá aparecer em vários contextos das iniciativas será comum o uso dela durante o texto.

O Damas até 2017 não abarcava homens trans e transmasculinos. Eram turmas compostas por alunas travestis e trans que tinham direito a uma bolsa de estudo e a vale transporte durante os seis meses de duração do curso. De acordo com Sagrillo (2017), com o término das aulas, as alunas passavam por um período de estágio nas secretarias municipais de Educação, Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego, Saúde e na Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual do município.

Um ponto importante sobre o projeto, que é apontado por Carvalho (2015), refere-se a uma perspectiva de “libertação” de travestis da situação de prostituição através do Projeto Damas. Também identifica que “apesar do foco oficial do projeto ser na inserção no mercado formal de trabalho, a maioria dos profissionais envolvidos nas oficinas são profissionais de saúde, e um dos assuntos principais seriam prevenção e redução de danos à saúde” (p. 99), refletindo a cadeia significativa “travesti – prostituição – AIDS” que se mantém de forma estigmatizada e preconceituosa. Também reflete uma política de segregação social voltada à higienização dos espaços públicos, e à marginalização do trabalho sexual.

Conforme já dito, no Damas não eram inseridos homens trans e transmasculinos em suas turmas. Um fato interessante foi que em 2013 durante “I Seminário de Cidadania Trans – Dignidade, Inclusão e Respeito” que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro houve uma fala importante proferida pelo escritor João W. Nery sobre a invisibilidade dessa população no projeto:

[...] o ponto mais interessante de sua resposta emerge quando ele questiona se homens trans poderiam participar do Projeto Damas. Tendo uma negativa como resposta, o escritor retruca: “Mas eu não posso ser uma dama?”. Após gargalhadas da plateia, ele faz uma relação entre a ausência de políticas públicas específicas para homens trans e a “invisibilidade” dos mesmos (Carvalho, 2015, p. 113).

A fala de João W. Nery, provocou um debate sobre a urgência de ações por parte dos órgãos governamentais para que homens trans estivessem também presentes nesses espaços, e para que existissem ações de inserção ao trabalho e geração de renda para todas as pessoas trans. Assim, no ano de 2017, houve uma mudança no projeto que se chamava " Damas" e foi renomeado para Trans+Respeito<sup>130</sup> e começou a contemplar homens e mulheres trans nas turmas.

---

<sup>130</sup> Ocorreu a mudança do nome também devido a mudanças na coordenação com a eleição do prefeito neopentecostal Marcelo Crivella (PRB). Um mandato marcado por censuras, como a retirada de HQs com beijo

Ainda na gestão de Eduardo Paes<sup>131</sup> (2009-2013), o projeto permaneceu em atividade, foi ampliada a participação de alunas, assim como também foi realizada parceria com a Secretaria Municipal de Educação, que viabilizou para as/os/es alunas/os/es a conclusão do ensino fundamental ou médio e contou com o apoio da Defensoria Pública e do Ministério Público. O Projeto Damas também contou com outras secretarias no município: a do Desenvolvimento Social, a de Saúde, a de Cultura, a de Administração e a de Trabalho e Emprego.

Conforme Carvalho (2015), ainda durante o processo eleitoral de 2008, o então candidato à prefeitura Eduardo Paes teria assinado uma Carta Compromisso com a população trans, na qual constaria a continuidade do “Projeto Damas”. Dessa forma o projeto foi reeditado e reformulado a partir da criação da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (CEDS), em 2011, ainda no mandato de Eduardo Paes.

Pioneiro no país, na reestruturação do programa, a ideia foi a de avançar no atendimento às demandas das alunas, e possibilitar um novo olhar sobre a empregabilidade para travestis e transexuais, apresentando novos espaços de trabalho e sensibilizando empresas privadas para a geração de empregos.

À vista disso, a Resolução conjunta CEDS/SMAS N° 001/2011, de 18 de maio de 2011, reformulou o Projeto "Damas" através de uma Parceria Entre a Coordenadoria Especial Da Diversidade Sexual (CEDS RIO), e a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS).

A partir daí, foram apresentados novos objetivos, como o desenvolvimento de ações necessárias ao incremento da escolaridade das travestis; a capacitação das participantes, desenvolver e fomentar técnicas que propiciem sua qualificação e exercer as diversas atividades profissionais que a vida moderna apresenta (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2011):

O Projeto Damas possui cinco módulos: 1) Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual; 2) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social; 3) Secretaria Municipal de Educação; 4) Secretaria Municipal de Saúde; 5) Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego e 6) Secretaria Municipal de Educação (Silviano, 2016, p.80).<sup>132</sup>

---

entre homens da Bienal do Livro no ano de 2019 e o cancelamento da exposição ‘Queermuseu’ no Museu de Arte do Rio no ano de 2017.

<sup>131</sup> Eduardo Paes é um político brasileiro, filiado ao Partido Social Democrático (PSD).

<sup>132</sup> Informações encontradas no trabalho Silviano (2016) que foram retiradas do documento “Projeto Damas – Informações preliminares”

A CEDS-Rio tem sido a principal responsável pela execução do projeto, a formatura das alunas, acontece durante o Seminário de Visibilidade Trans – Dignidade, Inclusão e Respeito. Na articulação com a Secretaria Municipal de Trabalho e Emprego o projeto procura possibilitar a inserção no mercado de trabalho, onde todas as alunas são cadastradas no Balcão Único de Emprego, retiram a Carteira de Trabalho e produzem currículos dentro dos padrões estabelecidos pelo mercado, contando ainda com informações de cursos e projetos em andamento (Silviano, 2016).

Como muitas informações sobre o programa advém de notícias em páginas da internet, infelizmente muitos já se encontram *offline*, por extinção do domínio da informação na rede, por isso muito do que foi dito aqui advém de pesquisas que trataram do projeto. Também não foi possível encontrar dados sobre a quantidade total de alunas/os/es formadas/os/es e sobre quais estão inseridas/os/es no mercado de trabalho.

Sobre outro projeto governamental de inserção, aponto em São Paulo (SP), o *Transcidadania*, mesmo nome do programa que se originou depois em João Pessoa na Paraíba (adaptado à realidade e particularidade deste último município). Mas, por enquanto, irei tratar do que foi criado pela Prefeitura de São Paulo no ano de 2015, na gestão de Fernando Haddad (2013-2016) e que se tornou uma referência nacional e internacional de política para a população trans.

Criado pelo Decreto nº 55.874, de 29 de janeiro de 2015, o Projeto foi realizado a partir de parcerias entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE). Tendo o apoio daquelas secretarias, o Projeto Reinserção Social Transcidadania é destinado:

[...] a promover os direitos humanos e a cidadania e oferecer condições e trajetórias de recuperação de oportunidades de vida para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social. O programa possui como dimensão estruturante a oferta de condições de autonomia financeira, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades relacionadas à conclusão da escolaridade básica, preparação para o mundo do trabalho e formação profissional, formação cidadã. À essas ações soma-se um exercício de aperfeiçoamento institucional, no que tange à preparação de serviços e equipamentos públicos para atendimento qualificado e humanizado (SMTE, 2015, S/P).

À vista disso, o objetivo do projeto é fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social<sup>133</sup> e resgate da cidadania para pessoas trans em situação de vulnerabilidade, atendidas pela Coordenação de Políticas para LGBTI+. As pessoas participantes recebem do programa uma bolsa no valor de um salário-mínimo, para voltarem a estudar e são encaminhadas para cursos técnicos de profissionalização (SMTE, 2015). Sobre os cursos não encontrei informações sobre quais foram oferecidos para as/es estudantes, o que me impede de realizar uma avaliação sobre.

Para chegar ao objetivo, a Coordenação de Políticas para LGBT, vinculada à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, buscou conhecer as principais demandas da população trans na cidade de São Paulo (SP) e, assim, realizou uma série de oficinas e rodas de conversas com gestoras/es, militantes e pessoas trans com o intuito de idealizar as diretrizes do programa (Concilio *et al*, 2017).

Dessa maneira, em 29 de janeiro de 2015, dia da visibilidade trans, o então prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, instituiu o Decreto de criação do programa TransCidadania, sob o nº 55.874 de 29 de janeiro de 2015, que dispõe de oito artigos que determinam suas diretrizes, seu objetivo, público-alvo, serviços prestados e as responsabilidades das secretarias envolvidas.

Aqui é importante evidenciar que geralmente as iniciativas - como é o caso do transcidadania - se dão como decretos porque os decretos não precisam passar pelo Legislativo e, portanto, correm menor risco de serem brecadas pela maioria do congresso fascista presente nesses espaços. Por outro lado, ao serem constituídas como Decretos, elas são condenadas a serem iniciativas do governo atual, podendo ser alteradas ou eliminadas num próximo governo. A resistência do legislativo freia a possibilidade de consolidação dessas iniciativas como políticas públicas de caráter permanente.

O Programa foi composto por uma equipe multidisciplinar: coordenação, auxiliar de coordenação, três psicólogas(os), três assistentes sociais, três pedagogas(os), uma auxiliar administrativa e uma recepcionista. Do início do Transcidadania em 2015 até o final de 2016, passaram pelo Programa 221(duzentos e vinte e um) beneficiárias(os) que, no geral, são mulheres transexuais e travestis negras (pretas e/ou pardas) na faixa etária de 30 a 49 anos (Concilio *et al*, 2017).

---

<sup>133</sup> A ideia de "reintegração social" que traz no objetivo do projeto pressupõe que um dia as alunas foram integradas ao mercado de trabalho profissional. E essa não é a realidade da maioria absoluta delas.

Para ter acesso ao programa, a pessoa trans deveria se dirigir a algum Centro de Cidadania LGBTI+ localizado na cidade de São Paulo e realizar o cadastramento. Se a pessoa estiver dentro dos critérios do Programa, ela seria inserida, caso houvesse vagas. Sobre o perfil das pessoas inseridas:

Grande parte das pessoas que chegam ao Programa tem um histórico de não reconhecimento do exercício de sua cidadania e violações de direitos em acesso à saúde, educação, moradia, trabalho, violência, violência doméstica, conflitos familiares, uso abusivo de drogas, transfobia, em diversas instituições públicas e privadas, e racismo (Concilio *et al*, 2017, p. 42).

De acordo com Miranda (2018), aquelas que não conseguem vaga no programa, são encaminhadas para atendimento pelo Centro de Referência LGBT, onde podem receber apoio psicológico, jurídico e orientações quanto a seus direitos. As análises da autora, que pesquisou o programa, mostram que os dois primeiros anos do programa não garantiram a questão da empregabilidade, e o foco do programa acabou se situando na escolaridade formal das pessoas trans, para que assim pudessem participar de processos seletivos e terem maiores chances no mercado de trabalho.

O que isso mostra é que os programas construídos nessa lógica da empregabilidade, geralmente acabam não recrutando as pessoas trans, o que vai mostrando como a sociedade é cisheteronormativa e define quais corpos serão validados para determinados tipos de ocupações. Compatível com o que Butler (2012) apontou sobre a norma que categoriza vidas e corpos como válidos, enquanto outros são colocados como abjetos, onde suas vidas não importam.

O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência, e os corpos também ameaçam nos transformar na agência e no instrumento de tudo isso. Embora lutemos por direitos sobre nossos próprios corpos, os próprios corpos pelos quais lutamos não são apenas nossos. O corpo tem sua dimensão invariavelmente pública. Constituído como um fenômeno social na esfera pública, meu corpo é e não é meu (Butler, 2019, p. 46).

Nesse quadro, encontram-se alguns corpos, como o das pessoas com deficiência, pessoas negras, gordas, e as pessoas trans. Um processo que se intensifica ainda mais quando pensamos a partir da face conservadora da nossa sociedade brasileira e a sua gênese com marcas do escravismo e do colonialismo que acabam aprofundando normas disciplinares e binárias com relação a inferiorização dos corpos.

No campo do trabalho, a inferiorização social dos corpos trans vai alimentando a dinâmica estrutural do capitalismo implicando nos processos de precarização da classe

trabalhadora. Assim, as pessoas trans vão tornando-se facilmente alvo maior da exploração do capital, tornando-se trabalhadoras/es que vivem no pauperismo, integrando conforme o termo que enunciou Marx (2017) o *lumpemproletariado*.

Assim, conforme já foi mencionado no Capítulo 2, o pauperismo é resultado do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, e nesse processo a acumulação de miséria é relativa à acumulação do capital. As pessoas trans compõem o quadro do lumpemproletariado, já que são trabalhadores/as que grande parte sobrevivem à custa de pequenos expedientes e atividades intermitentes no que diz respeito às ações de inserção no mercado de trabalho.

Nesse ponto de vista a reflexão que é significativa diz respeito em pensar sobre qual o papel dessa subclasse de trabalhadores/as? É possível embarcar na ficção liberal da emancipação através do trabalho?

Ainda é mais difícil pensar sobre a emancipação humana através do trabalho nas contradições dentro do Estado burguês. Conforme Marx (2017), o/a trabalhador/a vende sua força de trabalho em troca de salário, que não garante sua liberdade, mas apenas a manutenção da sua existência.

Voltando ao Transcidadania, o programa realçava a importância da escolaridade para conquistar a inserção no mercado de trabalho. Entretanto, sendo lumpemproletariado, não são discriminadas no mercado de trabalho apenas porque são trans, mas por sua interseccional subalternidade na sociedade capitalista.

Aparentemente parece não haver estruturalmente lugar para elas no mercado formal de trabalho capitalista, além de que um dos grandes impasses para conquistar a inserção das pessoas trans no mercado de trabalho é a transfobia institucional. Assim, reforço aqui a importância de ações como o Transcidadania tornar-se uma Política Pública de Estado, dada a sua relevância social.

Em relação às iniciativas governamentais, cabe ainda mencionar que as políticas públicas e ações para a população trans, de um modo geral, são frágeis, porque não têm uma regulamentação jurídico-legal, sendo, muitas vezes, criadas a partir de simples portarias ou no máximo decretos, sem disporem de um quinhão no orçamento público, por não possuírem orçamento próprio:

Debater e lutar pela ampliação dos direitos e das políticas sociais é fundamental porque engendra a disputa pelo fundo público, envolve necessidades básicas de milhões de pessoas com impacto real nas suas condições de vida e trabalho e implica um processo de discussão coletiva,

socialização da política e organização dos sujeitos políticos (Behring, 2011, p. 190).

Sobre as iniciativas no âmbito não governamental, considero importante destacar que a plataforma de alcance nacional, a Transserviços<sup>134</sup> foi criada pela analista e programadora transexual Daniela Andrade<sup>135</sup> e pelo amigo dela, Paulo Bevilacqua<sup>136</sup>, que é um homem trans, em parceria com a empresa *ThoughtWorks* no ano de 2016.

O objetivo da plataforma digital é que profissionais de qualquer área possam se cadastrar gratuitamente e oferecerem sua força de trabalho. Para quem sofre transfobia durante a busca por empregabilidade, a plataforma digital também disponibiliza um espaço para denunciar profissionais e instituições responsáveis pelo crime<sup>137</sup>. A plataforma digital Transserviços oferece assim duas funcionalidades:

A primeira é possibilitar a transexuais oferecer serviços profissionais pela internet. “Digamos que você precise de um bolo para o seu aniversário. Você vai entrar no *site* e encontrar uma pessoa trans, que vai fazer o seu bolo com tanto profissionalismo quanto qualquer outra pessoa”, explicou Daniela. A segunda funcionalidade é o cadastramento de profissionais que ofereçam serviços ao público transexual. A especialista em TI afirma que o objetivo é evitar os constrangimentos gerados pelo preconceito: “Quantas pessoas ligam para o consultório de um dentista perguntando se ele atende cisgênero? Isso não existe. Mas travesti precisa ligar antes e dizer ‘olha, doutor, eu sou trans, pode me atender?’” (Agência Brasil, 2016, S/P).

A principal proposta é, portanto, combater o preconceito e a estigmatização da população trans que procura vender sua força de trabalho e, concomitantemente, contornar estereótipos negativos em torno dela, lançando mão da estratégia de “segmentação de

---

<sup>134</sup> Disponível no endereço eletrônico: <https://transservicos.herokuapp.com/> Acesso em 23 de agosto de 2022.

<sup>135</sup> Daniela Andrade é mulher, trans, filha de pai pedreiro e mãe dona de casa, ela nasceu no distrito de São Miguel Paulista, na Zona Leste de São Paulo, e trabalha como programadora desde 1998, quando fez seu primeiro estágio durante o curso técnico em Processamento de Dados. Mora atualmente no Canadá. Para ver mais: <https://www.programaria.org/meu-sonho-morar-mundo-mulheres-trans-travesti-possam-escolher/>

<sup>136</sup> Paulo Bevilacqua tem 36 anos, é mineiro e reside atualmente em Porto Alegre, RS. Trabalha principalmente com retratos, mesclando técnicas tradicionais ao digital. É artista plástico, designer e ilustrador. Ministra aulas de desenho/pintura e em 2021 iniciou seus estudos com tatuagem. Graduiu-se em Design de Produtos pela Universidade FUMEC e cursou Artes Plásticas na Universidade do Estado de Minas Gerais (Escola Guignard - UEMG). Paulo foi o responsável pela ideia que originou os projetos Transempregos e Transserviços. Ambos os sites foram inicialmente colocados no ar pela programadora Daniela Andrade. Para conhecer mais, acesse: <https://www.paulobevilacqua.com/bio>

<sup>137</sup> É importante entender que desde 2018, por força de jurisprudência, transfobia é um crime previsto em lei no país. O STF decidiu que as práticas de homofobia e transfobia podem ser enquadradas nas hipóteses de crimes de preconceito. Assim, enquanto uma lei sobre o assunto não for elaborada, a Lei do Racismo é aplicada aos casos de homolesbotransfobia.

mercado<sup>138</sup>”, não para a venda de um produto específico, mas da venda de serviços e/ou da própria força de trabalho. A plataforma funciona atualmente no país inteiro e é totalmente gratuita. Daniela também programou, junto com Paulo Bevilacqua, a página eletrônica TransEmpregos.

Acredito que a iniciativa de maior destaque desenvolvida pela dupla é a plataforma digital TransEmpregos<sup>139</sup>. Ela surgiu do encontro entre a empreendedora e ativista Maite Schneider<sup>140</sup>, a advogada Márcia Rocha<sup>141</sup>, a psicanalista Letícia Lanz<sup>142</sup> e a cartunista Laerte Coutinho<sup>143</sup> que abriram os caminhos para o surgimento da Transempregos. Todas são co-fundadoras da iniciativa, que é atualmente o maior banco de dados de currículos e vagas para pessoas trans do Brasil.

Com o objetivo de superar as dificuldades das pessoas trans para entrar no mercado de trabalho, o Transempregos foi criado como uma plataforma digital para divulgar vagas no mercado de trabalho em parceria com empresas privadas engajadas no combate à transfobia. O Relatório de 2021 disponível online na plataforma, descreveu a existência de 21.477 usuáries<sup>144</sup> e 1474 empresas parceiras, então cadastradas.

<sup>138</sup> Neste caso, a segmentação de mercado está dirigida às próprias pessoas trans consumidoras que, talvez se sintam mais à vontade se relacionando com outras pessoas trans, assim como parece também estar atenta a potenciais consumidores/as cisgêneros/as interessados/as em práticas de consumo socialmente mais justas.

<sup>139</sup> Disponível no endereço eletrônico: <https://www.transempregos.com.br/> Acesso em 08 de outubro de 2022.

<sup>140</sup> Nascida em Curitiba, formada em Bacharelado em Direção Teatral pela UNESPAR, atriz profissional, palestrante, militante pelos Direitos Humanos, massoterapeuta e depiladora. Militante desde os anos 90, criou em 1997 o Casadamaite.com, portal pioneiro sobre diversidade que conta com milhares de visitantes por dia. Atualmente, como Co-Fundadora do Transempregos, também atua como consultora para empresas, conscientizando e sensibilizando gestores e executivos sobre a importância da diversidade e da inclusão profissional. O protagonismo e importância para a comunidade trans levou Maite a ser reconhecida pela Rede Mulher Empreendedora (RME) como uma das 20 mulheres líderes de destaque, em 2017. Ela é a 1a. mulher trans embaixadora da Rede. Em março de 2019 foi finalista do Prêmio Claudia de 2019 – a maior premiação feminina da América Latina e é LinkedIn Top Voice 2019, eleita entre 45 milhões de brasileiros. Ela ainda sonha que daqui há 10 anos, a Transempregos não precise mais existir, tornando rotineira a contratação de diversidade sexual no mercado formal. Informações coletadas na sua página no LinkedIn. Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/maiteschneider/?originalSubdomain=br> Acesso em 11 de janeiro de 2023.

<sup>141</sup> Márcia Rocha é empresária, advogada, co-fundadora da TransEmpregos, consultora em diversidade e inclusão e integrante do Conselho Seccional da OAB/SP. Foi a primeira mulher trans reconhecida com nome social na entidade, o que foi uma vitória importante pessoalmente, mas também abriu precedente para que outras instituições de diferentes categorias profissionais respeitem o nome social. Informações coletadas no site: <https://marciarocha.net/> Acesso em 11 de janeiro de 2023.

<sup>142</sup> Letícia Lanz é psicanalista, pensadora, poeta e palestrante. Mestre em sociologia e especialista em gênero e sexualidade, formou-se também em economia e fez mestrado em administração de empresas. Publicou diversos livros, entre eles O corpo da roupa. Casada, tem três filhos, cinco netos, e mora em Curitiba (Companhia das Letras, 2021).

<sup>143</sup> Laerte Coutinho é criadora de história em quadrinhos, cartum, charge, desenho de humor. Ela é uma das mais importantes cartunistas do Brasil é criadora de personagens emblemáticos como os Piratas do Tietê, Hugo Baracchini e Overman. Com um humor ao mesmo tempo refinado e mordaz, explora temas relevantes da existência humana. Ver mais em: <https://laerte.art.br/> Acesso em 11 de janeiro de 2023.

<sup>144</sup> Linguagem de gênero empregada pela própria plataforma Transempregos.

Dessa forma, a Transempregos foi um site criado por três pessoas trans com expressiva relevância social em seus ramos de atividade profissional, com o objetivo de postar vagas que fossem exclusivas para pessoas trans ou que fossem amigáveis a essas pessoas. Oferece serviços gratuitos, destaca-se como o maior e mais antigo projeto de empregabilidade de profissionais trans no país e realiza diversas parcerias com empresas engajadas no combate à transfobia e que oferecem vagas em áreas variadas.

A plataforma publica vagas divididas entre as categorias “emprego”, “estágio” e “freelance”, em empresas comprometidas com a diversidade de gênero. Em 2015, a plataforma ficou bastante conhecida, após Luisa Marilac<sup>145</sup>, conseguir um emprego através da plataforma Transempregos. Um fenômeno que vai mostrando que as iniciativas como um todo tem sido bastante ancoradas em recursos digitais, a tecnologia no mercado de trabalho já não é mais uma tendência, é uma realidade concreta.

Um ponto importante sobre as vagas oferecidas por empresas, é que muitas delas oferecem as vagas a partir de medidas recomendadas por algumas organizações como a ONU e a OIT. Através dessas cartilhas e documentos é possível encontrar sugestões para que empresas e empregadores/as desenvolvam ações de enfrentamento do preconceito contra a população LGBTI+.

Porém, há de se atentar para o valor agregado ao capital das empresas quando elas apresentam uma imagem socialmente comprometida com segmentos discriminados, algo que vem crescendo gradativamente nos últimos anos no Brasil, principalmente após a criação da norma de certificação social chamada de SA8000<sup>146</sup>.

A norma certifica que uma empresa possui ou não produtos ou serviços executados de forma socialmente correta. Tal certificação pressupõe monitoramento e avaliações contínuas. Dentre os requisitos da SA8000 está o de que a empresa não deve praticar ou apoiar qualquer

---

<sup>145</sup> Travesti que ganhou visibilidade com o vídeo “Bons drink”, publicado no Youtube em 2013 e que viralizou com o bordão: “E teve boatos de que eu estava numa pior... se isso é ter na pior, o que quer dizer estar bem, né?”. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=iTG34Va5WaQ>. Acesso em 05 de setembro de 2022.

<sup>146</sup> Lançada em outubro de 1997 pela Council on Economics Priorities Accreditation Agency (CEPAA), atual Social Accountability International (SAI), organização não-governamental norte-americana. Ela foi criada baseando-se nas normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Declaração Universal dos Direitos da Criança da ONU. Trata-se de uma norma voluntária de responsabilidade social das empresas, que estabelece por um lado, um referencial composto por um conjunto de critérios, relativos às condições de trabalho, passíveis de serem auditados e, por outro, um sistema de verificação independente, da conformidade das unidades de produção em relação a esses critérios (Lopes, 2004)

forma de discriminação baseada na raça, classe, gênero, orientação sexual, dentre outros marcadores sociais de diferenças.

Nesse sentido, o respeito à diversidade faz parte das estratégias das empresas na busca por maior produtividade e eficiência, o objetivo está concentrado no crescimento dos lucros. Inclusive, são as multinacionais que lideram as iniciativas de inclusão da diversidade no Brasil, citamos a exemplo da Dow; o Carrefour e o Micro Rainbow Brasil.

Há uma cobrança, em especial por parte das/os/es consumidoras/es para que as empresas adotem uma postura responsável diante da diversidade. Em 2013, o Instituto Ethos criou o manual “O Compromisso das Empresas com os Direitos Humanos LGBT – Orientações para o Mundo Empresarial em Ações Voltadas a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), fundada no Brasil no ano de 1998 por um grupo de empresários e executivos da iniciativa privada. Ele possui o objetivo de promover e disseminar práticas empresariais socialmente responsáveis. Assim, o Instituto vem se destacando no país como uma associação empresarial que trabalha com a chamada Responsabilidade Social Empresarial (RSE):

O movimento da responsabilidade social das empresas, cuja projeção nos EUA e na Europa aconteceu em meados dos anos 1960, passou a ser pauta na agenda dos empresários brasileiros, com mais visibilidade, ao longo dos anos 1990, incentivado pelo período de redemocratização e abertura econômica do País e pelos direitos conquistados com a Constituição Federal de 1988. No meio acadêmico, as reflexões sobre o tema iniciaram nos anos 1980, trazendo à tona as peculiaridades da RS em um país como o Brasil, cuja gravidade dos problemas sociais e a responsabilidade das empresas, seja no agravamento desses problemas, seja na contribuição para o seu enfrentamento, já não podiam mais passar despercebidos (Reis, 2007, p. 281-282).

Sendo assim, a RSE é mais uma forma da sociedade civil tomar para si as responsabilidades que deveriam ser do Estado no enfrentamento das expressões atuais da questão social. E, no caso das empresas privadas, elas se utilizam de ferramentas empresariais para realizar esse enfrentamento, que pode vir a colaborar de forma expressiva em determinada situação, mas também pode colaborar na reprodução acrítica das desigualdades sociais estruturais, contribuindo para a culpabilização individual dos sujeitos que não conseguem se inserir nas iniciativas existentes.

O Instituto Ethos conta com centenas de empresas filiadas, tendo por atuação prioritária a formulação e implementação de medidas socialmente responsáveis, dentre elas, ações voltadas à população trans. O Instituto também é responsável pela criação do Guia Temático

dos Indicadores Ethos – Fórum LGBT, uma ferramenta que tem o objetivo de promover a diversidade e os direitos LGBTI+ na esfera empresarial, o que será aprofundado nos itens a seguir do trabalho.

Uma publicação do Instituto Ethos<sup>147</sup> possui o objetivo especializado de contribuir para a construção de um mercado de trabalho que respeite e promova os direitos LGBTI+.

As manifestações públicas das empresas de que reconhecem seus clientes ou consumidores para além da heteronormatividade geram tanto elogios da comunidade LGBT como críticas dos setores contrários a seus direitos humanos. As empresas se veem diante de uma escolha. Também os clientes e consumidores, além dos empregados(as) e fornecedores, tendem a escolher as empresas com base no seu posicionamento, como acontece em outros temas (Instituto Ethos, 2013, p. 28).

Muitas empresas e instituições aderem às questões voltadas à diversidade para impactar aqueles/as com os quais interagem: pessoas consumidoras, empresas competidoras, investidores/às etc.

O Instituto Ethos conta com centenas de empresas filiadas, que se comprometem na formulação e implementação de medidas socialmente responsáveis, dentre elas, ações voltadas às pessoas trans. De acordo com o Instituto, “a promoção da diversidade sexual significa o reconhecimento de sua existência, a afirmação dos direitos e deveres próprios da cidadania” (Ethos, 2013, p. 31).

Sobre a preocupação com o campo dos direitos humanos, o Instituto aponta que há pelo menos três tipos de liderança nas empresas: aquelas que temem a opinião pública desfavorável para essas questões, as lideranças que justificam seu respeito a todas as pessoas com base apenas em argumentos mercadológicos, mas também há aquelas que possuem uma conduta ética e de respeito à diversidade, sem que o lucro esteja no plano.

Há empresas que se preocupam com a promoção da diversidade, e que enxergam a pluralidade de visões, de propostas, de maneiras de ser, de fazer, que se transformam em propósitos para os desafios comuns da empresa. Elas também geram trocas, interações criativas e inovadoras, com adição de valor para todas/es/os: “Um ambiente respeitoso, acolhedor, que promove a expressão das singularidades e interações, aprendizados, inovações na busca de soluções que contemplem a todos, interessa ou deveria interessar a todas as pessoas” (Ethos, 2013, p. 33).

---

<sup>147</sup> Trata-se da publicação “O Compromisso das Empresas com os Direitos Humanos LGBT – Orientações para o Mundo Empresarial em Ações Voltadas a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”.

Esse tipo de atuação empresarial é uma alternativa para muitas pessoas trans que estão excluídas do mercado de trabalho. O Ethos até chega a apontar no documento que a realidade de travestis e transexuais merece uma maior atenção, tendo em vista a ausência significativa dessas pessoas no mercado de trabalho e o tratamento discriminatório e violento que recebem sendo inseridas ou não no ambiente de trabalho.

Outro documento desenvolvido pelo Ethos foi a elaboração dos “10 Compromissos da Empresa com a Promoção dos Direitos LGBT” no ano de 2013 em parceria com a empresa Txai Consultoria e Educação, o manual traz para cada um dos compromissos uma série de práticas que podem ser adotadas pelas empresas. Esses compromissos foram apoiados pela ONU que referenciou o documento do Ethos/Txai, em um material próprio: “Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no Mundo do Trabalho” (2014).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS) e seus parceiros promoveram também uma iniciativa “Construindo Igualdade de Oportunidades no Mundo do Trabalho”.

Através dela, realizaram consultas a organizações de trabalhadores/as, empresas privadas, além de representantes do governo brasileiro e de organizações da sociedade civil. Essas consultas resultaram no documento “Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no Mundo do Trabalho: Construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo-transfobia” publicado no ano de 2016.

O documento da OIT *et al*, que também é embasado em uma perspectiva de RSE, aponta que a “promoção da diversidade” traz benefícios para as empresas, ampliando a qualidade das decisões e o planejamento estratégico, pois assim esses ambientes vão se tornando “potencialmente mais criativos, qualificados, inovadores e capacitados para lidar com um mundo também diverso, em rápido e profundo processo de mudança” (OIT/UNAIDS/PNUD, 2015, p.19).

A novidade que essa iniciativa apresentou em relação a outras aqui evocadas, foi a inclusão de histórias de pessoas LGBTI+ que demonstram como a negação de direitos afeta todos os campos da vida, incluindo impactos negativos para o ambiente de trabalho. São casos e sugestões de ações inspiradas em histórias reais. São orientações que requerem “a implementação de procedimentos simples, mas que devem ser acompanhados de um compromisso real com o tema da igualdade de oportunidades e de tratamento” (Brasil, 2015, p. 09).

O objetivo foi o de identificar situações de estigma e discriminação e encontrar formas de superá-las por meio de ações de enfrentamento à homofobia e transfobia no local de trabalho, dirigidas tanto a empregadores/as quanto a trabalhadores/as.

As histórias citadas buscaram ser úteis para aprofundar discussões em grupos de trabalho no interior das empresas. A sugestão é que sejam um instrumento para ampliar conhecimentos, sensibilizar e impactar positivamente a atuação profissional. Cada história do manual termina com considerações e questões que sugerem mudanças de postura, novas abordagens e planos de ação mais estruturados para melhor enfrentamento dos problemas (OIT/UNAIDS/PNUD, 2015).

É importante destacar que não basta valorizar a diversidade de gênero em discursos institucionais ou afirmar princípios éticos em situações de conflito. É preciso incrementar e aprimorar as práticas de gestão e formar os/as gestores/as para a condução dos processos envolvendo pessoas trans.

É fato, portanto, que com a política do respeito à diversidade de gênero, as empresas podem obter uma boa imagem perante o público externo, portanto, estabelecendo uma melhor relação com as/os consumidoras/es, conseguem supostamente aumentar o seu faturamento. Assim sendo, para as empresas se manterem competitivas no mercado, é preciso transformar antigas formas de gestão da força de trabalho, pois, principalmente nessa era digital, que amplificam o poder das práticas ou cultura do cancelamento<sup>148</sup>, as empresas estão sendo *vigiadas* constantemente pelos mais diversos olhares.

Por outro lado, vale refletir que essa vigilância do consumidor ganha formas múltiplas no contexto de fascismo à brasileira em que atualmente vivemos. Se no passado, práticas socialmente injustas tendiam necessariamente a afastar consumidores/as críticos, atualmente, com forte engajamento de um número considerável de empresas na lógica fascista (o que se reflete, inclusive, no aporte de recursos econômicos tanto na campanha presidencial quanto na constituição de ações antidemocráticas posteriores às eleições), tornaram-se comuns as listagens divulgadas *online* de empresas privadas de diferentes tamanhos que estariam apoiando as propostas golpistas contra o resultado da eleição.

---

<sup>148</sup> Cultura do cancelamento é um termo muito comum nas redes sociais, trata-se de um fenômeno que tem o objetivo de boicotar e banir pessoas, eventos ou marcas que assumem comportamentos considerados incorretos ou que ferem os valores de um grupo de pessoas. Cancelar uma pessoa, marca, ou empresa virou uma prática muito comum nos últimos anos, o ato do cancelamento pode gerar debates sobre racismo, machismo, LGBTFOBIA, entre outras questões. Mas o ato de cancelar também pode acontecer com coisas banais.

Se essas listagens de um lado, afastam consumidores/as comprometidos/as com o regime democrático, por outro, atraem o eleitorado que apoia o candidato derrotado e inconformado. Desta forma, consideramos que não será de todo surpreendente, se futuros estudos demonstrarem a adesão de consumidores conservadores à empresas que não tiverem iniciativas voltadas a populações historicamente discriminadas.

Dentro do rol das políticas LGBTI+ governamentais, há determinadas políticas, como as de saúde e educação, que desenvolvem ações dirigidas a essa população há um maior tempo do que as demais, dado o histórico de luta contra o HIV/aids, enquanto outras áreas, como as políticas de trabalho, emprego e renda, ainda não tem uma cultura de atenção a tais temas.

Preconceito, dificuldades de acesso à educação e a indisponibilidade de vagas no mercado de trabalho, seja por razões estruturais ou conjunturais, além da violação cotidiana de direitos, são alguns dos desafios diários enfrentados pela população travesti e transexual. As iniciativas existentes evidentemente não são suficientes para atender a população Trans. A ampliação das demandas do movimento ao Estado começa a crescer gradativamente, devido ao relativo sucesso das políticas públicas existentes.

Nesse sentido, é necessário que a sociedade civil esteja de fato empenhada na eliminação de uma cultura e de uma mentalidade acostuada a normalizar a inferiorização de alguns sujeitos e corpos.

Os estereótipos e mistificações com relação à população trans independente de sua origem, servem para justificar e manter uma ordem social: dividida em classes sociais, ancoradas em instituições e em uma única concepção de família, de papéis de gênero e de moralidade sexual, petrificadas em construções históricas e fantasias expressas por bordões como: os “bons costumes” e a “preservação da família tradicional cristã”, tomados como base civilizatória.

A desigualdade no acesso e permanência no mercado de trabalho para a população de travestis e transexuais é fruto do que foi e ainda é considerada como parte da cultura transfóbica da sociedade, bem como das resistências construídas por todos/as aqueles/as que lutam contra ela. Logo, a precarização do trabalho, que é uma tônica das relações contemporâneas de trabalho (sobre as quais discutimos em capítulos anteriores), evidentemente possui consequências diferentes para os sexos, os gêneros, as raças e as classes sociais.

Indivíduos identificados como mulheres, negros/as, LGBTI+, imigrantes, pessoas com deficiência, entre outros marcadores sociais de diferenças, devem ser objeto de atenção de

políticas públicas no sentido de minimizar os efeitos causados pelo preconceito, como também do esforço de promoção dos direitos de cidadania de tal população.

No Brasil não existe uma clara e permanente política de inserção e qualificação para o mercado de trabalho, assim como também são poucas as políticas públicas de geração de renda. De acordo com Connell (2014), o pensamento neoliberal não tem lugar para as questões de gênero. Para a autora, se o neoliberalismo tem qualquer teoria social, ela é baseada na economia de mercado, que simplesmente exclui temas como o gênero de seu quadro de interesse.

Também apresentarei a “Cartilha Promoção do Respeito à Diversidade nas Empresas” (2019), produto de um trabalho coletivo que envolveu o Instituto Promundo, o Grupo Conexão G e as empresas Eletrobras, CEPEL, Eletrobras, Eletronuclear e Furnas, além de ter contado com o apoio da Embaixada do Reino dos Países Baixos.

A referida cartilha procura demonstrar o quanto esta discussão chegou também ao mundo corporativo, tanto nacional como internacionalmente e, assim, tem sido alvo de recomendações, pactos, compromissos e outros documentos direcionados às empresas e/ou construídos por elas. Nessa perspectiva, mediante a minha inserção em cursos e oficinas direcionadas a formações na área da tecnologia, também apresentarei algumas iniciativas de cursos e oportunidades oferecidos às pessoas trans no país.

Por fim, apresentando esse mapeamento demonstrarei que a tendência tem sido de que as ocupações direcionadas às pessoas trans nas iniciativas existentes, possuam uma relação direta com as imposições da divisão sexual do trabalho, bem como as formas como estão inseridas na DST no Brasil.

Conforme já mencionei, existiam apenas duas ações governamentais que no período de 2004 a 2015, coincidentemente, nas duas principais cidades do país: o Projeto Damas/Trans+Respeito na cidade do Rio de Janeiro e o Transcidadania na cidade de São Paulo. Foram ações concentradas nas duas maiores cidades do Sudeste do país, além de serem metrópoles de grande visibilidade no Brasil e internacionalmente.

#### **5.4. Mapeamento remoto das iniciativas dirigidas à população trans**

Antes de apresentar o mapeamento das iniciativas e a análise das ações, considero importante mostrar as ferramentas que me auxiliaram no processo do teórico-metodológico do trabalho de campo, ainda mais que a utilização da internet foi uma ferramenta indispensável para a realização do mapeamento.

Partindo da perspectiva do aumento do uso da Internet durante a pandemia, e por isso muitas/os/es pesquisadoras/es utilizaram a Internet como uma ferramenta essencial para obtenção de dados, principalmente na fase do levantamento bibliográfico, quero com isso mostrar quais foram os critérios de avaliação para produção do mapeamento, as estratégias encontradas mediante o volume exponencial de informação que é incluído diariamente nas redes e os critérios para identificação de informações reais ou fictícias.

#### *5.4.1. Considerações sobre o trabalho de campo realizado*

Conforme já mencionei em alguns trechos dessa tese, o mapeamento de iniciativas voltadas à inserção de pessoas trans no mercado de trabalho foi realizado através de uma análise documental online, portanto a internet foi o instrumento mais utilizado, como também o mais importante para realização e conclusão do mapeamento. Em vista disso, quero mostrar como se deu o trabalho de campo, ainda mais pelo fato de que o uso da internet como recurso metodológico ser consideravelmente recente, ainda mais no campo do Serviço Social.

Na verdade, houve uma mudança significativa na estrutura de comunicação com os recursos disponibilizados pela internet. Seu uso para pesquisas é bastante comum, desde que essa consulta seja feita em fontes de pesquisa ditas confiáveis, como os acervos das bibliotecas das universidades, especialmente no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Já a pesquisa em Redes Sociais, Sites de notícias, Plataformas e outros meios pode-se dizer que se trata de uma novidade, cujo uso foi intensificado na conjuntura pandêmica de Covid-19 a partir de março de 2020.

Com a pandemia surgiram novas tecnologias e um volume cada vez maior de informação no formato eletrônico, aumentando ainda mais a pesquisa através de fontes secundárias, que devem ser levadas em consideração na atividade da pesquisa. Ainda mais que na internet é possível em fração de segundos obter notícias e informações através de mecanismos de busca com palavras-chave que tratam de determinados assuntos, ao mesmo tempo tais mecanismos de busca podem apresentar dificuldades, tendo em vista que diariamente informações podem ser incluídas, excluídas e até modificadas.

impõe-se uma nova questão para os métodos de pesquisa advinda do exponencial crescimento das tecnologias de informação, que acompanha o advento da sociedade da informação observado na contemporaneidade: métodos e técnicas de pesquisa que utilizam a internet como objeto de investigação ou como fonte ou meio para coleta de dados. Nesse sentido, a internet é descoberta em suas possibilidades tanto como espaço propenso a utilização de instrumentos de pesquisa tradicionais, quanto como objeto de pesquisa (Camboim *et al.*, 2015, p. 124).

Portanto, a internet foi utilizada como principal meio para coletar dados, abrindo novas possibilidades no processo da pesquisa. A pesquisa caracteriza-se por ser de caráter qualitativo, descritivo e analítico, o método utilizado foi o documental, utilizando como principal fonte de pesquisa o ambiente virtual, encontrando cartilhas, projetos de lei, blogs, sites de notícias, websites oficiais das secretarias dos estados e prefeituras do país a procura das iniciativas governamentais, sobretudo usufrui das redes sociais: Instagram, Facebook, Youtube, Medium, Whatsapp, LinkedIn que com acesso às mensagens, fotos, vídeos e áudios fez com que o mapeamento das iniciativas tenha sido realizado.

O primeiro passo da investigação foi realizada no website da Google, inseri no campo “busca”, as palavras-chave: “iniciativas e ações de trabalho para travestis e transexuais no Brasil”, para encontrar as iniciativas a nível estadual e municipal inseri as mesmas palavras-chave substituindo o “Brasil”, pelo nome do estado e depois o nome da capital na tentativa de encontrar ações governamentais e não governamentais. Nas buscas do google o que foi comum nos estados que não encontrei iniciativas foi o fato de que fui direcionada para conteúdos pornográficos de pessoas trans e travestis.

Depois foi a vez de realizar a pesquisa nos portais oficiais de informações dos estados e capitais na busca de informações oficiais sobre as iniciativas a nível governamental, também busquei nos g1, o portal de notícias da globo que possui subdivisões de portais de notícias em cada estado do país. Em ambos utilizei as palavras-chave: trabalho, emprego, renda, travestis, transexuais. O segundo passo foi realizar a pesquisa nas Redes Sociais<sup>149</sup>, que são os meios de comunicação mais interativos, pesquisei no Facebook, Youtube, Medium e LinkedIn também fiz o uso das palavras-chave trabalho, emprego, renda, travestis, transexuais.

Já no Instagram, pela especificidade da rede, fiz o uso das Hashtags para localizar postagens relacionadas ao tema da pesquisa. Mas o que são hashtags? Explicando rapidamente, elas são palavras marcadas com o sinal “#” (*hash* em inglês), onde é possível realizar buscas de postagens, especialmente nas redes que possuem determinado assunto.

Uma hashtag é uma palavra ou uma frase prefixada, precedida pelo símbolo # (hash, em inglês). Na verdade, e mais radicalmente, qualquer combinação - mesmo aleatória - de letras ou caracteres liderados pelo símbolo # é uma

---

<sup>149</sup> O termo "rede social" tornou-se sinônimo de tecnologia da informação e comunicação; seu uso transcorreu áreas e destruiu fronteiras sendo apropriado, hoje, por muitos atores sociais. Uma das apropriações mais intensas deu-se no campo da comunicação - mas não exclusivamente - com o uso de termos como rede social digital, mídia social, mídia digital, entre outros, para expressar o fenômeno em questão (Vermelho *et al*, 2014).

hashtag, porque se trata justamente de uma formalização da linguagem de tal ordem que nenhuma semântica vem caracterizá-la como linguagem. Um 'post' qualquer, em mensagens curtas de microblogging e serviços de redes sociais como o Twitter, Tumblr, Instagram, Flickr, Google + ou Facebook pode ser marcado com um ou inúmeros - o número é ilimitado - "#" antes de palavras que passam a fornecer um meio de agrupamento instantâneo de mensagens e metadados - os quais, a partir daí podem ser acessados, ao alcance de um clique, de qualquer lugar do planeta, juntamente com o conjunto todo (*streamming*) de mensagens que circulam na rede com a mesma # (Costa Moura, 2014, p. 150).

Sendo assim, as hashtags<sup>150</sup> também são usadas para marcar mensagens individuais como pertencente a um grupo específico, e marcar as mensagens como relevantes para determinados tópicos ou assuntos (Costa Moura, 2014).

Algumas das hashtags que utilizei para buscar informações sobre as iniciativas foram as seguintes: #empregabilidadetrans; #empregabilidadetravesti; #vagatravesti; #vagatrans; #capacitaçãotravesti; #oportunidadeparatravestis, #oportunidadeparatrans. Assim o uso dessas estratégias de pesquisa foi com a finalidade de que a pesquisa documental produza novos conhecimentos e crie novas formas de compreender os fenômenos e como estes vem sendo desenvolvidos.

Outro passo importante foi entrar em contato com alguns movimentos de pessoas trans nos estados na busca de informações sobre as iniciativas, tendo a resposta apenas da Associação das Travestis e Transexuais do Acre (ATTRAC), da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (ASSOTRAM), da Associação das Travestis e Transsexuais do Estado do Tocantins (ATRATO); do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades do Mato Grosso do Sul (IBRAT-MS); e o Transgrupo Marcela Prado (TMP) de Curitiba, no Paraná.

Com o grande volume de informações disponíveis na internet, nas buscas, encontrei desde questões mercadológicas que envolvem os corpos trans, até *fake news*<sup>151</sup>, por isso foi

---

<sup>150</sup> No Tweeter, onde surgiram, elas eram utilizadas em frases ou palavras para interligar assuntos ou vários *posts* sobre um mesmo assunto - e acabaram se tornando essenciais para a indexação de conversações por temas e palavras (o sistema tendo sido por fim adotado por várias outras redes sociais como Instagram e Facebook). Com o tempo, mas em velocidade recorde, as hashtags se tornaram verdadeiros fóruns de discussão ad hoc, não moderados, globais e horizontalizados. Qualquer hashtag, se promovida por número suficiente de posts pode virar 'tendência' e atrair mais usuários para discussão em torno do tópico proposto (Costa Moura, 2014, p. 151).

<sup>151</sup> As *fake news* são mensagens falsas, que, embora pareçam verdadeiras, são produzidas com a intenção de influenciar pessoas em prol de interesses específicos. De acordo com Galhard *et al* (2020), o termo *fake news* denomina a produção e propagação massiva de notícias falsas, com objetivo de distorcer fatos intencionalmente, de modo a atrair audiência, enganar, desinformar, induzir a erros, manipular a opinião pública, desprestigiar ou exaltar uma instituição ou uma pessoa, diante de um assunto específico, para obter vantagens econômicas e políticas. no contexto político que as notícias e falas falsas saíram do âmbito do jornalismo para serem usadas

necessário desenvolver estratégias de busca e seleção, além das palavras-chave e das hashtags, também foi fundamental avaliar a confiabilidade de autores/as e fontes das notícias, também procurei mais informações na rede para verificar a veracidade. Com esses passos, foi possível encontrar as ações e iniciativas.

O instrumento que organizei a coleta de dados foi a planilha no Microsoft Excel que integralizou informações dos sites e redes sociais (Apêndice 01). Iniciei a coleta dos dados que apresento no apêndice 01 em dezembro de 2017, sendo concluído em fevereiro de 2022, com informações das iniciativas que entraram em execução de Janeiro de 2016 até Dezembro de 2020.

### **5.5 Mapeamento remoto das iniciativas de “capacitação”, promoção do acesso ao mercado de trabalho e geração de renda dirigidas à população trans**

No plano nacional, o cenário mudou de 2016 para 2020. Foi possível encontrar vinte e quatro (24) iniciativas em todo o país. Naquele período, a região nordeste concentrou o maior número (nove) de iniciativas. O sudeste ficou em seguida, com uma iniciativa a menos que a nordeste. Muitas das iniciativas mapeadas estão concentradas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Cabe lembrar que o nordeste é a região com o maior número de estados no país<sup>152</sup>.

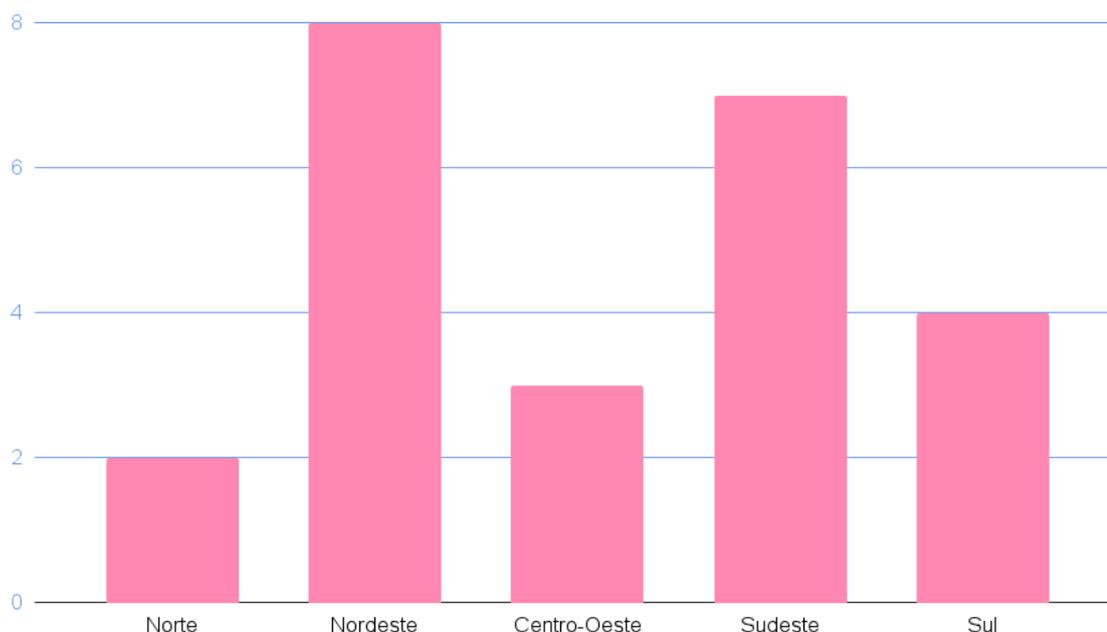
A região norte é a que contém o menor número de iniciativas, seguida da região centro-oeste. Para facilitar a visualização das ações mapeadas, apresento no gráfico 01, as regiões do país, os nomes das iniciativas, seu tipo (capacitação, ação e inserção), sua natureza (governamental ou não governamental), se são pessoas trans que oferecem e, por fim, irei mostrar se elas possuem uma característica unissex ou há generificação na proposta.

---

como tática de marketing eleitoral. O fenômeno de propagação de notícias falsas ganhou velocidade quase imediata, combinada com o alcance global da internet e das novas tecnologias, dos aparelhos celulares e das plataformas digitais que ampliaram a capacidade de comunicação do ser humano. Num disparo, uma notícia pode alcançar milhões de pessoas, sem que sua origem seja imediatamente identificada.

<sup>152</sup> Há uma força de direita muito grande, o país parece ser dividido ideologicamente entre suas regiões, especialmente ao analisar o resultado das eleições presidenciais no ano de 2022, a votação expressiva de Jair Bolsonaro se deu no Sudeste e Centro-Sul, já no Nordeste o centro-esquerda de Lula foi o mais votado.

**Gráfico 01 – Iniciativas de trabalho e renda para pessoas trans por região**



Fonte: Mapeamento realizado online pela própria pesquisadora (2021).

Os dados mostram que as regiões com maior número de iniciativas como estava buscando, foram às nordeste e sudeste. Relacionado a isso, vale lembrar Rago (1997), demonstrou que entre as décadas de quarenta e sessenta do século XIX, a industrialização do país começou justamente na região nordeste em 1840 e depois se deslocou para o sudeste. Imigrantes foram o principal contingente das fábricas que cresceram no Rio de Janeiro e em São Paulo: “Na passagem deste século, o Rio de Janeiro reunia a maior concentração operária do país, tendo sido superado por São Paulo apenas nos anos de 1920” (p. 485).

No mesmo período destacado por Rago, o capitalismo começou a ver na divisão sexual do trabalho e na exploração do trabalho das mulheres, suas possibilidades de crescimento. Longe de querer realizar uma discussão de maneira binária da relação entre as regiões sudeste e nordeste, mas sim interessada em trazer luz a essa discussão, vemos que ela tem uma lógica bastante interseccional, pois se avançarmos na direção de uma análise da constituição de cada uma das regiões no imaginário brasileiro, percebemos que as principais vítimas do trabalho escravo no Brasil, tem sido pessoas pretas, pardas, migrantes, nordestinas e, de uns tempos pra cá, também nortistas.

O “Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas” realizado pela OIT de 2003 a 2021 apontou que o maior número de vítimas do trabalho escravo está concentrado nas regiões norte e nordeste. Além de padrões sociodemográficos e identitários, há nelas um perfil etário, de gênero, de escolaridade, de ocupações desempenhadas, de setores econômicos nos quais atuam, de pertencimento étnico-racial e nacionalidade (OIT, 2022).

Por muito tempo, a maior migração e o trabalho escravo estavam concentrados no nordeste, agora eles atingem principalmente a região norte, em especial a Amazônia, sobretudo as populações indígenas e negras.

A região é a maior do país, tem sido a mais devastada recentemente pela mineração ilegal, e tráfico predatório de madeiras e pela transformação da floresta em pastagem de gado e é também onde há um menor número das iniciativas que procuramos nesta pesquisa: dos sete estados, apenas Amazonas e Rondônia possuem alguma iniciativa de inserção das pessoas trans organizadas predominantemente por entidades filantrópicas.

Todas as regiões do Brasil, como a região Norte, possuem uma identidade construída historicamente a partir da ótica colonial. No caso da norte, ela é frequentemente compreendida como um lugar irrelevante economicamente e que se destaca tão somente pelo “exotismo cultural”, inclusive algumas vezes nas ciências sociais, que descreve a população a partir apenas de alguns aspectos culturais e da grande diversidade das populações indígenas, embora esta seja uma questão rica e importantíssima para a região.

Importante destacar que a análise proposta aqui, não é a de realizar uma comparação ou competição entre regiões brasileiras ou estados da federação, com maior ou menor número de iniciativas, mas sim apontar e denunciar a omissão histórica do Estado brasileiro com relação a emprego e geração de renda para pessoas trans no país.

No caso da região norte, a população trans não é quantitativamente irrelevante e tem inclusive uma significativa visibilidade histórica, como na bastante conhecida Festa da Chiquita<sup>153</sup>, tombada pelo IPHAN, que ocorre anualmente em Belém (PA), por ocasião da principal festividade do estado: a festa religiosa do Círio de Nazaré.

---

<sup>153</sup> A Festa da Chiquita, em Belém, reúne todo o público LGBTI+ no Pará. Após a Berlinda passar pela avenida Presidente Vargas, no centro de Belém, durante a Trasladação na noite ocorre o momento profano da Quadra Nazarena: a Festa da Chiquita, evento organizado desde suas origens pela comunidade LGBTI+ da capital paraense e que não é reconhecida oficialmente pela diretoria da Festa de Nazaré, que promove o Círio. O reconhecimento, no entanto, vem do grande público que comparece à Praça da República, em frente ao Theatro da Paz, para ver shows de transformistas, travestis, transexuais, drag queens e misses gays, tudo com muita cor e brilho e ainda com consciência política. O evento ocorre desde 1978, de acordo com o Dossiê do Círio, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), chamado àquela época de “Festa da Maria Chiquita”. Desde os primórdios, ainda em anos anteriores à data oficial, a festividade profana era essencialmente

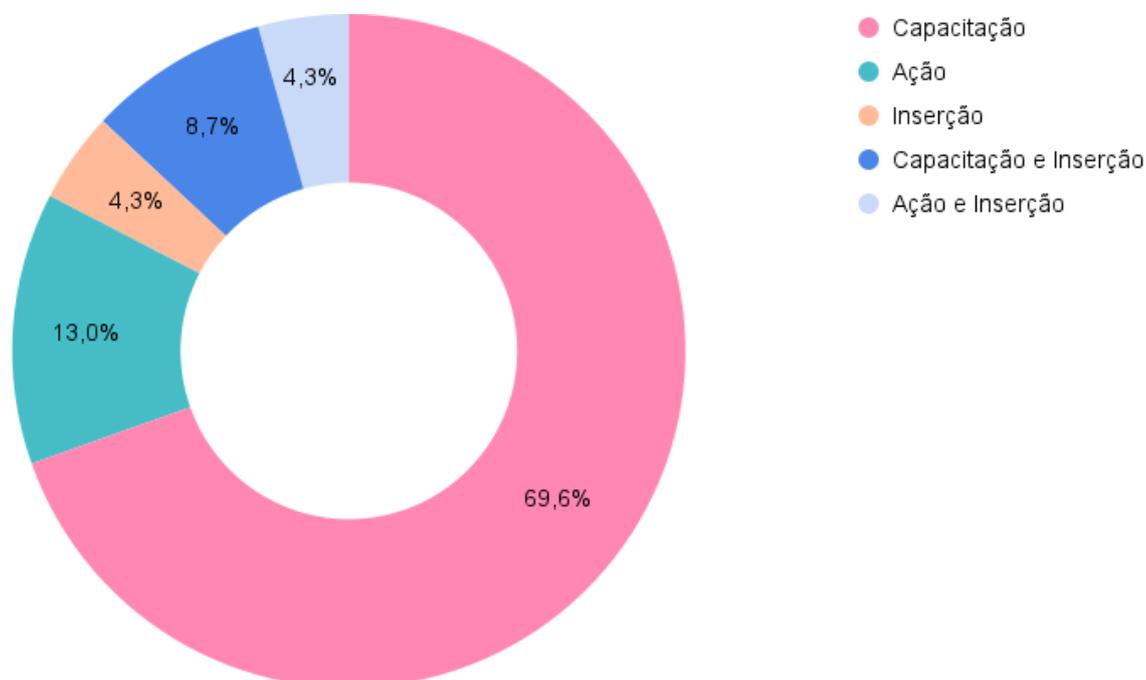
O número de iniciativas ainda é muito pequeno e insuficiente. Acredito que a existência mesmo de poucas é significativa, ainda mais num cenário econômico-político brasileiro tão reacionário, com um presidente e seus aliados que verbalizam total hostilidade e oposição às causas e demandas da população LGBTI+ e nutre seu cabedal político abrindo espaço crescente a grupos religiosos dogmáticos e refratários à diversidade sexual e de gênero.

Trata-se de um governo que extinguiu o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, nomeou provocativamente a anterior “Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República” como “Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos” e escolheu como ministra a pastora ultrareacionária Damares Alves. Trata-se, portanto, de um cenário de forte expressão do conservadorismo de extrema direita que provoca um fortíssimo retrocesso nas políticas públicas em geral e, em especial, nas destinadas para as pessoas trans.

A maior dificuldade e o resultado mais importante a ser demonstrado aqui acerca do mapeamento realizado com relação às iniciativas, é que em grande parte elas constituem capacitações temporárias, ações e/ou cursos pontuais, com resultados (pouco investigados) muito escassos de materialização na empregabilidade e na geração de renda. O quadro a seguir mostra com mais detalhes essa constatação:

---

organizada por gays, que passaram a fazer ao seu modo a comemoração do Círio, e para chamar atenção, já naquela época, para a comunidade dos “marginais”, como eram entendidos os que optavam por manter relacionamento com pessoas do mesmo sexo. Informações coletadas no endereço: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2013/noticia/2013/10/festa-da-chiquita-simboliza-o-lado-profano-do-cirio-de-nazare.html> Acesso em 28 de dezembro de 2022.

**Gráfico 02 – Tipo das iniciativas**

Fonte: Mapeamento realizado online pela própria pesquisadora (2021)

O Gráfico 02 informa sobre o formato das iniciativas desenvolvidas no país. Ele mostra três diferentes formatos: *Capacitação*, *Ação* e *Inserção*. Assim, as iniciativas foram caracterizadas de acordo com o que promoviam. As de *capacitação* são aquelas que oferecem cursos ou *workshops* com duração de semanas ou meses, cuja finalidade é o desenvolvimento profissional e a aquisição de novas habilidades. Já as de *ação* envolvem as atividades de curta duração que podem durar um dia ou mesmo algumas horas. Por fim, as de *inserção* são as que de fato buscam assegurar a empregabilidade de pessoas trans.

Nesse sentido, o gráfico 02 mostra o quanto é difícil realizar uma análise acerca da inserção das pessoas trans no mercado de trabalho, tendo em vista que grande parte das iniciativas desenvolvidas no país têm o formato de capacitação ou ação, e não de inserção. Apesar do investimento em capacitação/ação ser uma estratégia que potencializa as possibilidades de inserção, não é fácil enfrentar a transfobia institucional, a precarização do trabalho acentuada pela reforma nas leis trabalhistas, as lacunas educacionais, a desigualdade social e a crise econômica, somente através delas.

Para que a inserção seja materializada e preservada, é preciso que haja uma ponte para conectar as pessoas trans a oportunidades dignas e compatíveis de trabalho. É preocupante observar que além das iniciativas existentes serem escassas (sobretudo considerando que quase 70% delas estão concentradas na capacitação), não há uma garantia sequer de um espaço disponível para a objetivação do que foi apreendido em cursos e/ou oficinas e, menos ainda, a possibilidade de um vínculo empregatício com alguma instituição.

A capacitação por si só não garante o ingresso de pessoas trans no mercado de trabalho, pois mesmo com cursos, diplomas universitários e outras certificações, muitas vezes não é possível garantir emprego as pessoas trans e nem a obtenção de uma vaga em suas áreas de especialização, tendo em vista, sobretudo, as estruturas transfóbicas que a circundam.

Não existem dados estatísticos sobre o número de transexuais, travestis e transmasculines empregadas/os/es no mercado de trabalho brasileiro. Algo que deve ser levado em consideração é que muitas pessoas trans podem não estar registradas/es/os profissionalmente com sua identidade de gênero e sim, com seu sexo de registro civil. Na verdade, não existem quaisquer dados sobre as pessoas trans no Brasil, nem sequer sobre o número de atendimentos e cirurgias realizadas pelas unidades de saúde, ambulatórios trans e hospitais que existem.

Os mapeamentos são importantes para reivindicar uma resposta do Estado em forma de políticas públicas. Dessa maneira, mapear as iniciativas de inserção da população trans no mercado de trabalho, pode contribuir com a construção das estratégias a serem adotadas, de forma a não repetir os erros identificados e fortalecer iniciativas que estão sendo bem efetivadas.

Com o mapeamento (Apêndice 1) encontrei vinte e quatro iniciativas, algumas de alcance nacional que chegaram a ser reproduzidas em mais de um estado da federação, como é o caso do “Projeto Cozinha e Voz” que foi elaborado em Rondônia, Distrito Federal, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul.

O *Projeto Cozinha e Voz* foi criado em 2017 pela *chef* argentina Paola Carosella<sup>154</sup>, em parceria com seu sócio Benny Goldeberg<sup>155</sup>, contando com apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Ministério Público do Trabalho (MPT)<sup>156</sup>. Ele tem o objetivo de capacitar profissionais como assistentes de cozinha e promover a empregabilidade de pessoas trans em situação de exclusão socioeconômica.

Em cada estado, o projeto, que começou em São Paulo (SP), realizou parcerias diferentes, como por exemplo, com o SENAC<sup>157</sup> no Rio de Janeiro, e com o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM)<sup>158</sup> em Goiás. De acordo com o MPT, a iniciativa também chamou a atenção de empresas que chegaram a contratar assistentes de cozinha formados/as/es nas turmas, o que revela um ótimo resultado do alcance da proposta.

---

<sup>154</sup> Paola Carosella nasceu em Buenos Aires e recentemente foi naturalizada brasileira. É chef de cozinha, empresária, youtuber e escritora. Ficou conhecida pelo público como jurada da versão brasileira do *talent show* culinário, *MasterChef*. É dona do restaurante Arturito e do café La Guapa. Foi eleita a melhor chef de 2014, pelo guia da Folha de São Paulo. Em 2017, recebeu o prêmio Jabuti pelo seu livro “Todas as Sextas”. Também é reconhecida pelo seu projeto social Cozinha & Voz, devido ao projeto, foi a primeira a ganhar o prêmio “Comer & Beber” na categoria causa social, da revista Veja, em 2019. Em 2020 entrou na lista da Forbes como uma das mulheres mais poderosas do Brasil. Mais informações em: <http://www.paolacarosella.com.br/about> Acesso em 29 de outubro de 2022.

<sup>155</sup> Benny Goldenberg é sócio de Paola Carosella no restaurante Arturito e o Café La Guapa. Formado em Administração de empresas com pós-graduação em Marketing. É criador da primeira indústria de muffins do Brasil, atuou na Nestlé e no Instituto Ayrton Senna. Informações coletadas em: [www.linkedin.com/in/benny-goldenberg-2a726/?originalSubdomain=br](http://www.linkedin.com/in/benny-goldenberg-2a726/?originalSubdomain=br) Acesso em 29 de outubro de 2022.

<sup>156</sup> O Ministério Público do Trabalho (MPT) é o ramo do Ministério Público da União (MPU) que tem como atribuição fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista quando houver interesse público, procurando regularizar e mediar as relações entre empregados/as/es e empregadores/as. Cabe ao MPT promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados direitos sociais constitucionalmente garantidos aos/as trabalhadores/as/as. Criado na década de 1930, o MPT surgiu da necessidade de existir um órgão que fiscalizasse as relações trabalhistas. Informações em: <https://mpt.mp.br/pgt/mpt-nos-estados> Acesso em 30 de outubro de 2022.

<sup>157</sup> Desde 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) é o principal agente de educação profissional voltado para o Comércio de Bens, Serviços e Turismo do País. Presente em mais de 1.800 municípios de todo o Brasil, mantém infraestrutura composta por mais de 600 unidades escolares, empresas pedagógicas e unidades móveis. Seu portfólio contempla cursos presenciais e a distância, em diversas áreas do conhecimento. Ver mais em: <https://www.senac.br/> Acesso em 30 de outubro de 2022.

<sup>158</sup> O Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM é uma instituição jurídica não governamental, sem fins lucrativos, que tem o objetivo de desenvolver e divulgar o conhecimento sobre o Direito das Famílias, além de atuar como força representativa da sociedade no que diz respeito às suas relações e aspirações sociofamiliares. Foi criado em 1997 pela jurista Maria Berenice Dias, em Belo Horizonte (MG), onde estabeleceu sede nacional. Em 2019, o Plenário da Câmara Federal promoveu sessão solene em homenagem ao cinquentenário do Levante de Stonewall, tal evento, realizado em Brasília, homenageou pessoas públicas, ativistas, órgãos e entidades que se dedicam à causa e contribuem com a cidadania da população LGBTI+ no país, entre elas o IBDFAM. Informações coletadas em: <https://ibdfam.org.br/conheca-o-ibdfam> Acesso em 04 de novembro de 2022.

**Tabela 01 – Local, iniciativa e natureza das iniciativas de geração de emprego e renda para pessoas trans no país**

1	Estado	Nome/Iniciativa	Natureza
2	Amazonas (AM)	Curso de Panificação e Marmitaria Fit	Não governamental
3	Rondônia (RO)	Projeto Cozinha e voz (RO)	Não governamental
4	Piauí (PI):	EmpregaTrans	Governamental
5	Ceará (CE)	Curso de costura Transformando	Não governamental
6	Paraíba (PB)	Mundial Galletos	Não Governamental
7	Paraíba (PB)	Transcidadania JP	Governamental
8	Pernambuco (PE)	Rede Monalisa	Não Governamental
9	Alagoas (AL)	Mulheres Mil do Pronatec (turma diversidade)	Governamental
10	Sergipe (SE)	Sine SE	Governamental
11	Alagoas (AL)	ProjetoTrans Equality	Não Governamental
12	Distrito Federal (DF)	Projeto Cozinha e voz (DF)	Não Governamental
13	Goiás(GO)	Projeto Cozinha e voz (GO)	Não Governamental
14	Mato Grosso (MT)	Realizando Sonhos. Transformando Vidas	Governamental e Não Governamental
15	São Paulo (SP)	Transcidadania SP	Governamental
16	São Paulo (SP)	Atelie Transmoras	Não Governamental
17	São Paulo (SP)	Projeto Cozinha e voz (SP)	Não Governamental
18	Rio de Janeiro	Capacitrans	Não Governamental
19	Rio de Janeiro	Projeto Cozinha e Voz (RJ)	Não Governamental
20	Rio de Janeiro	Projeto Damas/Trans+ Respeito	Governamental
21	Rio de Janeiro	Transgarçone	Não Governamental
22	Paraná (PR)	Cidadania Trans	Governamental
23	Rio Grande do Sul (RS)	Projeto Cozinha e Voz (RS)	Não Governamental
24	Rio Grande do Sul (RS)	Educatransforma	Não Governamental
25	Rio Grande do Sul (RS)	Sine RS	Governamental

Fonte: Mapeamento realizado *online* pela própria pesquisadora (2021).

O “Cozinha e Voz”<sup>159</sup>, que compõem uma das dezesseis iniciativas de natureza não governamental, foi a única ação encontrada em mais de um estado da federação. O “Cozinha e Voz” formou mais de uma turma pelos estados nos quais se instalou e, também, continua com a proposta de ser expandido para outros estados brasileiros, porém ainda depende para isso de investimentos por parte do setor privado (empresas) e da realização de parcerias com outros serviços e instituições.

Outra iniciativa de caráter parecido, aconteceu na região norte, na cidade de Manaus, no estado do Amazonas (AM). Foi o “Curso de Panificação e Marmitaria Fit<sup>160</sup>”, um curso de profissionalização oferecido pela ONG Casa Miga LGBTI+<sup>161</sup>, que disponibilizou no ano de 2020, cinco vagas para aulas gratuitas de panificação artesanal e marmitaria *fit* com a parceria de uma hamburgueria vegana do mesmo município.

No mesmo caminho, o projeto *Transgarçonne* na cidade do Rio de Janeiro foi criado no ano de 2019 para qualificar profissionais no ramo de bares e restaurantes. Trata-se de um projeto de extensão do curso de Gastronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)<sup>162</sup>, coordenado pelo professor Renato Monteiro, também ele um homem trans.

O curso é gratuito e promove encontros regulares para o ensino de técnicas de trabalho utilizadas em bares, restaurantes, cafés e hotéis. De acordo com informações das redes sociais<sup>163</sup> do projeto, ele possui carga horária de 54 horas e é dividido em aulas teóricas, realizadas dentro de sala de aula, e teórico-práticas, ministradas no Laboratório do Departamento do curso de Nutrição da UFRJ, na Cidade Universitária.

O referido projeto continua em execução e já formou algumas turmas, a coordenação dele também busca realizar parcerias com a finalidade de captar vagas de emprego para

---

<sup>159</sup> Informações coletadas em: [https://www.ilo.org/brasil/programas-projetos/WCMS\\_854780/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/programas-projetos/WCMS_854780/lang--pt/index.htm) Acesso em 18 de março de 2022.

<sup>160</sup> Disponível em: <https://revistacenarium.com.br/curso-promove-profissionalizacao-para-publico-travesti-e-trans/> Acesso em 14 de novembro de 2022.

<sup>161</sup> A Casa Miga foi a primeira Casa de Acolhimento para LGBTI+ da Região Norte, destinada a brasileiras/os/es e refugiadas/os/es expulsas/os/es de casa e/ou em situação de vulnerabilidade social. Funciona na capital maranhense desde 2018 e atua sem financiamento do Poder Público. A ONG tem se sustentado por meio de parcerias, doadores pontuais, especialmente pessoas físicas e através de campanhas nacionais e internacionais por meio do Instagram e Benfeitoria. Para ver mais, acesse: <https://benfeitoria.com/projeto/casamigalgbt?ref=search>. Acesso em 25 de agosto de 2022.

<sup>162</sup> O curso de graduação em Gastronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criado no ano de 2011 pelo instituto de nutrição Josué de Castro, pertence ao grupo I, que engloba os cursos da área da saúde. Mais informações em: <https://gastronomia.ufrj.br/index.php> Acesso em 05 de novembro de 2021.

<sup>163</sup> A rede social utilizada para captar as informações sobre o Projeto foi o Instagram, que é também a principal ferramenta de mídia social para divulgação do projeto. Para ver mais, acesse: <https://www.instagram.com/transgarconne/>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

alunas/es/os. Uma singularidade dele é ser executado por uma universidade através de parcerias com empresas privadas. De acordo com o Instagram – a principal forma de recolher os dados sobre o Projeto – já ocorreram diversas contratações de garçons e garçonetes, porém não é possível constatar o número exato das vagas preenchidas, tendo em vista o dinamismo do mercado de trabalho, que faz com que nem todas as pessoas contratadas ainda estejam no mesmo emprego.

Partindo para a região nordeste, no estado do Piauí, mais especificamente da capital Teresina, encontrei que no ano de 2020 ocorreu uma ação como parte da programação do *Dia da Visibilidade Trans* (29 de janeiro), de atividades voltadas para geração de empregos para essa população. A iniciativa foi chamada de *EmpregaTrans*. De acordo com informações retiradas da página eletrônica da Prefeitura de Teresina<sup>164</sup>, o evento foi realizado pela Gerência de enfrentamento a LGBTfobia<sup>165</sup>, que promoveu a expedição de Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), realizou orientação individual sobre requalificação civil, sobre benefícios previdenciários, e orientações sobre cursos e *workshops* disponíveis. A Gerência de enfrentamento à LGBTfobia é ligada a Secretaria Estadual de Assistência Social (SASC)<sup>166</sup>. Dessa forma, foi uma ação pontual realizada de forma integrada entre a esfera municipal e estadual.

Já no Ceará, no município de Fortaleza, a ONG *Associação de Solidariedade aos Meninos e Meninas*, também conhecida por *Casa de Andaluzia*<sup>167</sup>, e a *União dos Jovens do Vicente Pinzon* (UJVP)<sup>168</sup>, ofereceram desde 2018, um curso de corte e costura denominado

<sup>164</sup> Firmino Filho do PSDB foi o Prefeito de Teresina no período de 2020.

<sup>165</sup> A Gerência de Enfrentamento à LGBTfobia da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos (SASC) foi criada no ano de 2019 e é coordenada por Joseane Borges.

<sup>166</sup> Nesse período o estado era governado por Wellington Dias (PT).

<sup>167</sup> A Casa de Andaluzia é a sede da Associação de Solidariedade aos Meninos e Meninas de Fortaleza / CASA DE ANDALUZIA é uma ONG que atua na capacitação adolescentes e jovens em situação de exploração sexual, mães solteiras, jovens travestis, extrema pobreza que estejam em busca do primeiro emprego. Instituição fundada em 1998, situada no bairro Benfica, com o apoio de organizações sem fins lucrativos da Espanha, por isso o nome Casa de Andaluzia porque são parceiros que estão localizados, principalmente, na região de Andalucia uma comunidade autônoma da Espanha, situada na parte meridional do país. Há mais de 20 anos desenvolve ações e projetos voltados para jovens, mulheres e o público LBTQI+, visando a garantia de direitos, geração de renda, cultura e cidadania. Informações coletadas no site da instituição. Para saber mais, acesse: <http://casadeandaluzia.blogspot.com/p/quem-somos.html>

<sup>168</sup> A Associação União de Jovens do Vicente Pinzon (UJVP) é uma associação civil, de direito privado sem fins lucrativos. Surgiu a partir da discussão de um grupo de jovens e educadores da região do Vicente Pinzon que trabalhavam com esse público. Em abril de 2009 foi legalmente instituída a entidade. A mudança da realidade da região do Vicente Pinzon, que vive em meio a pobreza e outros problemas sociais gritantes, incentivou o grupo de pessoas a se reunirem e assim constituírem a associação, lutando pela melhoria de vida de jovens que vivenciam cotidianamente problemas com gravidez, falta de emprego, drogas, prostituição e outras violências. Nossa missão é contribuir para a transformação e formação social, educacional e cultural de jovens para que eles possam atuar com autonomia na transformação de suas realidades. Localizado na periferia da cidade de

“Trans Formando”<sup>169</sup>, direcionado para pessoas trans, com o objetivo de qualificar profissionalmente e gerar renda para este público. O projeto abre anualmente duas turmas<sup>170</sup>, com inscrições gratuitas e tem a duração média de quatro e seis meses. Ao final do curso ocorre um desfile de moda, onde as alunas trans desfilam com suas próprias peças.

De acordo com a ONG mencionada acima, há várias salas da "Casa Andaluzia" que estão equipadas com máquinas de costura profissionais, e com outros equipamentos e ferramentas essenciais para o projeto. Em 2019, a UJVP, a Casa de Andaluzia, com apoio do Governo do Estado do Ceará<sup>171</sup>, apresentaram o documentário TRANS-formando<sup>172</sup>, resultado desta iniciativa. No vídeo, as/os participantes relatam a transfobia diária, a dificuldade de conseguirem uma ocupação, as dificuldades no mercado formal de trabalho na cidade de Fortaleza e a luta por visibilidade na sociedade<sup>173</sup>.

O curso tem várias etapas. A primeira é sobre conhecimentos gerais, a segunda envolve atividades para “aumento da autoestima”, a terceira é voltado ao aprendizado da operação de vários tipos de máquinas e sobre os conceitos básicos da costura. Também há um módulo de conhecimentos sobre o mercado de trabalho e, por fim, elaboram roupas para o desfile de moda da qual farão parte ao final. O curso continua em execução e já formou algumas turmas.

No estado da Paraíba, especificamente na sua capital João Pessoa, no ano de 2016 foi implantado o *Programa Transcidadania*, baseado nos moldes do já existente na cidade de São Paulo (SP), sendo este adaptado à realidade paraibana. O programa foi criado pela Coordenadoria de Promoção da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal

---

Fortaleza, Ceará, o Grande Vicente Pinzón tem cerca de 50 mil habitantes e engloba Serviluz, Mucuripe, Castelo Encantado, Cais do Porto e parte da Praia do Futuro. A região possui um Índice de Desenvolvimento Humano baixo (0,331) e está entre os bairros com o maior índice de violência - incluindo o feminicídio - da capital cearense, segundo o Mapa da Criminalidade e da Violência em Fortaleza, elaborado pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Trata-se de uma Instituição sem fins lucrativos fundada em 2009, que promove ações sociais voltadas para a comunidade que fica no entorno do porto. Informações coletadas no site da Instituição. Para ver mais, acesse: <https://ujvp.org.br/>

<sup>169</sup> Informações coletadas através do site: <http://gironacidade.com.br/curso-de-costura-voltado-para-pessoas-trans-realiza-desfile-no-theatro-jose-de-alencar/> Acessado em 09 de agosto de 2022.

<sup>170</sup> Não foi encontrada informações sobre o número de vagas por turma.

<sup>171</sup> No período, o estado era governado por Camilo Santana do Partido dos/as trabalhadores/as (PT).

<sup>172</sup> Documentário disponível no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=tGvFXX0F8oI&t=1132s> Acesso em 24 de setembro de 2022.

<sup>173</sup> Informações coletadas através do documentário TRANS-formando, que pode ser visto através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=tGvFXX0F8oI&t=1132s>. Acesso em 25 de setembro de 2022.

de João Pessoa (PMJP)<sup>174</sup>. De acordo com informações do coordenador Roberto Maia<sup>175</sup>, o programa visa resgatar a cidadania de travestis, mulheres transexuais e homens trans, através de ações nas áreas da saúde, cidadania e inserção no mercado de trabalho.

O Transcidadania JP fez parceria com 10 secretárias que fazem parte de um comitê gestor para colocar as ações em prática. As reuniões do comitê acontecem a cada dois meses, e funcionam com uma equipe multiprofissional, contando para isso, com serviço social, psicologia e assessoria jurídica, além de serviços ligados à habitação, empregabilidade, cursos profissionalizantes e de idiomas, direitos humanos e práticas complementares da saúde com profissionais da rede pública da prefeitura. O programa também conta com parcerias dentro de empresas privadas, para empregar alunas/es/os, em especial, nos postos de atendente e operador de *telemarketing*. Também há a promoção de feiras de serviços e empregabilidade.

Algumas preocupações que norteiam a finalidade desse programa são a necessidade de preparação e inserção da população trans de João Pessoa no mercado do trabalho formal; bem como de elevação da escolaridade básica; de formação profissional; de transferência de renda; de inserção nos programas habitacionais existentes; de articulação da gestão para inserir essa população nos programas sociais e na atenção básica do Sistema Único de Saúde (Souza, 2021).

De acordo com Souza (2021), que é também assessor da política trans de João Pessoa, o Programa na capital paraibana, nunca conseguiu grandes avanços no aspecto educacional, diferentemente do de São Paulo, que possui um foco mais direto na educação e oferece bolsas para a população trans que permanece em sala de aula.

---

<sup>174</sup> A Coordenadoria de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial da Prefeitura de João Pessoa, localizada no Parque Solon de Lucena (Lagoa), segue disponibilizando à população LGBT, negra, cigana e quilombola de João Pessoa serviços gratuitos na área de saúde, desde atendimento psicológico a citológico, via Sistema Único de Saúde (SUS) e por convênios com universidades privadas. A coordenadoria foi criada a coordenadoria Municipal de Promoção da Cidadania LGBT e da Igualdade Racial, foi criada pela Lei Municipal nº 12.400, de 05 de julho de 2012, com o objetivo de contribuir para o fomento de políticas públicas. No período, o prefeito do município era Luciano Cartaxo (PSD). Informações coletadas no site da Prefeitura Municipal de João Pessoa. <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretaria/coordenadoria-lgbt/> Acesso em 15 de agosto de 2022.

<sup>175</sup> Roberto Maia é Sanitarista (UFPB). Graduando em Psicologia e graduado em Turismo. Coordenador de Promoção à Cidadania LGBT do Município de João Pessoa, foi Coordenador da atenção básica do Sistema Único de Assistência Social de João Pessoa da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Diretor de Centro de Testagem e Aconselhamento em DST/Aids da Prefeitura Municipal de João Pessoa, Coordenador de DST/Aids de João Pessoa, professor de pós graduação em saúde pública da Agência de Cursos, professor do curso de vigilância em saúde do CEFOR PB, pesquisador da UNB/UFPB na pesquisa de acesso e qualidade da população LGBT no SUS atuando principalmente nos seguintes temas: Gênero, Transexualidades, vulnerabilidade, álcool, redução de danos, masculinidades, idoso, saúde pública. Informações coletadas em seu currículo lattes.

Neste sentido, na realidade de JP, mesmo com o EJA (Educação de Jovens e Adultos)<sup>176</sup> sendo oferecido em um horário flexível, não ocorreu adesão por parte das/os/es alunas/os/es trans. Portanto, em João Pessoa, foi dado um foco maior na empregabilidade imediata do que na educação:

Uma diferença básica que consigo pontuar entre o programa daqui e o de lá é a questão das bolsas, que nós não conseguimos ofertar aqui até o presente momento. Querendo ou não, se eu ofereço uma bolsa, eu concedo uma seguridade para aquela pessoa, um incentivo para que ela retorne à sala de aula. Tanto que lá em São Paulo as mulheres trans conseguiram que oferecessem cursinhos pré-vestibulares especificamente para a população TT (Sousa, 2021, p. 49).

Para Sousa (2021), ainda é necessário que em João Pessoa, o programa Transcidadania invista mais em capacitação e qualificação das pessoas trans, assim como também em pensar estratégias para favorecer o retorno às salas de aula, além da necessidade de mais parcerias para ampliar as ofertas de empregabilidade. Vale reforçar um ponto alto do programa, que tem sido sua longevidade (continua em execução no município) e seu caráter intersetorial (tornou-se um programa municipal articulado com outras políticas).

Outra iniciativa que tem sido realizada em João Pessoa, partiu de um restaurante, a *Rede Mundial Galetos*<sup>177</sup>, que possui três unidades de funcionamento na cidade. Desde 2017, a Rede vem empregando pessoas trans no seu quadro de funcionários/as/es. A iniciativa partiu da proprietária do local<sup>178</sup> e, até o momento, só mulheres transexuais foram empregadas preenchendo geralmente vagas de garçonetes e/ou de atendentes.

Sobre as iniciativas desenvolvidas no estado de Pernambuco, em Recife, três amigas: a jornalista Raíssa Ebrahim<sup>179</sup>, a desenvolvedora Fernanda Almeida<sup>180</sup>, a cientista social Mayara

<sup>176</sup> EJA é a sigla de Educação de Jovens e Adultos, uma modalidade de ensino destinada ao público que não completou, abandonou ou não teve acesso à educação formal na infância e adolescência. Muitas vezes, o EJA se torna um recomeço para pessoas trans que não completaram os estudos.

<sup>177</sup> A iniciativa partiu de Larissa Dias, dona do restaurante Mundial Galetos. Com três unidades do restaurante, cinco dos oito funcionários da empresa são transexuais. A atitude surgiu por Larissa ser amiga de membros do meio LGBTI+. Para ver mais, acesse: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2020/01/29/transexuais-na-pb-enfrentam-preconceito-e-restaurante-da-emprego-essa-familia-me-adotou.ghml>

<sup>178</sup> Larissa Dias é uma mulher cisgênero, proprietária da Mundial Galetos, Publicitária e Social Media. A ação de empregabilidade das pessoas trans no restaurante é uma ação filantrópica pontual.

<sup>179</sup> Raíssa Ebrahim é jornalista formada pela UFPE, é repórter da Marco Zero desde 2018. Foi trainee no Estadão, trabalhou seis anos no Jornal do Commercio, foi cocriadora, editora e chefe de redação do *PorAqui*, *startup* de jornalismo hiperlocal do Porto Digital. Informações coletadas no seu LinkedIn: <https://www.linkedin.com/in/raissaebrahim/?originalSubdomain=br> Acesso em 12 de janeiro de 2023.

<sup>180</sup> Fernanda Almeida é desenvolvedora em TIC há 8 anos, trabalha no CESAR (Porto Digital). Informações coletadas em: <https://comunidad.socialab.com/challenges/yunussocialbusinesschallengebrasil/idea/30645> Acesso em 13 de janeiro de 2023.

Menezes<sup>181</sup> e a psicóloga Céu Cavalcanti<sup>182</sup>, que firmaram uma parceria entre si e criaram no ano de 2017, o projeto “Rede Monalisa”.

Tal projeto tem a pretensão de ligar pessoas trans ao mercado de trabalho, criando uma ponte para o diálogo entre a empresa amiga da visibilidade trans e as pessoas interessadas no trabalho. Trata-se de uma plataforma digital<sup>183</sup>, por meio de uma página eletrônica, onde há sugestões de pontes entre pessoas trans e empregadores/as. O projeto também busca compartilhar histórias reais que reforcem a importância de empregar pessoas trans e gerar oportunidades de emprego para essa população.

Nas redes sociais, a Rede Monalisa começou a se estruturar para fornecer também apoio psicológico às pessoas trans e capacitação para representantes de empresas que desejam realizar essa parceria, mas não consegui maiores informações acerca de como tem avançado a efetivação desse processo. O projeto teve cerca de dois anos de funcionamento. Como a iniciativa não existe mais atualmente, a página eletrônica dele também está desativada.

No *Facebook* da Rede Monalisa<sup>184</sup>, há diversas postagens relacionadas à participação das coordenadoras da iniciativa em ações e palestras, como também ocorre a divulgação de vagas e recomendações de eventos e cursos para pessoas trans na cidade de Recife e em outras regiões do estado. Não foi possível averiguar a quantidade de pessoas trans que conseguiram ingressar no mercado de trabalho através da Rede Monalisa, nem qualquer outra informação sobre ela.

Partindo para outro estado da região Nordeste, em Maceió, capital de Alagoas, o Instituto Federal de Alagoas (IFAL)<sup>185</sup> criou dentro do “Programa Nacional Mulheres Mil<sup>186</sup>”,

<sup>181</sup> Mayara Menezes é graduada em ciências sociais (UFRPE) e pesquisadora em cultura afro-brasileira. Informações coletadas em:

<https://comunidad.socialab.com/challenges/yunussocialbusinesschallengebrasil/idea/30645>. Acesso em 13 de janeiro de 2023.

<sup>182</sup> Céu Cavalcanti tem graduação e mestrado em psicologia (UFPE), atua na Comissão Temática em Gênero e Sexualidade do Conselho Regional de Psicologia do estado de Pernambuco E na ONG GTP+ PositHIVo. Informações coletadas em:

<https://comunidad.socialab.com/challenges/yunussocialbusinesschallengebrasil/idea/30645> Acesso em 13 de janeiro de 2023.

<sup>183</sup> <https://www.instagram.com/monalisarede/> Acesso em 09 de agosto de 2022.

<sup>184</sup> O Facebook é uma rede social criada por Mark Zuckerberg. O link do perfil com as informações coletadas sobre a Monalisa é o: <https://www.facebook.com/redemonalisa/> Acesso em 10 de agosto de 2022.

<sup>185</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, no Brasil, é um tipo de instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas. Os institutos federais compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ver mais em: <https://www.ifpb.edu.br/#acontent> Acesso em 18 de outubro de 2022.

<sup>186</sup> De acordo com o portal do MEC, o Programa Nacional Mulheres Mil foi instituído nacionalmente em 2011 e é fruto dos resultados positivos gerados por uma iniciativa piloto de mesmo nome, criada em 2007 pela

no ano de 2017, uma turma focada na Diversidade de Gênero. A ideia surgiu a partir de demandas apresentadas no IFAL pela gestora do Pronatec<sup>187</sup>, Luiza Jaborandy<sup>188</sup> que constatou que muitas mulheres trans procuravam a inserção no *Mulheres Mil* e, assim, em parceria com a ONG Pró-Vida<sup>189</sup>, que desenvolve projetos junto ao público LGBTI+ em Alagoas, selecionou seis mulheres trans para iniciarem a *Turma da Diversidade* no curso de pintura de obras prediais, uma área considerada predominantemente masculina.

O curso *Mulheres Mil* teve duração de sete meses e cerca de 200 horas. As alunas recebem ajuda de custo relacionada a cada dia de aula frequentado. Além do módulo profissional, o programa contemplou práticas de elevação da autoestima e abordagem de temas transversais como saúde, direitos, cidadania, inclusão digital, empreendedorismo, segurança alimentar e responsabilidade ambiental. Apesar da iniciativa ser pioneira em Alagoas, não encontrei informações sobre outras turmas de pessoas trans, formadas após o ano de 2017, o que me leva a acreditar que o programa formou apenas uma turma de seis mulheres trans no curso de pintura de obras prediais.

Outra iniciativa no estado de Alagoas é o Projeto *Trans Equality*, criado em novembro de 2019 cujo objetivo tem sido o de inserir a população trans no mercado de trabalho com

---

Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC). O objetivo do programa é promover a formação profissional e tecnológica articulada com aumento da escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente das regiões Norte e Nordeste do país. Para isso, atua no sentido de garantir o acesso à educação a essa parcela da população de acordo com as necessidades educacionais de cada comunidade e a vocação econômica das regiões. É executado, prioritariamente, pelas instituições públicas dos sistemas de ensino federais, estaduais e municipais. Em 2013, passou a contar com o custeio de vagas gratuitas por meio da Bolsa Formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Ver mais em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil> Acesso em 18 de outubro de 2022.

<sup>187</sup> O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. Nesse sentido, o Pronatec também é um incentivo para muitas pessoas trans terminarem o ensino médio e ingressarem em um curso técnico.

<sup>188</sup> Luiza possui trinta anos de experiência em docência e em diversos procedimentos na área educacional. Habilidade e prática na elaboração de Projetos na área Educacional e Desenvolvimento de Recursos Humanos. Formadora da Metodologia de Acesso, Permanência e Êxito para qualificação profissional de público em situação de vulnerabilidade social e econômica. Pedagoga/Orientadora Educacional do Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas e Presidente do Conselho Curador da Fundação de Apoio a Diversidade (FAD). Informações coletadas em: <https://www.escavador.com/sobre/1402776/maria-luiza-jaborandy-maia-dias> Acesso em 30 de novembro de 2022.

<sup>189</sup> A Ong Pró-Vida é de Pessoa Jurídica sem Fins Lucrativos, atua há quase vinte anos na área da promoção da cidadania e pela garantia dos direitos humanos, com grande destaque na área da saúde, realizando ações de prevenção das DST/HIV/AIDS, com a distribuição mensal de preservativos masculinos, feminino e gel lubrificantes, que são adquiridos numa parceria junto a Secretaria Municipal de Saúde de Maceió, através do Programa Municipal de DST/AIDS e da Secretaria de Estado da Saúde de Alagoas, através da Coordenação Estadual de DST/HIV e Hepatites Virais, além da importância da prevenção positiva e o estímulo a testagem e ao diagnóstico precoce. Ver mais em: <https://prosas.com.br/empreendedores/944-ong-pro-vida>

capacitações em cursos profissionalizantes. Esse projeto também busca meios de comunicação e articulação com empresas privadas para incluir a população trans no mercado de trabalho. O projeto é uma iniciativa do assistente social Jorge<sup>190</sup> Fernando de Souza<sup>191</sup>, que também é o idealizador e coordenador do *Trans Equality*.

De acordo com informações de matéria publicada no Jornal “O Dia Mais<sup>192</sup>” do estado de Alagoas, o primeiro encontro do projeto que ocorreu em dezembro de 2019 na sede da Universidade Estácio de Sá, na cidade de Maceió e contou com a participação de 40 pessoas trans. Em entrevista ao jornal, o referido coordenador relatou:

A gente não promete emprego, mas a gente quer proporcionar a oportunidade da capacitação. No primeiro dia de capacitação, nós apresentamos o curso, fizemos o cadastro dos alunos para depois traçar o perfil dessas pessoas, a escolaridade, experiências. Posteriormente, nós ensinaremos a elas como fazer um currículo, como se portar em uma entrevista de emprego, como se comunicar (Cândido, 2022, s/p).

Após o período de aulas de “capacitação profissional com ênfase em recursos humanos”, a ideia era de iniciar uma etapa em que os componentes do projeto se reuniram e empresas privadas alagoanas seriam sondadas, visando à inclusão das alunas no mercado de trabalho, porém na pesquisa realizada, só foi possível encontrar a menção a apenas uma parceria efetivamente realizada pelo projeto, que foi com um salão de cabelos que empregou uma mulher trans.

Partindo para a região Centro-Oeste, além do Distrito Federal e Goiás terem iniciativas, no estado do Mato Grosso foi lançado em 2018 o “Projeto Realizando Sonhos. TRANSformando vidas”, uma iniciativa do Ministério Público do Trabalho (MPT) do município de Rondonópolis, em parceria com a ONG Obra Kolping com o objetivo de promover a inclusão e o respeito de pessoas trans no mercado de trabalho através do empreendedorismo.

---

<sup>190</sup> Jorge Fernando frisa que o projeto é independente, sem fins políticos e que, para que ele fosse criado, houve inspiração de projetos semelhantes que tem pelo Brasil, a exemplo do Trans Emprego, sediado em São Paulo, que foi o pioneiro nesse modelo de abordagem que fornece oportunidade a comunidade transexual e travesti (Cândido, 2022).

<sup>191</sup> Jorge Fernando menciona que o projeto é independente, sem fins políticos e que, para que ele fosse criado, houve inspiração de projetos semelhantes que tem pelo Brasil, a exemplo do Trans Emprego, sediado em São Paulo, que foi o pioneiro nesse modelo de abordagem que proporciona oportunidade a comunidade transexual e travesti. Informações coletadas em: <https://odiamais.com.br/projeto-alagoano-ajuda-populacao-trans-e-travesti-a-ser-inserida-no-mercado-de-trabalho/> Visto em 02 de dezembro de 2022.

<sup>192</sup> Ver em: <https://odiamais.com.br/projeto-alagoano-ajuda-populacao-trans-e-travesti-a-ser-inserida-no-mercado-de-trabalho/> Acesso em 05 de dezembro de 2022.

O objetivo do projeto é promover a inclusão das pessoas trans no mercado de trabalho através de cursos profissionalizantes na área de estética, para cerca de vinte transexuais e travestis “em situação de vulnerabilidade social”, residentes na casa de transição mantida pelo *Grupo de Apoio a Travestis e Transexuais de Rondonópolis (GATTRS)*<sup>193</sup>. Além da qualificação técnica, a ideia do projeto é que o conteúdo fomente o empreendedorismo entre as participantes, de modo que possam abrir o seu próprio salão de beleza (Cubas, 2018).

A questão de abrir o próprio negócio implica em estar num certo pertencimento territorial, a fim de que o negócio possa ser "respeitado" e prospere. Mesmo um pequeno salão exige reputação comunitária para que se estabeleça e mantenha uma quantidade significativa de clientes. Uma boa parte da população trans é migrante e tem poucos vínculos comunitários, especialmente se já viveu em situação de rua. Além disso, no campo da estética, a passabilidade, o gênero, a raça, a geração, entre outros elementos, podem ser determinantes na escolha da pessoa prestadora de serviços.

Nessa perspectiva, há também o exemplo de outra iniciativa no estado, na cidade de Campo Grande (MS), o empreendedor e homem trans Carlos Eduardo investiu em um *Pet Shop* onde emprega apenas pessoas trans no seu quadro de funcionários.

Sobre a questão do empreendedorismo há algo que precisa ser discutido, mesmo que seja de maneira breve, ainda mais que foi possível constatar que muitas iniciativas partem dessa ideia. Isso porque há alguns discursos do empreendedorismo que são pautados por uma racionalidade neoliberal que alimentam a competição e o individualismo como forma de alcançar o “sucesso”. Há possíveis limites que uma visão clássica de empreendedorismo pode ter junto a um público que, muitas vezes, faz parte do lumpemproletariado e teve seus laços de sociabilidade e pertencimento completamente destruídos ao longo da vida.

Voltando ao “Projeto Realizando Sonhos. TRANSformando vidas”, de acordo com informações da Obra Kolping Brasil, o projeto teve duração de mais de onze meses em cinco módulos na área da beleza, portanto teve um período de duração e hoje não é mais executado.

---

<sup>193</sup> A Kolping Brasil é uma associação sem fins lucrativos que atua na superação da pobreza por meio de formação e trabalho. Seus programas e projetos visam colaborar para a erradicação da pobreza em todas as suas formas no Brasil. No Mato Grosso, a Obra Kolping é um movimento social católico, de caráter familiar que, por meio da formação e ação, visa a promoção integral da pessoa humana, principalmente do trabalhador e de sua família. Se propõe a trabalhar com outras organizações que também visam a promoção integral da pessoa humana, e que atuam em programas de formação e ação social. Não há informações de quem partiu a iniciativa. Para ver mais: <https://www.kolpingmt.org.br/sobrenos> Acesso em 25 de novembro de 2022.

Também informa que algumas formandas estão trabalhando no ramo da estética/beleza, e uma delas com “seu próprio salão de beleza, instalado em sua casa”<sup>194</sup>.

As iniciativas no estado de São Paulo são significativas quanto ao seu número: foi possível encontrar três delas. O Transcidadania, que já mencionei anteriormente, continua sendo executado na capital paulista e, inclusive, teve ganhos significativos. No ano de 2017, o programa foi descentralizado, passando a ser realizado nos quatro Centros de Cidadania LGBTI+ da cidade, pois antes era somente realizado na região central.

De acordo com informações da Prefeitura de São Paulo<sup>195</sup>, com a descentralização, o serviço se tornou mais democrático, humano e próximo das pessoas. E em 2019, o valor da bolsa-auxílio paga às pessoas, foi de 1.047 reais e 90 centavos, em 2021, para 1.160 reais e, atualmente, em 2022, ela foi reajustada para 1.272 reais e 60 centavos. Trata-se de um aumento aparentemente expressivo (21,49%), mas se considerada a inflação registrada pelo IPCA de 2019 a 2022 (23,29%), vemos que não é bem assim: o reajuste foi ligeiramente menor do que a inflação acumulada no triênio. Entretanto, no ano de 2020, o número de vagas ofertadas pelo projeto também saltou de 240 para 510 vagas, aí sim, em termos coletivos, se configurando um ganho real para o projeto.

Para lembrar, e observar as mudanças que ocorreram de 2015 até os dias atuais (sete anos), a prefeitura da cidade aponta que o Programa Transcidadania na cidade de São Paulo promoveu “a reintegração social e o resgate da cidadania para travestis, mulheres transexuais, homens trans e transmasculinos em situação de vulnerabilidade”. Lembrando que parto aqui da ideia de reintegração social, é em grande medida equivocada, porque essas pessoas nunca deixaram de integrar a sociedade, em suas frações mais subalternas.

Além disso, falar em “resgate da cidadania” também é complicado, porque como assistente social acredito que renda mínima e acesso à educação sozinhos, significam plenitude da cidadania. A principal ferramenta utilizada no programa é o acesso à educação formal, pois as pessoas inscritas podem concluir o ensino fundamental e médio, e têm acesso a cursos que possibilitam a qualificação profissional.

Um diferencial do Transcidadania SP apontado anteriormente por um articulador do Transcidadania em João Pessoa, é que o projeto na capital paulista oferece bolsa-auxílio para a

---

<sup>194</sup> Informações coletadas no site da ONG, através do link:

<https://www.kolpingmt.org.br/noticias/search/realizando%20sonhos> . Acesso em 14 de setembro de 2022.

<sup>195</sup> Para saber mais, acesse:

[https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos\\_humanos/lgbti/programas\\_e\\_projetos/index.php?p=150965](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/lgbti/programas_e_projetos/index.php?p=150965) . Acesso em 04 de setembro de 2022.

população trans que permanece em sala de aula. A questão da transferência de renda é um diferencial do programa, pois é através dessa renda mínima que se torna possível que as pessoas beneficiadas pelo programa possam concluir a carga horária de atividades. Todas as pessoas inscritas também recebem acompanhamento psicológico, jurídico, social e pedagógico durante os dois anos de permanência no programa. Devido à falta de informações sobre o projeto, fica o questionamento aqui se em dois anos é possível concluir o ensino fundamental e médio.

De acordo com as análises de Miranda (2018), uma característica que esse programa tem desde o seu primeiro ciclo, é que se trata de uma política viva e dialogável, que dialoga com a própria conjuntura do movimento de pessoas trans, “tornando a construção do modelo ligada ao contexto real do dia a dia, aos aprendizados com a experiência que o programa trazia” (p. 77). Outro dado é que a maioria das pessoas participantes são mulheres trans e travestis entre 30 e 49 anos de idade (61,5 %), pretas e pardas (64,7%), vindas da região sudeste (43%) e nordeste do país (42,1%).

Algo que não mudou com relação ao programa foi o foco no objetivo de capacitar as/os/es alunas/os/es para que possam participar de processos seletivos. Como o Transcidadania abrange apenas a cidade de São Paulo, no ano de 2019, a deputada Erica Malunguinho<sup>196</sup> (PSOL) protocolou na ALESP, o Projeto de Lei n. 491/2019, que prevê a estadualização do Programa Transcidadania.

A justificativa apontada no referido projeto aponta para o incentivo à educação e ao trabalho de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade por conta de sua identidade de gênero. O projeto aponta para o fortalecimento de ações voltadas à (re)inserção no mercado de trabalho, recolocação e acompanhamento da vida escolar e redistribuição de renda, que são pilares capazes de promover uma vida digna para as pessoas trans no estado. Infelizmente, o projeto que tratava de direitos básicos para população trans, acabou indo parar nos falatórios da ideologia de gênero através de discursos fundamentalistas e transfóbicos da deputada Janaína Paschoal (PSL), fazendo com que a PL ficasse estagnado para novas discussões.

Outra iniciativa no estado de São Paulo, que fica localizada no município de Campinas, é o Ateliê TRANSmoras<sup>197</sup> localizado na Moradia Estudantil da Universidade Estadual de

---

<sup>196</sup> Em 2018, Erica Malunguinho foi eleita deputada estadual por São Paulo, sendo a primeira mulher trans da Assembleia Legislativa do estado.

<sup>197</sup> Todas as informações sobre a iniciativa podem ser encontradas através do link: <https://www.transmoras.com/> Acesso em 19 de setembro de 2022.

Campinas (UNICAMP), a partir de uma ocupação<sup>198</sup> fundada pela estilista e ativista Vicenta Perrotta<sup>199</sup>. No Ateliê, há o oferecimento de cursos e oficinas de corte, costura, modelagem, criação e percepção na produção da moda, com ênfase em reaproveitamento de materiais têxteis. O Ateliê, que é uma parte da Rede TRANSmoras, busca colaborar no aperfeiçoamento e produção de projetos, eventos e festivais de pessoas trans:

A costura tem sido carro-chefe para aplicarmos o que denominamos de 'pedagogia do lixo'. Pensando em multiplicação dentro de nossa construção coletiva, construímos algo que é único entre a #Rede TRANSmoras, a experiência de criar espaços de reconhecimento, identificação e potencialização nos levam às oficinas de produção cultural, onde nosso desejo é visualizar a replicação da potência de nossa comunidade, utilizando as diversas formas de comunicação e expressões artísticas (Transmoras, 2022).

Sendo assim, o Ateliê TRANSmoras aponta que trabalha com produções que discutem questões fundamentais à causa trans, como direitos humanos e produção focada na diminuição de resíduos têxteis (questão ambiental conjugada). Além da formação e produção das roupas, elas também produzem os desfiles de estilistas que fazem parte das oficinas, e as roupas são comercializadas na plataforma *e-commerce* da marca<sup>200</sup>, gerando renda e visibilização para o trabalho das estilistas. Inclusive, uma das missões principais se concentra na geração de renda por meio da venda das roupas, para esse fim há uma grande divulgação das roupas e desfiles na cidade, na Unicamp e nas redes sociais.

Desde o ano de 2019, o Ateliê busca, por meio de relatórios<sup>201</sup> de impacto anuais, mostrar as ações que vêm sendo realizadas durante o ano. De acordo com os relatórios analisados, não é possível identificar o número exato de pessoas trans impactadas pelo Ateliê, entretanto, é possível observar a forte atuação da Rede que não se aplica apenas ao Ateliê, mas também às produções culturais e organização política das pessoas trans.

---

<sup>198</sup> O atelier é uma ocupação que está na moradia estudantil da Unicamp, Vicente Perrotta, é líder da ocupação onde acolhe travestis e pessoas com identidades de gênero pouco tradicionais.

<sup>199</sup> Vicenta Perrotta é um dos nomes mais representativos da atual moda brasileira e do ativismo trans no país. Ela produz roupas não binárias através do que nomeia de transmutação têxtil, ressignificando o conceito do *upcycling*, em que tudo é criado a partir de alguma peça que já existe, flertando com a precariedade e a da desconstrução no Ateliê TRANSmoras. Informações coletadas em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/247/vicenta-perrotta--ativismo--moda-e-autonomia-rtransr> Acesso em 15 de dezembro de 2022.

<sup>200</sup> O endereço eletrônico na qual é possível adquirir as roupas é o: <https://www.transmoras.com/loja> Acesso em 12 de dezembro de 2022.

<sup>201</sup> Os relatórios de impacto foram o principal meio de coletar informações a respeito das ações do Ateliê TRANSmoras. De acordo com o TRANSmora, os relatórios são um mapa de inspiração para outros artistas, grupos e coletividades que buscam aperfeiçoar suas formas de atuação. Eles são organizados também, para que pesquisadores, estudantes e professores observem “o que pode um grupo de travestis brasileiras organizadas”.

Partindo para o estado do Rio de Janeiro, o estado com mais iniciativas, além do Projeto Cozinha e Voz, outra ideia parecida é o Transgarçonne<sup>202</sup> que também atua no âmbito da gastronomia. Trata-se de um programa de extensão universitária da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) criado em 2019 e vinculado ao curso de gastronomia que qualifica pessoas trans para fomentar a empregabilidade dessa população.

O TransGarçonne é coordenado pelos professores Renato Monteiro<sup>203</sup> e Breno Cruz<sup>204</sup>, ambos da Gastronomia. Ele possui o objetivo de capacitar pessoas trans para o mercado de trabalho na área, especialmente para o serviço de atendimento e para a produção de coquetéis em bares, cafeterias, restaurantes e no próprio empreendimento do/a aluno/a.

O programa iniciou em 2019 e recebeu 232 inscritos/as, que disputaram 25 vagas. Dentre os/as que responderam ao questionário de ingresso, 83,6% não tinham emprego com carteira assinada. Quanto à renda, 55,2% ganhavam até um salário-mínimo, e 34,2% recebiam entre um e dois salários-mínimos (Karlolyne, 2019). O Transgarçonne conta com alguns parceiros, como a ONG Casinha Acolhida<sup>205</sup>, a Defensoria Pública do Estado do Rio de

---

<sup>202</sup> O nome do projeto, veio para reafirmar a legitimidade do corpo *trans*. *Garçonne* usa como referência a palavra *garçon* (menino, em francês), só que escrita numa grafia que remete ao feminino, na língua francesa. É um neologismo. O termo *garçonne* advém de um romance do francês Victor Magueritte. Ele começa a usar esse termo nos anos 1920, 1930, quando as mulheres começam a sair para o mercado de trabalho usando calças, botas, a fumar e a fazer coisas que antes eram tidas como “dos homens”. É aí que o termo surge (Karlolyne, 2019).

<sup>203</sup> Renato Monteiro é Professor Adjunto do Departamento de Gastronomia do Instituto de Nutrição Josué de Castro da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor em Educação em Ciências e Saúde (UFRJ). Mestre em Educação (UNIRIO). Especialista em Educação Ambiental (UFJF). Graduação em Turismo (Fundação Educacional São José) e licenciatura em Química (Uniasselvi). Lecionou na Faculdade de Hotelaria do SENAC Rio e na Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC. Coordena o projeto de extensão universitária TransGarçonne. Informações retiradas do Escavador: <https://www.escavador.com/sobre/1368627/renata-da-silva-monteiro> Acesso em 12 de dezembro de 2022. Idealizador do Transgarçonne, Renato Monteiro é o principal idealizador do Transgarçonne e é um homem trans.

<sup>204</sup> Breno é professor Associado da graduação em Gastronomia na UFRJ; Doutor em Administração (EAESP/FGV - Estratégia Empresarial), Mestre em Administração Pública pela EBAPE/FGV e Bacharel em Administração pela Universidade Federal de Lavras (2005). É líder do grupo de pesquisa 'Consumo, Gastronomia e Redes Sociais Virtuais' e um dos coordenadores do projeto de extensão TransGarçonne. É organizador de livros em Gastronomia e criador das coleções 'Gastronomia, Gestão e Sustentabilidade' e 'Gastronomia, Ensino, Pesquisa e Extensão' - Editora CRV. Na UFRJ, foi professor da graduação em Administração Pública e do mestrado acadêmico em Administração; chefe do Departamento de Administração Pública; e, coordenador geral do Projeto Rondon. Foi professor dos MBAs e graduação da Fundação Getúlio Vargas, Universidade Gama Filho, UERJ e Unigranrio. Breno já revisou textos para o Journal of Consumer Behaviour (fator de impacto 1,609) na temática do boicote dos consumidores. Informações retiradas do site “Escavador” <https://www.escavador.com/sobre/4630091/breno-de-paula-andrade-cruz> Acesso em 12 de dezembro de 2022. Breno também é conhecido nas redes sociais como Preto Gourmet, e possui um papel fundamental na luta para que pessoas pretas sejam reconhecidas pelo seu trabalho no ramo gastronômico, ainda muito permeado pelo racismo estrutural.

<sup>205</sup> A Casinha é uma ONG carioca que atua desde 2017 apoiando a população LGBTI+, especialmente pessoas expostas a situações de vulnerabilidade e violações de direitos. Oferece atendimento emergencial-pontual ou contínuo, além de encaminhamento para uma ampla gama de profissionais da rede socioassistencial e outras

Janeiro<sup>206</sup> e o seu Núcleo de Defesa dos Direitos Homoafetivos e Diversidade Sexual (NUDIVERSIS) e também alguns bares da cidade do Rio de Janeiro que empregaram alguns alunos.

Dessa forma, a primeira turma do curso foi composta por 25 alunos, sendo 16 que concluíram efetivamente o curso. É totalmente gratuito e está vinculado à graduação em Gastronomia da UFRJ e é voltado exclusivamente para a comunidade trans (pessoas cis são desconsideradas durante o processo de seleção).

O projeto tem como principal meio de divulgação, o Instagram. Sobre dados de empregabilidade, há alguns informes na rede social sobre pessoas trans que foram contratadas, somando dezenove contratações, entretanto, não há informações sobre a permanência ou não das pessoas trans nas vagas que preencheram. Consideramos importante que futuramente possam fazê-lo, a fim de que possam avaliar as eventuais dificuldades da permanência.

Outra iniciativa no estado é o projeto *Capacitrans*, um Projeto Social de “capacitação profissionalizante e empreendedorismo, voltado para a população trans da cidade do Rio de Janeiro”. Tudo começou no ano de 2016, quando a estilista e *designer* de moda Andréa Brasil<sup>207</sup> participou de um curso de empreendedorismo e assim conseguiu desenhar um projeto que seria no futuro o Capacitrans. O referido projeto só veio a se materializar no ano de 2019, quando foi contemplado por alguns editais, e assim com os recursos financeiros chegando, começaram as primeiras turmas em uma pequena casa em que Andréa morava na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

---

organizações parceiras. Possui projetos e ações nas áreas de Serviço Social, Empregabilidade, Educação, Cultura e Saúde. Informações coletadas em: <https://www.casinha.org/sobre.html> Acesso em 23 de novembro de 2022.

<sup>206</sup> O Nudiversis da Defensoria Pública do Rio de Janeiro atua na defesa individual e coletiva dos direitos dos cidadãos LGBT e busca fomentar e monitorar a política pública destinada a promover a igualdade deste grupo populacional. Além disso, a Coordenação do NUDIVERSIS tem a função de auxiliar e dar suporte aos Defensores Públicos em atuação em todo o Estado do Rio de Janeiro nos casos que cuidam dos direitos das pessoas LGBT. O núcleo conta ainda com uma equipe técnica multidisciplinar, composta por profissionais da psicologia e do serviço social, que produzem documentos técnicos para instruir ações judiciais e procedimentos extrajudiciais, atuam no fortalecimento da rede de serviços de proteção e permitem a produção de conhecimento multidisciplinar sobre o acesso à justiça das pessoas LGBT. Ver mais em:

<https://www.defensoria.rj.def.br/Cidadao/NUDIVERSIS> Acesso em 17 de novembro de 2022.

<sup>207</sup> Andréa Brazil, Ativista a mais de 20 anos no estado do Rio de Janeiro, atual Presidenta da AstraRio (Associação de travestis e transexuais do Rio de Janeiro), que a sua vida toda buscou no empreendedorismo forma de se sustentar e enfrentar a falta de emprego a pessoas trans e que no ano de 2018 venceu seu primeiro edital do Itaú e Mais Diversidade, iniciando o Projeto Social Capacitrans. No início de 2019 com a primeira turma do Capacitrans de Empreendedorismo e Imagem, formou a grife de Vestes e Paramentos Litúrgicos, Transfiguração, com o Padre Luiz Coelho (Atual Padrinho e primeiro apoiador) da Igreja Anglicana São Lucas, venceram um edital em Atlanta – USA e no final do ano de 2019 Venceram o Edital Instituto C&A e Fundo Elas, dando início a turma TransMulheridades na Moda Sem Violência. Informações coletadas em: <https://capacitransrj.com.br/a-idealizadora/> Acesso em 14 de dezembro de 2022.

De acordo com a página eletrônica<sup>208</sup> Oficial da iniciativa, o *Capacitrans RJ* surgiu da realidade vivenciada pela própria Andréa Brazil que passou por discriminações em ambientes de trabalhos formais.

Ela fez uso do conceito de empreendedorismo para sofrer menos com os “nãos” que enfrentou no mercado de trabalho. Após vencer os editais, ela conseguiu operacionalizar o *Capacitrans*, com aulas de moda, imagem (Cabelo e Maquiagem), corte e costura, empreendedorismo, negócios, captação de recursos e redes sociais. As turmas são formadas por dez a vinte alunas/es/os e a equipe do projeto tenta realizar parcerias e contratações. Após concluírem os cursos, o site informa que “ocorre uma cerimônia de tomada de muita potência e, principalmente, alianças com o futuro e construção de novas oportunidades”.

Com as turmas que concluíram os cursos no ano de 2019 foi lançada uma campanha de financiamento coletivo através da *Benfeitoria*<sup>209</sup>, para arrecadar dinheiro para impulsionar o investimento inicial das/os/es alunas/es/os formandas/os/es das primeiras três turmas do *Capacitrans RJ* para um início de carreira garantido, ou seja, uma campanha de incentivo para que as pessoas trans pudessem prosseguir com seus objetivos e metas como empreendedores/as. Infelizmente, por falta de doações, a campanha não alcançou a meta e teve que ser encerrada ainda em 2019 (ano de eclosão da pandemia de covid-19).

A própria idealizadora Andréa aponta em entrevista para a revista *Reflete*<sup>210</sup>, que o empreendedorismo é “uma solução para pessoas trans garantirem trabalho e renda”. Infelizmente, como mencionado, a meta da campanha não foi alcançada e, portanto, não foi garantido o capital inicial para as formandas. O projeto continua atualmente em execução e as responsáveis continuam com planos para crescimento do *Capacitrans*, a fim de que consiga atingir mais alunas/os/es e apoiadoras/os/es.

Uma curiosidade interessante que encontrei em uma entrevista cedida pela Andréa na página do *medium*<sup>211</sup> da “*Reflete*”<sup>212</sup>, é que as primeiras doações para o projeto foram dadas pelos paroquianos da Igreja São Lucas no bairro de Copacabana, por intermédio do Padre Luiz

<sup>208</sup> Informações coletadas em: <http://capacitransrj.com.br/> Acesso em 14 de setembro de 2022.

<sup>209</sup> A *Benfeitoria* é uma plataforma digital de mobilização de recursos para projetos sociais e culturais. A campanha do *Capacitrans* encontra-se no seguinte link: <https://benfeitoria.com/projeto/capacitrans>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

<sup>210</sup> A Revista *Reflete* é uma revista online criada pela jornalista Crib Tanaka e hospedada na plataforma do Medium. Para ver mais, acesse: <https://reflete.medium.com/>

<sup>211</sup> O Medium trata-se de uma plataforma *online* para publicação de jornalismo social. Há textos profissionais e/ou não-profissionais pagos e gratuitos.

<sup>212</sup> O endereço da página é: <https://reflete.medium.com/> Acesso em 14 de setembro de 2022.

Coelho<sup>213</sup>. Além disso, o projeto elaborou vestes litúrgicas feitas por alunas/os/es e, assim, elas criaram a grife *Transfiguração*, enviando peças até para outros países.

Por fim, na cidade do Rio de Janeiro há também o *Projeto Trans+ Respeito* que já mencionei anteriormente. O projeto foi recriado pela nova gestão da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual (CEDS-RJ)<sup>214</sup> da Prefeitura do Rio no ano de 2017<sup>215</sup>, em parceria com Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SMASDH). Trata-se assim de uma ação governamental municipal e intersetorial. No ano de 2017, ocorreu a mudança no antigo modelo do projeto que se chamava "Damas" e foi renomeado de "Trans+Respeito" para contemplar homens e mulheres trans, e não apenas mulheres trans e travestis.

A primeira edição do projeto "Trans+Respeito" foi realizada no segundo semestre de 2017, com o objetivo de garantir a efetiva inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho. Na primeira etapa, o foco é a reparação da evasão escolar, já na segunda, as/os/es alunas/os/es iniciam um processo de inclusão no mercado de trabalho. Em dezembro de 2017, foi iniciada também a segunda turma do projeto:

Os alunos participam de atividades como palestras, oficinas, dinâmicas, rodas de conversa, debates, feiras temáticas, atividades culturais e “workshops” que envolvem temas relativos a direitos, cidadania, políticas sociais, empregabilidade, empreendedorismo, educação e cultura. Segundo informações obtidas junto à coordenadoria, até o final de 2017, foram preenchidos 71 postos de trabalho em diversas instituições públicas e privadas (Oliveira; Costa, 2018, s/p).

De acordo com informações da CEDS, as inscrições para participar do Trans + Respeito são realizadas *online* e por meio de encaminhamentos efetuados por diferentes órgãos municipais que prestam atendimento à população trans e por movimentos sociais. O programa também contou com suporte de *coaching*<sup>216</sup> educacional e profissional para garantir a melhor orientação e adequação às necessidades e anseios das pessoas participantes.

Encontrei informações apenas das duas turmas formadas no ano de 2017, onde alguns alunes conseguiram a inserção no mercado de trabalho em ocupações como recepcionista, cuidador/a/e de idosos, bilheteiro/a/e, atendente, educador/a/e social, assessoramento<sup>217</sup> e

---

<sup>213</sup> Não encontrei mais informações sobre o padre.

<sup>214</sup> Falar aqui da história da CEDS, suas diferentes coordenações e a atual.

<sup>215</sup> Marcello Crivella, escritor religioso e político brasileiro, filiado ao Republicanos, foi o prefeito da cidade do Rio de Janeiro no período.

<sup>216</sup> Pode-se falar que *coaching* é um processo em que um profissional fornece orientações para um cliente através de técnicas e métodos voltados para o desenvolvimento pessoal ou profissional.

<sup>217</sup> Especialmente assessoria de alguns políticos/as.

outros trabalhos temporários. Após esse período, em 2022, a CEDS iniciou também o Projeto Dam+, que oferece bolsas de estudos e aulas de reforço escolar para a obtenção do certificado de conclusão do Ensino Fundamental, mas como o período não cabe nesta análise, não coletei informações sobre ele.

Partindo para a região Sul, na cidade de Curitiba (PA), existe desde 2018, o “Cidadania T”, um programa ligado à Prefeitura Municipal de Curitiba<sup>218</sup> que consiste em um banco de currículos de pessoas trans e de vagas exclusivas para essa população, além de oferta de cursos e capacitações.

Após promover campanhas sobre o tema e parcerias para a criação de novas vagas de trabalho, o Projeto acompanha os resultados das ações realizadas. De acordo com a Prefeitura, no ano de 2020, o *Cidadania T* contabilizou mais de 200 currículos cadastrados. O programa prioriza as pessoas trans que moram em Curitiba, mas vem recebendo muitos candidatos e candidatas de outros estados e da região metropolitana. Nesse mesmo ano, o programa celebrou 70% das pessoas conseguindo uma oportunidade de emprego e renda. Já em 2019, 70% dos/as participantes do programa exerceram alguma atividade profissional, sendo 50% com carteira assinada e outros 20% “empreendendo”.

De acordo com informações cedidas pelo assessor da Diversidade Sexual da Prefeitura, empresas privadas do setor de inovação, lojas, empresas de *telemarketing*, salões de beleza e o setor de cozinha, são as áreas que mais contratam pessoas trans em Curitiba. Mais recentemente, a área artística passou a figurar também como contratante, como quando houve o emprego de três mulheres trans, em 2020, para a *Mostra Fringe*<sup>219</sup> do Festival de Curitiba<sup>220</sup> (Bessa, 2020).

---

<sup>218</sup> Rafael Greca de Macedo do PSD era o prefeito no período.

<sup>219</sup> O Fringe é a mostra democrática e aberta no Festival de Curitiba, levando teatro, dança, música, circo, performances e muito mais para a população em diversos espaços de Curitiba e Região Metropolitana. No ano de 1998, o Festival de Curitiba importa a primeira edição do Fringe, uma mostra que surge espontaneamente em 1947, em Edimburgo, na Escócia. O Fringe nasce quando companhias de teatro que não estavam na programação do Festival Internacional de Edimburgo resolvem criar um evento paralelo à margem do oficial – a partir desta data, outros formatos do Fringe surgem pelo mundo e em Curitiba não seria diferente. O espaço aberto, democrático e sem curadoria recebe companhias artísticas do Brasil e do mundo que vêm ao Festival em busca de visibilidade, audiência e crítica especializada. Ver mais em: <https://festivaldecuritiba.com.br/sobre-o-festival/historia/> Acesso em 03 de novembro de 2022.

<sup>220</sup> O Festival de Curitiba começa como um presente de aniversário para a cidade em 1992 e desde então promove o encontro das artes com o entretenimento na capital do Paraná e reforça a cada edição a marca de maior Festival de artes cênicas da América Latina. Ver mais em: <https://festivaldecuritiba.com.br/sobre-o-festival/historia/> Acesso em 03 de novembro de 2022.

No estado do Rio Grande do Sul, além do “Projeto Cozinha e Voz”, há desde o ano de 2019, em Porto Alegre, a iniciativa Educa TRANSforma<sup>221</sup>, um projeto idealizado por Noah Scheffel<sup>222</sup> que possui o objetivo de diminuir o déficit de profissionais em Tecnologia da Informação (TI), uma área que vem crescendo significativamente atualmente. O Educa TRANSforma vem se destacando como a iniciativa de maior alcance nacional de capacitação gratuita em TI para pessoas trans no país.

O Educa TRANSforma é uma capacitação gratuita, também busca ser uma ponte entre indivíduos/pessoas e a materialização da empregabilidade. Para isso, realiza parcerias com empresas privadas para contratações das pessoas trans que participam das turmas. Também recebe patrocínios por parte de empresas privadas interessadas em colaborar com o programa, e oferece consultorias em diversidade e inclusão, visando tornar os ambientes locais mais capazes de lidar com questões relacionadas aos temas:

Esse projeto nasceu baseado nas evidências de que a população transgênero encontra-se em situação de desemprego ou subemprego, devido ao preconceito da sociedade com relação às diversas identidades e expressões de gênero. Sendo assim, a proposta contempla a discussão, problematização, contextualização e aprendizagem de conteúdos previstos/vistos no mundo do trabalho buscando capacitar profissionais competentes para resolução de problemas locais e regionais (Educa Transforma, 2020).

O objetivo da iniciativa, além de contribuir no processo de capacitação de pessoas trans, também é o de “modificar o quadro atual da área da tecnologia para que ele se torne mais diverso”. Todo o programa se dá de forma *online*, possibilitando que pessoas trans de todo o país possam se inserir nas turmas, que tem duração de 6 meses de formação.

De acordo com o Relatório de impacto do programa, no ano de 2020, 12.510 atividades foram realizadas, com o apoio financeiro de 65 mil reais, com a doação de 20

---

<sup>221</sup> O Educa TRANSforma é destinado a transexuais, travestis, não binários e pessoas intersexo. Para mais informações, conferir: <https://educatransforma.com.br/>

<sup>222</sup> Noah é agente de transformação social. Primeiro homem trans a ser Influenciador no LinkedIn. Mãe de uma filha, e pai de outra. É fundador e CEO do EDUCATRANSFORMA, maior agente nacional de capacitação gratuita e de consultoria em empregabilidade para pessoas transgênero em tecnologia e inovação. Iniciou carreira na área de TI muito jovem e atuou por mais de 15 anos como coordenador de tecnologia, buscando inovação por meio da diversidade e desenvolvendo produtos e serviços representativos para a sociedade, criados por todas as pessoas. Formado em Tecnologia de Redes de Computadores, pós-graduado em Governança de TI, pós-graduado em Políticas e Gestão de Serviço Social, especializado em Diversidade, Minorias e Inclusão e pós-graduado em Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade. Informações encontradas em: <https://www.noahscheffel.com/> Acesso em 08 de dezembro de 2021.

microcomputadores e com a realização de 20 encontros virtuais com as capacitações em até 8 “trilhas de tecnologias, gestão e *marketing* digital”<sup>223</sup>.

No relatório as atividades oferecidas podem ser online ou presenciais, a depender do local e disponibilidade das pessoas envolvidas, as atividades são as de capacitações gratuitas técnicas em até 8 trilhas de tecnologias, gestão e *marketing* digital; Capacitações em *soft skills*; Mentorias individuais; Apoio à subjetividade trans de cada pessoa da rede de forma gratuita, como acesso a saúde física e mental, acesso a psicopedagogos, psicólogos, psiquiatras, doação de notebooks, auxílio para pagamento de internet, cestas básicas, auxílios com medicamentos receitados, auxílios jurídicos; Ponte para a empregabilidade com empresas parceiras; Conscientização para a população geral via redes sociais, workshops e palestras.

A página eletrônica informa que “os números continuam a crescer, e o projeto tem formado cada vez mais pessoas trans em todo o Brasil”, mas não foram encontrados dados sobre o número de pessoas que estão efetivamente inseridas no mercado de trabalho após a capacitação no programa.

Para encerrar uma parte do mapeamento realizado para esta tese, ainda no Rio Grande do Sul, outra iniciativa encontrada foi a que o SINE<sup>224</sup> Municipal de Porto Alegre promoveu no ano de 2019. Foram ofertadas vagas de emprego, palestras sobre empreendedorismo, palestras sobre “o resgate da população trans para dentro das escolas” e atividades voltadas para as pessoas trans na cidade.

A ação foi realizada durante o Dia da Visibilidade Trans (29 de janeiro). Nesse dia, a Prefeitura de Porto Alegre<sup>225</sup>, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte (SMDSE), programou um “evento especial dedicado à inserção das pessoas trans no mercado de trabalho”. De acordo com Portella (2019), durante a ação, seis empresas do município disponibilizaram 70 postos de trabalho para diversos cargos. As maiores ofertas foram no setor comercial: assistente de atendimento com 15 vagas e assistente de estoque com 10, porém não há informações sobre se houve ou não o preenchimento dessas vagas.

---

<sup>223</sup> Pode-se dizer que as trilhas de aprendizagem se estabelecem como um meio produtivo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de conteúdo.

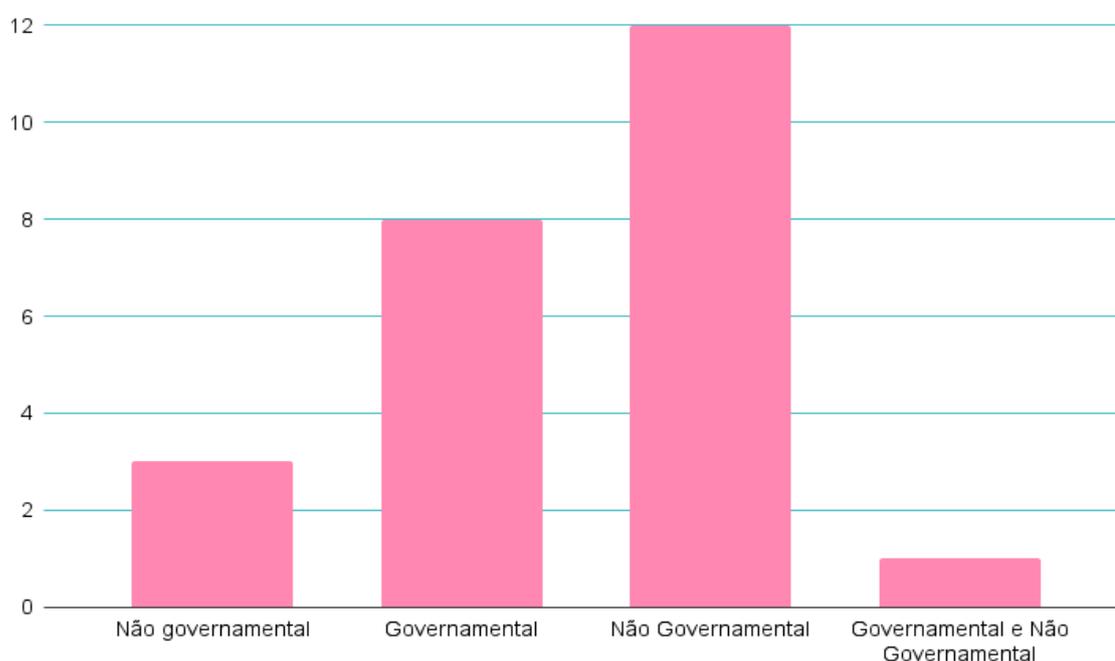
<sup>224</sup> O Sistema Nacional de Emprego (SINE) foi uma iniciativa gratuita e privada, que auxilia na busca de vagas de emprego. Atualmente ele acabou e foi criado o Trabalha Brasil.

<sup>225</sup> No período, Nelson Marchezan Jr do PMDB era o prefeito do município.

Há outras iniciativas mapeadas que foram provenientes de empresas multinacionais como a ofertada pelo Grupo Carrefour Brasil<sup>226</sup> e a rede de lojas C&A<sup>227</sup>. A iniciativa foi chamada de “Conexão Varejo do Carrefour”, que no ano de 2018 “capacitou profissionalmente pessoas trans e preparou o ambiente de trabalho nos hipermercados Carrefour<sup>228</sup>”, viabilizando a contratação das mesmas. Já a C&A em parceria com o Transempregos abriu no ano de 2018, cerca de 1.000 vagas temporárias (para o fim de ano) exclusivas para pessoas trans.

É difícil apontar avanços quando existem apenas vinte e quatro iniciativas, que possuem seus limites de atuação, em especial porque grande parte delas não tem continuidade. O Gráfico 03, que contém o quadro geral das doze iniciativas de caráter não governamental, reforça essa preocupação:

**Gráfico 03 – Natureza das Iniciativas**



<sup>226</sup> Criado em 1959 na França, o Grupo Carrefour é uma rede com cerca de 12 mil lojas por todo o mundo. Atualmente é a maior rede varejista de alimentos do país. O Grupo Carrefour Brasil chegou ao país em 1975, na cidade de São Paulo e foi o primeiro hipermercado do Brasil. O objetivo do grupo é fazer parte da vida de seus clientes, trazendo qualidade em serviços e democratizando a alimentação. Atingiram a marca de ser a única rede de varejo alimentar presente em todos os estados brasileiros e o Distrito Federal, com 95 mil colaboradores em 721 lojas. Ver mais em: <https://www.grupocarrefourbrasil.com.br/grupo/> Acesso em 03 de dezembro de 2022.

<sup>227</sup> A C&A foi fundada em 1841 e hoje são mais de 1,8 mil unidades em 24 países da Europa, América Latina e Ásia. No Brasil, foi criada em 1976, e hoje são mais de 280 lojas em 125 cidades e mais de 15 mil profissionais. Informações em: <https://www.cea.com.br/Institucional/Conheca-a-CEA> Acesso em 03 de dezembro de 2022.

<sup>228</sup> O Carrefour é uma das empresas que criou o *Fórum de Empresas e Direitos LGBT*, em 2013. Nele, firmaram 10 compromissos para a promoção dos direitos LGBTs no Brasil.

Fonte: Mapeamento realizado online pela própria pesquisadora (2021).

Portanto, as iniciativas que até então foram mapeadas, parecem ter surgido, principalmente, no vácuo de iniciativas públicas consistentes e capilarizadas. Quando as iniciativas encontradas foram públicas, eram no máximo governamentais e não políticas de estado. Também não possuem a característica de serem públicas e em nível nacional, limitam-se a serem iniciativas municipais, complementadas pela discreta participação dos governos estaduais, das universidades públicas e do Poder Judiciário, representado pelo Ministério Público do Trabalho e por algumas Defensorias Públicas.

Uma situação importante para pensar sobre a Divisão Sexual do Trabalho diz respeito ao fato de que grande parte das iniciativas parte da idealização de mulheres cis e trans que reconhecem a diversidade e desigualdades existentes e estão engajadas em mudar o cenário onde atuam ou pretendem atuar, investindo parte do seu tempo. Nesse caminho, realizando um balanço em relação ao total, de quantas abriram a iniciativa apenas para mulheres trans e travestis é possível identificar duas iniciativas, a Mundial Galetos na Paraíba que empregou apenas mulheres trans e o Mulheres Mil do Pronatec em Alagoas.

As demais iniciativas apesar de serem direcionadas para o público Trans em geral é possível identificar que há uma adesão maior de mulheres do que homens, talvez pelo fato de que muitas formações estarem concentradas nas áreas de cozinha, cuidado e costura que são vistos como locais que devem ser ocupados por mulheres dentro da Divisão Sexual do Trabalho na sociedade capitalista.

Também observo nesta realidade específica, uma marca de destaque do projeto neoliberal de gestão social, que se refere ao apelo ao voluntariado/filantropia e ao chamado “Terceiro Setor” da economia, em detrimento das ações estatais. Sendo que isso comprova que a questão social, no capitalismo, assume novas proporções.

O que poderia ajudar a mudar a forma como são definidas as iniciativas voltadas à empregabilidade e geração de renda para pessoas trans, são políticas públicas e, infelizmente, o Brasil possui poucas políticas para pessoas trans, ainda mais quando dependem da vontade política dos governantes que não se preocupam e muito menos possuem prioridade com essa demanda. Não há política pública de inclusão no mercado de trabalho para as pessoas trans. Conforme o mapeamento demonstrou, existem poucas ações específicas e que estão concentradas no âmbito não governamental.

No que diz respeito às interseccionalidade, é preciso pensar a política pública, tendo por conteúdo o reconhecimento da importância das diferenças de raça, classe, território, etnia,

gênero e outras especificações, também no que se refere às pessoas trans. Outra questão importante é que além de capacitação e formação, também é importante contornar e promover conscientização de gestores/as do setor público de todas as instituições.

Como já mostrei anteriormente, existem instituições, em especial no campo empresarial, que denunciam compromissos com a população trans. De acordo com a cartilha “O Ministério Público e a igualdade de direitos para LGBT”, o Estado deve decretar providências para o acesso ao trabalho pela população LGBT: “Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e de outros tipos que sejam necessárias para respeitar plenamente e reconhecer legalmente a identidade de gênero auto definida por cada pessoa” (Brasil, 2017, p. 38). Ela indica que os Ministérios Públicos Federal, do Trabalho e Estaduais podem atuar no sentido de garantir a formação profissional adequada e a existência programas de inserção de pessoas trans no mercado de trabalho.

O Instituto Ethos que já mencionei anteriormente e que incentiva a promoção da diversidade nas empresas, utiliza o conceito de responsabilidade social empresarial (RSE) nas estratégias e práticas de negócio. Em um dos documentos do Instituto Ethos (2013), encontrei um ponto especificamente sobre políticas, procedimentos e sistemas de gestão, que contém elementos interessantes para pensarmos a participação de empresas privadas e públicas na questão:

A empresa dispõe de uma iniciativa específica, como um programa, para a contratação de travestis e pessoas trans, contendo indicadores, metas e meios de acompanhamento; A empresa autoriza o uso do nome social de empregados e empregadas trans em seus sistemas de identificação (cadastro, e-mail corporativo, crachás, entre outros); A empresa investe no treinamento e desenvolvimento de travestis e pessoas trans buscando capacitá-los para assumir cargos e postos de trabalho não apenas na base da empresa; A empresa incentiva e realiza reflexões e diálogos com seus(suas) empregados(as) e/ou grupos específicos para contribuir com a eliminação de ideias e práticas discriminatórias contra travestis, pessoas trans e intersexo (Ethos, 2020).

O mesmo documento também faz referência a alguns outros pontos como a questão do reconhecimento e incentivo às trajetórias de ascensão e possibilidades de promoção no trabalho para as pessoas trans. O guia temático ainda se encontra em processo de desenvolvimento, recebe consultas de especialistas, empresas e demais pessoas interessadas em contribuir para sua elaboração, portanto ainda não foi utilizado como modelo orientador para empresas e empregadores/as.

No mundo empresarial, a diversidade hoje não tende mais a ser percebida como caridade, ela é diferencial competitivo. Portanto, as empresas que não estão abertas à adoção

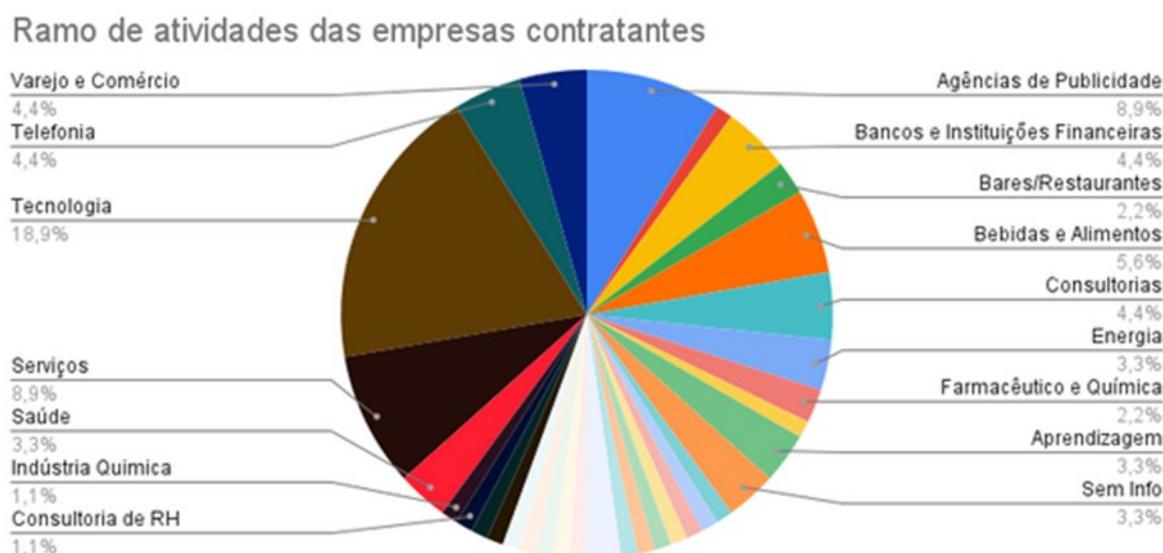
dessas práticas tendem a ficar para trás. Na maior rede social profissional *LinkedIn*, cujas interações podem influenciar a carreira, positiva e negativamente, há inúmeras páginas de empresas e serviços de consultorias sobre diversidade e inclusão. Apoiadas na perspectiva da construção de estratégias de diversidade e inclusão alinhadas à cultura organizacional e a necessidades de negócios.

A novidade que o *LinkedIn* vem trazendo e mostrando para quem tem acesso a rede social, tem sido a veiculação de diversos conteúdos voltados para pessoas trans no mercado de trabalho, tendo inclusive pessoas trans que se destacam por produzir conteúdo e debater na rede a inclusão em empregos formais. No *LinkedIn* encontrei diversas possibilidades nas quais pessoas trans podem se inserir, em especial no campo das Tecnologias da Informação (TICs).

A área da tecnologia tem se mostrado um caminho possível, com projetos e vagas que buscam reduzir preconceitos, baixa escolaridade e a falta de qualificação. Uma dessas iniciativas eu mencionei anteriormente que é o educaTRANSforma, que forma pessoas trans para atuação no mercado de tecnologia. É possível observar o crescimento da iniciativa a partir dos dados fornecidos em relatório que apontam que em 2019 a primeira turma formou doze alunas/os/es, já em janeiro de 2021 a capacidade aumenta para 400 alunas/os/es por turma. Há na plataforma, diversos depoimentos de pessoas trans que afirmam terem sido contratadas no mercado de trabalho após ou durante o curso.

Ainda tratando sobre o mercado de tecnologia, a plataforma Transempregos, o maior e mais antigo projeto voltado para a empregabilidade de profissionais trans e que atua gratuitamente em todo o Brasil desde o ano de 2013, aponta em seu relatório de dados de 2021 que o maior ramo de atividades das empresas contratantes foi na área de Tecnologia, conforme gráfico divulgado pelo projeto:

Gráfico 04 – Ramo de atividades de empresas contratantes



Fonte: Transempregos, 2021

O gráfico indica que o mercado de tecnologia, que hoje enfrenta carência de profissionais qualificados, é um caminho de geração de emprego e renda para as pessoas trans no Brasil. Em junho de 2021, o Transempregos também apoiou um evento da PrograMaria<sup>229</sup> em parceria com a Intel, que debateu sobre a importância da diversidade e inclusão no mercado da tecnologia. Nesse mesmo evento ocorreu uma mesa de debate<sup>230</sup> com o tema “PrograMaria Encontros Potência que transforma: pessoas trans e travestis na tecnologia”, que reuniu profissionais trans que atuam na tecnologia e que compartilharam suas jornadas e trajetórias de sucesso com o público do evento.

Há diversos outros projetos de formação em tecnologia, em especial para pessoas trans que não possuem recursos financeiros aportados. Há também cadastro de vagas e incentivo a empresas na contratação de pessoas trans que cresceram consideravelmente nesses últimos dois anos, em especial com a pandemia que intensificou o uso da tecnologia e da criação de novas plataformas digitais.

<sup>229</sup> A Programaria trata-se de um meta-site sobre mulheres e tecnologia com formações cursos e capacitações na área da tecnologia. O objetivo é contribuir para que mais meninas e mulheres sintam-se motivadas e confiantes a explorar os campos da tecnologia, da programação e do empreendedorismo. As turmas são exclusivas para mulheres trans e cis. Para saber mais: <https://www.programaria.org/> Acesso em 05 de junho de 2022.

<sup>230</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=wo\\_yWyyCCqA&t=218s](https://www.youtube.com/watch?v=wo_yWyyCCqA&t=218s). Acesso em 21 de Agosto de 2022.

Há de se destacar também que o capitalismo também aproveita a pequena capacidade reivindicatória da população trans. Comportam-se de com frequência, de maneira passiva nas relações de trabalho com medo de perder o emprego, dessa forma acatam as mais diversas formas de exploração. Em razão da discriminação e da violência contra a identidade de gênero, a população trans é excluída de diversos espaços, como o do mercado de trabalho. Há um forte investimento das/os mesmas/os nas questões do corpo<sup>231</sup>, são sujeitos que deixam de maneira explícita a não aceitação da norma cisheterossexual.

Tal fato pode contribuir para as escolhas e oportunidades profissionais onde o corpo e os seus atributos continuam sendo o objeto de maior atenção e preconceito por parte dos empregadores. Constituindo-se como uma grande dificuldade para inserção dessa população no mercado de trabalho formal.

Durante muito tempo, pessoas trans foram (e cabe ressaltar que continuam sendo) tratadas violentamente, mas, com a luta do movimento LGBTI+, em especial o movimento de travestis, mulheres transexuais, homens trans e transmasculinos, algumas iniciativas começam a ter impacto na vida dessa população. Porém, tais ações ainda não se configuram como políticas públicas, como também não são suficientes para atender a toda a população.

---

<sup>231</sup> Não é possível identificar a/o “verdadeira/o” transexual, porém há uma certa unanimidade entre as pessoas transexuais de que estão presas em um corpo que não é o seu; nesse sentido, muitos/as (mas não todos/as) reivindicam a cirurgia de mudança de sexo e tomam hormônios.

## CONCLUSÃO

Chegando até aqui, é possível constatar que não há uma completa ausência de iniciativas de inserção de pessoas trans no mercado de trabalho, pois verifiquei a existência de várias delas, embora formem um conjunto bastante heterogêneo, em termos de natureza, amplitude, duração, formato, entre outros elementos.

Também não é possível dizer que as iniciativas existentes deem conta das necessidades de inserção de pessoas trans no mercado de trabalho, em primeiro lugar, porque não há um monitoramento efetivo e contínuo das condições de vida e trabalho dessa população no Brasil. Em segundo lugar, mesmo não podendo estimar com precisão o número de pessoas trans que estão desempregadas ou no subemprego, é possível afirmar que as iniciativas existentes são escassas, algumas de pequeno alcance e muitas descontínuas.

Com relação às iniciativas mapeadas, cabe registrar ainda a presença de uma segregação frequente das pessoas trans a alguns setores ocupacionais como o de serviços, a cozinha, a costura e o cuidado. Muitas vezes, são setores onde o trabalho se dá em condições precárias e que expressam o confinamento a postos de trabalho com responsabilidades diferentes entre homens e mulheres, pelo único motivo da sua identidade de gênero.

Percebi uma certa invisibilidade de homens trans e transmasculinos nas iniciativas existentes. Digo isso porque ao realizar esse mapeamento, muitas iniciativas tinham turmas e grupos formados exclusivamente por travestis e mulheres trans, algo que pode ser visto através de fotos e imagens de divulgação. Além disso, ficou visível que o próprio nome e/ou o conteúdo das ações, já as direcionava especificamente às mulheres trans e travestis, como por exemplo, os programas “Mulheres Mil do Pronatec” em Alagoas, e o “Realizando Sonhos. Transformando Vidas”, em Mato Grosso. Outra iniciativa que empregou apenas mulheres trans e travestis aconteceu no estado da Paraíba na Rede Mundial Galetos.

É evidente que observando esse processo não posso deixar de levar em consideração sobre a invisibilidade dos homens trans e transmasculinos dentro de uma boa parte dessas iniciativas mapeadas. E aqui é importante mostrar o que foi bem apontado por Almeida (2012), sobre o desconhecimento social da identidade, existe pouca visibilidade, pois grande parte da sociedade não considera a possibilidade de transição do gênero feminino ao masculino. Mas há também a questão do uso de hormônios em homens trans que os torna mais próximos fisicamente às expectativas sociais de como deve parecer um homem, do que as mulheres trans e travestis, o que pode ser um fator capaz de contribuir para a invisibilização:

Essa invisibilidade adquirida com frequência a duras penas significa para a maior parte um agradável momento de trégua na estressante e contínua batalha por respeito à identidade/expressão de gênero. Por esse motivo, não sei se homens trans desejam comunidades reais e muito menos formar grupos políticos, ou se a necessidade de encontrar pares se basta nesses encontros pontuais e/ou virtuais de socialização. É possível que o desejo predominante seja de fato o de sumir na multidão, o ‘direito à indiferença’ (Almeida, 2012, p. 519).

Por outro lado, a relativa invisibilização dos homens trans pode franquear pelo menos a alguns deles, uma possibilidade de sofrerem menor discriminação no momento da contratação para determinadas vagas. A rápida capacidade de “passabilidade”<sup>232</sup> adquirida por muitos homens trans e transmasculinos pode ser um elemento protetivo.

Esse processo da passabilidade é complexo, tendo em vista que pode reforçar normas que definem o que é desejável para os corpos. Para Almeida (2012), a passabilidade pode possibilitar práticas de camuflagem social que favorecem o conforto e o acesso individual a direitos, mas também “principalmente na visão do ativismo, isso prejudica a luta coletiva, inviabiliza o reclame por direitos e faz com que as mulheres trans se sintam solitárias” (p. 519).

Por outro lado, a generificação do ensino/aprendizado que vivenciaram durante o processo de socialização infantil/adolescente e, por vezes, parte considerável da idade adulta, pode contribuir para que tenha sido vetados a eles espaços na vida escolar e no mercado de trabalho por não atenderem às requisições da feminilidade. Contraditoriamente, os mesmos motivos podem contribuir para que não detenham as habilidades requeridas dos homens cisgêneros pelo mercado de trabalho.

Tais considerações reivindicam, portanto, que as iniciativas existentes ou a serem constituídas, reflitam melhor sobre o lugar masculino e das masculinidades em suas projeções. A coordenação do Instituto Brasileiro De Transmasculinidades (IBRAT) de Mato Grosso MT, relatou um ponto interessante sobre o mercado de trabalho para pessoas trans. Para ela, existem empreendimentos locais que são criados por pessoas trans, como também e empreendedores/as trans que empregam pessoas trans formando redes de oportunidades para geração de renda dentro da própria comunidade, fortalecendo a empregabilidade e a geração de renda.

Outra questão ainda tratando da invisibilidade, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), reforça isso apontando que homens trans e pessoas transmasculinas

---

<sup>232</sup> Um termo muito utilizado na comunidade transgênero, que implica em determinado indivíduo trans “passar” como seu gênero de identificação, ou seja, implica em ninguém perceber que esse indivíduo é trans, e pensarem que ele seja cisgênero.

gestantes têm sido submetidos a violência transfóbica quando em busca de cuidados e atendimentos de saúde sexual e reprodutiva, como a pobreza menstrual e violência obstétrica, portanto são completamente invisibilizados para políticas públicas e/ou discussões sobre direitos trans (ANTRA, 2022).

Voltando às iniciativas mapeadas, elas foram apenas vinte e quatro (desigualmente distribuídas) em um país que possui dimensões continentais sem precedentes. Nelas foi possível observar algumas ocupações que se repetiram monotonamente em diferentes regiões diferentes do país; os setores de cozinha, costura e telemarketing, que são ocupações fortemente atravessadas por questões de gênero, rigidamente definidas pela própria divisão sexual do trabalho e com condições de trabalho precarizadas.

A única iniciativa que incluía mulheres trans fora de um processo de generificação foi o curso de pintura de obras prediais, uma área considerada predominantemente masculina. Mas em grande parte das iniciativas há uma forte marca de generificação, como as de corte e costura; atendente de *telemarketing*; trabalhos no ramo da estética/beleza, em especial em salões de cabelos; recepcionista; cuidador/a/e de idosos; garçom e garçonete; atendente de lojas ou restaurantes; essas e outras que, aparentemente, são trabalhos com a marca da feminização, mas também muitos deles com a característica de serem temporários e/ou com marcas da precarização.

Constato essa existência de uma inserção através de trabalhos temporários e precários, tendo em vista a falta de informações sobre a permanência nos empregos, sobre a ampliação ou não das ações, sobre incentivos às empresas nos processos de contratação e a sobre os mecanismos de ascensão funcional possíveis nas vagas ofertadas e nos empregos que conseguem. Então, um ponto importante é sobre a necessidade de melhor investigar a permanência, a ampliação ou não das iniciativas e a transformação ou não delas.

Outro ponto a destacar foi a fraquíssima participação estatal nas iniciativas, em especial no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para pessoas trans e no reconhecimento da necessidade dessas políticas. A maior parte das iniciativas partiu de esforços individuais, de grupos políticos ou ONGs e/ou da filantropia empresarial.

Ainda temos muito que avançar, pois o que vem sendo feito, até o presente momento, as ações não têm sido suficientes. Ressalta-se aqui a compreensão da criação de políticas e ações na oferta de formação profissional e incentivos à inserção qualificada no mercado de trabalho. De acordo com Saffioti (2013), ter um emprego significa, por vezes, muito mais do

que receber um salário, é participar e construir a vida comum, sendo que a atividade ocupacional também se constitui como fonte de equilíbrio:

Transformações revolucionárias não podem ser realizadas sem no mínimo a mudança de nossas ideias, o abandono de nossas crenças mais caras e preconceitos e de vários confortos diários e direitos, a submissão a um novo regime diário, a mudança de nossos papéis sociais e políticos, a reavaliação de nossos direitos, deveres e responsabilidades e a alteração de nosso comportamento para melhor nos conformarmos com as necessidades coletivas e a vontade comum. O mundo que nos cerca – nossa geografia – deve ser radicalmente reformulado, assim como nossas relações sociais, a relação com a natureza e todas as outras esferas da ação no processo correvolucionário. É compreensível, até certo ponto, que muitos prefiram uma política de negação a uma política de confronto ativo com tudo isso (Harvey, 2011, p. 201).

Ainda tratando dos tipos de trabalhos oferecidos pelas iniciativas, é importante pontuar as características de precarização e subcontratação que podem reforçar ainda mais os processos de exclusão e transfobia existentes, tendo em vista que existem barreiras na contratação e podem existir obstáculos no desenvolvimento da função empregada. Ao fazer uma análise do mundo a nossa volta no cotidiano, de vagas de atendimento ou de contato com o público, é raro encontrar pessoas trans, talvez sejam trabalhadores/as aceitos/as em funções em que não precisam ser vistos/as.

A título de exemplo, no estado da Paraíba com o Programa Transcidadania-JP que realizou parcerias com as empresas de *Call Centers* AeC e Contax, para promover a inserção de travestis e transexuais em seus respectivos processos seletivos. A empresa Contax selecionou algumas pessoas trans para trabalhar na empresa de *telemarketing*, um setor onde não atendem os clientes pessoalmente, apenas por telefone. Por isso, é necessário avaliar essa inserção, tendo em vista que o trabalho no segmento do *telemarketing* é extremamente precarizado, além de invisível. Marinho (2017) destaca que neste setor encontramos alguns paradoxos:

[...] pois além de formas degradantes de trabalho, há iniciativas de reconhecimento do uso do nome social de pessoas trans (mesmo que de forma isolada) numa demonstração “acolhedora” a essa população, permitindo que atendam a clientela ao telefone usando seu nome de preferência (p. 362).

Portanto, não se pode ignorar o fato de que o trabalho, também é sinônimo de prazer e de construção de si (Marinho, 2017). E, para as pessoas trans, o trabalho além de produzir renda, também pode produzir reconhecimento, e esse reconhecimento é algo subjetivo, íntimo, mas que se constrói também através do sucesso da apresentação de si nas relações interpessoais e no processo de afirmação de sua identidade de gênero.

A ANTRA aponta que 90% da população de travestis e mulheres transexuais utilizam a prostituição como fonte primária de renda. E, contrariamente o percentual dos homens transexuais, é de 97%, que não utiliza a prostituição como meio de subsistência. Além de demonstrar a força deste mercado de trabalho efetivo acionado por travestis e mulheres trans, este dado nos lembra também que não há estimativas sobre o percentual de homens trans/pessoas transmasculinas que estejam atuando na prostituição.

Embora essa tese não tenha se debruçado sobre o trabalho sexual, quando realizei o mapeamento, pude constatar que há um olhar higienista e estigmatizante de muitas iniciativas sobre o trabalho sexual. Isto se deu, particularmente, quando parte das falas encontradas apontam que o objetivo de determinada ação consiste em “tirar esse público das ruas” e/ou “a iniciativa visa promover a inclusão de transexuais e travestis no mercado de trabalho, preferencialmente daquelas que laboram como profissionais do sexo”, mostrando uma perspectiva estigmatizante e preconceituosa do trabalho sexual, além de uma ação de segregação social voltada à higienização dos espaços públicos, e à manutenção do trabalho sexual numa condição clandestina e subalterna, não enfrentando com isso, uma reflexão acerca das condições concretas em que o trabalho sexual é executado e que são passíveis de transformação, para um maior bem-estar e proteção social das/os trabalhadoras/es envolvidas/os.

O ainda baixo número de iniciativas encontradas também nos chamou a atenção para o fato de que, de forma majoritária, a sociedade brasileira ainda não enxerga a população trans como seres humanos, nem mesmo dignas/os de venderem sua força de trabalho, tal a cisheteronormatividade que incide sobre esses corpos. Tal percepção fortalece a transfobia, em todas as suas formas, incluindo o extermínio. Isso porque, a convivência nos espaços de trabalho entre pessoas trans e pessoas cisgêneras efetivamente pode colaborar para uma naturalização da convivência em outros espaços públicos e privados.

O sentido inferiorizante das identidades de trans, assim como o desejo de manter essa população invisibilizada e em um lugar subalterno gera engajamento e tem promovido adoecimento, contribuindo para a vulnerabilização e criminalização de pessoas trans e NBinárias, com diversos casos sendo denunciados em perfis no Twitter, Instagram, TikTok, Facebook e grupos de WhatsApp/TELEGRAM (ANTRA, 2021, p. 09-10).

Se, atualmente um dos grandes problemas enfrentados pela população brasileira como um todo, é a exposição à violência e ao desemprego, a situação torna-se ainda mais agravante quando se foca o olhar sobre a população trans. Conforme aponta a ANTRA, a violência

transfóbica, o discurso de ódio tem crescido e ganhado muita força nas redes sociais desde 2014, e fez-se mais presente em 2020 e em 2021, diante da crise política, econômica e humanitária em que nos encontramos. De acordo com o Relatório da ANTRA, no ano de 2021, ocorreu uma média de 140 (cento de quarenta) assassinatos de pessoas trans, sendo 135 (cento e trinta e cinco) travestis e mulheres transexuais, e 05 (cinco) casos de homens trans e pessoas transmasculinas.

A falta de políticas públicas dirigidas à população trans tem sido um agravante para que tais crimes permaneçam subnotificados e não recebam as devidas punições. Essa violência tem origem no "aparato repressivo do Estado, capturado pelas finanças e colocado a serviço da propriedade e poder dos que dominam, o seu escudo de proteção e disseminação" (Iamamoto, 2015, p. 144).

Um reflexo dessa barbárie também consta na própria expectativa de vida de tal população que gira em torno dos 30 anos, enquanto, em média, a expectativa de vida de um brasileiro é 74,6 anos segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Empregabilidade e respeito a seus direitos, podem influenciar num ganho efetivo de expectativa de vida.

Chegando até aqui é difícil chamar de conclusão, tendo em vista a constatação de que as pessoas trans permanecem ocupando o que Marx (2017), chama de superpopulação estagnada, trabalhadores e trabalhadoras que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, por isso, vagam de ocupação em ocupação para tentar garantir a sobrevivência. Ainda mais grave é que os trabalhos precários sejam naturalizados como a única realidade para essa população.

Quando observamos os cenários das políticas públicas existentes no Brasil para pessoas trans, além da falta de garantia ao acesso das poucas políticas, não há quaisquer direitos fundamentais de acesso a trabalho, qualificação profissional, educação, cultura, lazer, segurança, cidadania, entre outros.

## REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek et al. “Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador *just-in-time*”. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. [Tradução Murillo van der Laan, Marco Gonsales]. São Paulo: Boitempo, 2020.
- AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2018.
- ALMEIDA, Guilherme Silva de. “Notas sobre a complexidade do neoconservadorismo e seu impacto nas políticas sociais”. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 720-731, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p720/44344>
- ALMEIDA, Guilherme Silva de & SANTOS, Márcia Cristina Brasil. “Intersetorialidade na efetivação do processo transexualizador do SUS: uma indispensável utopia”. In: MONNERAT, Giselle, ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de, SOUZA, Rosimary Gonçalves de (orgs). **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.
- ALMEIDA, Guilherme Silva de. “Homens Trans’: Novos Matizes Na Aquarela Das Masculinidades”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 20, vol.2: maio-agosto/2012.
- ALMEIDA, Guilherme Silva de. **Da invisibilidade à vulnerabilidade: percursos do “corpo lésbico” na cena brasileira face à possibilidade de infecção por DST e Aids**. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social – 2005.
- AMANTE, Lucia. Facebook E Novas Sociabilidades: Contributos da Investigação. In: **ATAS DA VIII CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE TIC NA EDUCAÇÃO**. Centro de Competência TIC do Instituto de Educação da Universidade do Minho. Instituto de Educação. Campus de Gualtar. 2013. Braga - Portugal
- ANTUNES, Ricardo & ALVES, Giovanni. “As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital”. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, maio/ago, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. “Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?” IN: ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**; Cortez, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. “Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho?” **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo. Cortez, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo. Cortez, 2015.
- ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. . São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. “Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da Indústria 4.0”. In: ANTUNES, Ricardo. **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. Organização Ricardo Antunes. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANZALDÚA, Gloria. “Falando em línguas: uma carta às mulheres escritoras do terceiro mundo”. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ARANGO, Luz Gabriela. “Cuidado, emoções e condições de trabalho nos serviços estéticos no Brasil”. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva, HIRATA, Helena, LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas Interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ARRAZOLA, Laura Susana Duque- “O sujeito feminino nas políticas de assistência social”. In: MOTA, Ana Elizabete (org.) **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 2ª edição, São Paulo, Cortez, 2008.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; DURÃES, Bruno José Rodrigues. Informalidade e desproteção social: uma realidade para a maioria das mulheres trabalhadoras. In: COSTA, Albertina (Org). **Divisão Sexual do Trabalho, Estado e Crise do Capitalismo**. Recife: SOS CORPO, 2010.

AVELAR, Rezende Bruno de Avelar; BRITO, Walderes; MELLO, Luiz. “A (in) segurança pública que o Estado brasileiro oferece à população LGBT: Mapeamento crítico preliminar de políticas públicas”. In: MELLO, Luiz (org.). **Políticas públicas para população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar**. Goiás: Ed da UFG, 2010.

ÁVILA, Maria Betânia. “Divisão sexual do trabalho e emprego doméstico no Brasil”. In: COSTA, Albertina; AVILA, Maria Betânia; SILVA, Rosane; SOARES, Vera e FERREIRA, Veronica (orgs.). **Divisão Sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

ÁVILA, Maria Betânia. “As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito”. In: **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife: SOS corpo, ano V, n. 4. dezembro 2011.

BALESTRIN, Patrícia. **Sexismo, homofobia e misoginia na produção das identidades de gênero e sexuais**. Disponível em: <http://discutindosexualidades.blogspot.com> Acesso em 11 de janeiro de 2021.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Políticas em prol da Vergonha Gay: uma contribuição queer para uma outra gramática dos conflitos e normas sociais. In: **Rev. Contemporânea**, v. 2, n. 2 p. 535-547. Jul.–Dez. 2012.

BAMBIRRA, Vania. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BANDEIRA, Lourdes e BITTENCOURT, Fernanda. Desafios da transversalidade de gênero nas políticas públicas brasileiras. In: SWAIN, Tânia Navaro e MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **MULHERES EM AÇÃO: Práticas discursivas, Práticas Políticas**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas 2005.

BARROCO, Maria Lúcia S. “Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social”. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 18 de Novembro de 2022.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. In: Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016

BENEDETTI, Marcos. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

BENEVIDES, Bruna G. (org.). **Dossiê ANTRA assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021**. Brasília: Distrito Drag/ANTRA, 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2022/01/dossieantra2022-web.pdf> Acesso em 16 de Fevereiro de 2022.

BENTO, Berenice. Prefácio. In: PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e Desejo**: Uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, 2009.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: Fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2011

BERWANGER, Jane Lúcia Wilhelm. “Indústria 4.0, Precarização do Trabalho e (In)Seguridade Social: Reflexões Teóricas No Contexto Da Covid-19”. **Revista Científica do UniRios**, 2021. Disponível em: [https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2021/31/industria\\_4\\_0\\_precarizacao\\_do\\_trabalho\\_e\\_in\\_seguridade\\_social.pdf](https://www.unirios.edu.br/revistarios/media/revistas/2021/31/industria_4_0_precarizacao_do_trabalho_e_in_seguridade_social.pdf)

BESSA, Reinaldo. “Festival de Curitiba contrata mulheres trans como assistentes de produção”. 2020. Disponível em: <https://reinaldobessa.com.br/festival-de-curitiba-contrata-mulheres-trans-como-assistentes-de-producao/> Acesso em 26 agosto de 2022.

BOSCHETTI, Ivanete. “Implicações da Reforma da Previdência na Seguridade Social Brasileira”. **Psicologia & Sociedade** n.15, vol.1, p.57-96, jan./jun.2003.

BOSCHETTI, Ivanete Salet. “Seguridade social na América Latina”. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, SILVANA Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso (Orgs). **Política Social no Capitalismo**: Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2009.

BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**.3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

BRAH, Avta. “Diferença, diversidade, diferenciação”. **Cadernos Pagu** n. 26, jan./jul. de 2006, p. 329-376.

BRAGA, Ruy. “Infotaylorismo: o trabalho do teleoperador e a degradação da relação de serviço”. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. www.eptic.com.br, Vol. VIII, n. 1, jan./ abr., 2006. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/291/270>.

BRAGA, Ruy. “A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo”. In: ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo; Boitempo, 2009.

BRASSCOM, Demanda de Talentos em TIC e Estratégia ΣTCEM. **Relatório de Inteligência e Informação BR12-2021-007-v112**. São Paulo, Dezembro de 2021. Disponível em: <https://brasscom.org.br/pdfs/demanda-de-talentos-em-tic-e-estrategia-tcem/>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria nº 1.707, DE 18 DE AGOSTO DE 2008**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador.

BRASIL. Secretaria De Direitos Humanos. **Portaria n. 766**, de 3 de Julho de 2013. Institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. Brasília, 2013.

BRASIL. Anais da Conferência de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais - GLBT. **Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania GLTB**. Brasília, 2008

BRASIL. Secretária Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT III**. Brasília, 2009

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SDH). **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Relatório de Monitoramento das Ações do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - PNPCDH-LGBT**. Brasília, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate a discriminação SEDH. **Brasil sem homofobia: Programa de combate a violência e a discriminação contra GLBT e de promoção da cidadania homossexual**. Brasília: SEDH, 2004.

BRASIL. Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República. **Anais da II Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2011.

BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. **O Ministério Público e os direitos de LGBT: conceitos e legislação** / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará. – Brasília: MPF, 2017.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRITO, Carolina Gonçalves Santos de. “Transmasculinidades: o Direito à identidade de gênero anula o direito ao trabalho?”. **Revista [SYN]THESIS**, Rio de Janeiro, vol. 9, nº 1, p. 75-83, jan./jun. 2016.

BUTLER, Judith. **“Corpos em Aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia”**. . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. . 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CALIRI, Maria Helena Larcher. “Usando os recursos da Internet na Enfermagem”. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v.5, n.1, p.97-102, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/kVSQRJggS5dVwHJZVkB4Snk/?lang=pt> Acesso em 14 de Janeiro de 2020.

CAMBOIM, Luiza Goés; BEZERRA, Emy Porto; GUIMARÃES, Ítalo José Bastos. **“Pesquisando na Internet: Uma Análise Sobre Metodologias Utilizadas em Dissertações de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB”**. In: *Biblionline*, João Pessoa, v. 11, n.2, p. 123 –134, 2015.

CÂNDIDO, Gustavo. **“Projeto alagoano ajuda população trans e travesti a ser inserida no mercado de trabalho”**. 2019. Disponível em: <https://odiamais.com.br/projeto-alagoano-ajuda-populacao-trans-e-travesti-a-ser-inserida-no-mercado-de-trabalho/> . Acesso em: 22 ago. 2022.

CARDOSO, Adalberto. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

CARDOSO, A. M.; COMIN, Alvaro A.; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Os deserdados da indústria: reestruturação produtiva e trajetórias intersetoriais de trabalhadores demitidos da indústria brasileira. In: Nadya Guimarães; Helena Hirata. (Org.). In: Nadya araujo Guimarães; Helena Hirata. (Org.). **Desemprego. Trajetórias, identidades, mobilizações**. 1ed.São Paulo: SENAC, 2006

CARRARA, S. L.; RAMOS, Silvia. “A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas”. **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 16(2):185-205, 2006.

CARRARA, Sergio L..Políticas e direitos sexuais no Brasil Contemporâneo. **Bagoas**, Natal, v. 4, n.5, p. 131-147, 2010.

CARNEIRO, Sueli. “Mulheres em movimento”. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003.

CARVALHO, Evelyn Raquel. “Eu quero viver de dia”: Uma análise da inserção das transgêneros no mercado de trabalho. In: **Anais do VII Seminário Fazendo Gênero**. Florianópolis - CS, 2006.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. **Que mulher é essa?** Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. 2011. Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social, 2011.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. A (im)possível pureza: medicalização e militância na experiência de travestis e transexuais. **Revista Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana** n.8 - ago. 2011

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. “**Muito prazer, eu existo!**”: visibilidade e reconhecimento no ativismo de pessoas trans no Brasil. 2015. Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social – 2015.

CARNEIRO, Sueli. “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 49-58, 2003.

CATTANÉO, Nathalie e HIRATA, Helena. “Flexibilidade”. In: HIRATA, H. et al (orgs.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.

CEDS, **RESOLUÇÃO CONJUNTA CEDS/SMAS N° 001/2011**. Rio de Janeiro, 2011.  
Disponível em:

[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6767039/4186752/ResConjuntaCEDSSMAS\\_Damas2011.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6767039/4186752/ResConjuntaCEDSSMAS_Damas2011.pdf)

CFESS.. Conferências Conjuntas de Direitos Humanos Brasília (DF): **CFESS Manifesta 24** de abril de 2016.

CISNE, Mirla. **Feminismo e Consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, n. 1, v. 31, p. 99-127, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso 22 de março de 2022.

COLLINS, Patricia Hill & BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONCILIO, Isabela Leite, AMARAL, Marcos, SILVEIRA, Paula Morena (Orgs.) **Transcidadania: Práticas e trajetórias de um Programa Transformador**. São Paulo: Koinonia

& Prefeitura de São Paulo, 2017. Disponível em: [http://koinonia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/koinonia.org.br-transcidadania-praticas-e-trajetorias-de-um-programa-transformador-2-online\\_transcidadania\\_praticas\\_e\\_trajetorias\\_de\\_um\\_programa\\_transformador-1.pdf](http://koinonia.org.br/wp-content/uploads/2017/05/koinonia.org.br-transcidadania-praticas-e-trajetorias-de-um-programa-transformador-2-online_transcidadania_praticas_e_trajetorias_de_um_programa_transformador-1.pdf)

CONNELL, Raewyn. “A Iminente Revolução Na Teoria Social”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 27, n. 80 outubro, 2012.

CONNELL, Raewyn. “Questões de gênero e justiça social”. **Século XXI**, Revista de Ciências Sociais, v.4, no 2, p.11-48, jan./jun. 2014.

CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. **Gênero: Uma perspectiva Global**. São Paulo: InVersos, 2015.

CONNELL, Raewyn. **Gênero em termos reais**. São Paulo: Nversos, 2016.

COSTA, Maria Dalva Horácio. “Os serviços sociais na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços”. In: MOTA, A. E. (Org.). **A nova fábrica de Consensos**. São Paulo, Cortez, 2010.

COSTA-MOURA, Fernanda. “Proliferação das #hashtags: lógica da ciência, discurso e movimentos sociais contemporâneos”. Rio de Janeiro: **Revista Ágora** v. XVII número especial, agosto de 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/yzCXysYcfvRFnZj9r7ZGZnw/?format=pdf&lang=pt>

COUTO, B. R. **O Direito social e a Assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4. Ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

COUTO, Berenice Roojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. “A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos”. In: COUTO, Berenice Rojas et al (orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

CRENSHAW, Kimberle. “Documento Para O Encontro De Especialistas Em Aspectos Da Discriminação Racial Relativos Ao Gênero”. **Revista Estudos Feministas**. ANO 10. 1º SEMESTRE 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>  
Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

CRENSHAW, Kimberle. “Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação, da teoria feminista e da política antirracista”. **Revista Gênero e Performance: Textos Essenciais 2**. Coimbra: Grácio Editor, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. “A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero”. In: **VV.AA Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: UNIFEM, p. 7-16, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo, 2016.

CUBAS, Aline. “Justiça do Trabalho Libera Primeiras Parcelas da Multa de 2,8 Milhões Para Curso Profissionalizante em Rondonópolis”. 2018. Disponível em: <https://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/564467539/projeto-visa-inclusao-de-travestis-e-transexuais-no-mercado-de-trabalho> Acesso em: 22 ago. 2022

CUENCA, Angela Maria Belloni Cuenca e TANAKA, Ana Cristina d’Andretta. “Influência da internet na comunidade acadêmico-científica da área de saúde pública”. **Revista Saúde Pública** n. 39, vol.5, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/xxQ7MrZddFHcsP5DzHcmLPB/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 05 de fevereiro de 2021.

CURIEL, Ochy. “Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial”. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DAL ROSO, Sadi. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. **Dossiê • Cad. CRH**, v. 27, n. 70, abr, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/LNyXcnzg953bTSgV6Lc7Jrw/?lang=pt>

DELEUZE, Gilles. “O ato de criação”. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 29 jun. 1999. Caderno Mais! Disponível em: [https://lapea.furg.br/images/stories/Oficina\\_de\\_video/o%20ato%20de%20criao%20-%20gilles%20deleuze.pdf](https://lapea.furg.br/images/stories/Oficina_de_video/o%20ato%20de%20criao%20-%20gilles%20deleuze.pdf) Acesso em 05 de Maio de 2022.

DELEUZE, Gilles. “**Post-scriptum sobre a sociedade de controle**”. Texto extraído de Conversações. Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. “Muros e pontes no horizonte da prática feminista: uma reflexão”. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DIEESE D419a **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2015: mercado de trabalho: livro 1**. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/anuario/2015/sistPubLivreto1MercadoDeTrabalho.pdf>

DUQUE, Tiago. **Montagens e Desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes**. São Paulo: Annablume, 2011.

ETHOS, Instituto. “**O Compromisso das Empresas com os Direitos Humanos LGBT – Orientações para o Mundo Empresarial em Ações Voltadas a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**”. São Paulo, dezembro de 2013.

ETHOS, Instituto. **Indicadores Ethos-Fórum Promoção dos Direitos LGBTI+**. São Paulo, junho de 2020. Disponível em: [https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Guia-Ethos\\_ForumLGBTI\\_para-CP\\_26062020.pdf](https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Guia-Ethos_ForumLGBTI_para-CP_26062020.pdf)

FACCHINI, Regina. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FAGUNDES, Priscila Basto; MACEDO, Douglas Dyllon Jeronimo de; FREUND, Gislaïne Parra. “A Produção Científica Sobre Qualidade De Dados Em Big Data: Um Estudo Na Base De Dados Web Of Science”. **RDBCI: Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.16 - n.1.- p. 194-210 jan./abr. 2018.

FARAH, Marta Ferreira Santos. “Gênero e políticas públicas”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, volume 12, nº 1, 2004, p. 47-71. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n1/21692.pdf>

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução: coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017

FERREIRA, Gracyelle Costa. “**Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos/as trabalhadores/as negros**”. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social, 2020.

FILGUEIRAS, Vitor; ANTUNES, Ricardo. Plataformas digitais,uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. In: **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. Arnaldo Mazzei Nogueira [et al.] organização Ricardo Antunes; [tradução Murillo van der Laan, Marco Gonsales]. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRANÇA, Tania. RABELLO, Elaine Teixeira Rabello, MAGNAGO, Carinne. “As mídias e as plataformas digitais no campo da Educação Permanente em Saúde: debates e propostas”. **Revista ENSAIO • Saúde debate** n. 43 (spe1), ago 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/GsRWdhS9VztCddQjNT46RkN/?lang=pt> Acesso em 28 de março de 2022.

GAGLIA, Marcelo Augusto Vieira Graglia. LAZZARESCHI. A Indústria 4.0 e o Futuro do Trabalho: Tensões e Perspectivas. **Sociedade Brasileira de Sociologia**. v. 6, n. 14, pp. 109-151, 2018.

GALHARDI, Cláudia Pereira; FREIRE, Neyson Pinheiro; MINAYO, Maria Cecília de Souza Minayo; FAGUNDES, Maria Clara Marques. “Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil”. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, n. 25 (suppl 2) • Out 2020 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/XnfpYRR45Z4nXskC3PTnp8z/>

GEORGES, Isabel. “Trajetórias profissionais e saberes escolares: o caso do telemarketing no Brasil”. In: ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo; Boitempo, 2009.

GIL, Antônio Carlos. “Como delinear um levantamento?” In: GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 4ª edição, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. “Gênero e corpo na cultura brasileira”. **Psicologia Clínica**, São Paulo, v. 17, n. 2, maio-ago. 2005.

GONSALES, Marco. Indústria 4.0: Empresas plataformas, consentimento e resistência. In: **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. Arnaldo Mazzei Nogueira [*et al.*] organização Ricardo Antunes; [tradução Murillo van der Laan, Marco Gonsales]. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, ANPOCS, São Paulo, 1984.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: **Anais do IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, 1980.

GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. Coleção 2 pontos.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan./jun.). 1988b.

GREEN, James N. **Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. In: James N. Green; traduzido por Cristina Fino, Cassio Arantes Leite. - 2. ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GROSGOUEL, Ramón. “Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”. **Revista Periferia**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2009.

GURGEL, Telma. “O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade”. **Cadernos de Crítica Feminista**. Recife: SOS corpo. Ano V, N. 4. dezembro 2011.

HARTMANN, Jennifer Morel. **Transições e resistências: empregabilidade de mulheres trans e travestis em Florianópolis**. 2017. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2017.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. **Cadernos Pagu**, n.5, p.7-42, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

HELLER, Agnes. 1929. **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HIRATA, Helena. Ensaio. O TRABALHO DE CUIDADO Comparando Brasil, França e Japão. **SUR 24 - v.13 n.24 • 53 - 64 | 2016**. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>.

HIRATA, Helena. Ensaio. O trabalho de cuidado: comparando Brasil, França e Japão. **SUR** n. 24, v.13, p. 53 - 64 | 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf> .

HIRATA, Helena. “Crise Mundial e o impacto da reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho”. In: COSTA, Albertina; AVILA, Maria Betânia; SILVA, Rosane; SOARES, Vera e FERREIRA, Veronica (orgs.). **Divisão Sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. **Cadernos de Pesquisa**. V. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Friedrich-Ebert-Stiftung**, 2015, n.7. p.4-9. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>

hooks, bell. **o feminismo é pra todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luiza Libânio. 1º edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HUWS, Ursula. “A construção do cibertariado? Trabalho virtual num mundo real”. In: ANTUNES, Ricardo e BRAGA, Ruy. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

IAMAMOTO, Marilda V. “Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil”. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, SILVANA Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Orgs.). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. 9ª ed., São Paulo: Cortez, 2015.

IRINEU, Bruna Andrade. **A Política de previdência social e os direitos LGBT no Brasil**. 2009. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2009.

IRINEU, Bruna Andrade. 10 Anos Do Programa Brasil Sem Homofobia: Notas Críticas”. **Temporalis**, v. 14, n. 28., 2014.

IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade. Um Balanço das Políticas Públicas de Trabalho, Emprego e Renda Para a População LGBT no Brasil e na Argentina (2004-2014). **Revista Direitos Humanos e Democracia**. Editora UNIJUÍ • ISSN 2317-5389, Ano 8 • nº 16 • Jul./Dez. 2020.

ISZCKUK, Ana Claudia Duarte *et al.* “Evoluções das tecnologias da indústria 4.0: dificuldades e oportunidades para as micro e pequenas empresas”. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.5, p.50614-50637, maio 2021.

JESUS, Jaqueline Gomes de. “Xica Manicongo: a transgeneridade toma a palavra”. **Rio de Janeiro: Revista Docência e Cibercultura**, vol. 3, n. 1. Jan/Abr. 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de. “Transfobia e crimes de ódio: Assassinatos de pessoas transgênero como genocídio”. In: MARANHÃO F, Eduardo Meinberg de Albuquerque (Org.). **(In)Visibilidade Trans 2. História Agora**, v.16, n. 2, pp.101-123, 2013.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Desejo e Abjeção no discurso midiático: uma análise psicossocial e semiótica. In: **Protagonismo trans\***: política, direito e saúde na perspectiva da integralidade / Organizado por Adriana Ribeiro Gesler. - Niterói: Alternativa, 2015.

JUNIOR, Geraldo Tessarini e SALTORATO, Patrícia. “Impactos da Indústria 4.0 na Organização do Trabalho: Uma Revisão Sistemática da Literatura”. **Revista Produção Online**. Florianópolis, SC, v. 18, n. 2, p. 743-769, 2018. Disponível em: <https://www.producaoonline.org.br/rpo/article/view/2967/1678>

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Homofobia nas Escolas: um problema de todos”. In. JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009

KAROLYNE, Audryn. “Transgarçonne: UFRJ cria curso inédito de gastronomia para pessoas transgênero”. **Jornal O GLOBO**. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/transgarconne-ufrj-cria-curso-inedito-de-gastronomia-para-pessoas-transgenero-24042329> Acesso em 02 de Fevereiro de 2022.

KERGOAT, Danièle. “O cuidado e a imbricação das relações sociais”. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva, HIRATA, Helena, LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: Perspectivas Interseccionais**. Tradução de Carol de Paula. São Paulo: Boitempo, 2016.

KERGOAT, Danièle. Verbete “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”. In HIRATA, H. et al (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. SP: UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 86, p. 93-103, 2010.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. ‘O racismo está sempre se adaptando ao contemporâneo’. **Revista Cult**. Edição: 211. Entrevista por Helder Ferreira. 7 de abril de 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/grada-kilomba/> Acesso em 15 de março de 2022

KULICK, Don. **Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2008.

LAVINAS, Lena. CORDILHA, Ana Carolina. CRUZ, Gabriela Freitas da. “Assimetrias de gênero no mercado de trabalho no Brasil: rumos da formalização”. In: ABREU, Alice Rangel

de Paiva, HIRATA, Helena, LOMBARDI, Maria Rosa (orgs.). **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: Perspectivas Interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEITE Jr., Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2011.

LEITE, Vanessa Jorge. **“Impróprio para menores?” Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas**. 2014. Tese (doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social. 2014.

LENZ, Flavio. Gabriela Leite, prostituta que viveu e promoveu a liberdade. **Revista Em Pauta: teoria social de realidade contemporânea – Lutas, Cidadania e Direitos Humanos**. n. 34 2014

LISBOA, Teresa Kleba. “Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão”. **Revista Katálysis** v. 13, n. 1, Junho, 2010. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/rk/a/hHdq7R7vg7bsQvQ6gbNfz3h/?lang=pt&format=pdf>

LIMA, Marcus A. Assis. **“Em Busca Da Normalidade: Sui Generis e o Estilo De Vida Gay”**. Niterói, v. 2, n.1, p. 109-128, 2. sem. 2001. Disponível em:  
<https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/01112009-023053lima.pdf>

LINKEDIN. “Sobre o LinkedIn. <https://about.linkedin.com/pt-br>”. Acesso em: 26 de março de 2022.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e sexo: As mulheres negras redefinem a diferença. In: **Irmã Outsider: Ensaios e conferências**. 11 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LOPES, Ana Catarina Marques Figueiredo Caetano. **“A SA8000 e a responsabilidade social das empresas: a emergência de um novo paradigma?”**. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica De Lisboa. Instituto Superior De Economia E Gestão. Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, Lisboa, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação, uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis-RJ, Editora Vozes, v. 6, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. “Teoria queer – Uma Política pós-identitária para a educação”. **Revista Estudos Feministas**. Ano 9. 2º semestre 2001. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2004

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho – ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LUCIAN, Rafael e DORNELAS, Jairo. “Propaganda no Facebook Funciona? Mensuração e elaboração de uma escala de Atitude”. Porto Alegre: **Revista Eletrônica de Administração**, \*. vol. 24, n. 2, maio-agosto 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/read/a/qpxynpb6FK6RRNsbfYryJND/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 27 de março de 2019.

LUGONES, Maria. “Colonialidade e gênero”. Bogotá: **Revista Tábula Rasa**, n. 9: p.73-101, jul-dez, 2008.

MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: Colling, Leandro. (org.) **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. Karl Marx; tradução Rubens Enderle. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. Tradução: Alex Marins. 2. Ed. São Paulo: Editora Martin Claret Ltda. 2011.

MARCONDES, Mariana Mazzini e FARAH, Marta Ferreira Santos. Transversalidade de gênero em política pública. **Revista Estudos Feministas** n. 29, vol.1, jan-abril de 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/BD9QvBcJRddcQKgtCGjyNwv/#:~:text=A%20transversalidade%20de%20g%C3%AAnero%20%C3%A9,po%C3%ADticas%20de%20igualdade%20de%20g%C3%AAnero.>

MARCONI, M. de Andrade & Lakatos, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisa amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed.. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARINHO, Silvana. “**Trajetórias em campo minado**: juventudes trans e o mundo do trabalho”. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro-RJ, 2017.

MARINHO, Silvana. ALMEIDA, Guilherme Silva de. “Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo”. Goiania: **Revista Sociedade e Cultura**, 22, n. 1, p. 114-134, Jan./jun. 2019.

MELO, Hildete Pereira & MORANDI, Lucilene. **Cuidados no Brasil**: conquistas, legislação e políticas públicas. Dezembro de 2020. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17083.pdf>

MELLO, Luiz; MAROJA, Daniela; BRITO, Walderes. Políticas Públicas para População LGBT no Brasil: apontamentos gerais de uma pesquisa inacabável. In: MELLO, Luiz *et al.* **Políticas públicas para a população LGBT no Brasil**: um mapeamento crítico preliminar.

Relatório de pesquisa. Goiânia: Ser-Tão – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade/FCS/UFG, 2010.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MIRANDA, Michelle Borges. “**Mais do que rua, camisinha e gel: TransCidadania, a experiência de um programa para travestis e transexuais na cidade de São Paulo**”. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo – 2018.

MISKOLCI, Richard. Não somos, queremos – reflexões queer sobre a política sexual brasileira contemporânea. In: Colling, Leandro. (org.) **Stonewall 40 + o que no Brasil?**. Salvador: EDUFBA, 2011.

MOTA, Ana Elizabete. “Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista”. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. S. “As tendências da Política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade**. 2º edição, São Paulo, Cortez, 2008.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. 6. Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

MOTT, Luiz. **Homossexuais da Bahia: Dicionário Biográfico (Séculos XVI-XIX)**. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 1999.

MURIEL-TORRADO, Enrique. GONÇALVES, Marcio. Youtube nas bibliotecas universitárias brasileiras: quem, como e para o que é utilizado. In: **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.22, n.4, p.928-113, out./dez. 2017 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/KcqmkwrwphcnnX3Ky3yH7mhd/?format=pdf&lang=pt>

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo. Cortez 1996.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. 8. ed. - São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de serviço social; v. 1)

NEVES, Benjamim Braga de Almeida. “Transmaculindades no ambiente escolar: Laicidade e resistências”. In: RODRIGUES, Alessandro, MONZELI, Gustavo, FERREIRA, Sergio Rodrigo da Silva (orgs.). **A política no corpo: gêneros e sexualidades em disputa**. Vitória: EDUFES, 2016.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero, em Revista Estudos Feministas. **CFH/CCE/UFSC**, vol. 8, nº 2, Brasil, Santa Catarina, 2000, pág. 8-41

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O Trabalho Duplicado: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing**. São Paulo. Expressão popular, 2006.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. “As trabalhadoras do telemarketing: uma nova divisão sexual do trabalho?” In: ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo; Boitempo, 2009.

OIT/UNAIDS/PNUD. **Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no Mundo do Trabalho**. 2a. ed. Brasília: Projeto “Construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo-transfobia”, 2015. 79 p.

OLIVEIRA, Tiberio Lima. “**Meu corpo, um campo de batalha: a inserção precária das travestis no mundo do trabalho em tempos de crise do capital**”. 2016. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Natal, RN, 2016.

OLIVEIRA, Milena. COSTA, Vanessa. **Projeto Trans + Respeito**. Site de Quinta. 2018. Disponível em: <https://sitedequinta.wordpress.com/2018/02/20/projeto-trans-respeito/> Acesso em: 05 de Fevereiro de 2022;

OSORIO, Jaime. “Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica”. In: FERREIRA, Carla, OSÓRIO, Jaime e LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. Tradução para uso didático de OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes. Disponível em: [https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9\\_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD\\_-\\_conceitualizando\\_o\\_g%C3%AAnero.\\_os\\_fundamentos\\_euroc%C3%AAntrico\\_dos\\_conceitos\\_feministas\\_e\\_o\\_desafio\\_das\\_epistemologias\\_africanas.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A9_oy%C4%9Bw%C3%B9m%C3%AD_-_conceitualizando_o_g%C3%AAnero._os_fundamentos_euroc%C3%AAntrico_dos_conceitos_feministas_e_o_desafio_das_epistemologias_africanas.pdf)

PARKER, Richard. “Construindo os alicerces para a resposta ao HIV/AIDS no Brasil: o desenvolvimento de políticas sobre o HIV/AIDS, 1982 – 1996”. **Divulgação em Saúde para Debate**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 8-49, agosto 2003. Disponível em: [https://abiids.org.br/wp-content/uploads/2019/03/4-Construindo-os-alicerces-para-a-resposta-ao-HIV\\_AIDS-no-Brasil-o-desenvolvimento-de-pol%C3%81ticas-sobre-o-HIV\\_AIDS-1982-%E2%80%93-1996-2.pdf](https://abiids.org.br/wp-content/uploads/2019/03/4-Construindo-os-alicerces-para-a-resposta-ao-HIV_AIDS-no-Brasil-o-desenvolvimento-de-pol%C3%81ticas-sobre-o-HIV_AIDS-1982-%E2%80%93-1996-2.pdf)

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. “Ensaio Sobre Narrativa Transmasculina Negra: a história Do site 'Negros Blogueiros'”. **Revista África e Africanidades**, Ano XIV – Ed. 38, Maio de 2021. Disponível em:

[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/redes/enfrentamento\\_racismo/racismo\\_cartilhas/Dossie\\_LGBT\\_ed.38.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/redes/enfrentamento_racismo/racismo_cartilhas/Dossie_LGBT_ed.38.pdf)

PELÚCIO, Larissa. **Travestis Brasileiras: singularidades nacionais, desejos transnacionais**. In: Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

PELÚCIO, Larissa. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos Às margens sobre pós-colonialismo, feminismo e estudos queer. Contemporânea. **Revista de sociologia UFSCar**. São Carlos, v. 2, n.2, jul-dez 2012. Disponível em:

<https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/89>

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. “Sobre a política de assistência social no Brasil”. In BRAVO, Maria Inês Souza & PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira (orgs.). **Política social e democracia**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. “Discussões conceituais sobre a política social como política pública e direito de cidadania”. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, SILVANA Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Orgs). **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2009.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. “Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PISCITELLI, Adriana. “Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil”. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 2 p. 377-404, jul.–dez., 2013.

PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Tradução de Cláudia Gonçalves e Egito Gonçalves. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991. 4º v.

PISCITELLI, Adriana. Atravessando fronteiras: teorias pós-coloniais e leituras antropológicas sobre feminismos, gênero e mercados do sexo no Brasil. In: **Revista Contemporânea**. v. 3, n. 2 p. 377-404 Jul.–Dez. 2013.

PISCITELLI, Adriana. “Violências e afetos: intercâmbios sexuais e econômicos na (recente) produção antropológica realizada no Brasil”. In: Dossiê Antropologia, Gênero e Sexualidade no Brasil: Balanço e Perspectivas. **Cadernos Pagu** n. 42, Jan-Jun 2014.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008.

PINO, Nádia Perez. “A teoria queer e os intersex: experiências invisíveis de corpos desfeitos”. Dossiê: Sexualidades Disparatadas. Campinas: **Cadernos Pagú** n. 28, Jan./Jun. 2007.

PUAR, Jasbir. “Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa: interseccionalidade, agenciamento e política afetiva”. Belo Horizonte: **Revista Meritum**, v. 8, n. 2, p. 343-370, jul./dez. 2013.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder e classificação social”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

RAGO, Margareth. “Trabalho feminino e sexualidade”. In: DEL PRIORI, Mary (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

RAGO, Luzia Margareth. “**A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade”. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013.

RAMALHO, Nélon. “O trabalho sexual: discursos e práticas dos assistentes sociais em debate”. **Revista Latinoamericana** n.12, dez. 2012.

RECUERO, Raquel. “Contribuições da Análise de Redes Sociais para o estudo das redes sociais na Internet: o caso da hashtag #Tamojuntodilma e #CalaabocaDilma”. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, vol. 16, n. 2, maio/agosto 2014.

REIS, Carlos Nelson dos. “A Responsabilidade Social das Empresas: O Contexto Brasileiro Em Face da Ação Consciente ou do Modernismo do Mercado?”. **Revista Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 279-305, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/rWpSZz36LrP58Pxc9ncmGVB/?lang=pt>

RIBEIRO, Jéssyka Kaline Augusto. “**Assistência Social, para quê e para quem?** Uma análise acerca do atendimento as populações LGBT no âmbito dos CREAS, do município de João Pessoa-PB”. 2014. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social). Departamento De Serviço Social. Universidade Federal do Rio grande do Norte. Natal-RN, 2014.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. “Prostituição E Feminismo – Uma Aproximação Ao Debate Contemporâneo”. In: **Anais do Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. UFSC, 23 a 26 de agosto de 2010.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. “Prostituição: ‘um trabalho como outro qualquer’? As estratégias das organizações de defesa dos direitos de prostitutas no enfrentamento do preconceito e da discriminação”. In: **Anais do Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos**. UFSC, 28 a 30 de agosto de 2006.

RODRIGUES, Ricardo Batista. **Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação Recife**: IFPE, 2016. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/arte\\_tecnologias\\_informacao\\_comunicacao.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/12/arte_tecnologias_informacao_comunicacao.pdf) Acesso 14 de fevereiro de 2021.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza. “Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão”. **Pesquisas e práticas psicossociais** n. 10, São João Del-Rey, janeiro/junho. 2015

ROSA, Eli Bruno do Prado Rocha. “Cisheteronormatividade como instituição total”. **Cadernos PET Filosofia UFPR**. v. 18, n. 2, agosto 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/petfilo/article/view/68171>

ROSENFELD, Cinara Lerrer. “A identidade no trabalho em *call centers*: a identidade provisória”. In: ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo; Boitempo, 2009.

RUBIN, Gayle. Tráfico sexual – entrevista: Gayle Rubin com Judith Butler. **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 157-209, 2003.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do sexo. Tradução SOS Corpo, 1993. Tradução do original: RUBIN, Gayle. *The traffic in women: notes on the 'political economy' of sex*. In: REITER R. (Ed.). **Toward an Anthropology of women**. New York: Monthly Review Press, 1975.

SAFFIOTI, Heleieth. “**A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**”. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado Violência**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAGRILLO, Daniel Duarte. **Jovens transgêneros: percursos biográficos sobre a busca de si e as relações de trabalho**. 2017. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SANTOS, Rafa Prado. “**Tem Mais Alguma Pessoa Trans Nessa Hackathon?**” Análise Sobre Inclusão De Pessoas Trans e Não-Conformistas de Gênero em Eventos Colaborativos de Curta Duração. 2021. Monografia – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Informática, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. “Direitos, desigualdade e diversidade”. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, SILVANA Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Orgs.). **Política Social no Capitalismo**. Tendências Contemporâneas. 2º edição. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; OLIVEIRA, Leidiane. “Igualdade nas relações de gênero na sociedade do capital: limites, contradições e avanços”. **Katálysis**. Florianópolis. V. 13 n. 1 p. 11-19 Jan./jun. 2010.

SANTOS. Marcia Cristina Brasil. “Protoformas do Processo Transexualizador no Brasil: apontamentos sobre a tortuosa institucionalização da assistência à saúde de pessoas Trans no

SUS entre 1997 e 2008”. **Revista Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana** n. 38, 2022.

SANTOS, Márcia Cristina Brasil. “Aos trancos e barrancos: uma análise do processo de implementação e capilarização do processo transexualizador no Brasil”. Orientador: Guilherme Silva de Almeida. **Tese (Doutorado)** – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social, 2020.

SANTOS, B. P., Alberto, A., Lima, T.M., & Santos, B. (2018). “Indústria 4.0: Desafios e Oportunidades”. **Revista Produção e Desenvolvimento**, v. 4, n. 1, 2018. Disponível em: <http://revistas.cefet-rj.br/index.php/producaoedevolvimento>

SARDENBERG, Cecília. “Da crítica Feminista, uma ciência feminista”. **Estudos Feministas**. Janeiro/Junho, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>

SCOTT, Joan Wallach. “A mulher Trabalhadora”. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1991.

SCOTT, Joan Wallach. “**Gênero: uma categoria útil para análise histórica**”. 2.ed. Recife: SOS Corpo, 1995.

SCOTT, Joan. “A invisibilidade da Experiência”. **Revista de estudos pós-graduados em história**. São Paulo, n.16, fevereiro, 1998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11183/8194>

SEGATO, Rita Laura. “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”. **e-cadernos CES [Online]** n. 18, 2012, colocado online no dia 01 dezembro 2012.

SILVA, Ademir Alves da. “**A gestão da seguridade social brasileira: Entre a política pública e o mercado**”. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Hélio R. S. **Travesti, a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ISER, 1993.

SILVA, Cristiano Rodrigues Alexandre da. **Mercado de trabalho em Natal - Rio Grande do Norte: um olhar sob a perspectiva dos homossexuais**. 2018. Monografia (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Administrativas. Natal, RN, 2018.

SILVIANO, Guilherme. “A Sua Voz na Luta Contra o Preconceito: Um estudo de caso sobre a comunicação da Prefeitura do Rio de Janeiro em defesa da Diversidade Sexual”. **Monografia** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1657/1/GSilviano.pdf>

SKACKAUSKAS, Andreia e OLIVAR, José Miguel Nieto. “Prostitutas, Feministas e Direitos Sexuais: Diálogos Possíveis Ou Impossíveis? In: **Anais do Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**. UFSC, 23 a 26 de agosto de 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (SMTE) [internet]. São Paulo, 2015, **Projeto Reinserção Social Transcidadania e Cidadania**. 2015. Disponível em: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao\\_trabalho/index.php?p=170430](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430).

SOARES, Ricardo Pereira. **A concepção de Família da Política de Assistência Social – Desafios à Atenção as Famílias Homoparentais**. 2012. Dissertação de mestrado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UNB), 2012.

SORJ, Bila. “Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. In: Divisão Sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo”. In: COSTA, Albertina; AVILA, Maria Betânia; SILVA, Rosane; SOARES, Vera e FERREIRA, Veronica (orgs.). **Divisão Sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**. Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SORJ, Bila; FONTES, A. “O *care* como regime estratificado: implicações de gênero e classe social”. In: HIRATA, H e GUIMARÃES, N. A. (orgs.). **Cuidado e cuidadoras – as várias faces do trabalho do *care***. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. “**A Classe Operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**”. 3. ed. - São Paulo: Fundação Perseu Abramo, Editora Expressão Popular, 2021.

SPOSATI, Aldaiza. “A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social”. São Paulo: Cortez, 2004.

STAMPA, Inez Terezinha. “Transformações recentes no ‘mundo do trabalho’ e suas consequências para os/as trabalhadores/as brasileiros e suas organizações”. **Revista Em Pauta**, Rio de Janeiro: 2º semestre de 2012, n. 30, v.10.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. “A Economia Feminista e a Crítica ao Paradigma Econômico Predominante”. Campinas: **Revista Temáticas** v. 26, n. 52, p. 135-166, ago./dez. 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11706>

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à atualidade**. 4ªed, rev., e ampl. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VENCO, Selma. “Centrais de Teleatividades: O surgimento dos colarinhos furta-cores?” In: ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy. **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**; Cortez, 2009.

VERGUEIRO, Viviane. “**Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**”. 2015. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VERMELHO, Cristina; VELHO, Ana Paula Machado; BONKOVOSKI, Amanda; PIROLA, Alisson. “Refletindo sobre as redes sociais digitais”. **Revista Educação e Sociedade** v. 35, n. 126, mar, 2014.

VIEIRA, Marcos Sardá. “Deslocamentos femininos e prostituição (Resenha)”. Florianópolis: **Revista Estudos Feministas**, v.23, n.2, May/Aug. 2015.

WERNECK, Jurema. “Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo”. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 07-17, jun. 2010. Disponível em: <<http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/303>>.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte; Autêntica, 1999

WITTIG, Monique. “**The category of sex**. In *The straight mind and other essays*”. New York: Beacon Press. 1992.

## ENDEREÇOS ELETRÔNICOS CONSULTADOS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO - ALESP:.  
<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000264113>.

NÚCLEO DE INVESTIGAÇÕES E INTERVENÇÕES EM TECNOLOGIAS SOCIAIS – NINETS/UEPB: <http://www.ninets.com.br/>

ONG SANTO CAOS - Projeto "Demitindo preconceitos", 2015:  
<https://www.demitindopreconceitos.com/>

PROJETO SOCIAL EDUCATRANSFORMA <https://www.educatransforma.com.br/>

PROJETO ATELIÊ TRANSMORAS: <https://www.transmoras.com/>

STARTUP responsável pelo projeto social TRANSEMPREGOS:  
<http://www.transempregos.com.br/>

VÍDEO COM DEPUTADA ESTADUAL JANAINA PASCHOAL (PSL-SP) no Canal da deputada no Youtube, manifestando-se contra conteúdo do PL TRANSCIDADANIA:  
[https://www.youtube.com/watch?v=w5uZinL54\\_0](https://www.youtube.com/watch?v=w5uZinL54_0)

## APÊNDICE A - MAPEAMENTO DAS INICIATIVAS DE INSERÇÃO DA POPULAÇÃO TRANS NO MERCADO DE TRABALHO.

<b>Estado</b>	<b>Nome/Iniciativa</b>	<b>Natureza</b>	<b>Objetivo</b>
Alagoas (AL)	Mulheres Mil do Pronatec	Governamental	Capacitação
Amazonas (AM)	Curso de Panificação e Marmitaria Fit	Não governamental	Capacitação
Ceará (CE)	Curso de costura Transformando	Não governamental	Capacitação
Distrito Federal (DF)	Projeto Cozinha e voz (DF)	Não governamental	Capacitação
Goiás(GO)	Projeto Cozinha e voz (GO)	Não governamental	Capacitação
Maranhão	Projeto Divulga Trans	Não governamental	Ação
Mato Grosso (MT)	Realizando Sonhos. Transformando Vidas	Governamental e Não Governamental	Capacitação
Minas Gerais (MG)	Conexão Varejo do Carrefour	Não governamental	Capacitação e Inserção
Paraíba (PB)	Mundial Galetos	Não governamental	Inserção
Paraíba (PB)	Transcidadania JP	Governamental	Capacitação e Inserção
Paraná (PR)	Cidadania T	Governamental	Capacitação e Inserção
Pernambuco (PE)	Rede Monalisa	Não governamental	Ação
Piauí (PI):	EmpregaTrans	Governamental	Ação
Rio de Janeiro	Capacitrans	Não governamental	Capacitação
Rio de Janeiro	Projeto Cozinha e Voz (RJ)	Não governamental	Capacitação
Rio de Janeiro	Projeto Damas/Trans+ Respeito	Governamental	Capacitação
Rio de Janeiro	Transgarçone	Não governamental	Capacitação
Rio Grande do Sul (RS)	Educatransforma	Não governamental	Capacitação
Rio Grande do Sul (RS)	Projeto Cozinha e Voz (RS)	Não governamental	Capacitação
Rio Grande do Sul (RS)	Sine	Governamental	Ação e Inserção
Rondônia (RO)	Projeto Cozinha e voz (RO)	Não governamental	Capacitação
São Paulo (SP)	Atelie Transmoras	Não governamental	Capacitação
São Paulo (SP)	Projeto Cozinha e voz (SP)	Não governamental	Capacitação
São Paulo (SP)	Transcidadania SP	Governamental	Capacitação e Inserção
Sergipe (SE)	ProjetoTrans Equality	Não governamental	Capacitação
Sergipe (SE)	Sine SE	Governamental	Ação

## APÊNDICE B - PESQUISAS RELACIONADAS AO TEMA DO TRABALHO PARA POPULAÇÃO TRAVESTI E TRANSEXUAL

### 1- TRABALHOS DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC), DISSERTAÇÕES E TESES:

N.º	NOME DO/A AUTOR/A	TCC, DISSERTAÇÃO OU TESE	UNIVERSIDADE DEPARTAMENTO	NOME DO/A ORIENTADOR/A	ANO DE DEFESA	NOME DO TRABALHO
1	Tibério Lima Oliveira	Dissertação	PPGSS - UFRN- Natal	Andrea Lima da Silva	2016	"Meu corpo, um campo de batalha": a inserção precária das Travestis no mundo do trabalho em tempos de crise capital.
2	Carolina Gonçalves Santos de Brito	TCC	Faculdade de Serviço Social – UERJ	Guilherme Silva de Almeida	2016	Entre banheiros, documentos, crachás e uniformes: as condições de inserção e permanência de homens transexuais usuários do HUPE/UERJ no mercado de trabalho
3	Tatiana De Sousa Ferreira	TCC	Departamento de Terapia Ocupacional - UFPB – João pessoa	Beatriz Prado Pereira	2017	Os processos de entrada e permanência das travestis e das Mulheres transexuais no mercado de trabalho
4	Jennifer Morel Hartmann	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política – UFSC	Maria Soledad Etcheverry Orchard	2017	Transições E Resistências: Empregabilidade De Mulheres Trans E Travestis Em Florianópolis
5	Silvana Marinho	Dissertação	Faculdade de Serviço Social - UERJ-RJ	Guilherme Silva de Almeida	2017	Trajetórias em campo minado: juventudes trans e o mundo do trabalho
6	Chinara Raiazac Faria Santana	Dissertação	Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social - PUC São Paulo	Carla Cristina Garcia	2017	Inserção laboral de travestis e transexuais na cidade de São Paulo: O Programa TransCidadania
7	Michelle Borges Miranda	Dissertação	Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política - Universidade de São Paulo	Jorge Alberto Machado	2018	Mais do que rua, camisinha e gel: TransCidadania a experiência de uma política pública para travestis e transexuais na cidade de São Paulo.
8	Maria Aparecida Da Silva	Dissertação	Pós Graduação em Saúde Coletiva - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo	Maria Amélia de Sousa Mascena Veras	2018	Travestis e transexuais no estado de São Paulo: inserção no mercado de trabalho

## 2- ARTIGOS EM REVISTAS:

Nº	NOME DO/A AUTOR/A	REVISTA	EDIÇÃO	ANO	NOME DO ARTIGO
1	Lincoln de Oliveira Rondas; Lucília Regina de Souza Machado	Pesquisas e Práticas Psicossociais	V. 10(1)	2015	Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão
2	Carolina Gonçalves Santos de Brito	[SYN]THESIS	Vol. 9, nº 1,	2016	Transmasculinidades: O Direito À Identidade De Gênero Anula O Direito Ao Trabalho?
3	Silvana Marinho	O Social em Questão	Ano XX - nº 38	2017	Juventude(s) trans: subjetividades e corporalidades possíveis no mundo do trabalho?
4	Cecília Barreto de Almeida; Victor Augusto Vasconcellos	REVISTA DIREITO GV	V. 14 N. 2	2018	Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?
5	Silvana Marinho; Guilherme Silva de Almeida.	Soc. e Cult	V. 22, n. 1	2019	Trabalho contemporâneo e pessoas trans: considerações sobre a inferiorização social dos corpos trans como necessidade estrutural do capitalismo

## 3- ARTIGOS EM ANAIS DE EVENTOS

Nº	NOME DO/A AUTOR/A	ANAIS	ANO	NOME DO ARTIGO
1	Sofia Vilena de Moraes e Silva	Anais do III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais	2011	Transexualidade E Discriminação No Mercado De Trabalho
2	Thiago Clemente Do Amaral	Anais do III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades	2013	Travestis, Transexuais E Mercado De Trabalho: Muito Além Da Prostituição
3	Karen Ketlin Kaffer; Felipe Gerais Ramos; Alvaro Luis Alves; Leonardo Tonon	Anais do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais	2016	A Transexualidade E O Mercado Formal De Trabalho: Principais Dificuldades Para A Inserção Profissional
4	David Emmanuel da Silva Souza Barbara Luciana Sena Costa Eduardo Magaldi Rodrigues	Anais do XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão e III INOVARSE – Responsabilidade Social Aplicada	2016	A inserção de pessoas transexuais e travestis no mercado de trabalho
5	Renan Gomes de Moura Paloma de Lavor Lopes	Anais do XIV SEGeT Simpósio De Excelência Em Gestão E Tecnologia	2017	Comportamento Organizacioal Frente A Diversidade: A Inclusão De Travestis E Transexuais No Mercado De Trabalho

## 4- ARTIGOS, MATÉRIAS E NOTÍCIAS EM SITES NA INTERNET:

Nº	TÍTULO DA MATERIA	RESPONSÁVEL	DIA/ANO	SITE/LINK
1	Diversidade sexual no setor de telemarketing	André “Pomba” Cagni	27 /09/ 2016	<a href="http://www.sintratel.org.br/site-joomla-1.5/index.php/politica-social/1179-diversidade-sexual-no-setor-de-telemarketing">http://www.sintratel.org.br/site-joomla-1.5/index.php/politica-social/1179-diversidade-sexual-no-setor-de-telemarketing</a>

2	Ato em SP pede inclusão de travestis e transexuais no mercado de trabalho	Rede Brasil Atual	30/01/2017	<a href="http://www.sinprocampinas.org.br/noticias/noticias/ato-em-sp-pede-inclusao-de-travestis-e-transexuais-no-mercado-de-trabalho/">http://www.sinprocampinas.org.br/noticias/noticias/ato-em-sp-pede-inclusao-de-travestis-e-transexuais-no-mercado-de-trabalho/</a>
3	Transgênero, transexual, travesti: os desafios para a inclusão do grupo no mercado de trabalho	Amcham Brasil	10 /04/2017	<a href="https://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/transgenero-transexual-travesti-os-desafios-para-a-inclusao-do-grupo-no-mercado-de-trabalho/">https://economia.estadao.com.br/blogs/ecoando/transgenero-transexual-travesti-os-desafios-para-a-inclusao-do-grupo-no-mercado-de-trabalho/</a>
4	Programa Transcidadania de João Pessoa beneficia 14 pessoas com a casa própria	Neto Lucon	30/05/2017	<a href="https://nlucon.com/2017/05/30/programa-transcidadania-de-joao-pessoa-beneficia-14-pessoas-com-a-casa-propria/">https://nlucon.com/2017/05/30/programa-transcidadania-de-joao-pessoa-beneficia-14-pessoas-com-a-casa-propria/</a>
5	Transfobia no mercado de trabalho	Ivan Longo	10/06/2017	<a href="https://www.revistaforum.com.br/transfobia-no-mercado-de-trabalho/">https://www.revistaforum.com.br/transfobia-no-mercado-de-trabalho/</a>
6	Sinratel com Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais na luta contra a intolerância, a discriminação, a opressão de gênero nos locais de trabalho e a desvalorização dos profissionais LGBTs	Sinratel	20 /06/2017	<a href="http://www.sinratel.org.br/site-joomla-1.5/index.php/destaques/1379-sinratel-com-lesbicas-gays-bissexuais-e-transexuais-na-luta-contra-a-intolerancia-a-discriminacao-a-opressao-de-genero-nos-locais-de-trabalho-e-a-desvalorizacaco-dos-profissionais-lgbts">http://www.sinratel.org.br/site-joomla-1.5/index.php/destaques/1379-sinratel-com-lesbicas-gays-bissexuais-e-transexuais-na-luta-contra-a-intolerancia-a-discriminacao-a-opressao-de-genero-nos-locais-de-trabalho-e-a-desvalorizacaco-dos-profissionais-lgbts</a>
7	Há espaço para profissionais transexuais no mercado de trabalho?	Ana Beatriz Rosa	07/07/2017	<a href="https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/02/ha-espaco-para-profissionais-transexuais-no-mercado-de-trabalho_a_22037316/">https://www.huffpostbrasil.com/2017/07/02/ha-espaco-para-profissionais-transexuais-no-mercado-de-trabalho_a_22037316/</a>
8	Transgêneros no Telemarketing: a participação dos trabalhadores(as) LGBT no mundo do trabalho	Sinratel	06 /06/2017	<a href="http://www.sinratel.org.br/site-joomla-1.5/index.php/politica-social/1395-transgeneros-no-telemarketing-a-participacao-dos-trabalhadores-as-lgbt-no-mundo-do-trabalho">http://www.sinratel.org.br/site-joomla-1.5/index.php/politica-social/1395-transgeneros-no-telemarketing-a-participacao-dos-trabalhadores-as-lgbt-no-mundo-do-trabalho</a>
9	Debatedores apontam dificuldades de transexuais terem acesso ao mercado de trabalho	Lara Haje	02/08/2017	<a href="https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/direitos-humanos/541521-debatedores-apontam-dificuldades-de-transexuais-terem-acesso-ao-mercado-de-trabalho.html">https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/direitos-humanos/541521-debatedores-apontam-dificuldades-de-transexuais-terem-acesso-ao-mercado-de-trabalho.html</a>
10	Número de profissionais trans cresceu quase 300% nos últimos anos	Luciana Lima	19 /01/2018	<a href="https://exame.abril.com.br/carreira/os-transexuais-chegaram-no-mundo-corporativo/">https://exame.abril.com.br/carreira/os-transexuais-chegaram-no-mundo-corporativo/</a>
11	Conheça histórias de luta e superação de transexuais que se tornaram profissionais respeitados	Maria Irenilda Pereira	22/01/2018	<a href="https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/01/22/interna_gerais,932504/conheca-transexuais-que-venceram-o-preconceito-no-mercado-de-trabalho.shtml">https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/01/22/interna_gerais,932504/conheca-transexuais-que-venceram-o-preconceito-no-mercado-de-trabalho.shtml</a>
12	Seminário discute mercado de trabalho, inclusão e políticas públicas para transexuais	Da redação	31 /01/2018	<a href="https://www.acesa.com/zonapink/arquivo/2018/01/31-seminario-discute-mercado-trabalho-inclusao-politicas-para-transsexuais/">https://www.acesa.com/zonapink/arquivo/2018/01/31-seminario-discute-mercado-trabalho-inclusao-politicas-para-transsexuais/</a>
13	Mulheres travestis e transexuais começam a impor presença no mercado de trabalho	Cássia Almeida	11/03/2018	<a href="https://www.geledes.org.br/mulheres-travestis-e-transexuais-comecam-impor-presenca-no-mercado-de-trabalho/">https://www.geledes.org.br/mulheres-travestis-e-transexuais-comecam-impor-presenca-no-mercado-de-trabalho/</a>
14	Após obter empregos em programa de inclusão, transexuais comemoram mudança de vida	Felipe Daroit	19 /05/2018	<a href="https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/05/apos-obter-empregos-em-programa-de-inclusao-transexuais-comemoram-mudanca-de-vida-cjhdc250m09qi01qo8x7nehpo.html">https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/05/apos-obter-empregos-em-programa-de-inclusao-transexuais-comemoram-mudanca-de-vida-cjhdc250m09qi01qo8x7nehpo.html</a>
15	Empresas começam a buscar profissionais transexuais e travestis	Filipe Oliveira	28/06/2018	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/empresas-comecam-a-buscar-profissionais-transexuais-e-travestis.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/empresas-comecam-a-buscar-profissionais-transexuais-e-travestis.shtml</a>
16	O que as empresas podem fazer para incluir pessoas trans no mercado de trabalho	BBC Capital	03/08/2018	<a href="https://www.bbc.com/portuguese/vert-cap-44294681">https://www.bbc.com/portuguese/vert-cap-44294681</a>

17	MPT-GO oferece oportunidade de formação profissional para transexuais e travestis	MPT-GO	10 /08/ 2018	<a href="https://www.rotajuridica.com.br/mpt-go-oferece-oportunidade-de-formacao-profissional-para-transexuais-e-travestis/">https://www.rotajuridica.com.br/mpt-go-oferece-oportunidade-de-formacao-profissional-para-transexuais-e-travestis/</a>
18	Faltam vagas para trans no mercado de trabalho, por discriminação	Eduarda Esposito	11/11/ 2018	<a href="https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/a/eu-estudante/tf_carreira/2018/11/11/tf_carreira_interna,718800/faltam-vagas-para-transexuais-no-mercado-de-trabalho.shtml">https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/a/eu-estudante/tf_carreira/2018/11/11/tf_carreira_interna,718800/faltam-vagas-para-transexuais-no-mercado-de-trabalho.shtml</a>
19	C&A abre mil vagas exclusivas para trans e travestis	Catraca Livre	04/12/ 2018	<a href="https://catracalivre.com.br/carreira/ca-abre-mil-vagas-exclusivas-para-trans-e-travestis/">https://catracalivre.com.br/carreira/ca-abre-mil-vagas-exclusivas-para-trans-e-travestis/</a>
20	Mercado de trabalho abre as portas para profissionais trans	Gilson Jorge	10/12/ 2018	<a href="https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mercado-de-trabalho-abre-as-portas-para-profissionais-trans/">https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mercado-de-trabalho-abre-as-portas-para-profissionais-trans/</a>
21	Programas ajudam pessoas trans a ter emprego e contratantes veem vantagens.	Simone Cunha	26/01/ 2019	<a href="https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2019/01/26/mercado-de-trabalho-se-abre-para-os-trans-mas-e-preciso-acolhe-los.htm">https://universa.uol.com.br/noticias/redacao/2019/01/26/mercado-de-trabalho-se-abre-para-os-trans-mas-e-preciso-acolhe-los.htm</a>
22	Empresa tem 15 vagas para contratação de travestis e transexuais	Guia Gay São Paulo	27/03/ 2019	<a href="https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/empresa-tem-15-vagas-para-contratacao-de-travestis-e-transexuais">https://www.guiagaysaopaulo.com.br/noticias/cidadania/empresa-tem-15-vagas-para-contratacao-de-travestis-e-transexuais</a>
23	Transexuais são excluídos do mercado de trabalho	Thaís Cunha	Sem data	<a href="http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho">http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho</a>
24	TRANSformação cidadã Iniciativa da cidade de São Paulo promove a inclusão de travestis e transexuais na escola e no mercado de trabalho	Bruna Mesquita	Sem data	<a href="http://portal.metodista.br/jornalismo/tcc/transmidia/transformacao.html">http://portal.metodista.br/jornalismo/tcc/transmidia/transformacao.html</a>